



ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARACAMBI

CONCORRÊNCIA
Nº 001/07

EXERCÍCIO DE 2007

Nº 1715

ASSUNTO

CONCORRÊNCIA PÚBLICA

REQUERENTE

Secretaria Municipal de Transporte e Trânsito

demanda 3104/08, 4810/08, 5104/08, 5105/08

INSCRIÇÃO

1715

DATA

20/03/07

PROTOCOLO

PGM

GABINETE

CH

PGM

CH

CH

Câmara Municipal

Protocolado

Em 23/03/07

20/03/07

02/03/07

10/07/07

31/07/07

06/08/07

14/09/08

Responsável

Agente Administrativo

Jose Manoel Oliveira

Paracambi, 20 de Março de 2007.

REQUERIMENTO DOCUMENTAÇÃO

Assunto: Solicitação Faz

Classificação: Solicitação Faz

A PROCURADORIA

CONFORME DOC EM ANEXO

Observações: REF A SOLICITAÇÃO PARA ABERTURA DE LICITAÇÃO

Situação do Processo: Em andamento, a receber

Data de Entrada: 20/03/2007 16:00:53

DADOS DO PROCESSO

Número do CGM: 22540-1

Nome: SEC MUN DE TRANSPORTE

Endereço: RUA JUIZ EMILIO CARMO 50

Bairro: CENTRO

Cep: 26600000

Cidade: Paracambi

CNPJ/CPF: Interno

Inscrição:

Matrícula:

INTERESSADO

1715/2007

Protocolo de Processo

Protocolo	Recibo Protocolo de Processo	Processo número 1715/2007	Emissão: 20/03/2007	Hora: 16:00:55	Página: 1 de 1
-----------	------------------------------	---------------------------	---------------------	----------------	----------------

PARACAMBI

Fone: 2126832008

E-mail: prefeitura@paracambi.rj.gov.br

Acesso Rua Juiz Emilio Carmo 50

Cep: 26600000 -



PROCESSO N.º 1715

ANO 2007



Estado do Rio de Janeiro
Município de Paracambi

Secretaria Executiva de Trânsito e Transportes Municipais

OFICIO Nº 272/07

REF. Concorrência Pública

Paracambi, 20 de março de 2007.

Conforme extinção do Termo de Permissão, firmado em 15 de outubro de 1998, com a Empresa Transporte Paracambi L.T.D.A, do Processo 651/06 e no Ato nº 001/07, necessário se faz à abertura de processo licitatório da modalidade Concorrência Pública.

CONSIDERANDO, que devido ao descumprimento de vários itens do Termo de Permissão anteriormente firmado com a Empresa Transporte Paracambi L.T.D.A, as tarifas municipais não puderam ser reajustadas.

CONSIDERANDO, que o último aumento de tarifas foi em 29 de novembro de 2003.

CONSIDERANDO, os constantes aumentos de combustíveis e insumos ocorridos do ano do último reajuste, até os dias atuais.

Esta Secretaria opina que as tarifas sejam reajustadas , nas passagens das linhas circulares N.C-01 à N.C-11 do Município de Paracambi, passando para R\$ 1,60 (um real e sessenta centavos), apos o cumprimento de todas as cláusulas do contrato, visto que , este tem prazos para adequação da vencedora do certame.



PROCESSO N.º

FLS.

03

ANO

2007

PROCESSO N.º 1715 FLS. 04 ANO: 2007

Assim sendo solicito a V.Exa., que determine a comissão de licitação para que tome as providências devidas o mais breve possível.

Atenciosamente
Ana Paula Pereira Alves
Secretaria Municipal de
Trânsito e Transportes
Registro 12590-3

Ana Paula Pereira Alves

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO E TRANSPORTES

Ao

Exmo. Sr.

André Luiz Ceciliano

Prefeito Municipal



Estado do Rio de Janeiro
Município de Paracambi
Secretaria Executiva de Trânsito e Transportes Municipais

EDITAL DE LICITAÇÃO



PROCESSO N.º 1715
FLS. 05
ANO 2007

O Município de Paracambi torna público, para conhecimento de quantos possam interessar-se que fará realizar no dia , licitação, na modalidade de concorrência, do tipo melhor proposta técnica com tarifa fixada neste edital, para permissão de prestação de serviço de transporte municipal de passageiros por Ônibus nas linhas circulares: N.C-01 Centro-Guarajuba(via Rua Dep. Romeu Natal), N.C-02 Cascata - Lages, N.C-03 Sabugo - Lages(Via Loteamento Novo), N.C-04 Jardim Nova Era - Dr. Eliras, N.C-05 Jardim Nova Era Guarajuba, N.C-06 Centro-Bom-Jardim, N.C-07 Centro-Ponte Coberta(Eduardo Pereira Dias-Cabral), N.C-08 Centro-Saudoso (Via Km09) N.C-09 Jardim Nova Era- Paraiso, N.C-10 Centro-Mutirão, N.C-11 Centro - São José (Via Cascata).

CAPÍTULO I

DO FUNDAMENTO LEGAL

1 - O presente edital, bem como o contrato de permissão de serviço dele originado, tem como fundamento legal a lei Federal nº 8.666 -93, com alterações introduzidas pela lei Federal nº 8.883-94, a lei Federal nº 8.987-95, com alterações na Medida Provisória nº 1.531-11 de 17 de outubro de 1997, a Lei Orgânica do Município de Paracambi, a lei Municipal nº 364, de 10 de abril de 1996 e o Regulamento do Serviço de Transporte Coletivos do Município de Paracambi, aprovado pelo decreto nº 14-79.

CAPÍTULO II

DO OBJETO DA LICITAÇÃO

2 - O objeto de licitação é a permissão do serviço público municipal de passageiros por Ônibus no Município de Paracambi, das linhas circulares, cujas características e especificações estão definidas no Anexo I, parte

integrante deste edital, serviço em que deverá ser praticado a tarifa modular de R\$1,60(um real e sessenta centavos).

3 – O prazo de permissão será de 10 (dez) anos, podendo ser prorrogado por períodos iguais e sucessivos, desde que não haja manifestação em contrário de qualquer das partes, com antecedência de 06 (seis) meses, contados do término do prazo contratual.

4 – Os veículos para operação devem observar as especificações constantes da lei nº 364 de 10-04-96 e do Regulamento aprovado pelo decreto nº 14-79, sem prejuízo do que dispuser a respeito do Código Nacional de Trânsito, por seu Regulamento e atos normativos do **CONTRAN**, ou qualquer outro órgão que venha a ser criado.

5 – Os reajustes de tarifas são determinados pelo poder Concedente.

6 – As características relativas ao dimensionamento da frota de veículos a ser utilizada prevista no **Anexo I** deste edital, poderão ser alteradas em decorrência de avaliação motivada do Poder Concedente.

7 – A participação na concorrência dependerá de caução, a ser feita em moeda corrente do País, devidamente depositada no banco, correspondendo a 1% (um por cento) do valor de mercado dos veículos a serem utilizados na operação da linha lícitada, observando quanto a este valor a média da vida útil dos veículos.

8 - A caução deverá ser efetuada até o dia anterior ao previsto para realização da concorrência, devendo ser comprovada, através do talão do depósito bancário em favor do município de Paracambi, quando feita em dinheiro, sobre pena de inabilitação.

9 – Conhecido o resultado da concorrência e após a homologação da mesma pelo Prefeito, as cações serão devolvidas aos interessados, mediante o requerimento, com a exceção dos três primeiros colocados. Assinado o contrato de permissão com o vencedor serão devolvidas as cações do

PROCESSO N.º 1215
FLS. 06
ATO 2007

13.1 – Não serão admitidos à concorrência os licitantes cujos dirigentes, gerentes, sócios, acionistas ou componentes de seus quadros técnicos sejam servidores efetivos ou titulares de cargo em comissão ou função de confiança,

13 – Poderá participar da licitação toda e qualquer pessoa jurídica que tenha como objeto social a execução do serviço de transporte público e coletivo de passageiros por ônibus constituído na conformidade da legislação brasileira.

a) Da Participação.

CAPÍTULO IV DA PARTICIPAÇÃO, APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS E DA PROPOSTA.

12 – Para participação da licitação os interessados deverão comparecer ao ato público mencionado através de representante legal ou de mandatário especialmente constituído, não sendo aceito documentos remetidos por via postal.

11 – A licitação será conduzida pela Comissão de Licitação do Município previamente designada por ato do Sr. Prefeito Municipal.

10 – Os interessados deverão fazer a entrega da documentação adiante especificada na seção pública a ser realizada hora, data, mês, ano e endereço.

CAPÍTULO III DO DIA, HORA, LOCAL E COMISSÃO DE LICITAÇÃO.

segundo e do terceiro colocado, também mediante a requerimento de cada um transformando-se a caução do concorrente vencedor em caução contratual, que será corrigida monetariamente segunda variação média dos índices inflacionários apurados pela Fundação Getúlio Vargas.

PROCESSO N.º 1115 FLS. 01 ANO 2007

ou de mandatos eletivos do Município de Paracambi, ou que tenham sido no prazo de 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data desta concorrência.

b) Da Apresentação da Documentação.

14 – A apresentação de documentos de habilitação e proposta técnica far-se-á em envelopes distintos lacrados e identificados.

14.1 – No primeiro envelope a licitante apresentará os documentos correspondentes a habilitação, enumerados no **Capítulo V** do presente edital.

14.2 – No segundo envelope a licitante apresentará a proposta técnica, conforme disposto no **Capítulo IV** deste edital.

14.3 – A documentação anteriormente referida será endereçada e entregue à Comissão de Licitação do Município, no local, dia e hora fixados no **Capítulo III** deste edital, devendo constar da parte externa de cada envelope as seguintes indicações:

I – ENVELOPE “A” – Habilitação

Município de Paracambi

Concorrência nº

Linhas Circulares nº C-01 à nº 11

Nome completo e endereço da licitante

II – ENVELOPE “B” – Proposta Técnica

Município de Paracambi

Concorrência nº

Linhas Circulares nº

Nome Completo e endereço da licitante

14.4 – Os documentos deverão ser relacionados e apresentados com todas as folhas numerada, em tamanho ofício, contendo a primeira folha (índice) as

observações que indiquem o conteúdo das demais folhas do volume, todas rubricadas, bem como encadernadas obrigatoriamente em espiral.

14.5 – A abertura dos envelopes de Habilitação será realizada em ato público às horas do dia, lavrando-se ata circunstanciada com vistas a documentar o ato, a qual deverá ser assinada pelos licitantes presentes e pelos membros da Comissão, ficando a data para abertura dos envelopes correspondentes à "proposta técnica" a ser definida nesta reunião pela Comissão de Licitação do Município.

CAPÍTULO V DA DOCUMENTAÇÃO CORRESPONDENTE À HABILITAÇÃO

15 – A licitante deverá apresentar no envelope "A", concernente à habilitação, a seguinte documentação:

a) Declaração expressa de que conhece o regulamento do Serviço de Transportes Coletivos do Município de Paracambi, aprovado pelo decreto n.º 14-79 e Lei Municipal de n.º 364-96, bem como a Legislação Tributária e de que se submeterá ao mesmo e aos atos normativos supervenientes, conforme modelo constante do **Anexo II** do presente edital;

b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, acompanhado, no caso de sociedade por ações, dos documentos de eleição dos seus atuais administradores, devendo constar como seus documentos de eleição dos seus atuais administradores, devendo constar como seu objeto social a exploração do serviço público de transporte de passageiros por ônibus;

c) Documento que comprove ser proprietária ou legítima possuidora de imóvel situado no Município, dotado de área suficiente para guarda, manutenção da frota e administração dos serviços a serem prestados, sem prejuízo da guarda, manutenção e administração de frota anteriormente existentes, destinadas à operação de outros serviços;

(d) Atestado passado por pessoa jurídica de direito público ou privado, onde conste, explicitamente, a operação pela licitante de serviços públicos de transporte de passageiros por ônibus comprovando no mínimo de 10 anos de tradição;

(e) Relação da frota com a qual serão operados as linhas, dela constando a especificação da marca do veículo, o modelo e o fabricante dos chassis ou plataforma, bem como modelo de carroceria aprovado pelo Município, ano de fabricação e número de assentos. Caso a licitante não disponha da frota fixada no Anexo I, deverá apresentar documentação provando possuir opção de compra, arrendamento mercantil ou "leasing", além de garantia de fonte de recursos para fazer face à obtenção dos veículos para início da operação da linha, imediatamente após a assinatura do contrato de permissão, sob pena de desclassificação;

(f) Relação da frota total de veículos da empresa, discriminando marca, número total de chassis ou plataforma, ano de fabricação, tipo (se urbano ou rodoviário) e número de assentos;

(g) Balanço patrimonial e demonstração de resultados já exigível e apresentado na forma da lei, vedada sua substituição por balancete ou balanços provisórios, com vistas a demonstração da idoneidade e boa situação financeira da licitante. O balanço patrimonial será avaliado e considerar-se-á idônea financeiramente a licitante que alcançar índice de liquidez corrente – ativo circulante- passivo circulante – igual ou maior a 1,0 (um). No caso de sociedade por ações o balanço e demonstração de resultados que se cuida serão comprovados com a publicação em periódico, na conformidade da lei Federal nº 6.404-76.

(h) Atestado de idoneidade financeira passado por 02 (duas) instituições bancárias nacionais;

(i) Certidões negativas de falência e concordata expedida pelo Distribuidor da sede da pessoa jurídica;

(j) Prova de inscrição no Cadastro Geral de Contribuintes no Ministério da Fazenda – C.G.C., no Cadastro de Contribuintes da Fazenda Estadual;

(k) Prova de regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal da sede da licitante e filiais caso existente;

b) Relação descritiva dos serviços executados pela própria concorrente, por exemplo, a funilaria, borracharia, capotaria, pintura, montagem de motor, mecânica, indicando não só os equipamentos disponíveis nas respectivas.

a) Relação das garagens e eventuais pontos de apoio de que seja proprietária ou possuidora, com apresentação dos títulos jurídicos a cada uma delas pertinentes, bem assim a área localização e situação

seguinte documentação:

16 – A Licitante apresentará no envelope "B", referente à proposta técnica, a

CAPÍTULO VI DA DOCUMENTAÇÃO CORRESPONDENTE À PROPOSTA TÉCNICA

data de licitação, sob pena de inabilitação.

15.3 – Todos os documentos exigidos neste item 15 deverão estar válidos na

abertura dos envelopes.

15.2 – As empresas participantes podem ser representadas, no procedimento licitatório, por Procuradores legalmente constituídos, desde que apresentado o instrumento procuratório, com firma reconhecida, até o início da sessão de

pessoas de direito público interno.

15.1 – Os documentos referidos nas alíneas anteriores poderão ser reproduzidos em original ou cópia, obtida esta por qualquer processo de reprodução, conferida sua autenticidade com o original por cartório competente ou mediante sua publicação em órgão da imprensa oficial de qualquer das

por tempo de serviços – FGTS.

l) Prova de regularidade com o sistema de Seguridade Social, mediante cópia de Certidão Negativa de Débito – CND, devidamente autenticada em Cartório, bem como prova de regularidade perante o Fundo Garantia

17 – O critério de julgamento da presente licitação é o da melhor proposta técnica, com tarifa fixada neste edital, conforme o inciso IV do art. 15 da lei Federal 8.987-95, acrescentando pela Medida Provisória nº 1.531-11, de 17 de outubro de 1997.

CAPÍTULO VII O CRITÉRIO E DOS PROCEDIMENTOS PARA JULGAMENTO DAS PROPOSTAS.

- garagens para tanto, mas também se pertence à sua organização, como empregado, responsável técnico de nível universitário na orientação da execução de tais serviços, nomeando-o qualificando-o, a par de mencionar, outrossim, se os controles de manutenção são informatizados e se existem bombas e tanques para abastecimento da frota e dispositivos de proteção ao meio ambiente na área reservada a essa última atividade, apresentando "lay-out" das instalações, ilustrados com fotos tamanho 10x15, em cores além de técnico na área de Segurança do Trabalho.
- c) Relacionar os benefícios concedidos a empregados, tais como: médico dentista, refeitório e cozinha para fornecimento de refeições ou ticket refeição, áreas de lazer, indicar se mantêm empregados nutricionistas incumbido do controle nutricional da alimentação fornecida se for o caso.
- d) Relacionar os Programas de Recursos Humanos, reconhecido por entidade oficial, destinados ao treinamento de pessoal, discriminando as disciplinas que o integram, suas respectivas cargas horárias e a periodicidade de eventuais reciclagens, indicando, ainda, se mantêm, sob vínculo empregatício, psicólogo orientando a seleção e acompanhando treinamento e aperfeiçoamento dos rodoviários.
- e) Comprovar a vida útil da frota discriminada na letra "F" do item 15 (quinze) do presente edital com a nota fiscal respectiva, em se tratando de veículo zero quilômetro, ou com o recibo de transferência de propriedade emitido pelo Departamento de Trânsito onde se encontrar licenciado o veículo, no caso de ter adquirido veículo usado.

18 – O julgamento das propostas será efetuado pela Comissão de Licitação do Município, à qual compete:

a) Receber os envelopes concernentes à Habilitação e à proposta técnica entregues pelos representantes das empresas concorrentes ou seus procuradores legalmente habilitados, de acordo com o artigo 43 e seus desdobramentos, todos da lei n-8.666-93.

b) Proceder à abertura dos envelopes relativos à Habilitação. Os membros da Comissão e os representantes das licitantes presentes ao ato examinarão e rubricarão cada documento. O Presidente da comissão Especial de Licitação fixará data para divulgação do Resultado da fase de "Habilitação". Os envelopes relativos à proposta técnica serão mantidos fechados e lacrados em poder da Comissão para os efeitos posteriores. Serão inabilitadas as empresas cuja documentação não satisfizer as exigências deste edital. Da decisão de habilitação ou inabilitação caberá recurso pelas interessadas, suspendendo-se o certame até o respectivo julgamento. Ao licitante inabilitado que tenha interposto recurso não será devolvido o envelope relativo à proposta técnica, devendo este ser mantido inviolado em poder da Comissão até decisão do recurso;

c) Proceder à abertura dos envelopes contendo as propostas técnicas dos concorrentes habilitados, cuja documentação será rubricada pela comissão e representantes das licitantes presentes;

d) Lavar ata circunstanciada de cada sessão pública de licitação, que será assinada pelos membros da Comissão e pelos licitantes presentes;

e) Organizar o mapa de apuração das propostas técnicas, onde serão consignados os pontos atribuídos a cada um dos seus componentes, a saber.

I – Meios de Produção de Serviço

a) Garagens no Município = até 30 (trinta) pontos.

O número de pontos será calculado a partir da seguinte relação: área total da garagem em m² (metro quadrado), dividida pelo número da frota de ônibus exigido no Anexo I deste edital multiplicado por 20 (vinte).

PONTOS

Se a relação for em número menor de que 05 (cinco), a licitante terá 0 (zero) ponto.
Se a relação for um número entre 05 (cinco), inclusive, e 20 (vinte), inclusive, o número de pontos será igual à relação;
Se a relação for em número superior a 20 (vinte), o número de pontos será igual ao número máximo de pontos neste item.

b) Serviços executados pela própria licitante e equipamentos para manutenção e abastecimento: até 25 (vinte e cinco) pontos.

b.1 - funilaria: 2 (dois) pontos;

b.2 - borracharia, com máquinas para montar e desmontar pneus, bem como alinhamento e cambagem: 2 (dois) pontos;

b.3 - capotaria para reparos: 1 (um) ponto;

b.4 - pintura para reparos: 1 (um) pontos;

b.5 - oficina com equipamentos para montagem de motor: 2 (dois) pontos;

b.6 - reparos na parte elétrica: 2 (dois) pontos;

b.7 - responsável técnico: 2 (dois) pontos; (engenheiro)

b.8 - bomba fixa com medidores para abastecimento de combustível, equipada com aparelhagem para filtragem de óleo diesel: 2 (dois) pontos;

b.9 - dispositivos de proteção ao meio ambiente: 2 (dois) pontos;

b.10 - serviço de atendimento ao consumidor: 2 (dois) pontos;

b.11 - veículos de carga leve para socorro mecânico urgente: 1 (um) ponto;

b.12 - carro-guincho: 3 (três) pontos;

b.13 - controle informatizado de custos operacionais: 2 (dois) pontos;

b.14 - serviço de lavagem automatizado: 1 (um) ponto.

II – Assistência ao empregado: 15 (quinze) pontos.

a) - se a licitante possui ambulatório: 3 (três) pontos;

b) - se no ambulatório dispõe-se de médico: 4 (três) pontos;

c) - se a licitante possui refeitório ou fornece ticket alimentação: 2 (dois) pontos;

d) - se a licitante oferece aos rodoviários treinamento e reciclagem por

empresas reconhecidas a nível nacional: 3 (três) pontos;

e) - se a licitante dispõe de psicólogo: 3 (dois) pontos;

III – relativamente à idade média da frota da linha.

Até 1(um) ano – 40 pontos;

Até 1(um) ano e 1 dia a 2 anos – 15 pontos;

De 2 anos e 1 dia a 3 anos– 8 pontos;

De 3 anos e um dia a 4 anos – 5 pontos;

De 4 anos e um dia a 5 anos – 2 pontos;

Mais de 5 anos – 0 pontos.

IV – bilhetagem eletrônica. 20 (vinte) pontos.

Totalmente implantada quando do início da operação das linhas licitadas.

a) Para as licitantes que utilizarão veículos já integrantes de sua frota, a

idade média da frota a ser empregada na operação da linha objeto

deste edital deverá ser calculada considerando-se a data da abertura

dos envelopes correspondentes à proposta técnica.

b) Pelo menos 50 (cinquenta)% da frota deverá ser de ônibus novos, ou

seja, até 1 (um) ano.

c) Para licitantes que ainda não possuem frota necessária e que se comprometem a incorporá-la após o resultado da licitação, respeitado o prazo máximo de 90(noveenta) dias, a proposta correspondente a este quesito deverá ser integralmente cumprida, sob pena de desclassificação em favor da licitante colocada em 2º lugar. Neste caso, a idade média da frota contará a partir da data da homologação da concorrência.

d) O aumento da tarifa descrita neste edital só irá vigorar, após todas as exigências técnicas terem sido cumpridas, anterior a isso, vigorará o valor de R\$ 1,40 (um real e quarenta centavos), sendo este o valor anterior ao último reajuste.

19 – Apuração Final das Propostas.

19.1 – Será considerada vencedora, no critério de melhor técnica, a licitante que obtiver a soma de pontos **igual ou superior a 80 (oitenta)**, apurados os critérios estabelecidos para os meios de produção do serviço, observada a pontuação definida no item 18 e seus subitens de I a III.

20 – Ocorrendo empate no julgamento, será adotada para escolha da vencedora o critério único de sorteio, consoante o que dispõe o parágrafo 2º, do art. 45 da lei nº 8.666-93.

CAPÍTULO VIII DO CONTRATO

21 – A operação das linhas, na forma prevista no item 2, do capítulo II deste edital, será adjudicada à empresa vencedora do certame, depois de homologado o seu resultado pelo Prefeito Municipal de Paracambi.

21.1 – O contrato para exploração do serviço, pelo prazo de 10(dez) anos prorrogável por iguais e sucessivos períodos, observada as condições estabelecidas na lei Orgânica de Paracambi, na Lei 364, de 10-04-96 no regulamento do Serviço de Transportes Coletivos de Paracambi, aprovado pelo

decreto n.º 14-79, neste edital e na sua minuta do Contrato constante do Anexo III.

22 – Homologada a licitação, o Prefeito do município de Paracambi, convocará a adjudicatária para assinar o termo de contrato em até 05(cinco) dias, sujeitando-se esta em caso de recusa, ao disposto nos arts. 64 e 81 da lei n.º 8.666-93, sem prejuízo das sanções arroladas no Capítulo XI deste instrumento convocatório.

23 – No caso em que a licitante vencedora não puder explorar o serviço objeto da licitação, será convocada por ofício, a licitante classificada imediatamente após, que deverá aceitar o mesmo contrato, que seria assinado pela licitante vencedora, restando certo que os prazos começarão a ser contados a partir da data da convocação. Se a autoridade concedente não preferir convocar nova licitação.

No caso de inexecução total ou parcial do contrato o Prefeito de Paracambi aplicará à contratada as sanções previstas no art. 87 da lei n.º 8.666-93.

24 – A licitante convocada deverá manifestar-se no prazo máximo de 03(três) dias, contados da data do recebimento do ofício convocatório para assinatura do contrato, sendo que o seu silêncio implicará em desistência da concorrência, cabendo as penalidades previstas nas legislações pertinentes.

CAPÍTULO IX DAS PENALIDADES

25 – Todas as decisões da Comissão de Licitação do Município serão lançados em ata, considerando eventuais recursos administrativos previstos no art. 109 da lei n.º 8.666-93, os quais serão recebidos e processados nos termos ali estabelecidos.

26 – A licitante vencedora total ou parcialmente inadimplente serão aplicadas as sanções legais, a saber:

- a) – advertência;
- b) – multa administrativa;
- c) – suspensão temporária do direito de licitar e contratar com o Município de Paracambi;

- d) – declaração de caducidade;
- e) – declaração de idoneidade;

e.1) – declarar-se-á idônea a licitante vencedora que:

I – praticar fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

II – praticar atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação;

III – demonstrar não possuir idoneidade para licitar com Município de

Paracambi em virtude de atos ilícitos praticados em proveito próprio ou de

terceiros em qualquer fase da licitação ;

f) – decorridos 15 (quinze) dias de atraso no início da operação, sem

manifestação da licitante vencedora ou no caso de manifestação não

aceita pelo Município de Paracambi, considerar-se-á caracterizada a

recusa, dando causa a caducidade da concessão e aplicação da

multa devida, conforme estabelecido na legislação pertinente, por

ônibus que compuser frota total necessária;

g) – ocorrendo a declaração de caducidade de que trata o item anterior,

a licitante vencedora terá cumulativamente suspenso, por 18

(dezoito) meses, o direito de participação em licitação com o

Município de Paracambi.

CAPÍTULO X

DAS CONDIÇÕES GERAIS

27 – Eventuais dúvidas de caráter técnico ou legal acerca de interpretação das condições estabelecidas pelos Srs. Membros da Comissão de Licitação.

28 – A publicação do extrato do presente edital de licitação em jornal diário e de grande circulação no Município de Paracambi será feita 30 (trinta) dias antes da data marcada para a realização da Concorrência.

29 – Não poderão participar desta licitação firmas que tenham sido declaradas idôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, até a sua reabilitação, bem como a que estiver em regime de falência ou concordata.

30 – Fica assegurado ao Município de Paracambi o direito de inspecionar as instalações das licitantes, assim como verificar a exatidão das informações prestadas antes e após a licitação.

31 – A participação nesta licitação implica na aceitação plena do presente Edital no seu inteiro teor.

32 – O presente Edital passará a fazer parte integrante do Contrato como se nele estivesse transcrito.

33 - As situações não previstas neste Edital, inclusive aquelas decorrentes de caso fortuito ou de força maior, serão resolvidos pela Comissão observada a legislação em vigor.

34 – O Município de Paracambi poderá revogar ou anular a licitação, nos termos do art. 49 da lei n.º 8.666-93.

35 – A Comissão Especial de licitação dirimirá as dúvidas que suscitem o Edital desde que argüidas por escrito, até 5 (cinco) dias úteis da data fixada para abertura dos envelopes.

36 – Na hipótese de procedimento judicial fica eleito o Foro da Comarca de Paracambi, com a exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Paracambi, de 2007

Presidente da Comissão de Licitação.

PROCESSO N.º 1.115
FLS. 20
ANO: 2002

ANEXO I

ESTRUTURA OPERACIONAL DAS LINHAS CIRCULARES DE
TRANSPORTES COLETIVOS DE PASSAGEIROS DE PARACAMBI A SEREM
OPERADAS COM ÔNIBUS URBANOS.

I – LINHA CIRCULAR N.C-01-PERCURSO DE 22 km
CENTRO – GUARAJUBA (Via Rua Dep. Romeu Natal).

a) – Tarifa = R\$ 1,60

b) – Horário de Circulação: das 4hs às 23hs.

c) – Intervalos de Saídas: de 30 em 30 minutos.

d) – Períodos de Operação: diariamente, inclusive sábados, domingos e

feriados.

e) – Itinerário: saída do ponto rodoviário da Rua Délio Basílio Leal (centro),

passando por parte da Rua Dominique Level e pela rua Cel. Othon, para
alcançar a Estrada RJ 127 e por ela até a rua Prefeito Hélio Ferreira (km

1) e daí até a Estação Ferroviária de Lages, tomando a rua Bezerra de
Menezes passando pela Pça Expedicionário Nilo Gama Flores(Pça do

Miro), Trav. Bom Jardim e rua Deputado Romeu Natal (antiga rua 10)
até a Escola Estadual Boa Esperança, atravessando a Estrada RJ. 127,

para entrar na Rua São Jorge (Guarajuba), passando pela Rua Sta.
Terezinha e Estrada Eduardo Pereira Dias até alcançar novamente, a
Estrada RJ 127 e, daí, até a Rua Dr. Soares Filho, atingindo, finalmente

o ponto rodoviário da Rua Délio Basílio Leal (centro).

f) – Frota Necessária: 01 (dois) ônibus.

g) – Vida Útil Máxima: 07 anos.

II – LINHA CIRCULAR N.C-02 PERCURSO 30 km

CASCATA – LAGES

a) – Tarifa: R\$ 1,60

b) – Horário de Circulação: das 05:30 às 23:30 hs.

- a) – Tarifa: R\$ 1,60
- b) – Horário de Circulação: das 06:00 às 23:00 hs
- c) – Intervalos de Saída: de 1 em 1 hora.
- d) – Período de Operação: diariamente, inclusive sábados, domingos e feriados.
- e) – Itinerário: saída do ponto da Estrada da Floresta (em frente a Escola Terra de Educar), seguindo pela mesma até as Ruas Av. Presidente João Goulart, Beraldo Sacchi, Dominique Level, Cel. Othon e Dr. Soares Filho, alcançado o ponto rodoviário da Rua Délio Bastilio Leal,

III - LINHA CIRCULAR N.C-03 PERCURSO 32 km SABUGO – LAGES (Via Loteamento Novo)

- f) – Frota Necessária: 01 (um) ônibus.
 - g) – Vida Útil Máxima: 07(sete) anos.
- alcançando finalmente o ponto da Rua Tenente Bernardino Bastos .
- restituindo novamente o ponto Rodoviário da Rua Délio Bastilio Leal passando por parte das Ruas Dominique Level e Cel. Othon daí à Rua Américo Rodrigues Ferreira seguindo pela Avenida dos Operários Cicarino e pela Estrada Governador Roberto Silveira alcançando a Rua proximidades do Hospital) no bairro Cascata, seguindo pela Rua Vicente Cicarino e pela Estrada Governador Roberto Silveira alcançando a Rua Américo Rodrigues Ferreira seguindo pela Avenida dos Operários passando por parte das Ruas Dominique Level e Cel. Othon daí à Rua Dr. Soares Filho atingindo o ponto Rodoviário da Rua Délio Bastilio Leal retornando novamente por parte das Ruas Dominique Level e Cel. Othon alcançando a Estrada RJ 127 e daí até a Rua Pref. Hélio Ferreira e por esta até a Estação Ferroviária de Lages seguindo pelas Ruas Jaime Augusto Marques, Othon dos Santos, Maximiano de Carvalho, Prefeito Bento Barbosa, Plínio Alves de Moura, Trav. Bom Jardim, Rua Dep. Romeu Natal até alcançar novamente a Estrada RJ 127 e por ela retornando até as Ruas Dr. Soares Filho, Délio Bastilio Leal, Av.dos Operários, Américo Rodrigues Ferreira, Estrada Governador Roberto Silveira, Vicente Cicarino daí alcançando finalmente o ponto da Rua Tenente Bernardino Bastos .
- c) – Intervalos de Saída: de uma em uma hora.
 - d) – Período de Operação: diariamente inclusive, sábados, domingos e feriados.
 - e) – Itinerário: saída do ponto da Rua Tenente Bernardino Bastos (nas proximidades do Hospital) no bairro Cascata, seguindo pela Rua Vicente Cicarino e pela Estrada Governador Roberto Silveira alcançando a Rua Américo Rodrigues Ferreira seguindo pela Avenida dos Operários passando por parte das Ruas Dominique Level e Cel. Othon daí à Rua Dr. Soares Filho atingindo o ponto Rodoviário da Rua Délio Bastilio Leal retornando novamente por parte das Ruas Dominique Level e Cel. Othon alcançando a Estrada RJ 127 e daí até a Rua Pref. Hélio Ferreira e por esta até a Estação Ferroviária de Lages seguindo pelas Ruas Jaime Augusto Marques, Othon dos Santos, Maximiano de Carvalho, Prefeito Bento Barbosa, Plínio Alves de Moura, Trav. Bom Jardim, Rua Dep. Romeu Natal até alcançar novamente a Estrada RJ 127 e por ela retornando até as Ruas Dr. Soares Filho, Délio Bastilio Leal, Av.dos Operários, Américo Rodrigues Ferreira, Estrada Governador Roberto Silveira, Vicente Cicarino daí alcançando finalmente o ponto da Rua Tenente Bernardino Bastos .

- a) – Tarifa: R\$ 1,60;
- b) - Horário de Circulação: das 04:00 às 18:00 hs;
- c) – Intervalo de Saídas: de 2 em 2 horas;
- d) – Período de Operação: diariamente inclusive, sábados, domingos e feriados.
- e) – Itinerário: saída do ponto rodoviário da rua dos Antúrios(Jardim Nova Era), passando pelas ruas dos Cravos, Pref. Moracy Franco, Rio de Janeiro, Estrada RJ 127. Ruas Dr. Nilo Peganha, Assembleia de Deus, Américo Rodrigues Ferreira, Av. dos Operários, Dominique Level, Cel. Othon, Dr. Soares Filho, Delio Basilio Leal, Dominique Level, Cel. Othon, Estrada RJ 127, e daí até a Rua Prefeito Hélio Ferreira e por esta até a Estação Ferroviária de Lages, seguindo pela rua Bezerra de Menezes, Praça Expedicionário Nilo Gama Flores (Pça. do Miro), Rua Jonas Leal, Juscelino Kubstchek, Acre, Prefeito Bento Barbosa, Av. Paraiso e Estação Ferroviária Dr. Eiras, retornado pelo mesmo itinerário até o ponto rodoviário da rua dos Antúrios.

IV – LINHA CIRCULAR N.C -04 PERCURSO 28 km JARDIM NOVO ERA – DR. EIRAS

- f) – frota necessária: 01 (dois) ônibus.
- g) – Vida Útil: 07 (sete) anos.
- ponto da Estrada Floresta.
- retornando as Ruas Dominique Level e Cel. Othon até alcançar a Estrada RJ 127 e daí pela Estrada Eduardo Pereira Dias, passando pelas seguintes ruas e avenidas: rua Santa Terezinha, Av. são Jorge, Av. Ailton Senna, rua João Batista, rua do Acesso, e av. Luiz Paulo voltando novamente pela av. são Jorge até alcançar a Estrada RJ 127 e por esta até as Ruas Dep. Romeu Natal, Trav. Bom Jardim, passando pelas Ruas Plínio Alves de Moura, Prefeito Bento Barbosa, Juscelino Kubstchek, Jonas Leal, Leal de Carvalho, Maximiano de Carvalho, Othon dos Santos, Jaime Augusto Marques, Pref. Helio Ferreira alcançando novamente a Estrada RJ 127 daí pelo mesmo itinerário até o ponto da Estrada Floresta.

PROCESSO N.º 1715
FLS. 29
ANO: 2007

- f) – Frota Necessária: 01 (ônibus);
g) – Vida Útil Máxima: 07 (sete) anos.

V – LINHA CIRCULAR N.C – 05 PERCURSO DE 30 KM

JARDIM NOVA ERA – GUARAJUBA

a) – Tarifa: R\$ 1,60;

b) – Horário de Circulação: das 00:00 às 23:59h.

c) - Intervalo de Saídas: de 30 em 30 minutos, a partir das 04:00 até às

00:00.(após de hora em hora).

d) – Período de Operação: diariamente, inclusive sábados, domingos e

feriados.

e) – Itinerário: saída do ponto rodoviário da rua dos Antúrios (Jardim Nova

Era), passando pela rua dos Cravos, pelas ruas Pref. Moracy Franco,

Rio de Janeiro, Estrada RJ 127, Ruas Dr. Nilo Peganha, Assembleia de

Deus, Américo Rodrigues Ferreira, Av. dos Operários, Rua Dominique

Level, Cel.Othon, Dr.Souares Filho, Delio Basilio Leal, Dominique Level,

Cel. Othon, , Estrada RJ 127 e daí até a Rua são Jorge (Guarajuba),

passando pelas Ruas São Judas Tadeu, Gen. Uzeda, São Paulo , Sta.

Terezinha, por onde retorna até a rua São Jorge até atingir a Estrada RJ

127 e aí passando pela Rua Dep. Romeno Natal, Trav. Bom Jardim,

Plínio Alves de Moura, Prefeito Bento Barbosa, Juscelino Kubstchek,

Jonas Leal, Leal de Carvalho, Maximiano de Carvalho, Othon dos

Santos, até a Estação Ferroviária de Lages, daí pelas Rua Prefeito Helio

Ferreira até alcançar novamente a Estrada RJ 127 e por ela retornando

pelo mesmo percurso até o ponto rodoviário da Rua dos Antúrios.

f) – Frota Necessária: 02(dois) ônibus.

g) – Vida Útil Máxima: 07 (sete) anos.

VI – LINHA CIRCULAR N.C-06 – PERCURSO DE 30 KM

CENTRO – BOM JARDIM

a) - Tarifa: R\$ 1,60;

b) – Horário de Circulação: das 06:00 às 22:00hs.

c) - Intervalo de Saídas: de 1 em 1 hora.

PROCESSO N.º 1715
FLS. 83
ANO 2007

PROCESSO N.º 145
FLS. 94
ANO 2017

d) - Período de Operação: diariamente, inclusive sábados, domingos e feriados.

e) - ITINERÁRIO: Saída do ponto rodoviário da rua Délio Basílio Leal, passando pelas ruas Dominique Level, Cel. Othon, alcançando a Estrada RJ 127 até a rua Prefeito Hélio Ferreira (KM 01) e por esta até a Estação Ferroviária de Lages, passando pela rua Bezerra de Menezes, pela Praça Expedicionário Nilo Gama Flores (Pça. do Miro), rua Plínio Alves de Moura e daí, até a Estrada do Bom Jardim, retornando pelo mesmo itinerário até a rua Dr. Soares Filho até, finalmente chegar ao ponto rodoviário da rua Délio Basílio Leal.

f) - FROTA NECESSÁRIA: 01 (um) carro.
g) - VIDA ÚTIL MÁXIMA: 07 (sete) anos.

VII - LINHA CIRCULAR N.C-07 - PERCURSO DE 25 km

CENTRO - PONTE COBERTA (Via Estrada Eduardo Pereira Dias-
Cabral).

a) - Tarifa: R\$ 1,60;

b) - Horário de Circulação: das 06:00 às 21:00hs.

c) - Intervalos de Saídas: de 3 em 3 horas.

d) - Período de Operação: diariamente, inclusive sábados, domingos e

feriados.

e) - ITINERÁRIO: Saída do ponto rodoviário da Rua Délio Basílio Leal, passando pelas ruas Dominique Level, Cel. Othon, alcançando a Estrada RJ 127 e, por esta a Estrada Eduardo Pereira Dias, passando pelo km 9 por onde seguirá até o bairro de Ponte Coberta, daí até a Rodovia Presidente Dutra e por ela até seu km 212, entrada de Paracambi, seguindo pela Estrada RJ 127 até alcançar a rua Dr. Soares Filho daí até o ponto rodoviário da rua Délio Basílio Leal.

f) - FROTA NECESSÁRIA: 01 (um) carro.

g) VIDA ÚTIL MÁXIMA: 07 (sete) anos.

VIII – LINHA CIRCULAR N.C – 08 – PERCURSO DE 35 km
CENTRO – SAUDOSO (Via Km09).

- a) - Tarifa: R\$ 1,60;
b) – Horário de Circulação: das 06:00 às 21:00hs.
c) – Intervalos de Saída: 03 em 03 horas;
d) - Período de Operação: diariamente, inclusive sábados, domingos e feriados.
e) - Itinerário: saída do ponto rodoviário da rua Delio Basílio Leal, passando por parte da Rua Dominique Level, até alcançar a rua Beraldo Sacchi, passando pela Estrada da Floresta alcançando a Estrada Eduardo Pereira Dias até o ponto próximo a Escola M. da Floresta retornando pela mesma até a Estrada do Saudoso Seguindo até o seu ponto final, retornando pela Estrada da Floresta daí seguindo o mesmo itinerário até as ruas Cel. Othon, Dr. Soares Filho e daí, até ao ponto rodoviário da Rua Delio Basílio Leal.
f) – Frota Necessária: 01(um) ônibus.
g) – Vida Útil Máxima: 07 (sete) anos.

IX – LINHA CIRCULAR N.C – 09 - PERCURSO 28km
JARDIM NOVA ERA – PARAISO

- a) Tarifa: R\$ 1,60;
b) Horário de Circulação:
c) Intervalos de Saída: de 30 em 30 minutos;
d) Período de Operação: diariamente, inclusive sábados, domingos e feriados.

- e) Itinerário: saída do ponto rodoviário da rua dos Antúrios (Jardim Nova Era), passando pela rua dos Cravos, pelas ruas Prefeito Moracy Franco, Rio de Janeiro, Estrada RJ 127, rua Dr. Nilo Peganha, Assembleia de Deus, Américo Rodrigues Ferreira, Av. dos Operários, ruas Dominique Level, Cel. Othon, Dr. Soares Filho, Delio Basílio Leal, Dominique Level, Cel. Othon, Estrada RJ 127 e daí até a rua Prefeito Helio Ferreira e por

esta até a Estação Ferroviária de Lages, seguindo pela Rua Bezerra de Menezes, Pça Expedicionário Nilo Gama Flores (Pça do Miro), Rua Jonas Leal, Juscelino Kubstchek, Acre, Prefeito Bento Barbosa, Av. Paraíso retornando pelo mesmo itinerário até a rua dos Antúrios no (Jardim Nova Era).

f) Frota Necessária: 02 (dois) ônibus;

g) Vida Útil Máxima: 07 (sete) anos.

X - LINHA CIRCULAR N.C -10 PERCURSO 25km
CENTRO - MULTIRÃO

a) Tarifa: R\$ 1,60;

b) Horário de Circulação: das 6:30 às 18:30hs;

c) Intervalos de Saída: de 6 em 6 horas.

d) Período de operação: terças, quintas e domingos.

e) Itinerário: saída do ponto rodoviário da rua Delio Basílio Leal (centro) passando pelas ruas Dominique Level, Juiz Emílio Carmo e Alzira Zaru, atingindo a Estrada RJ 093 por está até a Estrada do Barreiro, retornando pelo mesmo itinerário até ruas Cel. Othon e Dr. Soares Filho até finalmente atingir o ponto rodoviário da rua Delio Basílio Leal;

f) Frota Necessária: 01 (um) ônibus.

g) Vida Útil Máxima: 07 (sete) anos.

XI - LINHA CIRCULAR N.C - 11 PERCURSO 20 km
CENTRO - SÃO JOSÉ (Via Cascata)

a) Tarifa: R\$ 1,60;

b) Horário de Circulação: de 06:00 às 18:00hs.

c) Intervalos de Saída: de 6 em 6 horas;

d) Período de Operação: Segundas, Quartas e Sábados;

e) Itinerário: saída do ponto rodoviário da Rua Delio Basílio Leal (centro), passando por parte da rua Dominique Level, Av. dos Operários, Américo Rodrigues Ferreira, Estrada Governador Roberto Silveira e Estrada para São José até alcançar o ponto final, retornando pelo mesmo itinerário

até as ruas Cel. Othon e Dr. Soares Filho até finalmente atingir o ponto
rodoviário da Delio Basilio Leal;
f) Frota Necessária: 01 (um) ônibus;
g) Vida Útil Máxima: 07 (sete) anos.

ANEXO II PROCESSO N.º 115
FLS. 80
ANO: 2017

DECLARAÇÃO

Nome da Licitante:

Endereço:

Tendo em vista o estabelecimento no item 15, alínea a do Edital de Concorrência Pública n., cujo objeto é a permissão de serviços de transportes de passageiros por ônibus no Município de Paracambi, das linhas c-01 à c-11, declara que conhece o Regulamento do Serviço de Transportes Coletivos do Município de Paracambi, aprovado pelo decreto n. 14-79 e lei Municipal de n. 364-96 e que submeterá ao mesmo e aos atos normativos supervenientes.

Assinatura do representante legal da licitante

ANEXO III
TERMO DE PERMISSÃO

TERMO DE PERMISSÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE COLETIVO DE PASSAGEIROS, LAVRADO PELO MUNICÍPIO DE PARACAMBI, OBJETIVANDO A OPERAÇÃO DAS LINHAS CIRCULARES: N.C-01 – CENTRO- GUARAJUBA (VIA RUA DEF. ROMEU NATAL), N.C-02 – CASCATA - LAGES, N.C-03 – SABUGO –LAGES (VIA LOTEAMENTO NOVO), N.C.-04 – JARDIM NOVA ERA – DR. EIRAS, N.C-05 – JARDIM NOVA ERA – GUARAJUBA, N.C-06 – CENTRO – BOM JARDIM, N.C-07 – CENTRO – PONTE COBERTA(VIA EDUARDO PEREIRA DIAS –CABRAL), N.C-08 – CENTRO – SAUDOSO (VIA KM09), N.C-09 JARDIM NOVA ERA – PARAISO, N.C.-10 CENTRO-MULTIRÃO, N.C-11-CENTRO-SÃO JOSÉ.

Aos _____ () dias _____ do mês de _____ do ano de _____ no Gabinete do Prefeito, situado na rua _____ n. _____, Centro, presentes:

1) – O município de Paracambi, doravante denominado Poder Permitente, neste ato representado pelo Prefeito.

2) – A empresa _____, inscrita no

Cadastro Geral de Contribuintes do Ministério da fazenda sob. o n. _____, e no Cadastro Estadual se for o caso sob o n.

_____, estabelecida na _____, e no

Cadastro da Fazenda Municipal o n. _____, doravante

denominada Permissonária, representada neste ato pelo Sr.

_____, na qualidade de sócio

gerente, na forma de seu contrato social, como C/C n.

_____, Carteira de Identidade n. _____,

emitida pelo _____, em _____, vencedora da

PROCESSO N.º 1719 FLs. 29 ANO 2007

A prestação do serviço, objeto do presente termo, reger-se-á pelas normas de caráter geral da lei Federal n. 8.666, de 21-06-93, com as suas alterações posteriores, da lei Federal n. 8.987-95, com suas alterações posteriores, da lei municipal n. 364-96, pelo Regulamento do Serviço de Transportes Coletivos do Município de Paracambi, aprovado pelo decreto n. 14-79, bem como pelos atos normativos supervenientes editados pelo Poder Permitente, observadas as prescrições editalícias e as cláusulas e condições que se seguem.

CLÁUSULA PRIMEIRA
DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

licitação sob a modalidade de Concorrência, n.º ____-97, realizada de acordo com o Processo Administrativo n.º ____-, cujo resultado foi publicado no ____-, em ____-____, assim, perante as testemunhas abaixo nomeadas, o presente Termo de Permissão de Linha Transporte Convencional de Passageiros, com as seguintes cláusulas e condições.

PROCESSO N.º 1743 FLS. 30

rua Bezerra de Menezes passando pela Pça Expedicionário Nilo Gama Flores(Pça do Miro), Trav. Bom Jardim e rua Deputado Romeu Natal (antiga rua 10) até a Escola Estadual Boa Esperança, atravessando a Estrada RJ 127, para entrar na Rua São Jorge (Guarajuba), passando pela Rua Sta. Terezinha e Estrada Eduardo Pereira Dias até alcançar novamente, a Estrada RJ 127 e, daí, até a Rua Dr. Soares Filho, atingindo, finalmente o ponto rodoviário da Rua Délio Basílio Leal (centro). **N.C-02 – CASCATA / LAGES** com 30 km, no horário de 05:30 hs às 23:30 hs e o seguinte itinerário: saída do ponto da Rua Tenente Bernardino Bastos (nas proximidades do Hospital) no bairro Cascata, seguindo pela Rua Vicente Cicarino e pela Estrada Governador Roberto Silveira alcançando a Rua Américo Rodrigues Ferreira seguindo pela Avenida dos Operários passando por parte das Ruas Dominique Level e Cel. Othon daí à Rua Dr. Soares Filho atingindo o ponto Rodoviário da Rua Délio Basílio Leal retornando novamente por parte das Ruas Dominique Level e Cel. Othon alcançando a Estrada RJ 127 e daí até a Rua Pref. Hélio Ferreira passando e por esta até a Estação Ferroviária de Lages seguindo pelas Ruas Jaime Augusto Marques, Othon dos Santos, Maximiano de Carvalho, Prefeito Bento Barbosa, Plínio Alves de Moura, Trav. Bom Jardim, Rua Dep. Romeu Natal até alcançar novamente a Estrada RJ 127 e por ela retornando até as Ruas Dr. Soares Filho, Délio Basílio Leal, Dominique Level, Av. dos Operários, Américo Rodrigues Ferreira, Estrada Governador Roberto Silveira, Vicente Cicarino daí alcançando finalmente o ponto final da Rua Tenente Bernardino Bastos . **N.C-03 – SABUGO / LAGES** (Via Loteamento Novo) com 30 km, no horário de 6:00 às 23:00 hs e o seguinte itinerário: saída do ponto da Estrada da Floresta (em frente a Escola Terra de Educar), seguindo pela mesma até as Ruas Av. Presidente João Goulart, Beraldo Sacchi, Dominique Level, Cel. Othon e Dr. Soares Filho, alcançado o ponto rodoviário da Rua Délio Basílio Leal, retornando as Ruas Dominique Level e Cel. Othon até alcançar a Estrada RJ 127e daí pela Estrada Eduardo Pereira Dias, passando pelas seguintes ruas e avenidas: rua Santa Terezinha, Av. São Jorge, Av. Ailton Senna, rua João Batista, rua do Acesso, e av. Luiz Paulo voltando novamente pela av. São Jorge até alcançar a Estrada RJ 127 e por esta até as Ruas Dep. Romeu Natal, Trav.

Bom Jardim, passando pelas Ruas Plínio Alves de Moura, Prefeito Bento Barbosa, Juscelino Kubstchek, Jonas Leal, Leal de Carvalho, Maximiano de Carvalho, Othon dos Santos, Jaime Augusto Marques, Pref. Hélio Ferreira alcançando novamente a Estrada RJ 127 daí pelo mesmo itinerário até o ponto da Estrada Floresta. **N.C-04 – JARDIM NOVA ERA / DR. EIRAS** com 28 km, no horário de 4 às 18 hs e o seguinte itinerário: saída do ponto rodoviário da rua dos Antúrios (Jardim Nova Era), passando pelas ruas dos Cravos, Pref. Moracy Franco, Rio de Janeiro, Estrada RJ 127. Ruas Dr. Nilo Peganha, Assembleia de Deus, Operários, Dominique Level, Cel. Othon, Dr. Soares Filho, Delio Basílio Leal, Dominique Level, Cel. Othon, Estrada RJ 127, e daí até a Rua Prefeito Hélio Ferreira e por esta até a Estação Ferroviária de Lages, seguindo pela rua Bezerra de Menezes, Praça Expedicionário Nilo Gama Flores (Pça. do Miro), Rua Jonas Leal, Juscelino Kubstchek, Acre, Prefeito Bento Barbosa, Av. Paraíso e Estação Ferroviária Dr. Eiras, retornado pelo mesmo itinerário até o ponto rodoviário da rua dos Antúrios. **N.C-05 – JARDIM NOVA ERA / GUARAJUBA** com 30 km, no horário das 00:00 hs às 23:59 hs e o seguinte itinerário: saída do ponto rodoviário da rua dos Antúrios (Jardim Nova Era), passando pela rua dos Cravos, pelas ruas Pref. Moracy Franco, Rio de Janeiro, Estrada RJ 127, Ruas Dr. Nilo Peganha, Assembleia de Deus, Américo Rodrigues Ferreira, Av. dos Operários, Rua Dominique Level, Cel. Othon, Dr. Soares Filho, Delio Basílio Leal, Dominique Level, Cel. Othon, Estrada RJ 127 e daí até a Rua são Jorge (Guarajuba), passando pelas Ruas São Judas Tadeu, Gen. Uzeda, São Paulo, Sta. Terezinha, por onde retorna até a rua São Jorge até atingir a Estrada RJ 127 e aí passando pela Rua Dep. Romeu Natal, Trav. Bom Jardim, Plínio Alves de Moura, Prefeito Bento Barbosa, Juscelino Kubstchek, Jonas Leal, Leal de Carvalho, Maximiano de Carvalho, Othon dos Santos, até a Estação Ferroviária de Lages, daí pelas Ruas Prefeito Hélio Ferreira até alcançar novamente a Estrada RJ 127 e por ela retornando pelo mesmo percurso até o ponto rodoviário da Rua dos Antúrios. **N.C-06 – CENTRO / BOM JARDIM** com 30 km, no horário das 6 às 22 hs e o seguinte itinerário: Saída do ponto rodoviário da rua Delio Basílio Leal, passando pelas ruas Dominique Level, Cel. Othon, alcançando a Estrada RJ 127 até a rua Prefeito Hélio Ferreira

(KM 01) e por esta até a Estação Ferroviária de Lages, passando pela rua Bezerra de Menezes, pela Praça Expedicionário Nilo Gama Flores (Pça. do Miro), rua Plínio Alves de Moura e daí, até a Estrada Maurício da Silva Guimarães, retornando pelo mesmo itinerário até a rua Dr. Soares Filho até, finalmente chegar ao ponto rodoviário da rua Delio Basílio Leal. N.C-07 – CENTRO / PONTE COBERTA (Via Estrada Eduardo Pereira Dias - Cabral) com 25 km, no horário das 6 às 21 hs e o seguinte itinerário: Saída do ponto rodoviário da Rua Delio Basílio Leal, passando pelas ruas Dominique Level, Cel. Othon, alcançando a Estrada RJ 127 e, por esta a Estrada Eduardo Pereira Dias, passando pelo km 9 por onde seguirá até o bairro de Ponte Coberta, daí até a Rodovia Presidente Dutra e por ela até seu km 212, entrada de Paracambi, seguindo pela Estrada RJ 127 até alcançar a rua Dr. Soares Filho daí até o ponto rodoviário da rua Delio Basílio Leal. N.C-08 CENTRO- SAUDOSO (Via Km09), com 35km no horário das 06 as 21 hs: seguinte itinerário: saída do ponto rodoviário da rua Delio Basílio Leal, passando por parte da Rua Dominique Level, até alcançar a Av. Presidente João Goulart e a rua Beraldo Sacchi, passando pela Estrada da Floresta alcançando a Estrada Eduardo Pereira Dias até o ponto próximo a Escola M. da Floresta retornando pela mesma até a Estrada do Saudoso Seguindo até o seu ponto final, retornando pela Estrada da Floresta daí seguindo o mesmo itinerário até as ruas Cel. Othon, Dr. Soares Filho e daí, até ao ponto rodoviário da Rua Delio Basílio Leal.

N.C 09- JARDIM NOVA ERA – PARAÍSO com 28 km no horário das 04 às 23hs. seguinte itinerário: : saída do ponto rodoviário da rua dos Antúrios (Jardim Nova Era), passando pela rua dos Cravos, pelas ruas Prefeito Moracy Franco, Rio de Janeiro, Estrada RJ 127, rua Dr. Nilo Peganha, Assembleia de Deus, Américo Rodrigues Ferreira, Av. dos Operários, ruas Dominique Level, Cel. Othon, Dr. Soares Filho, Delio Basílio Leal, Dominique Level, Cel. Othon, Estrada RJ 127 e daí até a rua Prefeito Helio Ferreira e por esta até a Estação Ferroviária de Lages, seguindo pela Rua Bezerra de Menezes, Pça Expedicionário Nilo Gama Flores (Pça do Miro), Rua Jonas Leal, Juscelino Kubstchek, Acre, Prefeito Bento Barbosa, Av. Paraíso retornando pelo mesmo itinerário ate a rua dos Antúrios no (Jardim Nova Era) . N.C – 10 – CENTRO- MULTIRÃO – com 25km, no horário das

N.C -01 – Centro/Guarajuba (Via Rua 10)
 = R\$ 1,60 (um real e quarenta centavos);
 N.C – 02 - Cascata/Lages (Via Hospital Municipal)
 = R\$ 1,60 (um real e quarenta centavos);
 N.C – 03 - Sabugo/Lages(Via Loteamento Novo)
 = R\$ 1,60 (um real e quarenta centavos);
 N.C – 04 – Jardim Nova Era/Dr. Eiras
 = R\$ 1,60 (um real e quarenta centavos);
 N.C – 05 – Jardim Nova Era/Guarajuba
 = R\$ 1,60 (um real e quarenta centavos);
 N.C – 06 - Centro/Bom Jardim
 = R\$ 1,60 (um real e quarenta centavos);
 N.C – 07 – Centro/Ponte Coberta(Via Estrada Eduardo Pereira Dias-Cabral)
 = R\$ 1,60 (um real e quarenta centavos);
 N.C – 08 – Centro/Saudoso (Via Km09)

Os serviços ora permitidos serão remunerados pelas seguintes tarifas:

CLÁUSULA TERCEIRA DO VALOR DA TARIFA

06 as 18hs. E no seguinte itinerário: saída do ponto rodoviário da rua Delio Basílio Leal (centro) passando pelas ruas Dominique Level, Juiz Emílio Carmo e Alziro Zaru,atendendo a Estrada RJ 093 por esta até a Estrada do Barreiro, retornando pelo mesmo itinerário até ruas Cel. Othon e Dr. Soares Filho até finalmente atingir o ponto rodoviário da rua Delio Basílio Leal. N.C - 11 – CENTRO – SÃO JOSÉ (Via Cascata), com 20 km,no horário de 06 as 18hs. e o seguinte itinerário: saída do ponto rodoviário da Rua Delio Basílio Leal (centro), passando por parte da rua Dominique Level, Av. dos Operários, Américo Rodrigues Ferreira, Estrada Governador Roberto Silveira e Estrada para São José até alcançar o ponto final, retornando pelo mesmo itinerário até as ruas Cel. Othon e Dr. Soares Filho até finalmente atingir o ponto rodoviário da Delio Basílio Leal.

PROCESSO N.º 1145
 FLS 34
 ANO 2007

=R\$ 1,60 (um real e quarenta centavos);

N.C – 09 – Jardim Nova Era/Paraíso

=R\$ 1,60 (um real e quarenta centavos);

N.C – 10 – Centro/Mutirão

=R\$ 1,60 (um real e quarenta centavos);

N.C – 11 – Centro/São José

=R\$ 1,60 (um real e quarenta centavos);

CLÁUSULA QUARTA

DO REAJUSTE TARIFÁRIO.

A tarifa será reajustada anualmente e revista, a qualquer tempo, com vista ao atendimento do que estabelece a lei Municipal n.º 364/96, e com a devida apresentação de planilha de custo, dados operacionais e dados da frota existentes.

Caso a vendedora apresente 100% da frota de ônibus solicitado no edital, sendo estes do ano de 2007, será concedido um reajuste de R\$ 0,10 (dez) centavos, após seis meses de operação.

CLÁUSULA QUINTA DAS OBRIGAÇÕES DA PERMISSIONÁRIA

Pelo presente Termo, a "Permissonária" obriga-se principalmente a:

I – dar início a execução dos serviços no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da data da apresentação da frota;

II – prestar serviço adequado, na forma prevista neste Termo e nas normas regulamentares ou técnicas aplicáveis;

III – manter em dia o inventário e o registro dos bens utilizados na prestação do

serviço;

IV – prestar contas da gestão do serviço à Secretaria Municipal de Fazenda nos termos da lei n.º 364/96, fazendo-o através da Secretaria de Trânsito e

Transportes;

V – cumprir e fazer cumprir as normas do serviço e cláusulas desta Permissão;

VI – permitir aos encarregados da fiscalização livre acesso, em qualquer época, aos equipamentos e as instalações integrantes do serviço, bem como seus registros contábeis;

VII – submeter o veículo a vistoria periódica conforme a legislação em vigor;

VIII – manter, durante o prazo em vigência do presente Termo, qualificação compatível com o exercício da prestação do serviço;

IX – observar as normas relativas às características dos veículos;

X – efetuar a substituição dos veículos quando atingirem o tempo limite de vida útil, conforme determinado pelo regulamento.

XI – comunicar ao Departamento de Transportes a ocorrência de perda, acidente, roubo ou furto do veículo cadastrado;

XII – providenciar a apresentação de novo veículo nos casos da alínea anterior, no prazo Máximo de 90 (noventa) dias contados da ocorrência do fato;

XIII – cobrar o preço da passagem de acordo com o valor fixado ou o posteriormente determinado pelo **Poder Permitente**;

XIV – manter seguro de responsabilidade civil com cobertura de R\$ 400.000,00 quatrocentos mil reais) por evento, cobrindo todos os passageiros transportados com despesas médicas, hospitalares, morte e invalidez.

XV – manter seguro para terceiros cobrindo danos materiais e pessoais com cobertura de R\$100.000,00 (cem mil reais) por evento.

XVI – em eventos comemorativos da cidade a empresa se comprometerá a disponibilizar ônibus extras para o deslocamento da população durante a realização do evento, conforme horários estipulados pela Secretaria de Transito e Transporte.

XVII – cuidar dar para que a frota e a garagem atendam aos requisitos básicos de conservação do meio ambiente, como: separador de óleo e emissão de CO₂.

XVIII – estar com sistema de validadores de passagens eletrônicas (Rio Card) funcionando.

XIX – todos os veículos da frota deveram estar emplacados no município.

§ 1º - Qualquer alteração societária da empresa **Permissonária** será regida pelas disposições de direito provado e pela legislação trabalhista, não se estabelecendo qualquer relação entre os terceiros contratados e o outorgante.

§ 2º - Fica obrigado a permissão a instalar no prazo Máximo de 01 (um) ano, garagem com capacidade para frota existente dentro do Município, bem como, emplacar todos os veículos na cidade de Paracambi.

CLÁUSULA SEXTA DOS ENCARGOS DO PODER PERMITENTE

Pelo presente termo, O Poder Permitente obriga-se a:

- I – fiscalizar, permanentemente, a prestação do serviço delegado;
- II – aplicar as penalidades regulamentares e as previstas no presente Termo;
- III – extinguir a permissão nos casos previstos neste Termo e Regulamento do Serviço;
- IV – proceder a revisão das tarifas e autorizar seu reajustamento, nos termos da legislação pertinente;
- V – fazer cumprir as disposições regulamentares do serviço e as cláusulas do Termo de Permissão;
- VI – Zelar pela boa qualidade do serviço e receber, apurar e solucionar queixas e reclamações dos usuários;
- VII – estimular o aumento da qualidade e da produtividade, e preservação do meio ambiente e a conservação dos bens e equipamentos utilizados no serviço.

§ 1º - Incorre em pena de caducidade a **Permissão** que descumprir cláusulas do Termo de Permissão, disposições legais ou regulamentares concernentes a prestação do serviço, a saber:

§ 2º - Em face do estabelecido no § 2º, do art. 71 da lei nº. 8.666/93 deverá apresentar a **Permissão**, sempre que solicitado, a comprovação de quitação dos encargos previdenciários da mão-de-obra alocada à execução dos serviços permitidos.

§ 3º - A fiscalização do serviço será feita por intermédio do Departamento de Transportes, podendo ser utilizados meios eletrônicos ou outras tecnologias no auxílio ao seu desempenho.

CLÁUSULA SÉTIMA DA EXTINÇÃO DA PERMISSÃO

Extingue-se a permissão por:

- I – advento do termo de delegação;
- II – caducidade;
- III – desistência da exploração do serviço, parcial ou totalmente, mediante notificação escrita ao Poder Permitente, obrigando-se a Permissonária a cumprir integralmente as cláusulas da Permissão pelo período de 6 (seis) meses, após a referida notificação. A desistência manifestada antes do decurso do prazo da permissão mencionado na Cláusula Décima – Segunda implicará na imposição de multa de 20% (vinte por cento) do valor do contrato;
- IV – anulação;
- V – falência.

§ 1º - incorre em pena de caducidade a Permissonária que descumprir cláusulas do Termo de Permissão, disposições legais ou regulamentares concernentes a prestação do serviço, a saber:

- I – paralisar o serviço por mais de 10 (dez) dias consecutivos, ressalvadas as hipóteses decorrentes de caso fortuito ou força maior;
- II – executar menos da metade do número das frequências mínimas durante o período de 90 dias (noventa) dias consecutivos, salvo por motivo de força maior, devidamente comprovado;
- III – não cumprir, aos a terceira advertência, observados os prazos legais, as penalidades impostas por infrações;

PROCESSO N.º 1795
FLS. 98
ANO 2017

IV - apresentar elevado índice de acidentes graves, aos quais a

Permissão ou seus prepostos hajam dado causa, apurada a

responsabilidade mediante o devido processo legal;

V – nos casos previstos como de “cassação” constantes de leis ou de

regulamento do Serviço e demais normas pertinentes.

§ 2º - A declaração de caducidade deverá ser precedida da verificação

da inadimplência da Permissão em processo administrativo, assegurado o

direito de ampla defesa.

§ 3º - Não será extinta a Permissão antes de comunicada a

Permissão os descumprimentos referidos no § 1º desta cláusula, dando-

se-lhe um prazo de 15 (quinze) dias para corrigir as falhas e transgressões que

lhe forem imputados, observado o disposto no inciso II do § 1º.

§ 4º - Comprovada a inadimplência, a caducidade será declarada por ato

do Prefeito Municipal.

§ 5º - Declarada a caducidade não resultará para o Permitente qualquer

espécie de responsabilidade em relação aos encargos, ônus, obrigações ou

compromissos com terceiros ou com empregados da Permissão.

§ 6º - A declaração de caducidade impedirá a Permissão de, durante

o prazo de 6(seis) a 24(vinte quatro) meses, a ser fixado em cada caso,

habilitar-se a nova outorga.

CLÁUSULA OITAVA

DA RESPONSABILIDADE DA PERMISSÃO

A infração às determinações contidas neste Termo e na legislação que a disciplina, sujeitará a Permissão, às seguintes penalidades:

I – multa;

II – lacre;

PROCESSO Nº 1715
40
70
2007

III – suspensão da permissão para execução do serviço;

IV – caducidade da permissão;

V – suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 02(dois) anos;

VI – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ate que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

§ 1º - As sanções previstas nos incisos III e IV poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso I.

§ 2º - As sanções estabelecidas nos incisos III, IV, V e VI, desta cláusula são de competência exclusiva do Secretário Municipal de Fazenda, facultada a defesa da interessada no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após o decurso do prazo consignado.

§ 3º - As sanções estabelecidas pelos incisos I e II desta cláusula são de competência da Secretaria de Transportes.

§ 4º - Nos casos de aplicação conjunta das sanções previstas aos incisos I, II, III e IV desta cláusula a competência para sua aplicação se desloca para o Secretário de Fazenda.

CLÁUSULA NONA DOS RECURSOS

Dos atos da Administração caberão os seguintes recursos:

I – a impugnação contra aplicação das penalidades previstas nos incisos I e II da cláusula nona será endereçada e decidida pela Secretaria de Trânsito e Transportes;

PROCESSO Nº 1715 FLS. 41
ANO: 2007

II – a impugnação contra a aplicação das demais penalidades será endereçada e decidida pelo Secretário Municipal de Fazenda;
III – contra a decisão proferida pela autoridade mencionada no inciso I caberá recurso a ser apreciado pela Secretaria Municipal de Fazenda;
IV – contra a decisão proferida pela autoridade referida no inciso II caberá recurso a ser examinado pelo Prefeito Municipal.

§ 1º - O prazo das impugnações previstas nos incisos I e II desta cláusula será de 10m (dez) dias, contados, a partir da ciência inequívoca do fato;

§ 2º - O prazo para a interposição dos recursos previstos nos incisos III e IV destas cláusulas, será 15 (quinze) dias contados da ciência inequívoca da decisão recorrida.

CLÁUSULA DÉCIMA DO PRAZO

A presente Permissão de Serviço é outorgada pelo prazo de 10 (dez) anos, sujeita a sucessiva prorrogações, nos termos do Ato convocatório da respectiva licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA DA GARANTIA

Para garantir do presente, a Permissonária prestou garantia em dinheiro mediante caução, no valor de _____ (equivalentes a 1% (um por cento) do valor do contrato.

§ Único – A garantia somente será restituída, após o cumprimento integral do contrato, devidamente corrigida, de acordo com o índice oficial de medição da perda de valor da moeda nacional.

PELA PERMISSONÁRIA

PREFEITO MUNICIPAL

Pelo Poder Permittente

Paracambi, de de 2007.

E, por estarem definidos as regras básicas da Permissão ora outorgada, às quais adere a Permissonária firmam o presente em 05(cinco) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

A Secretária Municipal de Governo fará publicar, às expensas da Permissonária, o extrato deste instrumento, no prazo de 20 (vinte) dias contados da sua assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA DA PUBLICAÇÃO

Fica eleito o Foro da Comarca do Município de Paracambi, para a solução judicial das demandas relativas ao presente Contrato de Adesão, não resolvidas amigavelmente, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA DO FORO.

PROCESSO Nº. 1715 FLS. 42 ANO: 2007

PROCESSO Nº. FLS.

TESTEMUNHAS:

PROCESSO N.º

FLS.

ANO

12/5 48 2002

PROJETO BÁSICO

ANEXO IV

I – OBJETO:

Operação das linhas Circulares de Transporte Coletivo por Ônibus que farão as seguintes ligações: N.C – 01 Centro-Guarajuba (Via rua Dep. Romeu Nata); N.C -02 Cascata - Lages; N.C – 03 Sabugo – Lages (Via Loteamento Novo); N.C -04 Jardim Nova Era- Dr. Eiras; N.C – 05 Jardim Nova Era- Novo); N.C -06 Centro-Bom Jardim; N.C – 07 Centro-Ponte Coberta (Via Guarajuba; Estrada Eduardo Pereira Dias-Cabra); N.C – 08 Centro- Saudoso, (via Km09), N.C -09 Jardim Nova Era- Paraíso; N.C – 10 Centro-Multirão; N.C – 11 Centro - São José.

II – ESPECIFICAÇÕES:

II.1 – QUILOMETRAGEM TOTAL DE CADA UMA DAS LINHAS CIRCULARES:

N.C – 01 Centro-Guarajuba (Via rua Dep. Romeu Nata);

22 km

N.C - 02 Cascata – Lages;

30km

N.C – 03 Sabugo – Lages (Via Loteamento Novo);

32 km

N.C - 04 Jardim Nova Era- Dr. Eiras;

28 km

N.C – 05 Jardim Nova Era- Guarajuba;

30 km

N.C - 06 Centro-Bom Jardim;

25km

N.C - 07 Centro-Ponte Coberta (Via Estrada Eduardo Pereira Dias - Cabral);

30 km

N.C - 08 Centro- Saudoso (Via Km09);

35 km

N.C - 09 Jardim Nova Era-Paraíso;

28 km

N.C - 10 Centro - Mutirão;

25km

N.C - 11 Centro - São José

20 km

II.2 - VEÍCULO A SER UTILIZADO:

O veículo a ser utilizado é o ônibus do Tipo Urbano.

II.3 - FROTA DETERMINADA:

A frota determinada para operação das linhas é de 13 (treze) ônibus:

N.C - 01 Centro-Guarajuba (Via rua Dep. Romeu Natal);

01

N.C - 02 Cascata - Lages;

01

N.C - 03 Sabugo - Lages;

01

N.C -04 Jardim Nova Era- Dr. Eiras;

01

N.C - 05 Jardim Nova Era- Guarajuba;

02

N.C - 06 Centro-Bom Jardim;

01

N.C - 07 Centro-Ponte Coberta (Via Estrada Eduardo Pereira Dias-Cabral);

01

N.C – 08 Centro- Saudoso (Via Km09)

01

N.C – 09 Jardim Nova Era-Paraiso;

02

N.C – 10 Centro-Mutirão;

01

N.C – 11 Centro - São José;

01

II – 4 – ITINERÁRIO DE CADA LINHA CIRCULAR:

II. 4.1 – N.C-01 – CENTRO/GUARAJUBA (via Rua Dep. Romeu Natal)- saída do ponto rodoviário da Rua Délio Basílio Leal (centro), passando por parte da Rua Dominique Level e pela rua Cel. Othon, para alcançar a Estrada RJ 127 e por ele até a rua Prefeito Helio Ferreira (km 1) e daí até a Estação Ferroviária de Lages, tomando a rua Bezerra de Menezes passando pela Pça Expedicionário Nilo Gama Flores(Pça do Miro), Trav. Bom Jardim e rua Deputado Romeu Natal (antiga rua 10) até a Escola Estadual Boa Esperança, atravessando a Estrada RJ. 127, para entrar na Rua São Jorge (Guarajuba), passando pela Rua Sta. Terezinha e Estrada Eduardo Pereira Dias até alcançar novamente, a Estrada RJ 127 e, daí, até a Rua Dr. Soares Filho, atingindo, finalmente o ponto rodoviário da Rua Délio Basílio Leal (centro).

II.4.2 – N.C-02 - CASCATA/LAGES - saída do ponto da Rua Tenente Bernardino Bastos (nas proximidades do Hospital) no bairro Cascata, seguindo pela Rua Vicente Cicarino e pela Estrada Governador Roberto Silveira alcançando a Rua Américo Rodrigues Ferreira seguindo pela Avenida dos Operários passando por parte das Ruas Dominique Level e Cel. Othon daí à Rua Dr. Soares Filho atingindo o ponto Rodoviário da Rua Délio Basílio Leal retornando novamente por parte das Ruas Dominique Level e Cel. Othon alcançando a Estrada RJ 127 e daí até a Rua Pref. Helio Ferreira passando e por esta até a Estação Ferroviária de Lages seguindo pelas Ruas Jaime Augusto Marques, Othon dos Santos, Maximiano de Carvalho, Prefeito Bento

Barbosa, Plínio Alves de Moura, Trav. Bom Jardim, Rua Dep. Romeu Natal até alcançar novamente a Estrada RJ 127 e por ela retornando até as Ruas Dr. Soares Filho, Délio Basílio Leal, Dominique Level, Américo Rodrigues Ferreira, Estrada Governador Roberto Silveira, Vicente Cícarino dal alcançando finalmente o ponto da Rua Tenente Bernardino Bastos .

II.4.3 – N.C-03 – SABUGO/LAGES (Via Loteamento Novo) - saída do ponto da Estrada da Floresta (em frente a Escola Terra de Educar), seguindo pela mesma até as Ruas Av. Presidente João Goulart, Beraldo Sacchi, Dominique Level, Cel. Othon e Dr. Soares Filho, alcançado o ponto rodoviário da Rua Délio Basílio Leal, retornando as Ruas Dominique Level e Cel. Othon até alcançar a Estrada RJ 127e daí pela Estrada Eduardo Pereira Dias, passando pelas seguintes ruas e avenidas:rua Santa Terezinha, Av. são Jorge, Av. Ailton Senna, rua João Batista, rua do Acesso, e av. Luiz Paulo voltando novamente pela av. são Jorge até alcançar a Estrada RJ 127 e por esta até as Ruas Dep. Romeu Natal, Trav. Bom Jardim, passando pelas Ruas Plínio Alves de Moura, Prefeito Bento Barbosa, Juscelino Kubstchek, Jonas Leal, Leal de Carvalho, Maximiano de Carvalho, Othon dos Santos, Jaime Augusto Marques, Pref. Helio Ferreira alcançando novamente a Estrada RJ 127 daí pelo mesmo itinerário até o ponto da Estrada Floresta.

II. 4.4 – N.C-04 – JARDIM NOVA ERA/DR. EIRAS - saída do ponto rodoviário da Rua dos Antúrios (Jardim Nova Era), passando pelas ruas dos Cravos, Pref. Moracy Franco, Rio de Janeiro, Estrada RJ 127. Ruas Dr. Nilo Peganha, Assembleia de Deus, Américo Rodrigues Ferreira, Av. dos Operários, Dominique Level, Cel. Othon, Dr. Soares Filho, Ministro Sebastião de Lacerda, Dominique Level, Cel. Othon, Estrada RJ 127, e daí até a Rua Prefeito Hélio Ferreira e por esta até a Estação Ferroviária de Lages, seguindo pela rua Bezerra de Menezes, Praça Expedicionário Nilo Gama Flores (Pça. do Miro), Rua Jonas Leal, Juscelino Kubstchek, Acre, Prefeito Bento Barbosa, Av. Paraíso e Estação Ferroviária Dr. Eiras, retornado pelo mesmo itinerário até o ponto rodoviário da rua dos Antúrios.

II. 4.5 – N.C-05 – JARDIM NOVA ERA/GUARAJUBA - saída do ponto rodoviário da Rua dos Antúrios (Jardim Nova Era), passando pela rua dos Cravos, pelas ruas Pref. Moracy Franco, Rio de Janeiro, Estrada RJ 127, Ruas Dr. Nilo Peganha, Assembleia de Deus, Américo Rodrigues Ferreira, Av. dos Operários, Rua Dominique Leves, Cel.Othon, Dr.Souares Filho, Delio Basilio Leal, Dominique Level, Cel. Othon, Estrada RJ 127 e daí até a Rua São Jorge (Guarajuba), passando pelas Ruas São Judas Tadeu, Gen. Uzeda, São Paulo, Sta. Terezinha, por onde retorna até a rua São Jorge até atingir a Estrada RJ 127 e aí passando pela Rua Dep. Romeu Natal, Trav. Bom Jardim, Plínio Alves de Moura, Prefeito Bento Barbosa, Juscelino Kubstchek, Jonas Leal, Leal de Carvalho, Maximiano de carvalho, Othon dos Santos, até a Estação Ferroviária de Lages, daí pelas Rua Prefeito Helio Ferreira até alcançar novamente a Estrada RJ 127 e por ela retornando pelo mesmo percurso até o ponto rodoviário da Rua dos Antúrios.

II.4.6 – N.C-06 - CENTRO/BOM JARDIM - Saída do ponto rodoviário da rua Delio Basilio Leal, passando pelas ruas Dominique Level, Cel. Othon, alcançando a Estrada RJ 127 até a rua Prefeito Hélio Ferreira (KM 01) e por esta até a Estação Ferroviária de Lages, passando pela rua Bezerra de Menezes, pela Praça Expedicionário Nilo Gama Flores (Pça. do Miro), rua Plínio Alves de Moura e daí, até a Estrada do Bom Jardim, retornando pelo mesmo itinerário até a rua Dr. Soares Filho até, finalmente chegar ao ponto rodoviário da rua Delio Basilio Leal.

II.4.7 – N.C-07 – CENTRO/PONTE COBERTA (Via Estrada Eduardo Pereira Dias - Cabral) Saída do ponto rodoviário da Rua Delio Basilio Leal, passando pelas ruas Dominique Level, Cel. Othon, alcançando a Estrada RJ 127 e, por esta a Estrada Eduardo Pereira Dias, passando pelo km 9 por onde seguirá até o bairro de Ponte Coberta, daí até a Rodovia Presidente Dutra e por ela até seu km 212, entrada de Paracambi, seguindo pela Estrada RJ 127 até alcançar a rua Dr. Soares Filho daí até o ponto rodoviário da rua Delio Basilio Leal.

II.4.8 – N.C-08 – CENTRO - Saudoso (Via Km09) - saída do ponto rodoviário da rua Delio Basílio Leal, passando por parte da Rua Dominique Level, até alcançar a Av. Presidente João Goulart e a rua Beraldo Sacchi, passando pela Estrada da Floresta alcançando a Estrada Eduardo Pereira Dias até o ponto próximo a Escola M. da Floresta retornando pela mesma até a Estrada do Saudoso Seguindo até o seu ponto final, retornando pela Estrada da Floresta daí seguindo o mesmo itinerário até as ruas Cel. Othon, Dr. Soares Filho e daí, até ao ponto rodoviário da Rua Delio Basílio Leal.

II.4.9 – N.C-09 — JARDIM NOVA ERA/PARAISO - saída do ponto rodoviário da rua dos Antúrios (Jardim Nova Era), passando pela rua dos Cravos, pelas ruas Prefeito Moracy Franco, Rio de Janeiro, Estrada RJ 127, rua Dr. Nilo Peganha, Assembleia de Deus, Américo Rodrigues Ferreira, Av. dos Operários, ruas Dominique Level, Cel. Othon, Dr. Soares Filho, Delio Basílio Leal, Dominique Level, Cel. Othon, Estrada RJ 127 e daí ate a rua Prefeito Helio Ferreira e por esta até a Estação Ferroviária de Lages, seguindo pela Rua Bezerra de Menezes, Pça Expedicionário Nilo Gama Flores (Pça do Miro), Rua Jonas Leal, Juscelino Kubstchek, Acre, Prefeito Bento Barbosa, Av. Paraíso retornado pelo mesmo itinerário ate a rua dos Antúrios no (Jardim Nova Era) .

II.4.10 – N.C – 10 CENTRO/MULTIRÃO - saída do ponto rodoviário da rua Delio Basílio Leal (centro) passando pelas ruas Dominique Level, Juiz Emilio Carmo e Alzira Zaru, atingindo a Estrada RJ 093 por esta até a Estrada do Barreiro, retornando pelo mesmo itinerário até ruas Cel. Othon e Dr. Soares Filho até finalmente atingir o ponto rodoviário da rua Delio Basílio Leal.

II.4.11 – N.C-11- CENTRO/SÃO JOSÉ (Via Cascata) - saída do ponto rodoviário da Rua Delio Basílio Leal (centro), passando por parte da rua Dominique Level, Av. dos Operários, Américo Rodrigues Ferreira, Estrada Governador Roberto Silveira e Estrada para São José até alcançar o ponto final, retornando pelo mesmo itinerário até as ruas Cel. Othon e Dr. Soares Filho até finalmente atingir o ponto rodoviário da Delio Basílio Leal.

III - TARIFA DE CADA LINHA CIRCULAR:

III.1 - N.C-01 - Centro/Guarajuba (via rua 10)

= R\$ 1,60 (um real e quarenta centavos).

III.2 - N.C-02 - Cascata/Lages.

= R\$ 1,60 (um real e quarenta centavos).

III.3 - N.C-03 - Sabugo/Lages(Via Loteamento Novo).

= R\$ 1,60 (um real e quarenta centavos).

III.4 - N.C-04 - Jardim Nova Era/Dr. Eiras

= R\$ 1,60 (um real e quarenta centavos).

III.5 - N.C-05 - Jardim Nova Era/Guarajuba.

= R\$ 1,60 (um real e quarenta centavos).

III.6 - N.C-06 - Centro/Bom Jardim.

= R\$ 1,60 (um real e quarenta centavos).

III.7 - N.C-07 - Centro/Ponte Coberta (Via Estrada Eduardo Pereira Dias-

Cabral).

= R\$ 1,60 (um real e quarenta centavos).

III.8 - N.C-08 - Centro/Saudoso (Via Km09).

= R\$ 1,60 (um real e quarenta centavos).

III.9 - N.C-09 - Jardim Nova Era/Paraíso

= R\$ 1,60 (um real e quarenta centavos).

III.10 - N.C-10 - Centro/Mutirão

= R\$ 1,60 (um real e quarenta centavos).

III.11 - N.C-11 - Centro/São José

= R\$ 1,60 (um real e quarenta centavos).

IV - REAJUSTE E REVISÃO DE TARIFA:

As tarifas serão reajustadas anualmente e revistas, a qualquer tempo, tendo em vista o equilíbrio econômico e financeiro de cada operação.

V - CARACTERÍSTICAS OPERACIONAIS:

PROCESSO N.º 1215
FLS. 49
ANO 2007

V.1 – O serviço será prestado de acordo com a legislação em vigor, estando sujeito a alterações técnicas por parte do Município de Paracambi.

V.2 – Deverá ser apresentada uma garagem de pelo menos 3.300 m², para guarda e manutenção da frota envolvida na operação.

V.3 – A idade da frota será no máximo, 07 (sete) anos a partir da nota fiscal respectiva, em se tratando de veículo zero quilômetro, ou com recibo de transferência de propriedade emitido pelo Departamento de Trânsito, onde se encontrar licenciado o veículo, no caso de aquisição de veículo usado.

VI – RECUPERAÇÃO DO INVESTIMENTO:

O tempo de ciclo do investimento será considerado igual a vida útil do veículo, que é 07 (sete) anos.

O investimento será considerado recuperado quando todos os custos da planilha, à exceção da Remuneração do Capital, forem ressarcidos.

O item Remuneração do Capital representa 6,42% do total. Acrescente-se a esta remuneração o COFINS, que equivale a 3% desse item.

MEMÓRIA DE CÁLCULO POR LINHA CIRCULAR:

Não será apresentada a memória de cálculo por Linha Circular.

Justificativa da não apresentação

Justifica-se a não apresentação da memória de cálculo por Linha Circular, tendo em vista que as Linhas Circulares de Transporte Coletivo estão atualmente sendo operadas em caráter emergencial pela empresa Normandy do Triângulo S/A, portanto o Município de Paracambi não possui dados suficientes para apresentar memória de cálculo por Linha Circular. Para que os licitantes não venham alegar ignorância, bem como, impugnar o presente edital, o Município anexa cópia reprográfica da planilha de

As previstas no Regulamento do Serviço de Transportes Coletivos do Município de Paracambi, aprovado pelo decreto nº14/79 e na legislação superveniente, bem assim as previstas no Tempo de Permissão constantes do Anexo III do Edital de Licitação.

VIII – MULTAS:

Feita em moeda corrente do país, equivalente a 1% (um por cento) do valor de mercado dos veículos utilizados na operação da linha licitada, de acordo com o item 7 (sete) do respectivo Edital de convocação.

VII – CAUÇÃO:

custo de março de 2007, apresentada pela empresa Normandy do Triângulo Ltda., bem como, os dados operacionais e frota, que passam a fazer parte integral deste edital.
 Observa-se ainda, que as Linhas Circulares não vêm sendo operadas nos horários e itinerários estabelecidos pela Legislação Municipal, fato que impede a apresentação da memória de cálculo, que ora se justifica.

PROCESSO N.º 1216
 FLS 57
 ANO 2007

SR. PREFEITO
GABINETE DO SR. PREFEITO

Em 20/03/2007, foi recebido o requerimento de abertura de processo em nome de Sr. [nome] para a abertura de processo de [atividade].

Assinado por: [assinatura]
José Maria de Oliveira
Agente Administrativo

De acordo, na forma da Lei.

20/03/2007
[assinatura]
André de Almeida
Agente Administrativo

ao licenciado.
Para assinatura e dar andamento
ao processo.

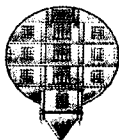
16/06/2007.

[assinatura]
Ana Cláudia Pereira Alves
Secretaria Municipal de
Tráfego e Transportes
Registro: 12590-3

A Procurador de CPL.

Para ciência e providência
devidas.

06/07/07



EDITAL DE LICITAÇÃO
CONCORRENCIA PÚBLICA Nº 001/07

O Município de Paracambi torna público, para conhecimento de quantos possam interessar-se que fará realizar no dia 01 de outubro de 2007 às 14:00 horas, licitação, na modalidade de concorrência, **do tipo melhor proposta técnica** com tarifa fixada neste edital, para permissão de prestação de serviço de transporte municipal de passageiros por Ônibus nas linhas circulares: **N.C-01 Centro-Guarajuba(via Rua Dep. Romeu Natal), N.C-02 Cascata - Lages, N.C-03 Sabugo – Lages(via Loteamento Novo), N.C-04 Jardim Nova Era - Dr. Eiras, N.C-05 Jardim Nova Era Guarajuba, N.C-06 Centro-Bom-Jardim,N.C-07 Centro-Ponte Coberta(Eduardo Pereira Dias-Cabral), N.C-08 Centro-Saudoso (Via Km09) N.C-09 Jardim Nova Era- Paraiso, N.C-10 Centro-Mutirão, N.C-11 Centro - São José (Via Cascata).**

CAPÍTULO I

DO FUNDAMENTO LEGAL

1 – O presente edital, bem como o contrato de permissão de serviço dele originado, tem como fundamento legal a lei Federal nº 8.666/93, com alterações introduzidas pela lei Federal nº 8.883/94, a lei Federal nº 8.987/95, com alterações na Medida Provisória nº 1.531-11 de 17 de outubro de 1997, a Lei Orgânica do Município de Paracambi, a lei Municipal nº 364, de 10 de abril de 1996 e o Regulamento do Serviço de Transporte Coletivos do Município de Paracambi, aprovado pelo decreto nº 14/79.

CAPÍTULO II

DO OBJETO DA LICITAÇÃO



2 – O objeto de licitação é a permissão do serviço público municipal de passageiros por Ônibus no Município de Paracambi, das linhas circulares, cujas características e especificações estão definidas no **Anexo I**, parte integrante deste edital, serviço em que deverá ser praticado a tarifa modular de R\$1,60 (um real e sessenta centavos).

3 – O prazo de permissão será de 10 (dez) anos, podendo ser prorrogado por períodos iguais e sucessivos, desde que não haja manifestação em contrário de qualquer das partes, com antecedência de 06 (seis) meses, contados do término do prazo contratual.

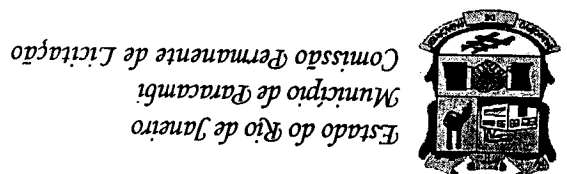
4 – Os veículos para operação devem observar as especificações constantes da lei nº 364 de 10-04-96 e do Regulamento aprovado pelo decreto nº 14-79, sem prejuízo do que dispuser a respeito do Código Nacional de Trânsito, por seu Regulamento e atos normativos do **CONTRAN**, ou qualquer outro órgão que venha a ser criado.

5 – Os reajustes de tarifas são determinados pelo poder concedente.

6 – As características relativas ao dimensionamento da frota de veículos a ser utilizada prevista no **Anexo I** deste edital, poderão ser alteradas em decorrência de avaliação motivada do Poder Concedente.

7 – A participação na concorrência dependerá de caução, a ser feita em moeda corrente do País, devidamente depositada no banco, correspondendo a 1% (um por cento) do valor de mercado dos veículos a serem utilizados na operação da linha licitada, observando quanto a este valor a média da vida útil dos veículos.

8 – A caução deverá ser efetuada até o dia anterior ao previsto para realização da concorrência, devendo ser comprovada, através do talão do depósito



bancário em favor do município de Paracambi, quando feita em dinheiro, sobre pena de inabilitação.

9 – Conhecido o resultado da concorrência e após a homologação da mesma pelo Prefeito, as cações serão devolvidas aos interessados, mediante a requerimento, com a exceção dos três primeiros colocados. Assinado o contrato de permissão com o vencedor serão devolvidas as cações do segundo e do terceiro colocado, também mediante a requerimento de cada um transformando-se a cação do concorrente vencedor em cação contratual, que será corrigida monetariamente segunda variação média dos índices inflacionários apurados pela Fundação Getúlio Vargas.

CAPÍTULO III

DO DIA, HORA, LOCAL E COMISSÃO DE LICITAÇÃO.

10 – Os interessados deverão fazer a entrega da documentação adiante especificada na seção pública a ser realizada às 14:00 horas, do dia 01 de outubro de 2007, na Rua Juiz Emílio Carmo, 50- Centro- Paracambi.

11 – A licitação será conduzida pela Comissão Permanente de Licitação do Município previamente designada por ato do Sr. Prefeito Municipal.

12 – Para participação da licitação os interessados deverão comparecer ao ato público mencionado através de representante legal ou de mandatário especialmente constituído, não sendo aceito documentos remetidos por via postal.

CAPÍTULO IV

DA PARTICIPAÇÃO, APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS E DA PROPOSTA.

a) Da Participação.

13 – Poderá participar da licitação toda e qualquer pessoa jurídica que tenha como objeto social a execução do serviço de transporte público e coletivo de passageiros por ônibus constituído na conformidade da legislação brasileira.

13.1 – Não serão admitidos à concorrência os licitantes cujos dirigentes, gerentes, sócios, acionistas ou componentes de seus quadros técnicos sejam servidores efetivos ou titulares de cargo em comissão ou função de confiança, ou de mandatos eletivos do Município de Paracambi, ou que tenham sido no prazo de 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data desta concorrência.

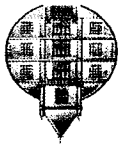
b) Da Apresentação da Documentação.

14 – A apresentação de documentos de habilitação e proposta técnica far-se-á em envelopes distintos lacrados e identificados.

14.1 – No primeiro envelope a licitante apresentará os documentos correspondentes a habilitação, enumerados no **Capítulo V** do presente edital.

14.2 – No segundo envelope a licitante apresentará a proposta técnica, conforme disposto no **Capítulo IV** deste edital.

14.3 – A documentação anteriormente referida será endereçada e entregue à Comissão de Licitação do Município, no local, dia e hora fixados no **Capítulo III** deste edital, devendo constar da parte externa de cada envelope as seguintes indicações:



Paracambi
PREFEITURA DE
Governando com Justiça e Dignidade

Estado do Rio de Janeiro
Município de Paracambi
Comissão Permanente de Licitação



Nome completo e endereço da licitante	Concorrência nº	Linhas Circulares nº
I – ENVELOPE “A” – Habilitação	001/07	01
Município de Paracambi		
Nome completo e endereço da licitante	Concorrência nº	Linhas Circulares nº
II – ENVELOPE “B” – Proposta Técnica	001/07	01
Município de Paracambi		
Nome completo e endereço da licitante	Concorrência nº	Linhas Circulares nº
	001/07	01

14.4 – Os documentos deverão ser relacionados e apresentados com todas as folhas numerada, em tamanho ofício, contendo a primeira folha (índice) as observações que indiquem o conteúdo das demais folhas do volume, todas rubricadas, bem como encadernadas obrigatoriamente em espiral.

14.5 – A abertura dos envelopes de Habilitação será realizada em ato público às 14:00 horas do dia 01 de outubro de 2007, lavrando-se ata circunstanciada com vistas a documentar o ato, a qual deverá ser assinada pelos licitantes presentes e pelos membros da Comissão, ficando a data para abertura dos envelopes correspondentes à "proposta técnica" a ser definida nesta reunião pela Comissão de Licitação do Município.

CAPÍTULO V

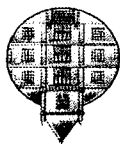
DA DOCUMENTAÇÃO CORRESPONDENTE A HABILITAÇÃO

15 – A licitante deverá apresentar no envelope “A”, referente a habilitação, a seguinte documentação:

seguinte documentação:

- a) Declaração expressa de que conhece o regulamento do Serviço de Transportes Coletivos do Município de Paracambi, aprovado pelo decreto nº 14-79 e Lei Municipal de nº 364-96, bem como a Legislação Tributária e de que se submeterá ao mesmo e aos atos normativos supervenientes, conforme modelo constante do **Anexo II** do presente edital;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, acompanhado, no caso de sociedade por ações, dos documentos de eleição dos seus atuais administradores, devendo constar como seus documentos de eleição dos seus atuais administradores, devendo constar como seu objeto social a exploração do serviço público de transporte de passageiros por ônibus;
- c) Documento que comprove ser proprietária ou legítima possuidora de imóvel situado no Município, dotado de área suficiente para guarda, manutenção da frota e administração dos serviços a serem prestados, sem prejuízo da guarda, manutenção e administração de frota anteriormente existentes, destinadas à operação de outros serviços;
- d) Atestado passado por pessoa jurídica de direito público ou privado, onde conste, explicitamente, a operação pela licitante de serviços públicos de transporte de passageiros por ônibus comprovando no mínimo de 10 anos de tradição;
- e) Relação da frota com a qual serão operados as linhas, dela constando a especificação da marca do veículo, o modelo e o fabricante dos chassis ou plataforma, bem como modelo de carroceria aprovado pelo Município, ano de fabricação e número de assentos. Caso a licitante não disponha da frota fixada no **Anexo I**, deverá apresentar documentação provando possuir opção de compra, arrendamento mercantil ou "leasing", além de garantia de fonte de recursos para fazer face à obtenção dos veículos para início da operação da linha, imediatamente após a assinatura do contrato de permissão, sob pena de desclassificação;

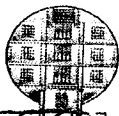
PREFEITURA DE
Paracambi
Governando com Justiça e Dignidade



PROCESSO N.º 1715 FLS. 58 ANO: 2007

Estado do Rio de Janeiro
Município de Paracambi
Comissão Permanente de Licitação





f) Relação da frota total de veículos da empresa, discriminando marca, número total de chassis ou plataforma, ano de fabricação, tipo (se urbano ou rodoviário) e número de assentos;

g) Balanço patrimonial e demonstração de resultados já exigível e apresentado na forma da lei, vedada sua substituição por balancete ou balanços provisórios, com vistas a demonstração da idoneidade e boa situação financeira da licitante. O balanço patrimonial será avaliado e considerará-se a idônea financeiramente a licitante que alcançar índice de líquidos corrente – ativo circulante- passivo circulante – igual ou maior a 1,0 (um). No caso de sociedade por ações o balanço e demonstração de resultados que se cuida serão comprovados com a publicação em periódico, na conformidade da lei Federal n.º 6.404-76.

h) Atestado de idoneidade financeira passado por 02 (duas) instituições bancárias nacionais;

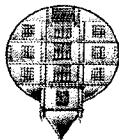
i) Certidões negativas de falência e concordata expedida pelo Distribuidor da sede da pessoa jurídica;

j) Prova de inscrição no Cadastro Geral de Contribuintes no Ministério da Fazenda – C.N.P.J, no Cadastro de Contribuintes da Fazenda Estadual;

k) Prova de regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual- com a Certidão da Procuradoria da Dívida Ativa do Estado(PG5) e Municipal da sede da licitante e filiais caso existente;

l) Prova de regularidade com o sistema de Seguridade Social, mediante cópia de Certidão Negativa de Débito – CND, devidamente autenticada em Cartório, bem como prova de regularidade perante o Fundo Garantia por tempo de serviços – FGTS.

15.1 – Os documentos referidos nas alíneas anteriores poderão ser apresentados em original ou cópia, obtida esta por qualquer processo de reprodução, conferida sua autenticidade com o original por cartório competente ou mediante sua publicação em órgão da imprensa oficial de qualquer das pessoas de direito público interno.



15.2 – As empresas participantes podem ser representadas, no procedimento licitatório, por Procuradores legalmente constituídos, desde que apresentado o instrumento procuratório, com firma reconhecida, até o início da sessão de abertura dos envelopes.

15.3 – Todos os documentos exigidos neste item 15 deverão estar válidos na data de licitação, sob pena de inabilitação.

CAPÍTULO VI

DA DOCUMENTAÇÃO CORRESPONDENTE À PROPOSTA TÉCNICA

16 – A Licitante apresentará no envelope "B", referente à proposta técnica, a seguinte documentação:

a) Relação das garagens e eventuais pontos de apoio de que seja proprietária ou possuidora, com apresentação dos títulos jurídicos a cada uma delas pertinentes, bem assim a área localização e situação respectivas.

b) Relação descritiva dos serviços executados pela própria concorrente, por exemplo, a funilaria, borracharia, capotaria, pintura, montagem de motor, mecânica, indicando não só os equipamentos disponíveis nas garagens para tanto, mas também se pertence à sua organização, como empregado, responsável técnico de nível universitário na orientação da execução de tais serviços, nomeando-o qualificando-o, a par de mencionar, outrossim, se os controles de manutenção são informatizados e se existem bombas e tanques para abastecimento da frota e dispositivos de proteção ao meio ambiente na área reservada a essa última atividade, apresentando "lay-out" das instalações, ilustrados com fotos tamanho 10x15, em cores além de técnico na área de Segurança do Trabalho.

a) Receber os envelopes concernentes à Habilitação e à proposta técnica no dia, hora e local previstos no capítulo III deste edital, pessoalmente entregues pelos representantes das empresas concorrentes ou seus

Município, à qual competeira:

18 – O julgamento das propostas será efetuado pela Comissão de Licitação do

outubro de 1997.

17 – O critério de julgamento da presente licitação é o da melhor proposta técnica, com tarifa fixada neste edital, conforme o inciso IV do art. 15 da lei Federal 8.987-95, acrescentando pela Medida Provisória nº 1.531-11, de 17 de

CAPÍTULO VII O CRITÉRIO E DOS PROCEDIMENTOS PARA JULGAMENTO DAS PROPOSTAS.

- licenciado o veículo, no caso de ter adquirido veículo usado.
- e) Comprovar a vida útil da frota discriminada na letra "F" do item 15 (quinze) do presente edital com a nota fiscal respectiva, em se tratando de veículo zero quilômetro, ou com o recibo de transferência de propriedade emitido pelo Departamento de Trânsito onde se encontrar
- d) Relacionar os Programas de Recursos Humanos, reconhecido por entidade oficial, destinados ao treinamento de pessoal, discriminando as disciplinas que o integram, suas respectivas cargas horárias e a periodicidade de eventuais reciclagens, indicando, ainda, se mantêm, sob vínculo empregatício, psicólogo orientando a seleção e acompanhando treinamento e aperfeiçoamento dos rodoviários.
- c) Relacionar os benefícios concedidos a empregados, tais como: médico dentista, refeitório e cozinha para fornecimento de refeições ou ticket refeição, áreas de lazer, indicar se mantêm empregados nutricionistas incumbido do controle nutricional da alimentação fornecida se for o caso.



Estado do Rio de Janeiro
Município de Paracambi
Comissão Permanente de Licitação





Estado do Rio de Janeiro
Município de Paracambi
Comissão Permanente de Licitação

PROCESSO N.º 1715 FLS. 62 ANO: 2007



procuradores legalmente habilitados, de acordo com o artigo 43 e seus
dobramentos, todos da lei nº 8.666-93.

- b) Proceder à abertura dos envelopes relativos à Habilitação. Os membros da Comissão e os representantes das licitantes presentes ao ato examinarão e rubricarão cada documento. O Presidente da comissão permanente de Licitação, divulgará o resultado da fase de "Habilitação" ou fixará nova data para divulgação do Resultado da fase de "Habilitação". Os envelopes relativos à proposta técnica serão mantidos fechados e lacrados em poder da Comissão para os efeitos posteriores. Serão inabilitadas as empresas cuja documentação não satisfizer as exigências deste edital. Da decisão de habilitação ou inabilitação caberá recurso pelas interessadas, suspendendo-se o certame até o respectivo julgamento. Ao licitante inabilitado que tenha interposto recurso não será devolvido o envelope relativo à proposta técnica, devendo este ser mantido inviolado em poder da Comissão até decisão do recurso;
- c) Proceder à abertura dos envelopes contendo as propostas técnicas dos concorrentes habilitados, cuja documentação será rubricada pela comissão e representantes das licitantes presentes;
- d) Lavar ata circunstanciada de cada sessão pública de licitação, que será assinada pelos membros da Comissão e pelos licitantes presentes;
- e) Organizar o mapa de apuração das propostas técnicas, onde serão consignados os pontos atribuídos a cada um dos seus componentes, a saber.

I – Meios de Produção de Serviço

- a) Garagens no Município = até 30 (trinta) pontos.

O número de pontos será calculado a partir da seguinte relação: área total da garagem em m² (metro quadrado), dividida pelo número da frota de ônibus exigido no **Anexo I** deste edital multiplicado por 20 (vinte).



PONTOS

Se a relação for em número menor de que 05 (cinco), a licitante terá 0 (zero) ponto.
Se a relação for um número entre 05 (cinco), inclusive, e 20 (vinte), inclusive, o número de pontos será igual à relação;
Se a relação for em número superior a 20 (vinte), o número de pontos será igual ao número máximo de pontos neste item.

b) Serviços executados pela própria licitante e equipamentos para manutenção e abastecimento: até 25 (vinte e cinco) pontos.

- b.1 - funilaria: 2 (dois) pontos;
- b.2 - borracharia, com máquinas para montar e desmontar pneus, bem como alinhamento e cambagem: 2 (dois) pontos;
- b.3 - capotaria para reparos: 1 (um) ponto;
- b.4 - pintura para reparos: 1 (um) pontos;
- b.5 - oficina com equipamentos para montagem de motor: 2 (dois) pontos;
- b.6 - reparos na parte elétrica: 2 (dois) pontos;
- b.7 - responsável técnico: 2 (dois) pontos; (engenheiro)
- b.8 - bomba fixa com medidores para abastecimento de combustível, equipada com aparelhagem para filtragem de óleo diesel: 2 (dois) pontos;
- b.9 - dispositivos de proteção ao meio ambiente: 2 (dois) pontos;
- b.10 - serviço de atendimento ao consumidor: 2 (dois) pontos;
- b.11 - veículos de carga leve para socorro mecânico urgente: 1 (um) ponto;
- b.12 - carro-guincho: 3 (três) pontos;
- b.13 - controle informatizado de custos operacionais: 2 (dois) pontos;
- b.14 - serviço de lavagem automatizado: 1 (um) ponto.



II – Assistência ao empregado: 15 (quinze) pontos.

- a) - se a licitante possui ambulatório: 3 (três) pontos;
- b) - se no ambulatório dispõe-se de médico: 4 (três) pontos;
- c) - se a licitante possui refeitório ou fornece ticket alimentação: 2 (dois) pontos;
- d) - se a licitante oferece aos rodoviários treinamento e reciclagem por empresas reconhecidas a nível nacional: 3 (três) pontos;
- e) - se a licitante dispõe de psicólogo: 3 (dois) pontos;

III – relativamente à idade média da frota da linha.

- Até 1(um) ano – 40 pontos;
- Até 1(um) ano e 1 dia a 2 anos – 15 pontos;
- De 2 anos e 1 dia a 3 anos– 8 pontos;
- De 3 anos e um dia a 4 anos – 5 pontos;
- De 4 anos e um dia a 5 anos – 2 pontos;
- Mais de 5 anos – 0 pontos.

IV – bilhetagem eletrônica. 20 (vinte) pontos.

Totalmente implantada quando do início da operação das linhas licitadas.

- a) Para as licitantes que utilizarão veículos já integrantes de sua frota, a idade média da frota a ser empregada na operação da linha objeto deste edital deverá ser calculada considerando-se a data da abertura dos envelopes correspondentes à proposta técnica.
- b) Pelo menos 50 (cinquenta)% da frota deverá ser de ônibus novos, ou seja, até 1 (um) ano.

- c) Para licitantes que ainda não possuam frota necessária e que se comprometerem a incorporá-la após o resultado da licitação, respeitado

21 – A operação das linhas, na forma prevista no item 2, do capítulo II deste edital, será adjudicada à empresa vencedora do certame, depois de homologado o seu resultado pelo Prefeito Municipal de Paracambi.

21.1 – O contrato para exploração do serviço, pelo prazo de 10(dez) anos prorrogável por iguais e sucessivos períodos, observada as condições estabelecidas na lei Orgânica de Paracambi, na Lei 364, de 10-04-96 no

CAPÍTULO VIII DO CONTRATO

20 – Ocorrendo empate no julgamento, será adotada para escolha da vencedora o critério único de sorteio, consoante o que dispõe o parágrafo 2º, do art. 45 da lei nº 8.666-93.

19.1 – Será considerada vencedora, no critério de melhor técnica, a licitante que obtiver a soma de pontos **igual ou superior a 80 (oitenta)**, apurados os critérios estabelecidos para os meios de produção do serviço, observada a pontuação definida no item 18 e seus subitens de I a III.

19 – Apuração Final das Propostas.

o prazo máximo de 90(noveenta) dias, a proposta correspondente a este quesito deverá ser integralmente cumprida, sob pena de desclassificação em favor da licitante colocada em 2º lugar. Neste caso, a idade média da frota contará a partir da data da homologação da concorrência.

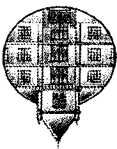
d) O aumento da tarifa descrita neste edital só irá vigorar, após todas as exigências técnicas terem sido cumpridas, anterior a isso, vigorará o valor de R\$ 1,40 (um real e quarenta centavos), sendo este o valor anterior ao último reajuste.



PROCESSO Nº 1735 FLS. 65 ANO: 2007

Estado do Rio de Janeiro
Município de Paracambi
Comissão Permanente de Licitação





regulamento do Serviço de Transportes Coletivos de Paracambi, aprovado pelo decreto n.º 14-79, neste edital e na sua minuta do Contrato constante do **Anexo**

III.

22 – Homologada a licitação, o Prefeito do município de Paracambi, convocará a adjudicatária para assinar o termo de contrato em até 05(cinco) dias, sujeitando-se esta em caso de recusa, ao disposto nos arts. 64 e 81 da lei n.º 8.666-93, sem prejuízo das sanções arroladas no Capítulo XI deste instrumento convocatório.

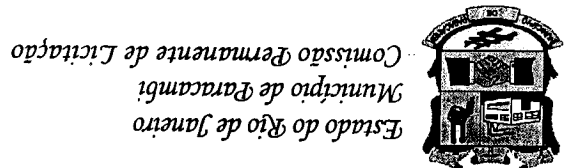
23 – No caso em que a licitante vencedora não puder explorar o serviço objeto da licitação, será convocada por ofício, a licitante classificada imediatamente após, que deverá aceitar o mesmo contrato, que seria assinado pela licitante vencedora, restando certo que os prazos começarão a ser contados a partir da data da convocação. Se a autoridade concedente não preferir convocar nova licitação.

No caso de inexecução total ou parcial do contrato o Prefeito de Paracambi aplicará à contratada as sanções previstas no art. 87 da lei n.º 8.666-93.

24 – A licitante convocada deverá manifestar-se no prazo máximo de 03(três) dias, contados da data do recebimento do ofício convocatório para assinatura do contrato, sendo que o seu silêncio implicará em desistência da concorrência, cabendo as penalidades previstas nas legislações pertinentes.

CAPÍTULO IX DAS PENALIDADES

25 – Todas as decisões da Comissão de Licitação do Município serão lançados em ata, considerando eventuais recursos administrativos previstos no art. 109



da lei n.º 8.666-93, os quais serão recebidos e processados nos termos ali estabelecidos.

26 – A licitante vencedora total ou parcialmente inadimplente serão aplicadas as sanções legais, a saber:

- a) – advertência;
- b) – multa administrativa;
- c) – suspensão temporária do direito de licitar e contratar com o Município de Paracambi;

- d) – declaração de caducidade;
- e) – declaração de idoneidade;

e.1) – declarar-se-á idônea a licitante vencedora que:

I – praticar fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

II – praticar atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação;

III – demonstrar não possuir idoneidade para licitar com Município de

Paracambi em virtude de atos ilícitos praticados em proveito próprio ou de terceiros em qualquer fase da licitação ;

f) – decorridos 15 (quinze) dias de atraso no início da operação, sem manifestação da licitante vencedora ou no caso de manifestação não

aceita pelo Município de Paracambi, considerar-se-á caracterizada a recusa, dando causa a caducidade da concessão e aplicação da multa devida, conforme estabelecido na legislação pertinente, por

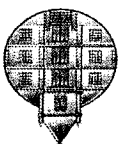
ônibus que compuser frota total necessária;

g) – ocorrendo a declaração de caducidade de que trata o item anterior, a licitante vencedora terá cumulativamente suspenso, por 18 (dezoito) meses, o direito de participação em licitação com o

Município de Paracambi.

CAPÍTULO X

DAS CONDIÇÕES GERAIS



27 – Eventuais dúvidas de caráter técnico ou legal acerca de interpretação das condições estabelecidas pelos Srs. Membros da Comissão de Licitação.

28 – A publicação do extrato do presente edital de licitação em jornal diário e de grande circulação no Município de Paracambi será feita 30 (trinta) dias antes da data marcada para a realização da Concorrência.

29 – Não poderão participar desta licitação firmas que tenham sido declaradas idôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, até a sua reabilitação, bem como a que estiver em regime de falência ou concordata.

30 – Fica assegurado ao Município de Paracambi o direito de inspecionar as instalações das licitantes, assim como verificar a exatidão das informações prestadas antes e após a licitação.

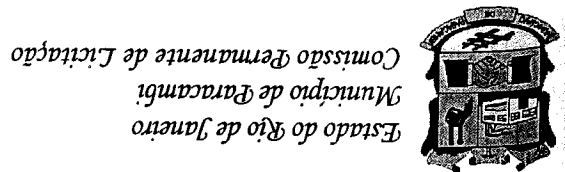
31 – A participação nesta licitação implica na aceitação plena do presente Edital no seu inteiro teor.

32 – O presente Edital passará a fazer parte integrante do Contrato como se nele estivesse transcrito.

33 - As situações não previstas neste Edital, inclusive aquelas decorrentes de caso fortuito ou de força maior, serão resolvidos pela Comissão observada a legislação em vigor.

34 – O Município de Paracambi poderá revogar ou anular a licitação, nos termos do art. 49 da lei n.º 8.666-93.

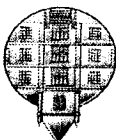
35 – A Comissão Permanente de Licitação dirimirá as dúvidas que suscitem o Edital desde que argüidas por escrito, até 5 (cinco) dias úteis da data fixada para abertura dos envelopes.



36 – Na hipótese de procedimento judicial fica eleito o Foro da Comarca de Paracambi, com a exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Paracambi, 30 de julho de 2007

Presidente da Comissão Permanente de Licitação.



ANEXO I

ESTRUTURA OPERACIONAL DAS LINHAS CIRCULARES DE
TRANSPORTES COLETIVOS DE PASSAGEIROS DE PARACAMBI A SEREM
OPERADAS COM ÔNIBUS URBANOS.

I – LINHA CIRCULAR N.C-01-PERCURSO DE 22 km
CENTRO – GUARAJUBA (Via Rua Dep. Romeu Natal).

- a) – Tarifa = R\$ 1,60
- b) – Horário de Circulação: das 4hs às 23hs.
- c) – Intervalos de Saídas: de 30 em 30 minutos.
- d) – Períodos de Operação: diariamente, inclusive sábados, domingos e feriados.

- e) - Itinerário: saída do ponto rodoviário da Rua Délio Basílio Leal (centro), passando por parte da Rua Dominique Level e pela rua Cel. Othon, para alcançar a Estrada RJ 127 e por ela até a rua Prefeito Helio Ferreira (km 1) e daí até a Estação Ferroviária de Lages, tomando a rua Bezerra de Menezes passando pela Pça Expedicionário Nilo Gama Flores(Pça do Miro), Trav. Bom Jardim e rua Deputado Romeu Natal (antiga rua 10) até a Escola Estadual Boa Esperança, atravessando a Estrada RJ. 127, para entrar na Rua São Jorge (Guarajuba), passando pela Rua Sta. Terezinha e Estrada Eduardo Pereira Dias até alcançar novamente, a Estrada RJ 127 e, daí, até a Rua Dr. Soares Filho, atingindo, finalmente o ponto rodoviário da Rua Délio Basílio Leal (centro).
- f) – Frota Necessária: 01 (dois) ônibus.
- g) – Vida Útil Máxima: 07 anos.

II – LINHA CIRCULAR N.C-02 PERCURSO 30 km
CASCATÁ – LAGES

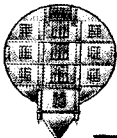


- a) – Tarifa: R\$ 1,60
- b) – Horário de Circulação: das 05:30 às 23:30 hs.
- c) – Intervalos de Saída: de uma em uma hora.
- d) – Período de Operação: diariamente inclusive, sábados, domingos e feriados.

- e) – Itinerário: saída do ponto da Rua Tenente Bernardino Bastos (nas proximidades do Hospital) no bairro Cascata, seguindo pela Rua Vicente Cicarino e pela Estrada Governador Roberto Silveira alcançando a Rua Américo Rodrigues Ferreira seguindo pela Avenida dos Operários passando por parte das Ruas Dominique Level e Cel. Othon daí à Rua Dr. Soares Filho atingindo o ponto Rodoviário da Rua Délio Basílio Leal retornando novamente por parte das Ruas Dominique Level e Cel. Othon alcançando a Estrada RJ 127 e daí até a Rua Pref. Hélio Ferreira e por esta até a Estação Ferroviária de Lages seguindo pelas Ruas Jaime Augusto Marques, Othon dos Santos, Maximiano de Carvalho, Prefeito Bento Barbosa, Plínio Alves de Moura, Trav. Bom Jardim, Rua Dep. Romeu Natal até alcançar novamente a Estrada RJ 127 e por ela retornando até as Ruas Dr. Soares Filho, Délio Basílio Leal, Dominique Level, Av. dos Operários, Américo Rodrigues Ferreira, Estrada Governador Roberto Silveira, Vicente Cicarino daí alcançando finalmente o ponto da Rua Tenente Bernardino Bastos.
- f) – Frota Necessária: 01 (um) ônibus.
- g) – Vida Útil Máxima: 07 (sete) anos.

III - LINHA CIRCULAR N.C- 03 PERCURSO 32 km SABUGO – LAGES (Via Loteamento Novo)

- a) – Tarifa: R\$ 1,60
- b) – Horário de Circulação: das 06:00 às 23:00 hs
- c) – Intervalos de Saída: de 1 em 1 hora.
- d) – Período de Operação: diariamente, inclusive sábados, domingos e feriados.



- e) – Itinerário: saída do ponto da Estrada da Floresta (em frente a Escola Terra de Educar), seguindo pela mesma até as Ruas Av. Presidente João Goulart, Beraldo Sacchi, Dominique Level, Cel. Othon e Dr. Soares Filho, alcançado o ponto rodoviário da Rua Dêlio Basílio Leal, retornando as Ruas Dominique Level e Cel. Othon até alcançar a Estrada RJ 127 e daí pela Estrada Eduardo Pereira Dias, passando pelas seguintes ruas e avenidas: rua Santa Terezinha, Av. São Jorge, Av. Ailton Senna, rua João Batista, rua do Acesso, e av. Luiz Paulo voltando novamente pela av. São Jorge até alcançar a Estrada RJ 127 e por esta até as Ruas Dep. Romeu Natal, Trav. Bom Jardim, passando pelas Ruas Plínio Alves de Moura, Prefeito Bento Barbosa, Juscelino Kubstchek, Jonas Leal, Leal de Carvalho, Maximiano de Carvalho, Othon dos Santos, Jaime Augusto Marques, Pref. Helio Ferreira alcançando novamente a Estrada RJ 127 daí pelo mesmo itinerário até o ponto da Estrada Floresta.
- f) – frota necessária: 01 (dois) ônibus.
- g) – Vida Útil: 07 (sete) anos.

IV – LINHA CIRCULAR N.C -04 PERCURSO 28 km JARDIM NOVO ERA – DR. EIRAS

- a) – Tarifa: R\$ 1,60;
- b) - Horário de Circulação: das 04:00 às 18:00 hs;
- c) – Intervalo de Saídas: de 2 em 2 horas;
- d) – Período de Operação: diariamente inclusive, sábados, domingos e feriados.
- e) – Itinerário: saída do ponto rodoviário da rua dos Antúrios (Jardim Nova Era), passando pelas ruas dos Cravos, Pref. Moracy Franco, Rio de Janeiro, Estrada RJ 127. Ruas Dr. Nilo Peganha, Assembleia de Deus, Américo Rodrigues Ferreira, Av. dos Operários, Dominique Level, Cel. Othon, Dr. Soares Filho, Dêlio Basílio Leal, Dominique Level, Cel. Othon,



Estado do Rio de Janeiro
Município de Paracambi
Comissão Permanente de Licitação

Paracambi
PREFEITURA DE
Governo com Justiça e Dignidade



PROCESSO Nº 1715 FLS. 73 ANO: 2007

- Estrada RJ 127, e daí até a Rua Prefeito Hélio Ferreira e por esta até a Estação Ferroviária de Lages, seguindo pela rua Bezerra de Menezes, Praça Expedicionário Nilo Gama Flores (Pça. do Miro), Rua Jonas Leal, Juscelino Kubstchek, Acre, Prefeito Bento Barbosa, Av. Paraiso e Estação Ferroviária Dr. Eiras, retornado pelo mesmo itinerário até o ponto rodoviário da rua dos Antúrios.
- f) – Frota Necessária: 01 (ônibus);
- g) – vida útil Máxima: 07 (sete) anos.

V – LINHA CIRCULAR N.C – 05 PERCURSO DE 30 KM
JARDIM NOVA ERA – GUARAJUBA

- a) – Tarifa: R\$ 1,60;
- b) – Horário de Circulação: das 00:00 às 23:59h.
- c) - Intervalo de Saídas: de 30 em 30 minutos, a partir das 04:00 até às 00:00.(após de hora em hora).
- d) – Período de Operação: diariamente, inclusive sábados, domingos e feriados.

- e) – Itinerário: saída do ponto rodoviário da rua dos Antúrios (Jardim Nova Era), passando pela rua dos Cravos, pelas ruas Pref. Moracy Franco, Rio de Janeiro, Estrada RJ 127, Ruas Dr. Nilo Peganha, Assembleia de Deus, Américo Rodrigues Ferreira, Av. dos Operários, Rua Dominique Level, Cel.Othon, Dr.Souares Filho, Délio Basílio Leal, Dominique Level, Cel. Othon, , Estrada RJ 127 e daí até a Rua são Jorge (Guarajuba), passando pelas Ruas São Judas Tadeu, Gen. Uzeda, São Paulo , Sta. Terezinha, por onde retorna até a rua São Jorge ate atingir a Estrada RJ 127 e aí passando pela Rua Dep. Romeu Natal, Trav. Bom Jardim, Plínio Alves de Moura, Prefeito Bento Barbosa, Juscelino Kubstchek, Jonas Leal, Leal de Carvalho, Maximiano de Carvalho, Othon dos Santos, até a Estação Ferroviária de Lages, daí pelas Rua Prefeito Hélio Ferreira até alcançar novamente a Estrada RJ 127 e por ela retornando pelo mesmo percurso até o ponto rodoviário da Rua dos Antúrios.
- f) – Frota Necessária: 02(dois) ônibus.

g) – Vida Útil Máxima: 07 (sete) anos.

**VI – LINHA CIRCULAR N.C-06 – PERCURSO DE 30 KM
CENTRO – BOM JARDIM**

a) - Tarifa: R\$ 1,60;

b) – Horário de Circulação: das 06:00 às 22:00hs.

c) - Intervalo de Saídas: de 1 em 1 hora.

d) -Período de Operação: diariamente, inclusive sábados, domingos e feriados.

e) – ITINERÁRIO: Saída do ponto rodoviário da rua Délio Basílio Leal, passando pelas ruas Dominique Level, Cel. Othon, alcançando a Estrada RJ 127 até a rua Prefeito Hélio Ferreira (KM 01) e por esta até a Estação Ferroviária de Lages, passando pela rua Bezerra de Menezes, pela Praça Expedicionário Nilo Gama Flores (Pça. do Miro), rua Plínio Alves de Moura e daí, até a Estrada do Bom Jardim, retornando pelo mesmo itinerário até a rua Dr. Soares Filho até, finalmente chegar ao ponto rodoviário da rua Délio Basílio Leal.

f) – FROTA NECESSÁRIA: 01 (um) carro.

g) – VIDA ÚTIL MÁXIMA: 07 (sete) anos.

**VII – LINHA CIRCULAR N.C-07 – PERCURSO DE 25 km
CENTRO – PONTE COBERTA (Via Estrada Eduardo Pereira Dias-**

Cabral).

a) - Tarifa: R\$ 1,60;

b) – Horário de Circulação: das 06:00 às 21:00hs.

c) - Intervalos de Saídas: de 3 em 3 horas.

d) - Período de Operação: diariamente, inclusive sábados, domingos e feriados.

e) – ITINERÁRIO: Saída do ponto rodoviário da Rua Délio Basílio Leal, passando pelas ruas Dominique Level, Cel. Othon, alcançando a Estrada



Estado do Rio de Janeiro
Município de Paracambi
Comissão Permanente de Licitação



Governando com Justiça e Dignidade

PROCESSO N.º 1215 FLS. 75 ANO: 2002

VIII – LINHA CIRCULAR N.C – 08 – PERCURSO DE 35 km
CENTRO – SAUDOSO (Via Km09).

RJ 127 e, por esta a Estrada Eduardo Pereira Dias, passando pelo km 9 por onde seguirá até o bairro de Ponte Coberta, daí até a Rodovia Presidente Dutra e por ela até seu km 212, entrada de Paracambi, seguindo pela Estrada RJ 127 até alcançar a rua Dr. Soares Filho daí até o ponto rodoviário da rua Delio Basílio Leal.

f) – FROTA NECESSÁRIA: 01 (um) carro.

g) VIDA ÚTIL MÁXIMA: 07 (sete) anos.

a) - Tarifa: R\$ 1,60;

b) – Horário de Circulação: das 06:00 às 21:00hs.

c) – Intervalos de Saída: 03 em 03 horas;

d) - Período de Operação: diariamente, inclusive sábados, domingos e

feriados.

e) - Itinerário: saída do ponto rodoviário da rua Delio Basílio Leal,

passando por parte da Rua Dominique Level, até alcançar a rua Beraldo

Sacchi, passando pela Estrada da Floresta alcançando a Estrada

Eduardo Pereira Dias até o ponto próximo a Escola M. da Floresta

retornando pela mesma até a Estrada do Saudoso Seguindo até o seu

ponto final, retornando pela Estrada da Floresta daí seguindo o mesmo

itinerário até as ruas Cel. Othon, Dr. Soares Filho e daí, até ao ponto

rodoviário da Rua Delio Basílio Leal.

f) – Frota Necessária: 01(um) ônibus.

g) – Vida Útil Máxima: 07 (sete) anos.

IX – LINHA CIRCULAR N.C – 09 - PERCURSO 28km

JARDIM NOVA ERA – PARAISO

a) Tarifa: R\$ 1,60;



- b) Horário de Circulação:
- c) Intervalos de Saída: de 30 em 30 minutos;
- d) Período de Operação: diariamente, inclusive sábados, domingos e feriados.
- e) Itinerário: saída do ponto rodoviário da rua dos Antúrios (Jardim Nova Era), passando pela rua dos Cravos, pelas ruas Prefeito Moracy Franco, Rio de Janeiro, Estrada RJ 127, rua Dr. Nilo Peganha, Assembleia de Deus, Américo Rodrigues Ferreira, Av. dos Operários, ruas Dominique Level, Cel. Othon, Estrada RJ 127 e daí ate a rua Prefeito Helio Ferreira e por esta até a Estação Ferroviária de Lages, seguindo pela Rua Bezerra de Menezes, Pça Expedicionário Nilo Gama Flores (Pça do Miro), Rua Jonas Leal, Juscelino Kubstchek, Acre, Prefeito Bento Barbosa, Av. Paraiso retornado pelo mesmo itinerário ate a rua dos Antúrios no (Jardim Nova Era).
- f) Frota Necessária: 02 (dois) ônibus;
- g) Vida Útil Máxima: 07 (sete) anos.

X – LINHA CIRCULAR N.C -10 PERCURSO 25km CENTRO – MULTIRÃO

- a) Tarifa: R\$ 1,60;
- b) Horário de Circulação: das 6:30 às 18:30hs;
- c) Intervalos de Saída: de 6 em 6 horas.
- d) Período de operação: terças, quintas e domingos.
- e) Itinerário: saída do ponto rodoviário da rua Delio Basílio Leal (centro) passando pelas ruas Dominique Level, Juiz Emilio Carmo e Alziro Zaru, atingindo a Estrada RJ 093 por esta até a Estrada do Barreiro, retornando pelo mesmo itinerário até ruas Cel. Othon e Dr. Soares Filho até finalmente atingir o ponto rodoviário da rua Delio Basílio Leal;
- f) Frota Necessária: 01 (um) ônibus.
- g) Vida Útil Máxima: 07 (sete) anos.



XI – LINHA CIRCULAR N.C – 11 PERCURSO 20 km
CENTRO – SÃO JOSÉ (Via Cascata)

- a) Tarifa: R\$ 1,60;
- b) Horário de Circulação: de 06:00 às 18:00hs.
- c) Intervalos de Saída: de 6 em 6 horas;
- d) Período de Operação: Segundas, Quartas e Sábados;
- e) Itinerário: saída do ponto rodoviário da Rua Delio Basílio Leal (centro), passando por parte da rua Dominique Level, Av. dos Operários, Américo Rodrigues Ferreira, Estrada Governador Roberto Silveira e Estrada para São José até alcançar o ponto final, retornando pelo mesmo itinerário até as ruas Cel. Othon e Dr. Soares Filho até finalmente atingir o ponto rodoviário da Delio Basílio Leal;
- f) Frota Necessária: 01 (um) ônibus;
- g) Vida Útil Máxima: 07 (sete) anos.

Assinatura do representante legal da licitante

Tendo em vista o estabelecimento no item 15, alínea a do Edital de Concorrência Pública n., cujo objeto é a permissão de serviços de transportes de passageiros por ônibus no Município de Paracambi, das linhas c-01 à c-11, declara que conhece o Regulamento do Serviço de Transportes Coletivos do Município de Paracambi, aprovado pelo decreto n. 14-79 e lei Municipal de n. 364-96 e que submeterá ao mesmo e aos atos normativos supervenientes.

Endereço:

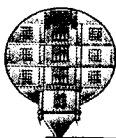
Nome da Licitante:

DECLARAÇÃO

ANEXO II

PROCESSO N.º 1735, FLS. 78 ANO. 2007

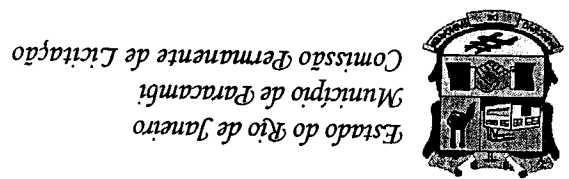
Paracambi
PREFEITURA DE



Governando com Justiça e Dignidade

Estado do Rio de Janeiro
Município de Paracambi
Comissão Permanente de Licitação





ANEXO III
TERMO DE PERMISSÃO

TERMO DE PERMISSÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE COLETIVO DE PASSAGEIROS, LAVRADO PELO MUNICÍPIO DE PARACAMBI, OBJETIVANDO A OPERAÇÃO DAS LINHAS CIRCULARES: N.C-01 - CENTRO- GUARAJUBA (VIA RUA DEP. ROMEU NATAL), N.C-02 - CASCATA - LAGES, N.C-03 - SABUGO -LAGES (VIA LOTEAMENTO NOVO), N.C.-04 - JARDIM NOVA ERA - DR. EIRAS, N.C-05 - JARDIM NOVA ERA - GUARAJUBA, N.C-06 - CENTRO - BOM JARDIM, N.C-07 - CENTRO - PONTE COBERTA(VIA EDUARDO PEREIRA DIAS -CABRAL), N.C-08 - CENTRO - SAUDOSO (VIA KM09), N.C-09 JARDIM NOVA ERA - PARAISO, N.C.-10 CENTRO-MULTIÇÃO, N.C-11-CENTRO-SÃO JOSÉ.

Aos _____ () dias _____ do mês de _____ do ano de _____ no Gabinete do Prefeito, situado na rua _____ n._____, Centro, presentes:

1) - O município de Paracambi, doravante denominado Poder Permitente, neste ato representado pelo Prefeito.

2) - A empresa _____, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes do Ministério da fazenda sob. o n. _____, e no Cadastro Estadual se for o caso sob o n. _____, estabelecida na _____, e no Cadastro da Fazenda Municipal o n. _____, doravante denominada Permissonária, representada neste ato pelo Sr. _____, na qualidade de sócio _____, na forma de seu contrato social, como CIC n. _____ gerente,

Constitui objeto da presente Permissão a operação das Linhas Circulares de Transporte Coletivo de Passageiros _____, fazendo a ligação entre: _____ e _____, com _____, com _____ () veículos da classe _____ / GUAJUBA (Via Deputado Romeu Natal) com 22 km, no horário de 4 hs

CLÁUSULA SEGUNDA DO OBJETO

A prestação do serviço, objeto do presente termo, reger-se-á pelas normas de caráter geral da lei Federal n. 8.666, de 21-06-93, com as suas alterações posteriores, da lei Federal n. 8.987-95, com suas alterações posteriores, da lei municipal n. 364-96, pelo Regulamento do Serviço de Transportes Coletivos do Município de Paracambi, aprovado pelo decreto n. 14-79, bem como pelos atos normativos supervenientes editados pelo Poder Permitente, observadas as prescrições editalícias e as cláusulas e condições que se seguem.

CLÁUSULA PRIMEIRA DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

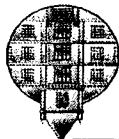
_____, Carteira de Identidade n. _____, vencedora da licitação sob a modalidade de Concorrência, n. _____-97, realizada de acordo com o Processo Administrativo n. _____, cujo resultado foi publicado no _____, em _____, assinam, perante as testemunhas abaixo nomeadas, o presente Termo de Permissão de Linha Transporte Convencional de Passageiros, com as seguintes cláusulas e condições.

Estado do Rio de Janeiro
Município de Paracambi
Comissão Permanente de Licitação




PREFEITURA DE
Paracambi
Governando com Justiça e Dignidade

PROCESSO N.º 3735, de 80 de março de 2007



às 23 hs e o seguinte itinerário: saída do ponto rodoviário da Rua Délio Basílio Leal (centro), passando por parte da Rua Dominique Level e pela rua Cel. Othon, para alcançar a Estrada RJ 127 e por ele até a rua Prefeito Helio Ferreira (km 1) e daí até a Estação Ferroviária de Lages, tomando a rua Bezerra de Menezes passando pela Pça Expedicionário Nilo Gama Flores(Pça do Miro), Trav. Bom Jardim e rua Deputado Romeu Natal (antiga rua 10) até a Escola Estadual Boa Esperança, atravessando a Estrada RJ. 127, para entrar na Rua São Jorge (Guarajuba), passando pela Rua Sta. Terezinha e Estrada Eduardo Pereira Dias até alcançar novamente, a Estrada RJ 127 e, daí, até a Rua Dr. Soares Filho, atingindo, finalmente o ponto rodoviário da Rua Délio Basílio Leal (centro). N.C-02 – CASCATA / LAGES com 30 km, no horário de 05:30 hs às 23:30 hs e o seguinte itinerário: saída do ponto da Rua Tenente Bernardino Bastos (nas proximidades do Hospital) no bairro Cascata, seguindo pela Rua Vicente Cicarino e pela Estrada Governador Roberto Silveira alcançando a Rua Américo Rodrigues Ferreira seguindo pela Avenida dos Operários passando por parte das Ruas Dominique Level e Cel. Othon daí à Rua Dr. Soares Filho atingindo o ponto Rodoviário da Rua Délio Basílio Leal retornando novamente por parte das Ruas Dominique Level e Cel. Othon alcançando a Estrada RJ 127 e daí até a Rua Pref. Hélio Ferreira passando e por esta até a Estação Ferroviária de Lages seguindo pelas Ruas Jaime Augusto Marques, Othon dos Santos, Maximiano de Carvalho, Prefeito Bento Barbosa, Plínio Alves de Moura, Trav. Bom Jardim, Rua Dep. Romeu Natal até alcançar novamente a Estrada RJ 127 e por ela retornando até as Ruas Dr. Soares Filho, Délio Basílio Leal, Dominique Level, Av.dos Operários, Américo Rodrigues Ferreira, Estrada Governador Roberto Silveira, Vicente Cicarino daí alcançando finalmente o ponto final da Rua Tenente Bernardino Bastos . N.C-03 – SABUGO / LAGES (Via Loteamento Novo) com 30 km,no horário de 6:00 às 23:00 hs e o seguinte itinerário: saída do ponto da Estrada da Floresta (em frente a Escola Terra de Educar), seguindo pela mesma até as Ruas Av. Presidente João Goulart, Beraldo Sacchi, Dominique Level, Cel. Othon e Dr. Soares Filho, alcançado o ponto



Governando com Justiça e Dignidade

Estado do Rio de Janeiro
Município de Paracambi
Comissão Permanente de Licitação



rodoviário da Rua Délio Basílio Leal, retornando as Ruas Dominique Level e Cel. Othon até alcançar a Estrada RJ 127e daí pela Estrada Eduardo Pereira Dias, passando pelas seguintes ruas e avenidas: rua Santa Terezinha, Av. São Jorge, Av. Ailton Senna, rua João Batista, rua do Acesso, e av. Luiz Paulo voltando novamente pela av. São Jorge até alcançar a Estrada RJ 127 e por esta até as Ruas Dep. Romeu Natal, Trav. Bom Jardim, passando pelas Ruas Plínio Alves de Moura, Prefeito Bento Barbosa, Juscelino Kubstchek, Jonas Leal, Leal de Carvalho, Maximiano de Carvalho, Othon dos Santos, Jaime Augusto Marques, Pref. Hélio Ferreira alcançando novamente a Estrada RJ 127 daí pelo mesmo itinerário até o ponto da Estrada Floresta. N.C-04 – JARDIM NOVA ERA / DR. EIRAS com 28 km, no horário de 4 às 18 hs e o seguinte itinerário: saída do ponto rodoviário da rua dos Antúrios (Jardim Nova Era), passando pelas ruas dos Cravos, Pref. Moracy Franco, Rio de Janeiro, Estrada RJ 127. Ruas Dr. Nilo Operários, Dominique Level, Cel. Othon, Dr. Soares Filho, Délio Basílio Leal, Dominique Level, Cel. Othon, Estrada RJ 127, e daí até a Rua Prefeito Hélio Ferreira e por esta até a Estação Ferroviária de Lages, seguindo pela rua Bezerra de Menezes, Praça Expedicionário Nilo Gama Flores (Pça. do Miro), Rua Jonas Leal, Juscelino Kubstchek, Acre, Prefeito Bento Barbosa, Av. Paraiso e Estação Ferroviária Dr. Eiras, retornando pelo mesmo itinerário até o ponto rodoviário da rua dos Antúrios. N.C-05 – JARDIM NOVA ERA / GUARAJUBA com 30 km, no horário das 00:00 hs às 23:59 hs e o seguinte itinerário: saída do ponto rodoviário da rua dos Antúrios (Jardim Nova Era), passando pela rua dos Cravos, pelas ruas Pref. Moracy Franco, Rio de Janeiro, Estrada RJ 127, Ruas Dr. Nilo Pecanha, Assembleia de Deus, Américo Rodrigues Ferreira, Av. dos Operários, Rua Dominique Level, Cel. Othon, Dr. Soares Filho, Délio Basílio Leal, Dominique Level, Cel. Othon, Estrada RJ 127 e daí até a Rua São Jorge (Guarajuba), passando pelas Ruas São Judas Tadeu, Gen. Uzeda, São Paulo, Sta. Terezinha, por onde retorna até a rua São Jorge até atingir a Estrada RJ 127 e aí passando pela Rua Dep. Romeu Natal, Trav. Bom Jardim, Plínio Alves de Moura, Prefeito



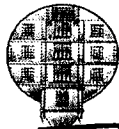
Estado do Rio de Janeiro
Município de Paracambi
Comissão Permanente de Licitação



PREFEITURA DE
Paracambi
Governando com Justiça e Dignidade

PROCESSO Nº 1735 FLs. 83 ANO: 2007

Bento Barbosa, Juscelino Kubstchek, Jonas Leal, Leal de Carvalho, Maximiano de Carvalho, Othon dos Santos, até a Estação Ferroviária de Lages, daí pelas Rua Prefeito Helio Ferreira até alcançar novamente a Estrada RJ 127 e por ela retornando pelo mesmo percurso até o ponto rodoviário da Rua dos Antúrios. **N.C-06 – CENTRO / BOM JARDIM** com 30 km, no horário das 6 às 22 hs e o seguinte itinerário: Saída do ponto rodoviário da rua Dêlio Basílio Leal, passando pelas ruas Dominique Level, Cel. Othon, alcançando a Estrada RJ 127 até a rua Prefeito Hélio Ferreira (KM 01) e por esta até a Estação Ferroviária de Lages, passando pela rua Bezerra de Menezes, pela Praça Expedicionário Nilo Gama Flores (Pça. do Miro), rua Plínio Alves de Moura e daí, até a Estrada Maurício da Silva Guimarães, retornando pelo mesmo itinerário até a rua Dr. Soares Filho até, finalmente chegar ao ponto rodoviário da rua Dêlio Basílio Leal. **N.C-07 – CENTRO / PONTE COBERTA** (Via Estrada Eduardo Pereira Dias - Cabral) com 25 km, no horário das 6 às 21 hs e o seguinte itinerário: Saída do ponto rodoviário da Rua Dêlio Basílio Leal, passando pelas ruas Dominique Level, Cel. Othon, alcançando a Estrada RJ 127 e, por esta a Estrada Eduardo Pereira Dias, passando pelo km 9 por onde seguirá até o bairro de Ponte Coberta, daí até a Rodovia Presidente Dutra e por ela até seu km 212, entrada de Paracambi, seguindo pela Estrada RJ 127 até alcançar a rua Dr. Soares Filho daí até o ponto rodoviário da rua Dêlio Basílio Leal. **N.C-08 CENTRO- SAUDOSO** (Via Km09), com 35km no horário das 06 as 21 hs. seguinte itinerário: saída do ponto rodoviário da rua Dêlio Basílio Leal, passando por parte da Rua Dominique Level, até alcançar a Av. Presidente João Goulart e a rua Beraldo Sacchi, passando pela Estrada da Floresta alcançando a Estrada Eduardo Pereira Dias até o ponto próximo a Escola M. da Floresta retornando pela mesma até a Estrada do Saudoso Seguindo até o seu ponto final, retornando pela Estrada da Floresta daí seguindo o mesmo itinerário até as ruas Cel. Othon, Dr. Soares Filho e daí, até ao ponto rodoviário da Rua Dêlio Basílio Leal. **N.C 09 – JARDIM NOVA ERA – PARAÍSO** com 28 km no horário das 04 as 23hs. seguinte itinerário: : saída do ponto rodoviário da rua dos Antúrios



(Jardim Nova Era), passando pela rua dos Cravos, pelas ruas Prefeito Moracy Franco, Rio de Janeiro, Estrada RJ 127, rua Dr. Nilo Peganha, Assembleia de Deus, Américo Rodrigues Ferreira, Av. dos Operários, ruas Dominique Level, Cel. Othon, Dr. Soares Filho, Delio Basílio Leal, Dominique Level, Cel. Othon, Estrada RJ 127 e daí ate a rua Prefeito Helio Ferreira e por esta até a Estação Ferroviária de Lages, seguindo pela Rua Bezerra de Menezes, Pça Expedicionário Nilo Gama Flores (Pça do Miro), Rua Jonas Leal, Juscelino Kubstchek, Acre, Prefeito Bento Barbosa, Av. Paraíso retornado pelo mesmo itinerário ate a rua dos Antúrios no (Jardim Nova Era) . **N.C – 10 – CENTRO-MULTIRÃO** – com 25km, no horaio das 06 as 18hs. E no seguinte itinerário: saída do ponto rodoviário da rua Delio Basílio Leal (centro) passando pelas ruas Dominique Level, Juiz Emilio Carmo e Alzito Zaru,attingindo a Estrada RJ 093 por está até a Estrada do Barreiro, retornando pelo mesmo itinerário até ruas Cel. Othon e Dr. Soares Filho até finalmente atingir o ponto rodoviário da rua Delio Basílio Leal. **N.C – 11 – CENTRO – SÃO JOSÉ** (Via Cascata), com 20 km, no horário de 06 as 18hs. e o seguinte itinerário: saída do ponto rodoviário da Rua Delio Basílio Leal (centro), passando por parte da rua Dominique Level, Av. dos Operários, Américo Rodrigues Ferreira, Estrada Governador Roberto Silveira e Estrada para São José até alcançar o ponto final, retornando pelo mesmo itinerário até as ruas Cel. Othon e Dr. Soares Filho até finalmente atingir o ponto rodoviário da Delio Basílio Leal.

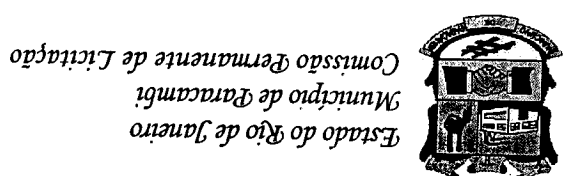
CLÁUSULA TERCEIRA DO VALOR DA TARIFA

Os serviços ora permitidos serão remunerados pelas seguintes tarifas:

N.C -01 – Centro/Guarajuba (Via Rua 10)

= R\$ 1,60 (um real e quarenta centavos);

N.C – 02 - Cascata/Lages (Via Hospital Municipal)



= R\$ 1,60 (um real e quarenta centavos);

N.C – 03 - Sabugo/Lages(Via Loteamento Novo)
= R\$ 1,60 (um real e quarenta centavos);

N.C – 04 – Jardim Nova Era/Dr. Eiras

= R\$ 1,60 (um real e quarenta centavos);

N.C – 05 – Jardim Nova Era/Guarajuba

= R\$ 1,60 (um real e quarenta centavos);

N.C – 06 - Centro/Bom Jardim

= R\$ 1,60 (um real e quarenta centavos);

N.C – 07 – Centro/Ponte Coberta(Via Estrada Eduardo Pereira Dias-Cabral)

= R\$ 1,60 (um real e quarenta centavos);

N.C – 08 – Centro/Saudoso (Via Km09)

=R\$ 1,60 (um real e quarenta centavos);

N.C – 09 – Jardim Nova Era/Paraiso

=R\$ 1,60 (um real e quarenta centavos);

N.C – 10 – Centro/Mutirão

=R\$ 1,60 (um real e quarenta centavos);

N.C – 11 – Centro/São José

=R\$ 1,60 (um real e quarenta centavos);

CLAUSULA QUARTA DO REAJUSTE TARIFARIO.

A tarifa será reajustada anualmente e revista, a qualquer tempo, com vista ao atendimento do que estabelece a lei Municipal n.º364/96, e com a devida apresentação de planilha de custo, dados operacionais e dados da frota existentes.

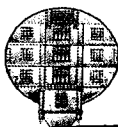
Caso a vendadora apresente 100% da frota de ônibus solicitado no edital, sendo estes do ano de 2007, será concedido um reajuste de R\$ 0,10 (dez) centavos, após seis meses de operação.



CLÁUSULA QUINTA DAS OBRIGAÇÕES DA PERMISSIONÁRIA

Pelo presente Termo, a "Permissonária" obriga-se principalmente a:

- I - dar início a execução dos serviços no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da data da apresentação da frota;
- II - prestar serviço adequado, na forma prevista neste Termo e nas normas regulamentares ou técnicas aplicáveis;
- III - manter em dia o inventário e o registro dos bens utilizados na prestação do serviço;
- IV - prestar contas da gestão do serviço à Secretaria Municipal de Fazenda nos termos da lei n.º 364/96, fazendo-o através da Secretaria de Trânsito e Transportes;
- V - cumprir e fazer cumprir as normas do serviço e cláusulas desta Permissão;
- VI - permitir aos encarregados da fiscalização livre acesso, em qualquer época, aos equipamentos e as instalações integrantes do serviço, bem como seus registros contábeis;
- VII - submeter o veículo a vistoria periódica conforme a legislação em vigor;
- VIII - manter, durante o prazo em vigência do presente Termo, qualificação compatível com o exercício da prestação do serviço;
- IX - observar as normas relativas às características dos veículos;
- X - efetuar a substituição dos veículos quando atingirem o tempo limite de vida útil, conforme determinado pelo regulamento;
- XI - comunicar ao Departamento de Transportes a ocorrência de perda, acidente, roubo ou furto do veículo cadastrado;
- XII - providenciar a apresentação de novo veículo nos casos da alínea anterior, no prazo Máximo de 90 (noventa) dias contados da ocorrência do fato;
- XIII - cobrar o preço da passagem de acordo com o valor fixado ou o posteriormente determinado pelo Poder Permissente;



XIV – manter seguro de responsabilidade civil com cobertura de R\$ 400.000,00 quatrocentos mil reais) por evento, cobrindo todos os passageiros transportados com despesas médicas, hospitalares, morte e invalidez.

XV – manter seguro para terceiros cobrindo danos materiais e pessoais com cobertura de R\$100.000,00 (cem mil reais) por evento.

XVI – em eventos comemorativos da cidade a empresa se comprometerá a disponibilizar ônibus extras para o deslocamento da população durante a realização do evento, conforme horários estipulados pela Secretaria de Transporte e Transporte.

XVII – cuidar dar para que a frota e a garagem atendam aos requisitos básicos de conservação do meio ambiente, como: separador de óleo e emissão de CO₂.

XVIII – estar com sistema de validadores de passagens eletrônicas (Rio Card) funcionando.

XIX – todos os veículos da frota deveram estar emplacados no município.

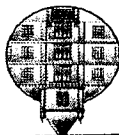
§ 1º - Qualquer alteração societária da empresa **Permissonária** será regida pelas disposições de direito provado e pela legislação trabalhista, não se estabelecendo qualquer relação entre os terceiros contratados e o outorgante.

§ 2º - Fica obrigado a permissonária a instalar no prazo Máximo de 01 (um) ano, garagem com capacidade para frota existente dentro do Município, bem como, emplacar todos os veículos na cidade de Paracambi.

CLÁUSULA SEXTA DOS ENCARGOS DO PODER PERMITENTE

Pelo presente termo, O Poder Permitente obriga-se a:

- I – fiscalizar, permanentemente, a prestação do serviço delegado;
- II – aplicar as penalidades regulamentares e as previstas no presente Termo;
- III – extinguir a permissão nos casos previstos neste Termo e Regulamento do Serviço;



IV – proceder a revisão das tarifas e autorizar seu reajustamento, nos termos da legislação pertinente;

V – fazer cumprir as disposições regulamentares do serviço e as cláusulas do Termo de Permissão;

VI – Zelar pela boa qualidade do serviço e receber, apurar e solucionar queixas e reclamações dos usuários;

VII – estimular o aumento da qualidade e da produtividade, e preservação do meio ambiente e a conservação dos bens e equipamentos utilizados no serviço.

§ 1º - Incorre em pena de caducidade a **Permissão** que descumprir cláusulas do Termo de Permissão, disposições legais ou regulamentares concernentes a prestação do serviço, a saber:

§ 2º - Em face do estabelecido no § 2º, do art. 71 da lei nº. 8.666/93 deverá apresentar a **Permissão**, sempre que solicitado, a comprovação de quitação dos encargos previdenciários da mão-de-obra alocada à execução dos serviços permitidos.

§ 3º - A fiscalização do serviço será feita por intermédio do Departamento de Transportes, podendo ser utilizados meios eletrônicos ou outras tecnologias no auxílio ao seu desempenho.

CLÁUSULA SÉTIMA DA EXTINÇÃO DA PERMISSÃO

Extingue-se a permissão por:

- I – advento do termo de delegação;
- II – caducidade;

III – desistência da exploração do serviço, parcial ou totalmente, mediante notificação escrita ao Poder Permitente, obrigando-se a Permissonária a cumprir integralmente as cláusulas da Permissão pelo período de 6 (seis) meses, após a referida notificação. A desistência manifestada antes do decurso do prazo da permissão mencionado na Cláusula Décima – Segunda implicará na imposição de multa de 20% (vinte por cento) do valor do contrato;

IV – anulação;

V – falência.

§ 1º - incorre em pena de caducidade a Permissonária que descumprir cláusulas do Termo de Permissão, disposições legais ou regulamentares concernentes a prestação do serviço, a saber:

I – paralisar o serviço por mais de 10 (dez) dias consecutivos, ressalvadas as hipóteses decorrentes de caso fortuito ou força maior;

II – executar menos da metade do número das frequências mínimas durante o período de 90 dias (noventa) dias consecutivos, salvo por motivo de força maior, devidamente comprovado;

III – não cumprir, aos a terceira advertência, observados os prazos legais, as penalidades impostas por infrações;

IV - apresentar elevado índice de acidentes graves, aos quais a Permissonária ou seus prepostos hajam dado causa, apurada a responsabilidade mediante o devido processo legal;

V – nos casos previstos como de “cassação” constantes de leis ou de regulamento do Serviço e demais normas pertinentes.

§ 2º - A declaração de caducidade deverá ser precedida da verificação da inadimplência da Permissonária em processo administrativo, assegurado o direito de ampla defesa.

§ 3º - Não será extinta a Permissão antes de comunicada a Permissonária os descumprimentos referidos no § 1º desta cláusula, dando-

- penalidade.
- seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a
- Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ate que
- VI – declaração de idoneidade para licitar ou contratar com a Administração
- contratar com a Administração por prazo não superior a 02(dois) anos;
- V – suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de
- IV – caducidade da permissão;
- III – suspensão da permissão para execução do serviço;
- II – lacre;
- I – multa;

disciplina, sujeitará a Permissonária, às seguintes penalidades:

A infração às determinações contidas neste Termo e na legislação que a

CLÁUSULA OITAVA DA RESPONSABILIDADE DA PERMISSOÁRIA

habilitar-se a nova outorga.

§ 6º - A declaração de caducidade impedirá a Permissonária de, durante

o prazo de 6(seis) a 24(vinte quatro) meses, a ser fixado em cada caso,

§ 5º - Declarada a caducidade não resultará para o Permitente qualquer

espécie de responsabilidade em relação aos encargos, ônus, obrigações ou

compromissos com terceiros ou com empregados da Permissonária.

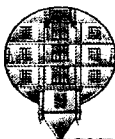
§ 4º - Comprovada a inadiplência, a caducidade será declarada por ato

do Prefeito Municipal.

se-lhe um prazo de 15 (quinze) dias para corrigir as falhas e transgressões que

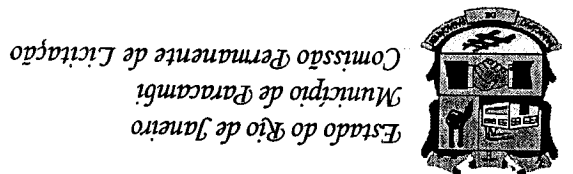
lhe forem imputados, observado o disposto no inciso II do § 1º.

Paracambi
PREFEITURA DE
Governando com Justiça e Dignidade



Estado do Rio de Janeiro
Município de Paracambi
Comissão Permanente de Licitação





§ 1º - As sanções previstas nos incisos III e IV poderão ser aplicadas conjuntamente com a do inciso I.

§ 2º - As sanções estabelecidas nos incisos III, IV, V e VI, desta cláusula são de competência exclusiva do Secretário Municipal de Fazenda, facultada a defesa da interessada no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após o decurso do prazo consignado.

§ 3º - As sanções estabelecidas pelos incisos I e II desta cláusula são de competência da Secretaria de Transportes.

§ 4º - Nos casos de aplicação conjunta das sanções previstas aos incisos I, II, III e IV desta cláusula a competência para sua aplicação se desloca para o Secretário de Fazenda.

CLÁUSULA NONA DOS RECURSOS

Dos atos da Administração caberão os seguintes recursos:

I - a impugnação contra aplicação das penalidades previstas nos incisos I e II da cláusula nona será endereçada e decidida pela Secretaria de Trânsito e Transportes;

II - a impugnação contra a aplicação das demais penalidades será endereçada e decidida pelo Secretário Municipal de Fazenda;

III - contra a decisão proferida pela autoridade mencionada no inciso I caberá recurso a ser apreciado pela Secretaria Municipal de Fazenda;

IV - contra a decisão proferida pela autoridade referida no inciso II caberá recurso a ser examinado pelo Prefeito Municipal.



Estado do Rio de Janeiro
Município de Paracambi
Comissão Permanente de Licitação



Governando com Justiça e Dignidade

PROCESSO N.º 1715, FLS. 92 ANO: 2007

§ 1º - O prazo das impugnações previstas nos incisos I e II desta cláusula será de 10m (dez) dias, contados, a partir da ciência inequívoca do fato;

§ 2º - O prazo para a interposição dos recursos previstos nos incisos III e IV destas cláusulas, será 15 (quinze) dias contados da ciência inequívoca da decisão recorrida.

CLÁUSULA DÉCIMA DO PRAZO

A presente Permissão de Serviço é outorgada pelo prazo de 10 (dez) anos, sujeita a sucessiva prorrogações, nos termos do Ato convocatório da respectiva licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA DA GARANTIA

Para garantir do presente, a Permissonária prestou garantia em dinheiro mediante caução, no valor de _____ (equivalentes a 1% (um por cento) do valor do contrato.

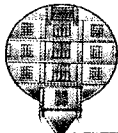
§ Único - A garantia somente será restituída, após o cumprimento integral do contrato, devidamente corrigida, de acordo com o índice oficial de medição da perda de valor da moeda nacional.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA DO FORO.



Estado do Rio de Janeiro
Município de Paracambi
Comissão Permanente de Licitação

PREFEITURA DE
Paracambi
Governando com Justiça e Dignidade



PROCESSO N.º 1215 FLS. 93 ANO: 2007

Fica eleito o Foro da Comarca do Município de Paracambi, para a solução judicial das demandas relativas ao presente Contrato de Adesão, não resolvidas amigavelmente, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA DA PUBLICAÇÃO

A Secretaria Municipal de Governo fará publicar, às expensas da Permissonária, o extrato deste instrumento, no prazo de 20 (vinte) dias contados da sua assinatura.

E, por estarem definidos as regras básicas da Permissão ora outorgada, às quais adere a Permissonária firmam o presente em 05(cinco) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Paracambi, de de 2007.

Pelo Poder Permittente

PREFEITO MUNICIPAL

PELA PERMISSONÁRIA



Estado do Rio de Janeiro
Município de Paracambi
Comissão Permanente de Licitação

PROCESSO N.º 1715 FLS. 94 ANO: 2007



PREFEITURA DE
Paracambi
Governando com Justiça e Dignidade

TESTEMUNHAS:

ANEXO IV PROJETO BÁSICO

I – OBJETO:

Operação das linhas Circulares de Transporte Coletivo por Ônibus que farão as seguintes ligações: N.C – 01 Centro-Guarajuba (Via rua Dep. Romen Natal); N.C -02 Cascata - Lages; N.C – 03 Sabugo – Lages(Via Loteamento Novo); N.C -04 Jardim Nova Era- Dr. Eiras; N.C – 05 Jardim Nova Era- Guarajuba (Via Estrada Eduardo Pereira Dias-Cabral); N.C – 08 Centro- Saudoso,(via Km09), N.C-09 Jardim Nova Era- Paraiso; N.C – 10 Centro-Multirão; N.C – 11 Centro - São José.

II – ESPECIFICAÇÕES:

II.1 – QUILOMETRAGEM TOTAL DE CADA UMA DAS LINHAS CIRCULARES:

N.C – 01 Centro-Guarajuba (Via rua Dep.Romen Natal);

22 km

N.C - 02 Cascata – Lages;

30km

N.C – 03 Sabugo – Lages(Via Loteamento Novo);

32 km

N.C - 04 Jardim Nova Era- Dr. Eiras;

28 km

N.C – 05 Jardim Nova Era- Guarajuba;

30 km

N.C – 06 Centro-Bom Jardim;

25km

N.C – 07 Centro-Ponte Coberta (Via Estrada Eduardo Pereira Dias – Cabral);



30 km
N.C – 08 Centro- Saudoso (Via Km09);
35 km
N.C – 09 Jardim Nova Era-Paraiso;
28 km
N.C - 10 Centro – Mutirão;
25km
N.C – 11 Centro – São José
20 km

II.2 – VEÍCULO A SER UTILIZADO:

O veículo a ser utilizado é o ônibus do Tipo Urbano.

II.3 – FROTA DETERMINADA:

A frota determinada para operação das linhas é de 13 (treze) ônibus:
N.C – 01 Centro-Guarajuba (Via rua Dep. Romeu Natal);
01
N.C - 02 Cascata – Lages;
01
N.C – 03 Sabugo - Lages;
01
N.C -04 Jardim Nova Era- Dr. Eiras;
01
N.C – 05 Jardim Nova Era- Guarajuba;
02
N.C – 06 Centro-Bom Jardim;
01
N.C – 07 Centro-Ponte Coberta (Via Estrada Eduardo Pereira Dias-Cabral);
01
N.C – 08 Centro- Saudoso (Via Km09)

01

N.C – 09 Jardim Nova Era-Paraiso;

02

N.C – 10 Centro-Mutirão;

01

N.C – 11 Centro - São José;

01

II - 4 - ITINERÁRIO DE CADA LINHA CIRCULAR:

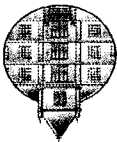
II. 4.1 – N.C-01 – CENTRO/GUARAJUBA (via Rua Dep. Romeu Natal)- saída do ponto rodoviário da Rua Dêlio Basílio Leal (centro), passando por parte da Rua Dominique Level e pela rua Cel. Othon, para alcançar a Estrada RJ 127 e por ele até a rua Prefeito Helio Ferreira (km 1) e daí até a Estação Ferroviária de Lages, tomando a rua Bezerra de Menezes passando pela Pça Expedicionário Nilo Gama Flores(Pça do Miro), Trav. Bom Jardim e rua Deputado Romeu Natal (antiga rua 10) até a Escola Estadual Boa Esperança, atravessando a Estrada RJ. 127, para entrar na Rua São Jorge (Guarajuba), passando pela Rua Sta. Terezinha e Estrada Eduardo Pereira Dias até alcançar novamente, a Estrada RJ 127 e, daí, até a Rua Dr. Soares Filho, atingindo, finalmente o ponto rodoviário da Rua Dêlio Basílio Leal (centro).

II.4.2 – N.C-02 - CASCAT/LAGES - saída do ponto da Rua Tenente Bernardino Bastos (nas proximidades do Hospital) no bairro Cascata, seguindo pela Rua Vicente Cicarino e pela Estrada Governador Roberto Silveira alcançando a Rua Américo Rodrigues Ferreira seguindo pela Avenida dos Operários passando por parte das Ruas Dominique Level e Cel. Othon daí à Rua Dr. Soares Filho atingindo o ponto Rodoviário da Rua Dêlio Basílio Leal retornando novamente por parte das Ruas Dominique Level e Cel. Othon alcançando a Estrada RJ 127 e daí até a Rua Pref. Helio Ferreira passando e por esta até a Estação Ferroviária de Lages seguindo pelas Ruas Jaime Augusto Marques, Othon dos Santos, Maximiano de Carvalho, Prefeito Bento

Barbosa, Plínio Alves de Moura, Trav. Bom Jardim, Rua Dep. Romeu Natal até alcançar novamente a Estrada RJ 127 e por ela retornando até as Ruas Dr. Soares Filho, Délio Basílio Leal, Dominique Level, Av. dos Operários, Américo Rodrigues Ferreira, Estrada Governador Roberto Silveira, Vicente Cícario dal alcançando finalmente o ponto da Rua Tenente Bernardino Bastos .

II.4.3 – N.C-03 – SABUGO/LAGES (Via Loteamento Novo) - saída do ponto da Estrada da Floresta (em frente a Escola Terra de Educar), seguindo pela mesma até as Ruas Av. Presidente João Goulart, Beraldo Sacchi, Dominique Level, Cel. Othon e Dr. Soares Filho, alcançado o ponto rodoviário da Rua Délio Basílio Leal, retornando as Ruas Dominique Level e Cel. Othon até alcançar a Estrada RJ 127e daí pela Estrada Eduardo Pereira Dias, passando pelas seguintes ruas e avenidas:rua Santa Terezinha, Av. são Jorge, Av. Alton Senna, rua João Batista, rua do Acesso, e av. Luiz Paulo voltando novamente pela av. são Jorge até alcançar a Estrada RJ 127 e por esta até as Ruas Dep. Romeu Natal, Trav. Bom Jardim, passando pelas Ruas Plínio Alves de Moura,Prefeito Bento Barbosa, Juscelino Kubstchek, Jonas Leal, Leal de Carvalho, Maximiano de Carvalho, Othon dos Santos, Jaime Augusto Marques, Pref. Helio Ferreira alcançando novamente a Estrada RJ 127 daí pelo mesmo itinerário até o ponto da Estrada Floresta.

II. 4.4 – N.C-04 – JARDIM NOVA ERA/DR. EIRAS - saída do ponto rodoviário da Rua dos Antúrios (Jardim Nova Era), passando pelas ruas dos Cravos,Pref. Moracy Franco, Rio de Janeiro, Estrada RJ 127. Ruas Dr. Nilo Peganha, Assembleia de Deus, Américo Rodrigues Ferreira, Av. dos Operários, Dominique Level, Cel. Othon, Dr. Soares Filho, Ministro Sebastião de Lacerda, Dominique Level, Cel. Othon, Estrada RJ 127, e daí até a Rua Prefeito Hélio Ferreira e por esta até a Estação Ferroviária de Lages, seguindo pela rua Bezerra de Menezes, Praça Expedicionário Nilo Gama Flores (Pça. do Miro), Rua Jonas Leal, Juscelino Kubstchek, Acre, Prefeito Bento Barbosa, Av. Paraíso e Estação Ferroviária Dr. Eiras, retornando pelo mesmo itinerário até o ponto rodoviário da rua dos Antúrios.



II. 4.5 – N.C-05 – JARDIM NOVA ERA/GUARAJUBA - saída do ponto rodoviário da Rua dos Antúrios (Jardim Nova Era), passando pela rua dos Cravos, pelas ruas Pref. Moracy Franco, Rio de Janeiro, Estrada RJ 127, Ruas Dr. Nilo Peganha, Assembleia de Deus, Américo Rodrigues Ferreira, Av. dos Operários, Rua Dominique Leves, Cel. Othon, Dr. Soares Filho, Dêlio Basílio Leal, Dominique Level, Cel. Othon, Estrada RJ 127 e daí até a Rua São Jorge (Guarajuba), passando pelas Ruas São Judas Tadeu, Gen. Uzeda, São Paulo, Sta. Terezinha, por onde retorna até a rua São Jorge até atingir a Estrada RJ 127 e aí passando pela Rua Dep. Romeno Natal, Trav. Bom Jardim, Plínio Alves de Moura, Prefeito Bento Barbosa, Juscelino Kubstchek, Jonas Leal, Leal de Carvalho, Maximiano de carvalho, Othon dos Santos, até a Estação Ferroviária de Lages, daí pelas Rua Prefeito Helio Ferreira até alcançar novamente a Estrada RJ 127 e por ela retornando pelo mesmo percurso até o ponto rodoviário da Rua dos Antúrios.

II.4.6 – N.C-06 - CENTRO/BOM JARDIM - Saída do ponto rodoviário da rua Dêlio Basílio Leal, passando pelas ruas Dominique Level, Cel. Othon, alcançando a Estrada RJ 127 até a rua Prefeito Hélio Ferreira (KM 01) e por esta até a Estação Ferroviária de Lages, passando pela rua Bezerra de Menezes, pela Praça Expedicionário Nilo Gama Flores (Pça. do Miro), rua Plínio Alves de Moura e daí, até a Estrada do Bom Jardim, retornando pelo mesmo itinerário até a rua Dr. Soares Filho até, finalmente chegar ao ponto rodoviário da rua Dêlio Basílio Leal.

II.4.7 – N.C-07 – CENTRO/PONTE COBERTA (Via Estrada Eduardo Pereira Dias - Cabral) Saída do ponto rodoviário da Rua Dêlio Basílio Leal, passando pelas ruas Dominique Level, Cel. Othon, alcançando a Estrada RJ 127 e, por esta a Estrada Eduardo Pereira Dias, passando pelo km 9 por onde seguirá até o bairro de Ponte Coberta, daí até a Rodovia Presidente Dutra e por ela até seu km 212, entrada de Paracambi, seguindo pela Estrada RJ 127 até



Governando com Justiça e Dignidade

Estado do Rio de Janeiro
Município de Paracambi
Comissão Permanente de Licitação



alcançar a rua Dr. Soares Filho daí até o ponto rodoviário da rua Delio Basílio Leal.

II.4.8 – N.C-08 – CENTRO - Saudoso (Via Km09) - saída do ponto rodoviário da rua Delio Basílio Leal, passando por parte da Rua Dominique Level, até alcançar a Av. Presidente João Goulart e a rua Beraldo Sacchi, passando pela Estrada da Floresta alcançando a Estrada Eduardo Pereira Dias até o ponto próximo a Escola M. da Floresta retornando pela mesma até a Estrada do Saudoso Seguindo até o seu ponto final, retornando pela Estrada da Floresta daí seguindo o mesmo itinerário até as ruas Cel. Othon, Dr. Soares Filho e daí, até ao ponto rodoviário da Rua Delio Basílio Leal.

II.4.9 – N.C-09 — JARDIM NOVA ERA/PARAÍSO - saída do ponto rodoviário da rua dos Antúrios (Jardim Nova Era), passando pela rua dos Cravos, pelas ruas Prefeito Moracy Franco, Rio de Janeiro, Estrada RJ 127, rua Dr. Nilo Peganha, Assembleia de Deus, Américo Rodrigues Ferreira, Av. dos Operários, ruas Dominique Level, Cel. Othon, Dr. Soares Filho, Delio Basílio Leal, Dominique Level, Cel. Othon, Estrada RJ 127 e daí até a rua Prefeito Helio Ferreira e por esta até a Estação Ferroviária de Lages, seguindo pela Rua Bezerra de Menezes, Pça Expedicionário Nilo Gama Flores (Pça do Miro), Rua Jonas Leal, Juscelino Kubstchek, Acre, Prefeito Bento Barbosa, Av. Paraíso retornado pelo mesmo itinerário ate a rua dos Antúrios no (Jardim Nova Era) .

II.4.10 – N.C – 10 CENTRO/MULTIRÃO - saída do ponto rodoviário da rua Delio Basílio Leal (centro) passando pelas ruas Dominique Level, Juiz Emilio Carmo e Alziro Zaru, atingindo a Estrada RJ 093 por esta até a Estrada do Barreiro, retornando pelo mesmo itinerário até ruas Cel. Othon e Dr. Soares Filho até finalmente atingir o ponto rodoviário da rua Delio Basílio Leal.

II.4.11 – N.C-11- CENTRO/SÃO JOSÉ (Via Cascata) - saída do ponto rodoviário da Rua Delio Basílio Leal (centro), passando por parte da rua



Estado do Rio de Janeiro
Município de Paracambi
Comissão Permanente de Licitação

PREFEITURA DE
Paracambi
Governando com Justiça e Dignidade



PROCESSO N.º 1715, rev. 301, m.u. 2007

Dominique Level, Av. dos Operários, Américo Rodrigues Ferreira, Estrada Governador Roberto Silveira e Estrada para São José até alcançar o ponto final, retornando pelo mesmo itinerário até as ruas Cel. Othon e Dr. Soares Filho até finalmente atingir o ponto rodoviário da Delio Basílio Leal.

III – TARIFA DE CADA LINHA CIRCULAR:

- III.1 – N.C-01 - Centro/Guarajuba (via rua 10)
= R\$ 1,60 (um real e quarenta centavos).
III.2 – N.C-02 - Cascata/Lages.
= R\$ 1,60 (um real e quarenta centavos).
III.3 – N.C-03 – Sabugo/Lages(Via Loteamento Novo).
= R\$ 1,60 (um real e quarenta centavos).
III.4 – N.C-04 – Jardim Nova Era/Dr. Eiras
= R\$ 1,60 (um real e quarenta centavos).
III.5 – N.C-05 – Jardim Nova Era/Guarajuba.
= R\$ 1,60 (um real e quarenta centavos).
III.6 – N.C-06 – Centro/Bom Jardim.
= R\$ 1,60 (um real e quarenta centavos).
III.7 – N.C-07 – Centro/Ponte Coberta (Via Estrada Eduardo Pereira Dias-
Cabral).
= R\$ 1,60 (um real e quarenta centavos).
III.8 – N.C-08 – Centro/Saudoso (Via Km09).
= R\$ 1,60 (um real e quarenta centavos).
III.9 – N.C-09 - Jardim Nova Era/Paraiso
= R\$ 1,60 (um real e quarenta centavos).
III.10 – N.C-10 – Centro/Mutirão
= R\$ 1,60 (um real e quarenta centavos).
III.11 – N.C-11 - Centro/São José
= R\$ 1,60 (um real e quarenta centavos).

IV – REAJUSTE E REVISÃO DE TARIFA:



As tarifas serão reajustadas anualmente e revistas, a qualquer tempo, tendo em vista o equilíbrio econômico e financeiro de cada operação.

V – CARACTERÍSTICAS OPERACIONAIS:

V.1 – O serviço será prestado de acordo com a legislação em vigor, estando sujeito a alterações técnicas por parte do Município de Paracambi.

V.2 – Deverá ser apresentada uma garagem de pelo menos 3.300 m², para guarda e manutenção da frota envolvida na operação.

V.3 – A idade da frota será no máximo, 07 (sete) anos a partir da nota fiscal respectiva, em se tratando de veículo zero quilômetro, ou com recibo de transferência de propriedade emitido pelo Departamento de Trânsito, onde se encontrar licenciado o veículo, no caso de aquisição de veículo usado.

VI – RECUPERAÇÃO DO INVESTIMENTO:

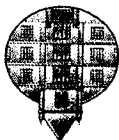
O tempo de ciclo do investimento será considerado igual a vida útil do veículo, que é 07 (sete) anos.

O investimento será considerado recuperado quando todos os custos da planilha, à exceção da Remuneração do Capital, forem ressarcidos.

O item Remuneração do Capital representa 6,42% do total. Acrescente-se a esta remuneração o COFINS, que equivale a 3% desse item.

MEMÓRIA DE CÁLCULO POR LINHA CIRCULAR:

Não será apresentada a memória de cálculo por Linha Circular.



Justificativa da não apresentação

Justifica-se a não apresentação da memória de cálculo por Linha Circular, tendo em vista que as Linhas Circulares de Transporte Coletivo estão atualmente sendo operadas em caráter emergencial pela empresa Normandy do Triângulo S/A, portanto o Município de Paracambi não possui dados suficientes para apresentar memória de cálculo por Linha Circular.

Para que os licitantes não venham alegar ignorância, bem como, impugnar o presente edital, o Município anexa cópia reprográfica da planilha de custo de março de 2007, apresentada pela empresa Normandy do Triângulo Ltda., bem como, os dados operacionais e frota, que passam a fazer parte integral deste edital.

Observa-se ainda, que as Linhas Circulares não vêm sendo operadas nos horários e itinerários estabelecidos pela Legislação Municipal, fato que impede a apresentação da memória de cálculo, que ora se justifica.

VII – CAUÇÃO:

Feita em moeda corrente do país, equivalente a 1% (um por cento) do valor de mercado dos veículos utilizados na operação da linha licitada, de acordo com o item 7 (sete) do respectivo Edital de convocação.

VIII – MULTAS:

As previstas no Regulamento do Serviço de Transportes Coletivos do Município de Paracambi, aprovado pelo decreto nº14/79 e na legislação superveniente, bem assim as previstas no Tempo de Permissão constantes do Anexo III do Edital de Licitação.

PROCESSO Nº 1715 FLS. 304 ANO. 2007

PREFEITURA DE
Paracambi
Governando com Justiça e Dignidade



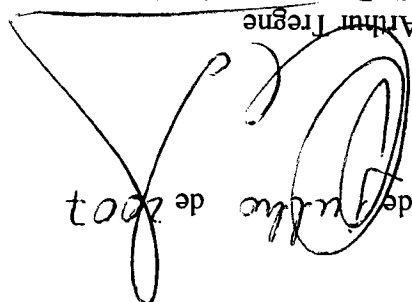
Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Paracambi
Comissão Permanente de Licitação

LAUDO PARA ANALISE JURIDICA

DO: PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
PARA: ASSESSORIA JURIDICA

De conformidade com o parágrafo único do Artigo 38 de Lei Federal nº 8.666 de 21/06/93 com alteração introduzida pela Lei Federal nº 8.883 de 08/06/94, encaminhamos minuta do Processo Licitatório Modalidade Concorrência Pública em anexo, para exame e aprovação, respeitados os prazos legais.

Em, 31 de Julho de 2007


Pedro Arthur Régne

Presidente da Comissão Permanente de Licitação



Estado do Rio de Janeiro
Município de Paracambi
Gabinete do Prefeito



DECRETO Nº 1.722, DE 02 DE JULHO DE 2007.

“Dispõe sobre as especificações para a prestação do serviço de transporte coletivo de passageiros no Município de Paracambi, e dá outras providências”.

O **Prefeito Municipal de Paracambi**, no exercício de suas atribuições legais, e em conformidade com o artigo 93, da Lei Orgânica Municipal, e com os artigos 6º e 10, da Lei Municipal nº. 364, de 10 de abril de 1996;

CONSIDERANDO as informações prestadas pela Secretaria Executiva de Trânsito e Transportes Municipais nos Processos Administrativos números: 651/2006 e 1.715/2007,

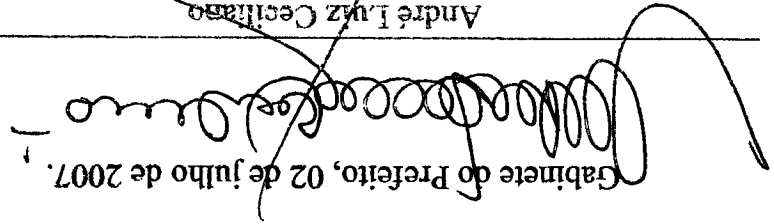
D E C R E T A

Artigo 1º - As linhas circulares de transporte coletivo de passageiros, no âmbito do Município de Paracambi, obedecerão às especificações descritas no Anexo deste Decreto Municipal.

Artigo 2º - O valor das tarifas correspondentes às passagens para a utilização das linhas circulares referidas no artigo anterior, será de R\$.1,60 (um real e sessenta centavos), só podendo ser exigido dos usuários a partir do início da vigência do contrato que resultará da licitação de que trata o Processo Administrativo nº. 1.715/2007.

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 02 de julho de 2007.



André Luiz Ceciliano
Prefeito Municipal



Estado do Rio de Janeiro
Município de Paracambi
Secretaria Executiva de Trânsito e Transportes Municipais

Secretaria Executiva de Trânsito e Transportes Municipais

PREFEITURA DE
PARACAMBI
Governando com Justiça e Dignidade

PROCESSO N.º 1715 FLS. 106 ANO 2007

ANEXO

**ESTRUTURA OPERACIONAL DAS LINHAS CIRCULARES DE
TRANSPORTES COLETIVOS DE PASSAGEIROS DE PARACAMBI A
SEREM OPERADAS COM ÔNIBUS URBANOS.**

**I - LINHA CIRCULAR N.C-01-PERCURSO DE 22 km
CENTRO - GUARAJUBA (Via Rua Dep. Romeu Natal).**

a) - Tarifa = R\$ 1,60

b) - Horário de Circulação: das 4hs às 23hs.

c) - Intervalos de Saídas: de 30 em 30 minutos.

d) - Períodos de Operação: diariamente, inclusive sábados, domingos e

feriados.

e) - Itinerário: saída do ponto rodoviário da Rua Délio Basílio Leal (centro),

passando por parte da Rua Dominique Level e pela rua Cel. Othon, para

alcançar a Estrada RJ 127 e por ela até a rua Prefeito Helio Ferreira (km

1) e daí até a Estação Ferroviária de Lages, tomando a rua Bezerra de

Menezes passando pela Pça Expedicionário Nilo Gama Flores(Pça do

Miro), Trav. Bom Jardim e rua Deputado Romeu Natal (antiga rua 10)

até a Escola Estadual Boa Esperança, atravessando a Estrada RJ. 127,

para entrar na Rua São Jorge (Guarajuba), passando pela Rua Sta.

Terezinha e Estrada Eduardo Pereira Dias até alcançar novamente, a

Estrada RJ 127 e, daí, até a Rua Dr. Soares Filho, atingindo, finalmente

o ponto rodoviário da Rua Délio Basílio Leal (centro).

f) - Frota Necessária: 01 (dois) ônibus.

g) - Vida Útil Máxima: 07 anos.

[Handwritten signature]

II - LINHA CIRCULAR N.C-02 PERCURSO 30 km

CASCATA - LAGES

- a) - Tarifa: R\$ 1,60
b) - Horário de Circulação: das 05:30 às 23:30 hs.
c) - Intervalos de Saída: de uma em uma hora.
d) - Período de Operação: diariamente inclusive, sábados, domingos e feriados.
e) - Itinerário: saída do ponto da Rua Tenente Bernardino Bastos (nas proximidades do Hospital) no bairro Cascata, seguindo pela Rua Vicente Cícario e pela Estrada Governador Roberto Silveira alcançando a Rua Américo Rodrigues Ferreira seguindo pela Avenida dos Operários passando por parte das Ruas Dominique Level e Cel. Othon daí à Rua Dr. Soares Filho atingindo o ponto Rodoviário da Rua Délio Basílio Leal retornando novamente por parte das Ruas Dominique Level e Cel. Othon alcançando a Estrada RJ 127 e daí até a Rua Prof. Hélio Ferreira e por esta até a Estação Ferroviária de Lages seguindo pelas Ruas Jaime Augusto Marques, Othon dos Santos, Maximiano de Carvalho, Prefeito Bento Barbosa, Plínio Alves de Moura, Trav. Bom Jardim, Rua Dep. Romeu Natal até alcançar novamente a Estrada RJ 127 e por ela retornando até as Ruas Dr. Soares Filho, Délio Basílio Leal, Dominique Level, Av. dos Operários, Américo Rodrigues Ferreira, Estrada Governador Roberto Silveira, Vicente Cícario dal alcançando finalmente o ponto da Rua Tenente Bernardino Bastos.

III - LINHA CIRCULAR N.C-03 PERCURSO 32 km

SABUGO - LAGES (Via Loteamento Novo)

- a) - Tarifa: R\$ 1,60
b) - Horário de Circulação: das 06:00 às 23:00 hs
c) - Intervalos de Saída: de 1 em 1 hora.



d) - Período de Operação: diariamente, inclusive sábados, domingos e

feriados.

e) - Itinerário: saída do ponto da Estrada da Floresta (em frente a Escola

Terra de Educar), seguindo pela mesma até as Ruas Av. Presidente João Goulart, Beraldo Sacchi, Dominique Level, Cel. Othon e Dr. Soares Filho, alcançado o ponto rodoviário da Rua Delio Basilio Leal, retornando as Ruas Dominique Level e Cel. Othon até alcançar a Estrada RJ 127 e daí pela Estrada Eduardo Pereira Dias, passando pelas seguintes ruas e avenidas: rua Santa Terezinha, Av. São Jorge, Av. Ailton Senna, rua João Batista, rua do Acesso, e av. Luiz Paulo voltando novamente pela av. São Jorge até alcançar a Estrada RJ 127 e por esta até as Ruas Dep. Romeu Natal, Trav. Bom Jardim, passando pelas Ruas Plínio Alves de Moura, Prefeito Bento Barbosa, Juscelino Kubstchek, Jonas Leal, Leal de Carvalho, Maximiano de Carvalho, Othon dos Santos, Jaime Augusto Marques, Pref. Helio Ferreira alcançando novamente a Estrada RJ 127 daí pelo mesmo itinerário até o ponto da Estrada Floresta.

f) - frota necessária: 01 (dois) ônibus.

g) - Vida Útil: 07 (sete) anos.

IV - LINHA CIRCULAR N.C-04 PERCURSO 28 km JARDIM NOVO ERA - DR. EIRAS

a) - Tarifa: R\$ 1,60;

b) - Horário de Circulação: das 04:00 às 18:00 hs;

c) - Intervalo de Saídas: de 2 em 2 horas;

d) - Período de Operação: diariamente inclusive, sábados, domingos e

feriados.

e) - Itinerário: saída do ponto rodoviário da rua dos Antúrios (Jardim Nova

Era), passando pelas ruas dos Cravos, Pref. Moracy Franco, Rio de

Janeiro, Estrada RJ 127. Ruas Dr. Nilo Peganha, Assembleia de Deus,

Américo Rodrigues Ferreira, Av. dos Operários, Dominique Level, Cel.

Othon, Dr. Soares Filho, Delio Basilio Leal, Dominique Level, Cel. Othon,

Estrada RJ 127, e daí até a Rua Prefeito Hélio Ferreira e por esta até a Estação Ferroviária de Lages, seguindo pela rua Bezerra de Menezes, Praça Expedicionário Nilo Gama Flores (Pça. do Miro), Rua Jonas Leal, Juscelino Kubstchek, Acre, Prefeito Bento Barbosa, Av. Paraíso e Estação Ferroviária Dr. Eiras, retornado pelo mesmo itinerário até o ponto rodoviário da rua dos Antúrios.

f) – Frota Necessária: 01 (ônibus);

g) – Vida Útil Máxima: 07 (sete) anos.

V – LINHA CIRCULAR N.C – 05 PERCURSO DE 30 KM
JARDIM NOVA ERA – GUARAJUBA

a) – Tarifa: R\$ 1,60;

b) – Horário de Circulação: das 00:00 às 23:59h.

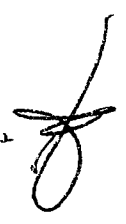
c) – Intervalo de Saídas: de 30 em 30 minutos, a partir das 04:00 até às 00:00 (após de hora em hora).

d) – Período de Operação: diariamente, inclusive sábados, domingos e feriados.

e) – Itinerário: saída do ponto rodoviário da rua dos Antúrios (Jardim Nova Era), passando pela rua dos Cravos, pelas ruas Pref. Moracy Franco, Rio de Janeiro, Estrada RJ 127, Ruas Dr. Nilo Pecanha, Assembleia de Deus, Américo Rodrigues Ferreira, Av. dos Operários, Rua Dominique Level, Cel. Othon, Dr. Soares Filho, Délio Basílio Leal, Dominique Level, Cel. Othon, Estrada RJ 127 e daí até a Rua São Jorge (Guarajuba), passando pelas Ruas São Judas Tadeu, Gen. Uzeda, São Paulo, Sta. Terezinha, por onde retorna até a rua São Jorge até atingir a Estrada RJ 127 e aí passando pela Rua Dep. Romeu Natal, Trav. Bom Jardim, Plínio Alves de Moura, Prefeito Bento Barbosa, Juscelino Kubstchek, Jonas Leal, Leal de Carvalho, Maximiano de Carvalho, Othon dos Santos, até a Estação Ferroviária de Lages, daí pelas Rua Prefeito Hélio Ferreira até alcançar novamente a Estrada RJ 127 e por ela retornando pelo mesmo percurso até o ponto rodoviário da Rua dos Antúrios.

f) – Frota Necessária: 02 (dois) ônibus.

g) – Vida Útil Máxima: 07 (sete) anos.



**VI - LINHA CIRCULAR N.C-06 - PERCURSO DE 30 KM
CENTRO - BOM JARDIM**

a) - Tarifa: R\$ 1,60;

b) - Horário de Circulação: das 06:00 às 22:00hs.

c) - Intervalo de Saídas: de 1 em 1 hora.

d) - Período de Operação: diariamente, inclusive sábados, domingos e

feriados.

e) - ITINERÁRIO: Saída do ponto rodoviário da rua Délio Basílio Leal, passando pelas ruas Dominique Level, Cel. Othon, alcançando a Estrada RJ 127 até a rua Prefeito Hélio Ferreira (KM 01) e por esta até a Estação Ferroviária de Lages, passando pela rua Bezerra de Menezes, pela Praça Expedicionário Nilo Gama Flores (Pça. do Miro), rua Plínio Alves de Moura e daí, até a Estrada do Bom Jardim, retornando pelo mesmo itinerário até a rua Dr. Soares Filho até, finalmente chegar ao ponto rodoviário da rua Délio Basílio Leal.

f) - FROTA NECESSÁRIA: 01 (um) carro.

g) - VIDA ÚTIL MÁXIMA: 07 (sete) anos.

VII - LINHA CIRCULAR N.C-07 - PERCURSO DE 25 km

**CENTRO - PONTE COBERTA (Via Estrada Eduardo Pereira Dias-
Cabral).**

a) - Tarifa: R\$ 1,60;

b) - Horário de Circulação: das 06:00 às 21:00hs.

c) - Intervalos de Saídas: de 3 em 3 horas.

d) - Período de Operação: diariamente, inclusive sábados, domingos e

feriados.

e) - ITINERÁRIO: Saída do ponto rodoviário da Rua Délio Basílio Leal,

passando pelas ruas Dominique Level, Cel. Othon, alcançando a Estrada RJ 127 e, por esta a Estrada Eduardo Pereira Dias, passando pelo km 9 por onde seguirá até o bairro de Ponte Coberta, daí até a Rodovia Presidente

Dutra e por ela até seu km 212, entrada de Paracambi, seguindo pela

Estrada RJ 127 até alcançar a rua Dr. Soares Filho daí até o ponto rodoviário da rua Delio Basilio Leal.

f) - FROTA NECESSÁRIA: 01 (um) carro.

g) VIDA ÚTIL MÁXIMA: 07 (sete) anos.

VIII - LINHA CIRCULAR N.C - 08 - PERCURSO DE 35 km
CENTRO - SAUDOSO (Via Km09).

- a) - Tarifa: R\$ 1,60;
- b) - Horário de Circulação: das 06:00 às 21:00hs.
- c) - Intervalos de Saída: 03 em 03 horas;
- d) - Período de Operação: diariamente, inclusive sábados, domingos e feriados.

e) - Itinerário: saída do ponto rodoviário da rua Delio Basilio Leal, passando por parte da Rua Dominique Level, até alcançar a rua Beraldo Sacchi, passando pela Estrada da Floresta alcançando a Estrada Eduardo Pereira Dias até o ponto próximo a Escola M. da Floresta retornando pela mesma até a Estrada do Saudoso Seguindo até o mesmo ponto final, retornando pela Estrada da Floresta daí seguindo o mesmo itinerário até as ruas Cel. Othon, Dr. Soares Filho e daí, até ao ponto rodoviário da Rua Delio Basilio Leal.

- f) - Frota Necessária: 01(um) ônibus.
- g) - Vida Útil Máxima: 07 (sete) anos.

IX - LINHA CIRCULAR N.C - 09 - PERCURSO 28km
JARDIM NOVA ERA - PARAISO

- a) Tarifa: R\$ 1,60;
- b) Horário de Circulação:
- c) Intervalos de Saída: de 30 em 30 minutos;
- d) Período de Operação: diariamente, inclusive sábados, domingos e feriados.

- e) Itinerário: saída do ponto rodoviário da rua dos Antúrios (Jardim Nova Era), passando pela rua dos Cravos, pelas ruas Prefeito Moracy Franco, Rio de Janeiro, Estrada RJ 127, rua Dr. Nilo Peganha, Assembleia de Deus, Américo Rodrigues Ferreira, Av. dos Operários, ruas Dominique Level, Cel. Othon, Estrada RJ 127 e daí ate a rua Prefeito Helio Ferreira e por esta até a Estação Ferroviária de Lages, seguindo pela Rua Bezerra de Menezes, Pça Expedicionário Nilo Gama Flores (Pça do Miro), Rua Jonas Leal, Juscelino Kubstchek, Acre, Prefeito Bento Barbosa, Av. Paraíso retornado pelo mesmo itinerário ate a rua dos Antúrios no (Jardim Nova Era).
- f) Frota Necessária: 02 (dois) ônibus;
- g) Vida Útil Máxima: 07 (sete) anos.

X - LINHA CIRCULAR N.C - 10 PERCURSO 25km

CENTRO - MULTIRÃO

- a) Tarifa: R\$ 1,60;

- b) Horário de Circulação: das 6:30 às 18:30hs;

- c) Intervalos de Saída: de 6 em 6 horas.

- d) Período de operação: terças, quintas e domingos.

- e) Itinerário: saída do ponto rodoviário da rua Delio Basilio Leal (centro)

passando pelas ruas Dominique Level, Juiz Emilio Carmo e Alziro

Zaru, attingindo a Estrada RJ 093 por está até a Estrada do Barreiro,

retornando pelo mesmo itinerário até ruas Cel. Othon e Dr. Soares Filho

até finalmente atingir o ponto rodoviário da rua Delio Basilio Leal;

- f) Frota Necessária: 01 (um) ônibus.

- g) Vida Útil Máxima: 07 (sete) anos.

XI - LINHA CIRCULAR N.C - 11 PERCURSO 20 km

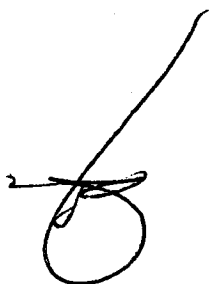
CENTRO - SÃO JOSÉ (Via Cascata)

- a) Tarifa: R\$ 1,60;

- b) Horário de Circulação: de 06:00 às 18:00hs.



- c) Intervalos de Saída: de 6 em 6 horas;
- d) Período de Operação: Segundas, Quartas e Sábados;
- e) Itinerário: saída do ponto rodoviário da Rua Delio Basílio Leal (centro), passando por parte da rua Dominique Level, Av. dos Operários, Américo Rodrigues Ferreira, Estrada Governador Roberto Silveira e Estrada para São José até alcançar o ponto final, retornando pelo mesmo itinerário até as ruas Cel. Othon e Dr. Soares Filho até finalmente atingir o ponto rodoviário da Delio Basílio Leal;
- f) Frota Necessária: 01 (um) ônibus;
- g) Vida Útil Máxima: 07 (sete) anos.



Renildo Teixeira
Procurador Geral do Município

06/08/07

2) Junta aos autos cópia
do Juízo nº 1.722/07.

1) Remessa, se houve
de registro oficial
a seguir;

João Paracatu de C.P.

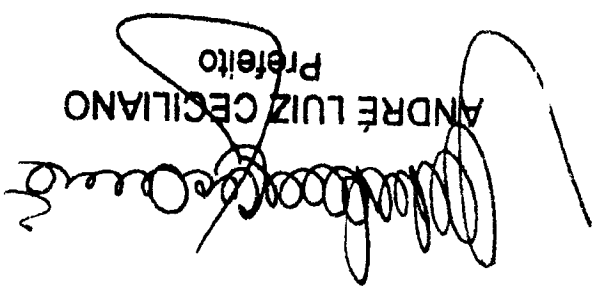
PROCESSO Nº. 1735, de 14.08.2007

Paracambi, 13 de agosto de 2007.

OFÍCIO Nº294/2007-GP

TRIBUNAL DE CONTAS
 14 AGO. 2007
 Gilson G. de V. Silva
 Matr. 02/3086

Exmo. Senhor Presidente,
 Cumprimentando-o cordalmente, venho, através deste, apresentar, para as considerações dessa Egrégia Corte de Contas, o **EDITAL DE LICITAÇÃO-CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº001-2007**. Concessão para prestação de Serviços de Transporte Municipal de Passageiros por ônibus nas linhas circulares da Cidade de Paracambi, que será realizada no dia 01.10.2007.
 Na oportunidade renovo a Vossa Excelência meus protestos de apreço e distinta consideração.


 ANDRÉ LUIZ CECILIANO
 Prefeito

EXMO. SENHOR CONSELHEIRO
 JOSE MAURÍCIO DE LIMA NO ASCO
 DO PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITATIÁIA

AVISO DE LICITAÇÃO

Para a aquisição de materiais de consumo para a Prefeitura Municipal de Itatiaia, no Município de Itatiaia, Estado do Rio de Janeiro, conforme Edital de Licitação nº 001/2007, publicado no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, de 07 de agosto de 2007, às 14 horas, no site eletrônico da Prefeitura Municipal de Itatiaia, no endereço eletrônico: www.pmf.itatiaia.rj.gov.br, e no endereço físico: Rua da República, nº 100, Centro, Itatiaia, RJ, CEP: 26.000-000.

Itatiaia, 14 de agosto de 2007.

Deputado do Legislativo

Assinatura do Deputado do Legislativo: [Assinatura]

Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Paracambi

AVISO DE LICITAÇÃO

CONCURRENCIA Nº 001/2007

Para a aquisição de materiais de consumo para a Prefeitura Municipal de Paracambi, no Município de Paracambi, Estado do Rio de Janeiro, conforme Edital de Licitação nº 001/2007, publicado no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, de 07 de agosto de 2007, às 14 horas, no site eletrônico da Prefeitura Municipal de Paracambi, no endereço eletrônico: www.pmf.paracambi.rj.gov.br, e no endereço físico: Rua da República, nº 100, Centro, Paracambi, RJ, CEP: 26.000-000.

Deputado do Legislativo

Assinatura do Deputado do Legislativo: [Assinatura]

EDITAL

PRIMEIRO PUBLICO LEILÃO

Para a venda pública de bens imóveis pertencentes ao Município de Paracambi, no Estado do Rio de Janeiro, conforme Edital de Leilão nº 001/2007, publicado no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, de 07 de agosto de 2007, às 14 horas, no site eletrônico da Prefeitura Municipal de Paracambi, no endereço eletrônico: www.pmf.paracambi.rj.gov.br, e no endereço físico: Rua da República, nº 100, Centro, Paracambi, RJ, CEP: 26.000-000.

REVISTA DOMINGO
UM TOQUE DE CHARME
NO SEU DOMINGO



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITATIAIA AVISO DE LICITAÇÃO

A Diretoria de Licitações da Prefeitura Municipal de Itatiaia torna público aos interessados as licitações abaixo, a serem realizadas na sede da PMI: Tomada de Preços nº 19/2006, sob regime de empreitada por preço global, que objetiva a contratação de empresa especializada para execução da obra de reforma, ampliação e construção de quadra coberta na Escola Municipal Campo Belo no Município de Itatiaia, através do Proc. Adm. nº 7501/2006, a ser realizada às 14:00 horas do dia 30/08/2007. Tomada de Preços nº 18/2006, sob regime de empreitada por preço global, que objetiva a contratação de empresa especializada para execução de obras de ampliação da Escola Fernando Otávio Xavier (FOX) do município de Itatiaia, através do Proc. Adm. nº 8372/2006, a ser realizada às 09:00 horas do dia 30/08/2007. Os Editais encontram-se a disposição dos interessados na Diretoria de Licitações / PMI situada a Praça Mariana Rocha Leão, nº 20 - Centro - Itatiaia - RJ, tel/fax (024) 3352-6777 ramal 221/210/212, no horário de 08:00 às 17:00 h. de segunda a sexta-feira.

Itatiaia, 13 de agosto de 2007.
Depto de Licitações

EDITAL DE SEGUNDO E ÚLTIMO PÚBLICO LEILÃO E INTIMAÇÃO

JONAS RYMER, (079- JUCERJA) Leiloeiro Público Oficial, estabelecido à RUA DO CARMO, Nº 09 - SALA 701- CENTRO- RIO DE JANEIRO/RJ., faz saber que devidamente autorizado pelo Agente Fiduciário, **SUL FINANCEIRA S/A C.F.I** designado pelo BNH, venderá na forma da Lei nº 8.004 de 14/03/90 e Decreto Lei nº 70 de 21/11/66 e regulamentação complementar 58/67, RC 24/68, RD 08/70 e CFG 10/77, no dia, hora e local abaixo mencionado, o(s) imóvel(is) adiante descrito(s) para pagamento de dívida hipotecária em favor da **CAIXA ECONÔMICA FEDERAL**. A venda será feita à vista, podendo o arrematante pagar, no ato, como sinal 20% (vinte por cento) do preço da arrematação e o saldo restante no prazo improrrogável de 08 (oito) dias, sob pena de perda do sinal dado. A venda com financiamento da Caixa Econômica Federal será feita através de Carta de Crédito, que poderá ser obtida junto a qualquer agência, após análise cadastral e comprovação de renda. Os interessados na obtenção de carta de crédito para aquisição dos imóveis constantes deste edital e/ou utilização dos recursos do FGTS deverão procurar uma agência da Caixa Econômica Federal com no mínimo 5 (cinco) dias de antecedência com relação a data do leilão. As vendas serão realizadas pelo maior lance. As despesas relativas a comissão de leiloeiro, registro, imposto e taxas correrão por conta do arrematante. Caso o imóvel esteja ocupado, o arrematante fica ciente que será o responsável pelas providências de desocupação do mesmo. O arrematante terá um prazo de 30 (trinta) dias para o registro da carta de arrematação ou do contrato/escritura de financiamento no cartório de registro de imóveis. O leiloeiro acha-se habilitado a fornecer aos interessados, informações pormenorizadas sobre os imóveis. Ficam desde já INTIMADOS do presente leilão, os interessados, caso não sejam localizados.

Local: 7501/2007 - Ramal: 14.00h - Local: PC. CONS. MACEDO SOARES - 84/92 - CENTRO MARICA

SED. CACIMBOS - CONT. 2054570910201 - DEVEDOR(ES): JURANDIR FERNANDES MONTEIRO - Brg. Casagorá, REPRESENTANTE DE VENDAS - CIO: 871238787874 - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - Brg. Casagorá, 2054570910201 - CIO: 871238787874



Estado do Rio de Janeiro Prefeitura Municipal de Paracambi

AVISO DE LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA Nº 001/2007

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARACAMBI-CNPJ 29.138.294/0001-02 AVISO DE LICITAÇÃO - EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 001/2007 - **PMP OBJETO:** Concessão para prestação de serviço de Transporte Municipal de passageiros por ônibus nas linhas circulares da Cidade de Paracambi. **MODALIDADE:** Concorrência **TIPO:** Menor Preço Global - **DATA:** 01 de outubro de 2007. **HORA:** 14:00 horas **LOCAL:** Prefeitura Municipal de Paracambi - Rua Juiz Emílio Carmo - 50 - Centro - Paracambi - RJ - **CONDIÇÃO PARA AQUISIÇÃO DO EDITAL:** O edital e seu anexos encontrar-se-ão à disposição para consultar e retirada, sob condição de entrega de 02 (duas) resmas de papel A4, maiores esclarecimentos pelo telefone (21) 3693-3031.

PEDRO ARTHUR TREGNE
Presidente da Comissão Permanente de Licitação

EDITAL PRIMEIRO PÚBLICO LEILÃO

Aos 14 dias do mês de agosto do ano de 2007, às 13:00 horas, na Travessa do Paço, 23, sala 1212 - Centro - RJ, telefone (21) 2533-2400, Teresa Brame - Leiloeiro Público, faz saber que, devidamente autorizado por BANCO MORADA S/A, Agente Fiduciário, designado pelo extinto Banco Nacional da Habitação, na forma da Lei (Decreto-Lei nº 70, de 21/11/66 e regulamentação complementar (RC 58/67, RC 24/68, RD 08/70 e RD 13/69, do extinto BNH) e artigo 3º da Circular 1832/90 do Banco Central do Brasil, venderá, em Primeiro Público Leilão, no dia, hora e local acima referidos, os imóveis abaixo relacionados, para pagamento da dívida hipotecária que seus proprietários mantêm com a **CAIXA ECONÔMICA FEDERAL**.

A venda será feita à vista, podendo o Arrematante pagar no ato, como sinal 20% (vinte por cento) do valor da arrematação, a comissão de lei e o saldo restante no prazo improrrogável de 08 (oito) dias, sob pena de perda do sinal dado. O valor do lance mínimo está sujeito a atualização até 24 (vinte e quatro) horas antes da realização do leilão.

A arrematação será feita pelo maior lance obtido. As despesas relativas à comissão de leiloeiro, registro, impostos e taxas, inclusive condomínio e despesas com execução extrajudicial correrão por conta do arrematante. Caso o imóvel esteja ocupado, o arrematante fica ciente que será o responsável pelas providências de desocupação do mesmo. O leiloeiro acha-se habilitado a fornecer aos interessados informações pormenorizadas sobre os imóveis.

Ficam desde já intimados do presente leilão os mutuários caso não sejam localizados.

1. SEU LEILÃO: Contrato nº 8.0203.7000.205.1 MUTUÁRIOS: J. MADEIRA SP. VA. 2. SEU LEILÃO: Contrato nº 8.0203.7000.205.1 MUTUÁRIOS: J. MADEIRA SP. VA. 3. SEU LEILÃO: Contrato nº 8.0203.7000.205.1 MUTUÁRIOS: J. MADEIRA SP. VA.

REVISTA
DOMINGO
UM TOQUE
DE CHARME
NO SEU
DOMINGO.

PROCESSO N.º 1712 FLS. 116 ANO 2007

P. Gentil
IMÓVEIS

IPANEMA, R\$ 1.200.000,00, Vieira Souto, frente/lateral, cob.duplex, linda vista, infraestrutura, 160m², varanda, 3 quartos, suite, bh.social, copa-cozinha, terraço, vista.

LAGOA, Epitácio Pessoa, próx.parque, catacumba, 240m², vista, total/água, varandão, salão, 3 ambientes, lavabo, 4 quartos, 2 suítes, armários, bh.social, copa-cozinha, planejada, 2 banheiros, 5 vagas Tel:2523-1499

LEBLON, R\$ 2.700.000,00, João Lira, 3ªquadra, cob.triplax, 375m², 4 suítes/armos, salão, varanda, copa-cozinha, dependências, piscina, terraço, churrasqueira, reformada, indepassada, 5 vagas/esc. pronto p/morar Tel:2523-1499.

IPANEMA, R\$ 3.000,00+TXS, Nascimento Silva, junto, arribal, cob.linear, 105m², vista/triste, varanda, terraço, amplo, sala, 2 quartos, armários, bh.social, coz.americana, área, bh.empregada, garagem, Tel.:2523-1499.

ATOS OFICIAIS GERAL

HORACIO

qu



ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Prefeitura Municipal de Paracambi

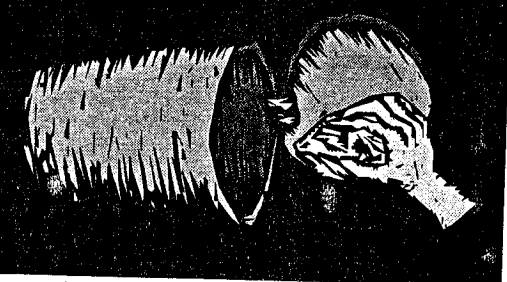
ATOS OFICIAIS

procuradores legalmente constituídos;- c) Autorizar a realização de licitação, ajustes e acordos ou outras formas de contratação para fornecimento de materiais, equipamentos ou prestação de serviços de interesse da instituição;- d) Realizar licitações para a alienação de materiais e equipamentos desnecessários ou inservíveis;- e) Promover atividades de colaboração com a União, o Estado e os Municípios, entidades públicas ou privadas, para a realização de obras e serviços, aprovando e assinando os respectivos contratos e convênios, com anuência prévia do Prefeito Municipal;- f) Assinar os demais contratos, acordos, ajuste e autorizações relativas à execução de obras e outros serviços e fornecimento de materiais e equipamentos necessários ao SAESP, e autorizar os respectivos pagamentos;- g) Movimentar as contas bancárias em nome da autarquia, conjuntamente com o responsável pelo setor financeiro da instituição;- h) Local os imóveis necessários à execução dos serviços do SAESP;- i) Elaborar, cumprir, dirigir e fiscalizar o orçamento anual e os programas de trabalho da instituição;- j) Comparar obrigatoriamente as reuniões convocadas pelo Chefe do Poder Executivo, fornecendo todos os elementos informativos sobre as atividades realizadas pela instituição.

Parágrafo único:- O Chefe do Poder Executivo Municipal até o dia 15 (quinze) de cada mês, cada ano, o balanço anual e o relatório das atividades de gestão do exercício anterior. - Parágrafo único - As atribuições previstas nas alíneas "a", "f", "i" e "m", poderão ser atribuídas por delegação ao Vice-Diretor.- Art. 5º - Ao Vice-Diretor compete:- a) Substituir o Diretor Geral em suas eventuais ausências;- b) Auxiliar o Diretor Geral nos trabalhos de supervisão das unidades administrativas e técnicas ou da organização especializada contratada para a execução dos serviços;- c) Exercer as atribuições que lhe forem delegadas.- Art. 6º - O Diretor e o Vice-Diretor serão finalmente responsáveis perante o Chefe do Poder Executivo Municipal por suas ações no SAESP.- CAPÍTULO II - DOS SERVIÇOS DE ÁGUA E ESGOTO.- Art. 7º - Os serviços de água e esgoto, de qualquer que seja o operador, deverão ser prestados de modo a satisfazer as condições de continuidade, eficiência, atualidade, generalidade e celeridade de forma adequada ao atendimento pleno dos usuários, observada a cobertura mínima de latrinas.- Art. 8º - Não se caracteriza descontinuidade dos serviços, a sua interrupção em situação emergencial motivada por razões comprovadas de ordem técnica ou de segurança de pessoas, ou ainda, por inadimplência do usuário, no interesse da coletividade.- CAPÍTULO IV - DO PATRIMÔNIO.- Art. 9º - O patrimônio inicial do SAESP será constituído de todos os bens móveis, imóveis, instalações, títulos, materiais e outros valores próprios que lhe forem entregues sem quaisquer ônus ou compensações pecuniárias por doação pelo Município e atualmente destinados, empregados ou utilizados nos sistemas públicos de "água e esgoto".- Parágrafo único - Toda a infraestrutura pública relacionada com os serviços, seja instalada ou a instalar, é de propriedade do Município, ficando o Poder Executivo Municipal autorizado a ceder a mesma para uso pelo órgão delegado ou concessionário dos serviços, durante a vigência da delegação ou contrato.- CAPÍTULO V - DA RECEITA.- Art. 10 - A receita do SAESP provirá das seguintes fontes:- a) Do produto da arrecadação decorrente dos serviços de água e esgoto realizados pela instituição, tais como: tarifas de água e esgoto, instalação, reparo, aterro, aluguel, conservação de hidrômetros, outros serviços referentes a ligações de água e esgoto, contribuição de redes por conta de terceiros, multas, etc.- b) De taxas de contribuições que incidem sobre imóveis beneficiados com os serviços de água e esgoto;- c) Das dotações orçamentárias vinculadas;- d) Dos auxílios subvencões e créditos especiais ou adicionais que lhe forem concedidos, inclusive para obras novas, pelo Governo Federal, Estadual e Municipal, ou por organismos de cooperação internacional;- e) Do produto de venda de materiais inservíveis e da alienação de bens patrimoniais que se tornem desnecessários aos seus serviços;- f) Do produto de juros sobre depósitos bancários e de rendas patrimoniais ou financeiras;- g) Do produto de câmpus ou depósitos bancários que reverterem aos seus cofres por inadimplimento contratual;- h) De doações, legados ou outras rendas que, por sua natureza ou finalidade, lhe devam ser destinados.- Parágrafo único - Poderá o SAESP realizar operações de crédito para antecipação de receitas ou para obtenção de recursos necessários à execução de obra de ampliação ou remodelação dos sistemas de água e esgoto, desde que autorizada por lei específica.

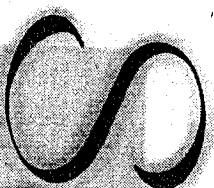
CAPÍTULO VI - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS.- Art. 11 - Nas compras, serviços, obras e alienações, sob a responsabilidade do SAESP, será obedecido sempre ao definido na legislação federal aplicável.- Art. 12 - Serão obrigatórios os serviços de água e esgoto nos prédios considerados habitáveis, situados nos logradouros dotados das respectivas redes.- Art. 13 - Os proprietários de terrenos baldios loteados ou não, situados em logradouros dotados de redes públicas de distribuição de água ou esgoto sanitários, desprovidos das respectivas ligações, ficando sujeitos ao pagamento de uma taxa de contribuição, na forma a ser fixada em regulamento.- Art. 14 - É vedado ao SAESP conceder isenção ou redução de taxas ou tarifas dos serviços de água ou esgoto, sob quaisquer formas ou a qualquer título.- Parágrafo único - Excetu-se do artigo acima, a Unidade do Corpo de Bombeiros Estadual localizada no Município.- Art. 15 - As taxas, as tarifas e os respectivos reajustes e revisões anuais, serão fixadas por Decreto do Chefe do Poder Executivo Municipal, através de proposta do Diretor Geral, calculadas de modo a assegurar, em conjunto com outras rendas, a auto-suficiência econômico-financeira do SAESP.- Parágrafo único - Nos casos de delegação ou concessão dos serviços, os critérios tarifários integrados os respectivos contratos.- Art. 16 - As ligações de água somente poderão ser requeridas pelo proprietário do imóvel em cujo nome emitir-se-á a guia de cobrança e a quem caberá a responsabilidade pela ligação.- Art. 17 - A cobrança da dívida ativa será feita por ação executiva na forma da legislação aplicável às autarquias, independentemente, da facilidade de se cortar o fornecimento dos serviços de água.- Art. 18 - Aplicam-se ao SAESP, naquilo que disser respeito aos seus bens, rendas e serviços, todas as prerrogativas, privilégios, favores fiscais e demais vantagens que os serviços municipais gozam e que lhes cabem por Lei.- Art. 19 - O Prefeito Municipal expedirá os atos necessários à completa regulamentação desta Lei.- Art. 20 - As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta do orçamento próprio do SAESP.- Art. 21 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. Gabinete do Prefeito, 14 de agosto de 2007.- ANDRÉ LUIZ, CECILIANO-Prefeito

Parágrafo único - Toda a infraestrutura pública relacionada com os serviços, seja instalada ou a instalar, é de propriedade do Município, ficando o Poder Executivo Municipal autorizado a ceder a mesma para uso pelo órgão delegado ou concessionário dos serviços, durante a vigência da delegação ou contrato.- CAPÍTULO V - DA RECEITA.- Art. 10 - A receita do SAESP provirá das seguintes fontes:- a) Do produto da arrecadação decorrente dos serviços de água e esgoto realizados pela instituição, tais como: tarifas de água e esgoto, instalação, reparo, aterro, aluguel, conservação de hidrômetros, outros serviços referentes a ligações de água e esgoto, contribuição de redes por conta de terceiros, multas, etc.- b) De taxas de contribuições que incidem sobre imóveis beneficiados com os serviços de água e esgoto;- c) Das dotações orçamentárias vinculadas;- d) Dos auxílios subvencões e créditos especiais ou adicionais que lhe forem concedidos, inclusive para obras novas, pelo Governo Federal, Estadual e Municipal, ou por organismos de cooperação internacional;- e) Do produto de venda de materiais inservíveis e da alienação de bens patrimoniais que se tornem desnecessários aos seus serviços;- f) Do produto de juros sobre depósitos bancários e de rendas patrimoniais ou financeiras;- g) Do produto de câmpus ou depósitos bancários que reverterem aos seus cofres por inadimplimento



Mantenha
a
cidade
limpa.
Não
jogue
lixo nas
ruas

IGREJA DO EVANGELHO QUADRADO
Convida a todos para
a grande tarde de
Pastora:
Local: Praça Santos Dni



Praia, cl
porciona
pos de pa
a época m
to de mico
gos). Não
manchas t
estação. "C
ambientes
tendem a e
dermatolog
Segundo
frequentem
pés, axilas
como man
mação. Poi
comum sur
rosto. E che
de praia" (C
za-se por t
esclarece q
contaminad
exposta ao
Apesar de
receitado al
cilia Macha
das Clínicas
USP, alerta
ção, ou aind
tos indicado
dos. "O uso
pode agrava
se pagar por
efeitos colat
tado desejac
A medicaç
cal, depende
infecção. "N
medicação tó
tempo recon
usualmente
plica Cecilia.
mas costuma
tratamento,
samente o pr
cose não ret

D.O.

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ANO XXXIII - Nº 152
QUARTA-FEIRA, 15 DE AGOSTO DE 2007

Esta Parte é editada eletronicamente desde 2 de junho de 2006

preço por item, para aquisição de veículos
Rua Visconde de Sepetiba, 987/4º andar - Centro - Niterói - RJ
Retirada do Edital: 2ª a 6ª feira, de 09 às 11:30h e de 13:30 às 17h
- Tel. 2613-2456 e 2620-0403 R. 233, portando carimbo do CNPJ
id: 266989, Valor R\$ 263,94

3- VALOR DO EMPENHO (R\$) 100,00
O Edital estará disponível para leitura e consulta, na SUSESP - Su-
perintendência de Obras e Serviços Públicos sito a Av. Albo Chiesse,
nº 107 - Centro, Barra Mansa, das 08:00 às 12:00 e das 14:00 às
17:00 horas, sendo de 12:00 às 14:00 horário de almoço, de segunda
a sexta - feira e pelo telefone (0XX24) 3322-5995, onde também se-
rão fornecidas quaisquer informações.

MOACIR MÁRIO SALGUEIRO ALVES
Comissão Permanente de Licitação
Presidente

AVISO DE CANCELAMENTO DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº. 014/07
A Comissão Permanente de Licitação, considerando o Decreto Nº.
5.336 de 09 de agosto de 2007 que institui o Pregão como moda-
lidade obrigatória de Licitação na Administração Pública Municipal tor-
na público para conhecimento dos interessados o CANCELAMENTO
do Edital da Tomada de Preços Nº.014/07, com sessão de abertura
marcada no dia 24/08/2007 referente à CONTRATAÇÃO DE EMPRE-
SA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COC-
ÇÃO E FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES. Outrossim, comunicamos
que será publicado novo aviso de Licitação na modalidade Pregão.

MOACIR MÁRIO SALGUEIRO ALVES
Comissão Permanente de Licitação
Presidente

id: 287900. A faturar por empenho

Município de Itacara
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACARA
AVISO DE LICITAÇÃO
Objeto: Combustível para abastecer os veículos da municipalidade
Tipo: Menor Preço
Dia: 29/08/2007 às 13:00 horas
Local: Sede da Prefeitura Municipal de Itacara

Município de Paracambi
PREFEITURA MUNICIPAL
AVISO DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA Nº001/2007
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARACAMBI, CNPJ
nº29.138.294/0001-02, AVISO DE LICITAÇÃO-EDITAL DE CONCOR-
RÊNCIA Nº001/2007-PMP, OBJETO: Concessão para prestação de
Serviço de Transporte Municipal de Passageiros por Ônibus nas linhas
circulares da Cidade de Paracambi, MODALIDADE: Concorrência, TI-
PO: Menor Preço Global, LOCAL: Prefeitura Municipal de Paracambi, Rua Juiz
Emílio Carmo-50-centro-Paracambi-RJ, CONDIÇÃO PARA AQUISI-
ÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à dispo-
sição para consulta e retirada, sob a condição de entrega de 02
(duas) resmas de papel A4, maiores esquadrecamentos pelo Telefone
(21) 3693-3031-PEDRO ARTHUR TREGNE-PRESIDENTE DA CO-
MISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO.

id: 284045. A faturar por empenho

Município de Paty do Alferes
PREFEITURA MUNICIPAL
PREFEITURA MUNICIPAL DE PATY DO ALFERES
1º TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO

A Prefeitura Municipal de Paty do Alferes, torna público que
assinou Primeiro Termo Aditivo ao Convênio, celebrado

ALDEMANHA

As autoridades temem que parentes das vítimas, obedecendo à tradição da vendeta, respondam às mortes de forma igualmente violenta.

A presença de calabreses

Todos foram mortos com tiros na cabeça e achados em dois carros abandonados

na Alemanha é muito forte, mas até agora sempre haviam se comportado discretamente sem chamar muito a atenção, segundo os investigadores.

Segundo o ministro Amato, o massacre já foi "uma continuação do crime ocorrido entre famílias em San Luca".

Um dos falecidos pode ser um dos autores do crime de San Luca - acrescentou.

O promotor antimáfia italiana Pietro Grasso concorda. Para ele, é provável que as vítimas tenham sido enviadas à Alemanha para evitar represálias por crimes anteriores.

A N'Drangheta tornou-se maior que sua contraparte siciliana mais famosa, a Cosa Nostrada, devido à lealdade entre os clãs, unidos por relações parentescos e casamentos arranjados. Hoje, é o principal grupo criminoso envolvido com tráfico de drogas na Itália.

- Esse ataque objetivava de-

monstrar poder. Não são apenas as clãs que se fortalecem, mas a N'Drangheta como um todo - afirmou Alberto Cister-na, um promotor italiano envolvido no combate a grupos mafiosos - Isso mostra uma tor-

... a ... da guarda

Estado do Rio de Janeiro Prefeitura Municipal de Paracambi

CNPJ Nº 29.138.284/0001-02

ERRATA

No Aviso de Licitação-Concorrência Nº 001/2007, publicado no Jornal do Brasil em 14.08.2007, ONDE SE LÊ: TIPO: Menor Preço Global, LEIA-SE: Melhor Técnica

Paracambi/RJ, 15 de agosto de 2007

PEDRO ARTHUR TRÊGNE

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

AVISO DE LICITAÇÃO

Licitação Nº 0476/2007

United Nations Educational,
Scientific and Cultural
Organization



A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO e o Ministério da Educação comunicam a abertura de processo licitatório para a contratação de empresa para produção de programas educativos de Matemática para veiculação na faixa do Ensino Fundamental da TV Escola.

A documentação completa relativa à licitação pode ser adquirida no site da Representação da UNESCO no Brasil no endereço www.unesco.org.br/edital. Informações podem ser obtidas através do e-mail licita@unesco.org.br, pelo telefone (61) 2106-3500 ou pelo fax (61) 3322-4261.

As propostas deverão ser entregues na Representação da UNESCO no Brasil, 70070-914 - Brasília-DF, até às 18h do dia 01 de outubro de 2007 e a abertura das propostas ocorrerá às 15h do dia 02 de outubro de 2007.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E FORMALIZAÇÃO DE AJUSTES

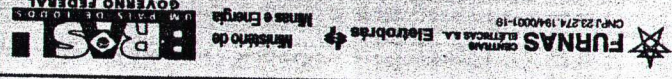


Na licitação por CONCORRÊNCIA Nº 066/07 (PROC. Nº 128.782/07), cujo objeto é a obra de construção da Casa de Custódia de Resende, na letra "e" do subitem 4.1.1.1 - Serviços de parcela de maior relevância do Projeto Básico - ANEXO B e no subitem 5.1.3 - qualificação técnica, alínea D.1.5. do edital, onde se lê: "execução de, no mínimo, 7.000m³ (sete mil metros cúbicos) de movimento de terra, neste caso...", Leia-se: "execução de, no mínimo, 7.000m³ (sete mil metros cúbicos) de movimento de escavação, aterro e reaterro, neste caso...".

LIGA BAHIANA CONTRA O CÂNCER - HOSPITAL ARISTIDES MALTEZ AVISO DE CONCORRÊNCIA

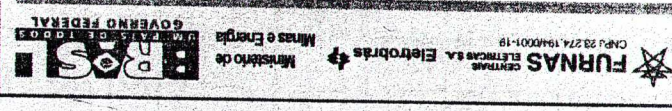
A LIGA BAHIANA CONTRA O CÂNCER toma pública, para conhecimento dos interessados, a abertura de licitação, na modalidade CONCORRÊNCIA 01/2007, que tem por objeto aquisição de Equipamentos e Material Permanente para a Manutenção do Hospital Aristides Maltez, que realizará-se a no dia 26/08/2007, às 08h30min, na Av. Dom João VI, 332, Brotas - Salvador-Bahia - Brasil, no Auditório Honorário Maltez. O Edital e seus anexos estão disponíveis na Biblioteca do Hospital Aristides Maltez, pelo valor de R\$ 20,00. Informações pelos telefones (00) + DDI + (71) Código da Cidade + (357-6850/3357-6885) Número de destino, de segunda à sexta-feira, das 9 às 15h.

Stela Maria Leal Pinto Dantas
Presidente da Comissão de Licitação e Tomada de Preço



FURNAS Centrais Elétricas S.A. toma público que requereu à Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente - FEEMA, através do processo nº E-07/2012/16/1999, a renovação de sua licença de operação FE002624, para atividade de produção de energia em usina termoeletrônica com capacidade de geração de 600MW, denominada UTE Santa Cruz, localizada na Avenida João XXIII, 2891- Distrito Industrial - Santa Cruz, no município do Rio de Janeiro.

Superintendência de Gestão Ambiental



AVISO DE ALTERAÇÃO

1. FURNAS CENTRAIS ELÉTRICAS S.A. torna pública a alteração da data Limite de Acolhimento de Propostas, relativa à Licitação nº PE.DA.G.0206.2007 (Nº Licitação 132841), para o dia 27/08/2007 às 09h30, e início da Sessão de Abertura de Preços para as 14h30 do mesmo dia

2. Ficam mantidas as demais condições do Aviso de Licitação publicado no Diário Oficial da União do dia 07/08/2007.

Departamento de Aquisição



PROCESSO Nº 119 ANO: 2007

MUNICIPALIDADES

Município de Paracambi

PREFEITURA MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARACAMBI

CNPJ Nº29.138.284/0001-02

ERRATA-No Aviso de Licitação-Concorrência Nº001/2007, publicado no DO (Parte IV-Municipalidades) em 15.08.2007, ONDE SE LÊ: Il. PQ. Menor Preço Global, LEIA-SE: Melhor Técnica.-Pedro Arthur Tregne-Presidente da Comissão Permanente de Licitação.

Id: 290740. A faturar por empenho

Município de Quissamã

PREFEITURA MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUISSAMÃ

AVISO DE EDITAL

PREGÃO PRESENCIAL Nº 031/2007

OBJETO: Aquisição de material odontológico para a Coordenação de Saúde Bucal.
PRAZO DE ENTREGA: Até 10 (dez) dias após o recebimento da nota de empenho.
DATA: 05/09/2007 às 09:30 horas
VALOR ESTIMADO: R\$ 167.284,50

LOCAL: Prédio Administrativo da Prefeitura Municipal de Quissamã - Comissão Permanente de Licitação - Rua Conde de Araruama, nº 425

- Centro - Quissamã - RJ

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor preço por item.
CONDIÇÕES PARA A RETIRADA DO EDITAL: O Edital encontra-se a disposição dos interessados para consulta e a retirada dar-se-á mediante a entrega de 10 (dez) CDs com capa, de segunda a sexta-feira, exceto feriados municipais, estaduais ou nacionais.

Quissamã(RJ), 22 de agosto de 2007.

Denise Pessanha
Pregoeira

AVISO DE EDITAL

PREGÃO PRESENCIAL Nº 032/2007

OBJETO: Aquisição de medicamentos para a Farmácia Básica e Unidades Básicas de Saúde.
PRAZO DE ENTREGA: Até 10 (dez) dias após o recebimento da nota de empenho.
DATA: 06/09/2007 às 09:30 horas.
VALOR ESTIMADO: R\$ 413.300,50.

LOCAL: Prédio Administrativo da Prefeitura Municipal de Quissamã - Comissão Permanente de Licitação - Rua Conde de Araruama, nº 425

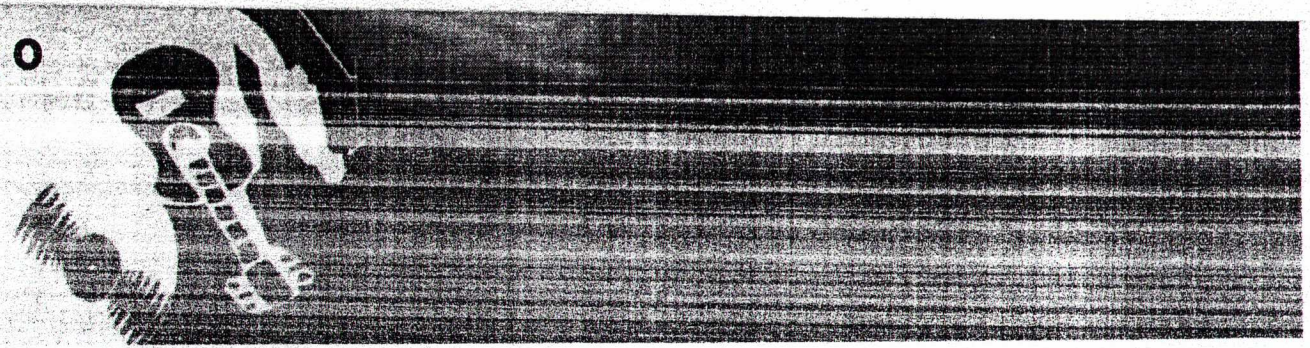
- Centro - Quissamã - RJ

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor preço por item.
CONDIÇÕES PARA A RETIRADA DO EDITAL: O Edital encontra-se a disposição dos interessados para consulta e a retirada dar-se-á mediante a entrega de 20 (vinte) CDs com capa, de segunda a sexta-feira, exceto feriados municipais, estaduais ou nacionais.

Quissamã(RJ), 22 de agosto de 2007.

Denise Pessanha
Pregoeira

Id: 294993. A faturar por empenho



NOVA
Roquette Pinto.
A gente toca
o talento do Brasil.

Município de Teresópolis

PREFEITURA MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESÓPOLIS

AVISO Nº.099/2007

EDITAL DE PREGÃO Nº.068/2007

OBJETO: Registro de Preços de Emissão Asfáltica RM1-C, à Av. Feliciano Sodré, 675-Centro, nesta, das 12:00 às 18:00 horas, mediante a entrega de 05 (cinco) resmas de papel ofício 2. **INFORMAÇÕES:** no endereço acima ou pelos telefones: (0XX21) 2742-3885 e 2742-3352, ramal: 2051/2080, das 12:00 às 18:00 horas.

DATA / HORA: 05/09/2007 às 14:00 horas

Id: 294929. A faturar por empenho

Serviço de Atendimento ao Cliente da
Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro:
0800-2844675
Telefone: **0800-2844675**

IMPRESSA OFICIAL
do Estado do Rio de Janeiro
Imprensa Oficial



PROCESSO N.º 1735 FLS. 122 ANO: 2007

TCE-RJ
PROCESSO n.º 222.591-7/07
RUBRICA
Fls. 85

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
GABINETE DO CONSELHEIRO JULIO L. RABELO

VOTO GC-7 60.198/07

PROCESSO: 222.591-7/07

ORIGEM: Prefeitura Municipal de Paracambi
ASSUNTO: Edital de Concorrência n.º 01/07

Trata o presente de Edital de Concorrência n.º 01/07 da Prefeitura de Paracambi cujo objeto é a permissão de serviço público municipal de passageiros por ônibus no município de Paracambi, com data de realização prevista para o dia 01.10.2007, tendo o mesmo sido renúciado temporariamente.

O prazo de concessão é de 10 anos, com tarifa de R\$ 1,60 e não consta informação acerca do valor estimado dos serviços.

A Coordenadoria de Estudos e Análises Econômicas - CEA - sugere as fls. 64/66 a Comunicação para esclarecimento dos itens apontados.

A Coordenadoria de Exame de Editais - CEE analisando o Edital também sugere Comunicação para atendimento dos itens constantes as fls. 67/81.

O Ministério Público, representado pelo Procurador Horácio Medeiros, se manifesta no mesmo sentido (fls. 83).

RELATÓRIO

Concordo com a Comunicação sugerida. O processo encaminhado pela Prefeitura de Paracambi está ausente de diversas informações e documentos relevantes em sua análise - comprovação da publicação, estimativa de usuários atendidos, estimativa organizacional, dentre outros.

Por esta razão, o certame deverá ser adiado até decisão final a ser proferida pelo Plenário.

PROCESSO N.º 1715 FLS. 123 ANO: 2007

TCE-RJ
PROCESSO n.º 222.591-7/07
RUBRICA Fls. 87

7 - remeta nova cópia do Edital e de seus Anexos devidamente rubricadas, datadas e assinadas pela autoridade responsável pela expedição do presente edital, de acordo com o § 1º do art. 40 da Lei Federal nº 8.666/93;

8 - encaminhe cópia da publicação do resumo do Edital em jornal de grande circulação no Estado (e se houver no Município) conforme previsto constante no inciso III do art. 21 da Lei Federal nº 8666/93, condição essencial a validade deste ato;

9 - anexe a comprovação da aprovação da Assessoria Jurídica, conforme o disposto no Parágrafo Único do art. 28 da Lei Federal nº 8666/93 e a alínea "g", inciso I do art. 3º da Deliberação TCE-RJ nº 191/95;

10 - anexe o ato justificando a conveniência da outorga de concessão ou permissão, caracterizando seu objeto, área e prazo em observância ao art. 5º da Lei Federal nº 8.987/95;

11 - retifique a redação do item 35 admitindo que os esclarecimentos sobre o Edital venham a ser prestados até o dia anterior ao do recebimento das propostas, seguindo entendimento firmado por esta Corte;

12 - retifique o item 3 do edital (fls. 04) e o subitem 21.1 (fls. 15), eliminando a possibilidade de sucessivas prorrogações do prazo de concessão, tendo em vista a impossibilidade de concessão por prazo indeterminado e o Princípio Constitucional da Licitação;

13 - retifique a redação do item 29 (fls. 18), substituindo a expressão "idôneas" por "inidôneas";

14 - retifique a redação do item 7 (fls. 04), admitindo que a caução do valor de 1% venha ser prestada em quaisquer das modalidades previstas pelo art. 56 da Lei nº 8.666/93. Adicionalmente, nos termos do art. 11º do art. 51 da mesma lei, a percentagem sobre o valor estimado do objeto da licitação, não sendo como parâmetro o valor da obra ou serviço a ser executado;

PROCESSO N.º 3735 FLS. 324 ANO: 2007

<p>TCE-RJ PROCESSO n.º 222.591-7/07 FLS. 86 RUBRICA</p>
--

Pelo exposto e de acordo com o Corpo Instrutivo e o parecer do Ministério Público.

VOTO:

1 - Pela COMUNICAÇÃO ao Prefeito do Município de Paracambi - nos termos do § 1º do art. 6º da Deliberação TCE nº 204/96, para que, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, determinado pelo art. 1º da Deliberação TCE nº 195/96 e observadas as considerações feitas na introdução deste voto, adote as seguintes providências:

1 - proceda às retificações necessárias, em face da informação dubia acerca do valor fixado para a tarifa, entre R\$ 1,60 (indicado no item 2) e no projeto básico, no valor de R\$ 1,40 indicado no item 18 do edital, IV, d;

2 - anexe planilha de cálculo tarifário, nos moldes do modelo GEIPOP, de forma a propiciar a avaliação do valor tarifário fixado, informando ainda a estimativa de usuários beneficiados dos serviços de transporte;

3 - justifique e proceda às retificações necessárias no critério de julgamento, tendo em vista que o subitem 19.1, às fls. 14, exclui da avaliação técnica a pontuação prevista no subitem IV do item 18, relativa à biblioteca eletrônica;

4 - insira no edital critério de reajuste, na forma prevista no art. 40, XI, da Lei Federal nº 8.666/93, mormente, indicando o critério da variação ponderada dos custos dos insumos verificados na planilha de cálculo tarifário;

5 - insira no edital item que etabeleça o cumprimento ao disposto no Inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal/88 c/c inc. V do art. 27 da Lei Federal 8.666/93;

6 - inclua os locais, horários e códigos de acesso dos meios de comunicação a distância em que serão fornecidos elementos, informações e esclarecimentos relativos à licitação e as condições para atendimento das obrigações necessárias ao cumprimento de seu objeto, conforme o disposto no Inciso VII do art. 40 da Lei Federal nº 8666/93;

PROCESSO Nº 3235 FLS. 125 ANO: 2007

TCE-RJ
PROCESSO Nº 222.591-7/07
RUBRICA
Fls. 88

15 - encaminhe cópia da Lei Municipal nº 364/96, bem como da autorização legislativa para a concessão pretendida, nos termos de que estabelece o art. 2º da Lei Federal 9.074/95 e o art. 106 da Lei Orgânica do Município de Paracambi;

16 - exclua da fase de habilitação a exigência dos licitantes comprovarem propriedade ou posse de imóvel situado no município, estabelecida no item 15, letra "c" (fls. 08) do edital. Na habilitação seria adequada a exigência de um compromisso formal de disponibilidade de um imóvel com as características necessárias ao cumprimento das obrigações;

17 - retifique o item 15, letra "d" (fls. 08) deixando de exigir dos licitantes a experiência em "no mínimo 10 anos de trabalho", por constituir exigência restritiva à competitividade e subjetiva;

18 - exclua a redação do item 15, letra "h" (fls. 09), uma vez que a exigência de atestado de idoneidade financeira não integra os elementos de habilitação elencados nos artigos 27 a 31 da Lei nº 8.666/93;

19 - retifique a redação do item 15, letra "i" (fls. 09) admitindo que a exigência de regularidade junto à Siqueira Social seja comprovada por meio de certidão negativa ou certidão positiva com efeitos de negativa;

20 - altere o item 28 estabelecendo que a publicação do Edital dar-se-á nos moldes dos incisos II e III do art. 21 da Lei nº 8.666/93;

21 - inserir no edital a exigência de decreto de autorização em se tratando de empresa estrangeira em função neta no país, nos termos do inc. V, art. 28, da Lei Federal nº 8.666/93;

22 - altere as expressões "Permissão, Permissão, Poder Permissivo" constantes no Edital e no Contrato para "Concessão, Concessão, Poder Concedente", uma vez que os serviços em questão, o prazo e as exigências do processo, referem-se a concessão, conforme definições contidas nos incisos II e IV do art. 2º da Lei nº 8.987/95;

PROCESSO N.º 3755 FLS. 126 ANO. 2007

TCE-RJ
PROCESSO n.º 222.591-7/07
RUBRICA
Fls. 89

23 - inserir no edital (ou estabelecer expressamente que não irão ocorrer) critérios para a definição de eventuais receitas alternativas a serem auferidas pelo futuro concessionário, nos termos do art. 18, inc. VI da Lei Federal 8.987/95;

24 - informe detalhadamente como será recebido o valor pela outorga dos serviços concedidos;

25 - adie a presente Concorrência pelo prazo necessário ao cumprimento da diligência e decisão definitiva por esta Corte, reabindo-se o prazo inicialmente estabelecido, na forma do art. 21, § 4º, da Lei nº 8.666/93;

26 - publique o adiamento e a nova data de realização da licitação, nos termos dos artigos II e III de art. 21 da Lei 8.666/93, remetendo as cópias ao Tribunal de Contas;

27 - providencie, quando for o caso, a publicação de atos administrativos, atos, atas de sessões, todas as atas e atos que porventura sejam editados no ato convocatório, assim como aquelas que agora são determinadas e;

28 - comunique ao Tribunal eventual revogação do procedimento licitatório em tela, remetendo, na ocasião, prova e a publicação do ato respectivo.

GC-7, 30 de AGOSTO de 2007

JULIO L. RABELO
RELATOR

TCE

TCE

TCE

TCE



PROCESSO N.º 1215 FLS. 127 ANO: 2007

Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro

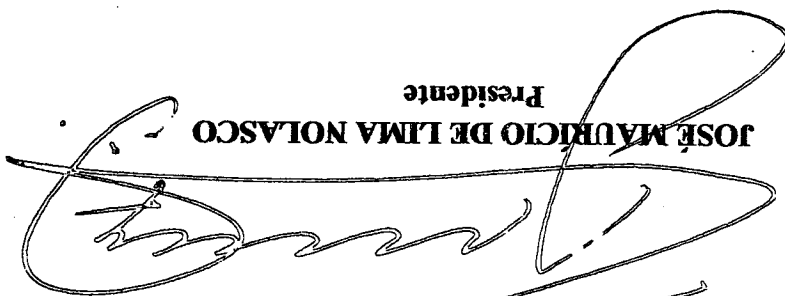
OFÍCIO PRS/SSE 27815/2007 Rio de Janeiro, 30 de agosto de 2007.

Senhor Prefeito,

Comunico a V.Ex.ª que, em sessão plenária de 30/08/2007, nos termos do voto do Conselheiro Julio Lambertson Rabello, que examinou o Processo TCE/RJ 222.591-7/2007, o Tribunal decidiu pela adoção das providências elencadas no citado voto, no prazo de 30 dias, contados do recebimento do presente ofício, alertando para as sanções previstas no art. 63 da Lei Complementar n.º 63/90, conforme cópia anexa.

Podará ser obtida vista dos autos junto à Coordenadoria de Prazos e Diligências, localizada na Praça da República, 70, 8º andar, Centro – Rio de Janeiro/RJ, nos dias úteis, das 10 às 12 e das 14 às 16 horas.

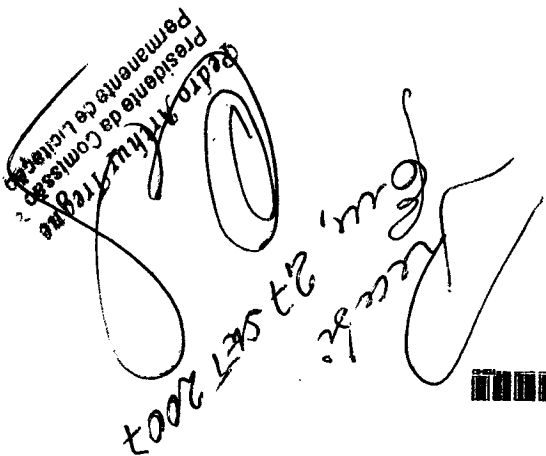
Atenciosamente,



JOSÉ MAURÍCIO DE LIMA NOLASCO
Presidente



EXMO. SR.
PREFEITO ANDRÉ LUIZ CECILIANO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARACAMBI
RUA JUIZ EMÍLIO CARMO, 50
CENTRO - PARACAMBI/RJ CEP 26.600-000
REF. PROC. TCE/RJ 222.591-7/2007
OFÍCIO PRS/SSE 27815/2007
02/003947 OF004

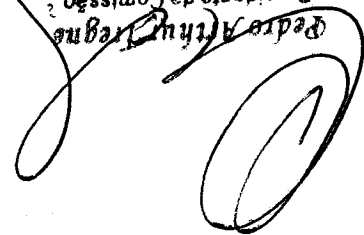

27 set 2007
Presidente da Comissão
Permanente de Licitação

-CPL/PMF/RJ, em 29 SET 2001

Secretaria Municipal de
Transporte e Transporte
Seuora Secretaria

Remetemos a documentação
sua a Sua Senhoria
obituando gestões no
sentido de fazer a
inclusão ao processo n:
1715/2001, enviado a
essa Secretaria em
13 SET do corrente.

Atenciosamente,


Pedro Arthur Regueira
Presidente da Comissão
Permanente de Licitação

PROCESSO N.º 1735 FLS. 128 ANO: 2007

TCEO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA GERAL DE CONTROLE EXTERNO
COORDENADORIA DE EXAME DE EDITAIS

TCE-RJ
Processo nº 222.591-7/2007
Fls. 62
Rubrica

Processo : 222.591-7/2007
Origem : PREFEITURA MUNICIPAL DE PARACAMBI
Setor :
Natureza : EDITAL DE LICITAÇÃO POR CONCORRÊNCIA PÚBLICA/MUNICIPAL
Interessado : PREFEITURA PARACAMBI
Observação : EDITAL DE LICITAÇÃO 01/07 REF PERMISSÃO DE SERVIÇO DE PASSAGEIROS DE ONIBUS DE LINHAS CIRCULARES

De ordem

A CEA, para o devido exame técnico.

CEE, 14/08/2007

MARIA ANGELICA DE MORAES CAVALCANTI
Analista - Área de Controle Externo
Matrícula 02/001996

14/08/2007 04:04:38 PM

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA GERAL DE CONTROLE EXTERNO
COORDENADORIA DE ESTUDOS E ANÁLISES TÉCNICAS

TCE-RJ
Processo nº 222.591-7/2007
Rubrica Pag. 63

Processo : 222.591-7/2007
Origem : PREFEITURA MUNICIPAL DE PARACAMBI
Setor :
Natureza : EDITAL DE LICITAÇÃO POR CONCORRÊNCIA
PÚBLICA/MUNICIPAL
Interessado : PREFEITURA PARACAMBI
Observação : EDITAL DE LICITAÇÃO 01/07 REF PERMISSÃO DE
SERVICO DE PASSAGEIROS DE ONIBUS DE LINHAS CIRCULARES

Sr. Coordenador-Geral da CEA,

Trata-se de Edital de Licitação por Concorrência Pública nº 001/2007, do tipo "melhor proposta técnica com tanta fixada", da PREFEITURA MUNICIPAL DE PARACAMBI, objetivando a delegação de "permissão de serviço público municipal de passageiros por ônibus no Município de Paracambi, das linhas circulares cujas características e especificações estão definidas no Anexo I", pelo prazo de 10 (dez) anos.

Em consonância com o disposto no Ato Normativo n.º 78/05, art. 1º, I, o presente edital de licitação foi encaminhado a esta Coordenadoria, com o fito de proceder-se à análise do mesmo sob o aspecto da economicidade.

No exame preliminar dos documentos encaminhados, destacamos os seguintes:

- Termos do Edital de Licitação - fls. 03/18;
- memorial descritivo (Anexo I) - fls. 19/26;
- Minuta do Termo de Permissão - fls. 28/42;
- Projeto Básico (Anexo IV) - fls. 44/52;
- Decreto Municipal nº 1.722/2007 - fls. 53.

DO PROJETO BÁSICO

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA GERAL DE CONTROLE EXTERNO
COORDENADORIA DE ESTUDOS E ANÁLISES TÉCNICAS

TCE-RJ
Processo nº 222.591-7/2007
Rubrica Pag. 63 - Verso

Verificamos que consta dos autos, às fls. 44/52, o Projeto Básico, nos termos exigidos no art. 7º, § 2º, I da Lei Federal nº 8.666/93 c/c art. 3º, I, "b", da Deliberação TCE-RJ nº 191/95.

Foram evidenciadas as seguintes linhas circulares a serem licitadas:

- N.C-01 (Centro - Guarajuba, via Rua Dep. Romeno Natal;
- N.C-02 (Cascaeta - Lages);
- N.C-03 (Sabugo - Lages), via Loteamento Novo;
- N.C-04 (Jardim Nova Era - Dr. Eiras);
- N.C-05 (Jardim Nova Era - Guarajuba);
- N.C-06 (Centro-Bom Jardim);
- N.C-07 (Centro-Ponte Coberta), via Estr. Eduardo P. Dias-Cabral;
- N.C-08 (Centro-Saudoso), via Km 09;
- N.C-09 (Jardim Nova Era - Paraiso);
- N.C-10 (Centro - Mutirão);
- N.C-11 (Centro - São José).

Adicionalmente, o estudo abrangeu os seguintes elementos:

percursos em quilometragem; tipos de veículos a serem utilizados; dimensionamento da frota necessária; itinerários; indicação do valor tanto único, da ordem de R\$ 1,60; características operacionais; e idade da frota.

Quanto à especificação da garagem, foi prevista às fls. 51 que a dimensão não poderá ser inferior a 3.300 m2.

Em relação ao sistema de transporte da região, foi evidenciado que atualmente as linhas que compõem o sistema são operadas em caráter emergencial pela empresa Normandy do Triângulo S/A, e que não vêm sendo respeitadas os horários e itinerários estabelecidos pela Legislação Municipal.

DO VALOR TARIFÁRIO E DO ORÇAMENTO ESTIMADO EM PLANILHA

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA GERAL DE CONTROLE EXTERNO
COORDENADORIA DE ESTUDOS E ANÁLISES TÉCNICAS

TCE-RJ
Processo nº 222.591-7/2007
Rubrica Pag. 64

O valor da tarifa foi fixado pelo Município na ordem de R\$ 1,60 (um real e sessenta centavos), conforme o item 2 (DO OBJETO), bem como, no Projeto Básico, às fls. 50. Todavia, disposição diferente foi prevista no item 18 do edital, IV, d, às fls. 14, onde consta que:

"d) O aumento da tarifa descrita neste edital só irá vigorar, após todas as exigências técnicas terem sido cumpridas, anterior a isso, vigorará o valor de R\$ 1,40 (um real e quarenta centavos), sendo este o valor anterior ao último reajuste."

Portanto, trouxeram os referidos dispositivos informação dubia acerca da tarifa a ser fixada pela Administração.

Ademais, convém ressaltar que não integra os autos a planilha de cálculo tarifário, a qual deveria explicitar todos os custos operacionais envolvidos para a execução do serviço, e que evidenciaria assim a consistência tarifária fixada (nos termos do art. 15, IV, da Lei Federal nº 8.987/95), vis-a-vis os custos supracitados e as receitas. Verificamos que foram apresentadas justificativas para a não apresentação do orçamento, às fls. 52.

Toma-se importante ressaltar que a ausência da planilha de cálculo tarifário inviabiliza a verificação da consistência do valor fixado como tarifa, pois esta deverá possibilitar o retorno de todos os investimentos do permissionário, bem como, deverá remunerá-lo adequadamente pelo serviço prestado. A planilha de cálculo tarifário, a fim de agilizar a verificação, deveria ser apresentada nos moldes da metodologia da planilha de cálculo tarifário desenvolvida pela Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes – GEIPOP, entidade atualmente em liquidação, vinculada ao Ministério dos Transportes, pois esta retrata de forma

intuitiva e bastante abrangente os critérios e parâmetros técnicos relativos ao transporte municipal de passageiros por ônibus.

Portanto, há que ser encaminhada a planilha de cálculo tarifário.

DA OFERTA DE OUTORGA PELA CONCESSÃO

Não há previsão de contrapartida econômica pela delegação da Permissão do Serviço Público. Nosso posicionamento é no sentido de que, embora reconheçamos as razões que fundamentam eventual exigência de outorga e que são legítimas, este é um custo que possui impacto sobre o cálculo tarifário, e como tal não vem sendo exigida a sua previsão.

DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO

O julgamento foi previsto no item 17, às fls. 10, e elegera a melhor proposta técnica, com tarifa fixada no edital.

As pontuações técnicas foram definidas às fls. 11/14, e contemplaram:

I- meios de produção: garagem (max. 30 pontos); serviços próprios (max. 25 pontos);

II- assistência ao empregado: max. 15 pontos;

III- idade média da frota: max. 40 pontos;

IV- bilhetagem eletrônica: max. 20 pontos.

O critério de julgamento da proposta técnica restou evidenciado no subitem 19.1. Verificamos que este subitem (19.1) estabeleceu, para fins apuratórios, que deverá ser "observada a pontuação definida no item 18 e seus subitens I a III." Portanto este dispositivo excluiu da avaliação a pontuação prevista no

subitem IV, relativa a bilhetagem eletrônica (20 pontos). Assim, restou dúvida de qual razão justificaria a previsão de pontuação para a bilhetagem eletrônica, se esta não foi abrangida no critério de avaliação.

DO CRITÉRIO DE REAJUSTAMENTO TARIFÁRIO

Com referência ao critério de reajustamento, houve previsão no tópico IV do Projeto Básico, às fls.50/51, de que: "As tarifas serão reajustadas anualmente e revistas, a qualquer tempo, tendo em vista o equilíbrio econômico e financeiro de cada operação."

Considerando o que dispõe a Lei Federal nº 8.666/93 (art.40, XI), o edital deverá indicar, obrigatoriamente, o critério de reajuste, e este deverá retratar "...a variação efetiva do custo de produção (...).

Assim, deve haver expressa indicação do referido critério, que no caso concreto, exprimir a variação ponderada dos custos dos insumos verificados na planilha de cálculo tarifário.

DO CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DE PREÇOS

Não aplicável, tendo em vista que a modalidade adotada estabeleceu a tarifa fixada no edital.

CONCLUSÃO

Ante o exposto, sob a ótica da economicidade, opinamos no sentido que o jurisdictionado, preliminarmente, atenda aos seguintes expedientes, visando à conclusão de nossa análise:

1- Justifique e proceda às retificações necessárias, em face da informação dubia acerca do valor fixado para a tarifa, entre o valor de R\$ 1,60, indicado no item 2 (Objeto), às fls.04, e no projeto básico, às fls.50; e o valor de R\$ 1,40, indicado no item 18 do edital, IV, d, às fls.14;

2- Junte a planilha de cálculo tarifário, nos moldes do modelo GEIPOT, de forma a propiciar a avaliação do valor tarifário fixado;

3- Justifique e proceda às retificações necessárias no critério de julgamento, tendo em vista que o subitem 19.1, às fls.14, exclui da avaliação técnica a pontuação prevista no subitem IV do item 18, relativa à bilhetagem eletrônica;

4- insira critério de reajuste, na forma prevista no art.40, XI, da Lei Federal nº 8.666/93, mormente, indicando o critério da variação ponderada dos custos dos insumos verificados na planilha de cálculo tarifário.

A sua consideração,

CLAUDIO LUIZ DOS SANTOS
Assessor
Matrícula 02/003058

A Coordenadoria de Exame de Editais - CEE,

16/08/2007 02:19:55 PM

Processo : 222.591-7/2007
Origem : PREFEITURA MUNICIPAL DE PARACAMBI
Setor :
Natureza : EDITAL DE LICITAÇÃO POR CONCORRÊNCIA PÚBLICA/MUNICIPAL
Interessado : PREFEITURA PARACAMBI
Observação : EDITAL DE LICITAÇÃO 01/07 REF PERMISSÃO DE SERVIÇO DE PASSAGEIROS DE ONIBUS DE LINHAS CIRCULARES

1ª INFORMACÃO

Senhor Coordenador-Geral de Exame de Editais,

Versam os autos sobre Edital de Licitação por Concorrência Pública nº 001/07, encaminhado pela Prefeitura Municipal de Paracambi, cuja remessa foi tempestiva.

Considerando a criteriosa observância à Lei Federal nº 8.666/93 e 8.987/95, bem como as demais legislações pertinentes, destacamos:

1 - PREAMBULO (art. 40, "caput")

- 1.1 - Tipo (art. 45, § 1º): melhor proposta técnica, com tarifa fixada no edital;
- 1.2 - Menção à Lei Federal nº 8.666/93 e à 8.987/95: consta (fls. 03);
- 1.3 - Local de realização: Rua Juiz Emílio Carmo, 50 - Centro, Paracambi - RJ;
- 1.4 - Data da realização: 01/10/2007;
- 1.5 - Hora: 14:00 h.

2 - OBJETO (art. 40, inc. I)

O objeto da presente licitação é a permissão do serviço público municipal de passageiros por ônibus no município de Paracambi, das linhas circulares, cujas características e especificações estão definidas no Anexo I e tarifa modular a ser praticada no valor de R\$ 1,60 (um real e sessenta centavos) - item 2, fls. 04.

4 - PRAZOS
(Art. 40, inciso II, da L. F. n.º 8666/93 c/c Art. 18, da L. F. n.º 8987/95)

4.1 - Para assinatura da permissão: 5 (cinco) dias após a homologação da licitação - item 22, às fls. 16;

4.2 - Para execução do objeto: 10 (dez) anos, podendo ser prorrogado por períodos iguais e sucessivos - item 3, às fls. 04.

4 - SANÇÕES NO CASO DE INADIMPLEMENTO
(art. 40, inc. III)

Previstas no item 26, fls. 17.

5 - CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO
(art. 40, inc. VI)

5.1 - Habilitação jurídica (art. 28): item 15, alínea "b", fls. 08.

I - Cédula de identidade: não aplicável.

II - Registro Comercial: não mencionado.

III - Ato constitutivo: item 15, alínea "b", fls. 08.

IV - Inscrição do ato constitutivo: não mencionado.

V - Decreto no caso de sociedade estrangeira: não mencionado.

5.2 - Regularidade fiscal (art. 29): item 15, fls. 07/09.

I - Prova de inscrição (CNPJ): item 15, alínea "j", fls. 09.

II - Inscrição no cadastro estadual de contribuintes: item 15, alínea "j", fls. 09.

III - Regularidade fazendária: item 15, alínea "k", fls. 09.

IV - Regularidade junto ao FGTS e INSS: item 15, alínea "I", fls. 09.

5.3 - Qualificação técnica (art. 30): item 15, alíneas, "a", "c" a "f", fls. 08/09.

I - Inscrição na entidade profissional: não mencionado;

II - Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente:
item 15, alínea "d", fls. 08;

III - Comprovação de que recebeu documentos e tomou conhecimento das informações necessárias ao cumprimento das obrigações: item 15, alínea "a", fls. 08;

IV - Prova de atendimento de requisitos previstos em lei especial: item 15, alínea "a", fls. 08;

5.4 - Qualificação econômico-financeira (art. 31): item 15, alíneas "g" a "I", fls. 09.

I - Balanço patrimonial: item 15, alínea "g", fls. 09;

II - Certidão negativa de falência: item 15, alínea "I", fls. 09;

III - Garantia de proposta: 1% (um por cento) do valor de mercado dos veículos a serem utilizados na operação da linha licitada - item 7, fls. 04;

A - Índices (art. 31 §1º): $ILC = AC/PC \geq 1,00$ - item 15, alínea "g", fls. 09;

B - Capital mínimo ou patrimônio líquido exigido (art. 31 § 3º): não exigido.

5.5 - Forma de apresentação da proposta (art. 40, inc. VI, parte final): item 14, subitens 14.1 a 14.5, fls. 06/07.

5.6 - Consórcio: não mencionado;

5.7 - Cooperativas: não mencionado;

5.8 - Cumprimento ao disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal/88 c/c inc. V do art. 27 da Lei Federal 8.666/93: não exigido;

5.9 - Cumprimento ao disposto na Lei Estadual nº 4.340/04: não aplicável.

5.10- Cumprimento ao disposto no Decreto Estadual nº 33.925, de 18.09.2003: não aplicável.

Por ocasião da habilitação dos licitantes a Administração Pública exerce o seu poder discricionário, estando desobrigada de exigir todos os documentos arrolados nos artigos 28, 29, 30, e 31 da Lei Federal nº 8.666/93. Este é o entendimento esposado por Justen Filho.¹

"A Administração não é obrigada a exigir, no caso concreto, todos os requisitos de habilitação referidos nos arts. 27 e seguintes.

(...)
A habilitação jurídica é pressuposto inafastável de qualquer contratação mesmo fora do âmbito da Administração Pública. Constitui pressuposto de existência e validade do ato jurídico.

Não haveria sentido em excluir a exigência de regularidade fiscal. Inclusive porque a regularidade fiscal pode ser reconduzida, em última análise, à idoneidade financeira. Observe-se que a própria Constituição impôs a exigência de regularidade fiscal para contratação (art. 195, §3º)."

Comentando o artigo 37 da Constituição da República o autor apresenta o seguinte registro

"Deve-se interpretar o art. 37, XXI, no sentido de que, quanto às exigências de qualificação técnica e econômica, somente serão admissíveis aquelas indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações."

6 - JULGAMENTO

(art. 18, inc. IX, da L.F. nº 8.987/95, c/c art. 40, inc. VII, da L.F. nº 8.666/93)

6.1 - Critério de desempate: (art. 45, § 2º): item 20, fls. 15.

6.2 - Critério de julgamento: item 17, fls. 11 e subitem 19.1, fls. 15.

7 - LOCAIS, HORÁRIOS E CÓDIGOS DE ACESSO DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO A DISTÂNCIA

¹ JUSTEN FILHO, Marçal – Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. Ed. Dialética, 8ª ed., 2000.

(art. 40, inc. VIII)

Não constam.

8 - CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DOS PREÇOS
(art. 40, inc. X)

Não aplicável uma vez que a tarifa foi fixada no edital.

9- CRITÉRIO DE REAJUSTE
(art. 40, inc XI)

Prevista na Cláusula Quarta da minuta do Termo de Permissão, fls. 35.

10 - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO
(art. 40, inc. XIV)

Não há previsão de compensação econômica pela delegação da permissão.

11 - RECURSOS ADMINISTRATIVOS
(art. 40, inc. XV)

Previstos no item 18, alínea "b", fls. 12 e na Cláusula Nona da minuta do Termo de Permissão, fls. 41.

12 - CONDIÇÕES PARA O RECEBIMENTO DO OBJETO
(art. 40, inc. XVI)

Não aplicável.

13 - DATA, RUBRICAS E ASSINATURA
(§ 1º do art. 40.)

O Edital não se encontra rubricado em suas folhas, assim como não está assinado pela autoridade responsável por sua expedição.

23/08/2007 11:59:00 AM



14 - ANEXOS DO EDITAL
(§ 2º do art. 40)

14.1 – Estrutura Operacional das linhas circulares de transportes coletivos de passageiros de Paracambi a serem operadas com ônibus urbanos: anexo I, fls. 20/27;

14.2 – Modelo de Declaração: anexo II, fls. 28;

14.3 – Minuta do Termo de Permissão: anexo III, fls. 29/44;

14.4 – Projeto básico: anexo IV, fls. 45/53.

15 - ESTIMATIVA ORÇAMENTÁRIA
(§ 2º do art. 40)

Não consta.

16 - PUBLICAÇÃO
(art. 21)

16.1 - Veículo de Publicação Oficial: Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro em 15/08/07, juntado à contra capa.

16.2 - Jornal diário de grande circulação no Estado: não consta.

17 - RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS
(art. 14 c/c art. 7º, § 2º, inciso III)

Não há previsão de despesas oriundas da administração municipal.

18 - APROVAÇÃO DA ASSESSORIA JURÍDICA
(parágrafo único do art. 38)

Não consta.

19 - GARANTIA
(art. 56)

PROCESSO Nº. 3235, de 14/11/2007

TCE-RJ
Processo nº 222.591-7/2007
Rubrica
Fls. 73

19.1 – Garantia contratual: item 9, fls. 05.

20 - ATO JUSTIFICANDO A CONVENIÊNCIA DA OUTORGA
(art. 5º da Lei Federal nº 8.987/95)

Ato justificando a conveniência da outorga de concessão ou permissão, caracterizando seu objeto, área e prazo: não consta.

21 - DAS CONDIÇÕES DO SERVIÇO
(art. 18, inc. II, da L.F. nº 8.987/95)

- Descrição das condições necessárias à prestação adequada dos serviços:
Previstos no Anexo IV - Projeto Básico, às fls. 45/53.

22 - ESTUDO DE VIABILIDADE TÉCNICA E ECONÔMICA
(art. 18, inc. IV, da L.F. nº 8.987/95, vide art. 40, incs. IV ou V, da L.F. nº 8.666/93)

Dados, estudos e projetos necessários à viabilidade técnica e econômica do objeto licitatório: Constante no Anexo I - Estrutura Operacional das linhas circulares de transportes coletivos de passageiros de Paracambi a serem operadas com ônibus urbanos e no Anexo IV - Projeto Básico, às fls. 45/53.

23 - RECEITAS ALTERNATIVAS
(art. 18, inc. VI, da Lei Federal nº 8.987/95)

Fontes de receitas alternativas, complementares ou acessórias, bem como as provenientes de projetos associados: não prevista.

24 - DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES
(art. 18, inc. VII, da Lei Federal nº 8.987/95)

Direitos e obrigações do Poder Permitente e do Permisscionário previstos na Clausula Quinta e Sexta da minuta do Termo, às fls. 36/38.

25 - POLÍTICA TARIFÁRIA
(art. 18, inc. VIII, da Lei Federal nº 8.987/95, e Lei Federal nº 10.192/01)

O valor da tarifa foi fixado pela Prefeitura em R\$ 1,60, conforme item 2, às fls.

PROCESSO Nº 3215 FLS. 142 ANO 2007

26 - DOS BENS REVERSÍVEIS

(art. 18, incs. X e XI, da Lei Federal nº 8.987/95)

Não aplicável.

27 - DESAPROPRIAÇÕES

(art. 18, inc. XII, da Lei Federal nº 8.987/95)

Não aplicável.

28 - MINUTA DO CONTRATO

(art. 18, incs. XIV e XVI, e art. 23, ambos da Lei Federal nº 8.987/95)

- Minuta: fls. 29/44.

29 - Autorização Legislativa

(art. 2º, da L. F. nº 9.074/95)

- Autorização Legislativa: Não consta.

Coordenadoria de Estudos e Análises Técnicas

A CEA pronunciou-se às fls. 64/65v, apresentando a seguinte conclusão:

"Sr. Coordenador-Geral da CEA,

Trata-se de Edital de Licitação por Concorrência Pública nº 001/2007, do tipo "melhor proposta técnica com tarifa fixada", da PREFEITURA MUNICIPAL DE PARACAMBI, objetivando a delegação de "permissão de serviço público municipal de passegeiros por ônibus no Município de Paracambi, das linhas circulares cujas características e especificações estão definidas no Anexo I", pelo prazo de 10 (dez) anos.

Em consonância com o disposto no Ato Normativo nº 78/05, art. 1º, I, o presente edital de licitação foi encaminhado a esta Coordenadoria, com o fito de proceder-se à análise do mesmo sob o aspecto da economicidade.

No exame preliminar dos documentos encaminhados, destacamos os seguintes:

23/08/2007 11:59:00 AM

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA GERAL DE CONTROLE EXTERNO
COORDENADORIA DE EXAME DE EDITAIS

TCE-RJ
Processo nº 222.591-7/2007
Rubrica
Fls. 75

DO PROJETO BÁSICO

Verificamos que consta dos autos, às fls. 44/52, o Projeto Básico, nos termos exigidos no art. 7º, § 2º, I da Lei Federal nº 8.666/93 c/c art. 3º, I, "b", da Deliberação TCE-RJ nº 191/95.

Foram evidenciadas as seguintes linhas circulares a serem licitadas:

- N.C-01 (Centro - Guarajuba, via Rua Dep. Romeu Natal;
- N.C-02 (Casca - Lages);
- N.C-03 (Sabugo - Lages), via Loteamento Novo;
- N.C-04 (Jardim Nova Era - Dr. Eras);
- N.C-05 (Jardim Nova Era - Guarajuba);
- N.C-06 (Centro-Bom Jardim);
- N.C-07 (Centro-Ponte Coberta), via Estr. Eduardo P. Dias-Cabral;
- N.C-08 (Centro-Saudoso), via Km 09;
- N.C-09 (Jardim Nova Era - Paraíso);
- N.C-10 (Centro - Multirão);
- N.C-11 (Centro - São José).

Adicionalmente, o estudo abrangeu os seguintes elementos: percursos em quilometragem; tipos de veículos a serem utilizados; dimensionamento da frota necessária; itinerários; indicação do valor tarifário único, da ordem de R\$ 1,60; características operacionais; e idade da frota.

Quanto à especificação da garagem, foi prevista, às fls. 51 que a dimensão não poderá ser inferior a 3,300 m².

Em relação ao sistema de transporte da região, foi evidenciado que atualmente as linhas que compõem o sistema são operadas em caráter emergencial pela empresa Normandy do Triângulo S/A, e que não vêm sendo respeitados os horários e itinerários estabelecidos pela Legislação Municipal.

DO VALOR TARIFÁRIO E DO ORÇAMENTO ESTIMADO EM PLANILHA

O valor da tarifa foi fixado pelo Município na ordem de R\$ 1,60 (um real e sessenta centavos), conforme o item 2 (DO OBJETO), bem como, no Projeto Básico, às fls. 50. Todavia, disposição diferente foi prevista no item 18 do edital, IV, d, às fls. 14, onde consta que:

"d) O aumento da tarifa descrita neste edital só irá vigorar, após todas as exigências técnicas terem sido cumpridas, anterior a isso, vigorará o valor de R\$ 1,40 (um real e quarenta centavos), sendo este o valor anterior ao último reajuste."

Portanto, trouxeram os referidos dispositivos informação dubia acerca da tarifa a ser fixada pela Administração.

Ademais, convém ressaltar que não integra os autos a planilha de cálculo tarifário, a qual deveria explicitar todos os custos operacionais envolvidos para a execução do serviço, e que evidenciaria assim a consistência tarifária fixada (nos termos do art. 15, IV, da Lei Federal nº 8.987/95), vis-a-vis os custos supracitados e as receitas. Verificamos que foram apresentadas justificativas para a não apresentação do orçamento, às fls. 52.

Torna-se importante ressaltar que a ausência da planilha de cálculo tarifário inviabiliza a verificação da consistência do valor fixado como tarifa, pois esta deverá possibilitar o retorno de todos os investimentos pelo serviço prestado. A planilha de cálculo tarifário, a fim de agilizar a verificação, deveria ser apresentada nos moldes da metodologia da planilha de cálculo tarifário desenvolvida pela Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes - GEIPOT, entidade atualmente em liquidação, vinculada ao Ministério dos Transportes, pois esta retrata de forma intuitiva e bastante abrangente os critérios e parâmetros técnicos relativos ao transporte municipal de passageiros por ônibus.

Portanto, há que ser encaminhada a planilha de cálculo tarifário.

DA OFERTA DE OUTORGA PELA CONCESSÃO

Não há previsão de contrapartida econômica pela delegação da Permissão do Serviço Público. Nosso posicionamento é no sentido de que, embora reconheçamos as razões que fundamentam eventual exigência de outorga e que são legítimas, este é um custo que possui impacto sobre o cálculo tarifário, e como tal não vem sendo exigida a sua previsão.

DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO

O julgamento foi previsto no item 17, às fls. 10, e elegera a melhor proposta técnica, com tarifa fixada no edital.

As pontuações técnicas foram definidas às fls. 11/14, e contemplaram:
I - meios de produção: garagem (max. 30 pontos); serviços próprios (max. 25 pontos);
II - assistência ao empregado: max. 15 pontos;
III - idade média da frota: max. 40 pontos;
IV - bilhetagem eletrônica: max. 20 pontos.

O critério de julgamento da proposta técnica restou evidenciado no subitem 19.1. Verificamos que este subitem (19.1) estabeleceu, para fins apuratórios, que deverá ser "observada a pontuação definida no item 18 e seus subitens I a III." Portanto este dispositivo excluiu da avaliação a pontuação prevista no subitem IV, relativa a bilhetagem eletrônica (20 pontos). Assim, restou dúvida de qual razão justificaria a previsão de

pontuação para a bilhetagem eletrônica, se esta não foi abrangida no critério de avaliação.

DO CRITÉRIO DE REAJUSTAMENTO TARIFÁRIO

Com referência ao critério de reajustamento, houve previsão no tópico IV do Projeto Básico, às fls.50/51, de que: "As tarifas serão reajustadas anualmente e revisadas, a qualquer tempo, tendo em vista o equilíbrio econômico e financeiro de cada operação."

Considerando o que dispõe a Lei Federal nº 8.666/93 (art.40, XI), o edital deverá indicar, obrigatoriamente, o critério de reajuste, e este deverá retratar "...a variação efetiva do custo de produção (...).

Assim, deve haver expressão indicação do referido critério, que no caso concreto, exprimir a variação ponderada dos custos dos insumos verificados na planilha de cálculo tarifário.

DO CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DE PREÇOS

Não aplicável, tendo em vista que a modalidade adotada estabeleceu a tarifa fixada no edital.

CONCLUSÃO

Ante o exposto, sob a ótica da economicidade, opinamos no sentido que o julgado, preliminarmente, atenda aos seguintes expedientes, visando a conclusão de nossa análise:

1- Justifique e proceda às retificações necessárias, em face da informação dubia acerca do valor fixado para a tarifa, entre o valor de R\$ 1,60, indicado no item 2 (Objeto), às fls.04, e no projeto básico, às fls.50; e o valor de R\$ 1,40, indicado no item 18 do edital, IV, d, às fls.14;

2- Junte a planilha de cálculo tarifário, nos moldes do modelo GEIPOP, de forma a propiciar a avaliação do valor tarifário fixado;

3- Justifique e proceda às retificações necessárias no critério de julgamento, tendo em vista que o subitem 19.1, às fls.14, excluiu da avaliação técnica a pontuação prevista no subitem IV do item 18, relativa a bilhetagem eletrônica;

4- insira critério de reajuste, na forma prevista no art.40, XI, da Lei Federal nº 8.666/93, momentaneamente, indicando o critério da variação ponderada dos custos dos insumos verificados na planilha de cálculo tarifário."

OBSERVAÇÕES

Sobre o tema "concessões e permissões de serviço público", oportuno trazemos conceituação elaborada por Celso Antônio Bandeira de Mello, em "Curso de Direito Administrativo", 13ª ed., p. 622 e p. 671:

"Permissão de serviço público, segundo conceito tradicionalmente acolhido na doutrina, é o ato unilateral e precário, intuito personae, através do qual o Poder Público transfere a alguém o desempenho de um serviço de sua alçada, proporcionando, à moda do que faz na concessão, a possibilidade de tarifas dos usuários."

"Concessão de serviço público é o instrumento através do qual o Estado atribui o exercício de um serviço público a alguém que aceita prestá-lo em nome próprio, por sua conta e risco, nas condições fixadas e alteráveis unilateralmente pelo Poder Público, mas sob garantia contratual de um equilíbrio econômico-financeiro, remunerando-se pela própria exploração do serviço, em geral e basicamente mediante tarifas cobradas diretamente dos usuários do serviço."

Da leitura das conceituações trazidas podemos evidenciar que a principal diferença de uma modalidade para outra está na precariedade do ato.

Ainda em "Curso de Direito Administrativo", 13ª ed, p. 673, Celso Antônio Bandeira de Mello assim expõe:

"Dita precariedade significa, a final, que a Administração dispõe de poderes para, flexivelmente, estabelecer alterações ou encerrá-la, a qualquer tempo, desde que fundadas razões de interesse público o aconselhem, sem obrigação de indenizar o concessionário. Esta última característica, aliás, é apontada como grande ponto de antagonismo entre a permissão e a concessão de serviço público, no qual o Poder Público também pode, por igual fundamento, alterar ou eliminar o vínculo que travara com o concessionário, ficando todavia, assujeitado a indenizá-lo pelos agravos econômicos que destarte lhe cause."

Deste modo, pelas características do instrumento analisado, entendemos que o termo mais adequado ao objeto da presente licitação seria a **concessão** do serviço público ora licitado.

CONCLUSÃO

Ante o exposto, sugerimos a **DILIGÊNCIA EXTERNA** para que o jurisdicionado promova as correções arroladas a seguir, com a **COMUNICAÇÃO ao atual Prefeito de Paracambi**, com base no §1º do art. 6º da Deliberação TCE-RJ nº 204/96, a constituir-se na forma sequencial dos incisos do artigo 26 do Regimento Interno, para que tome ciência acerca da decisão desta Corte, alertando-o para o que dispõe o inc. IV, art. 63 da Lei Complementar nº 63/90.

I – Itens sugeridos pela CEA

I.1 - Justifique e proceda às retificações necessárias, em face da informação dubia acerca do valor fixado para a tarifa, entre o valor de R\$ 1,60, indicado no item 2 (Objeto), às fls. 04, e no projeto básico, às fls. 50, e o valor de R\$ 1,40, indicado no item 18 do edital, IV, d, às fls. 14;

I.2 - Junte a planilha de cálculo tarifário, nos moldes do modelo GEIPOT, de forma a propiciar a avaliação do valor tarifário fixado;

I.3 - Justifique e proceda às retificações necessárias no critério de julgamento, tendo em vista que o subitem 19.1, às fls. 14, excluiu da avaliação técnica a pontuação prevista no subitem IV do item 18, relativa à bilhetagem eletrônica;

I.4 - Insira critério de reajuste, na forma prevista no art. 40, XI, da Lei Federal nº 8.666/93, mormente, indicando o critério da variação ponderada dos custos dos insumos verificados na planilha de cálculo tarifário.

II – Itens sugeridos pela CEE

II.1 - Insira no edital item que estabeleça o cumprimento ao disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal/88 c/c inc. V do art. 27 da Lei Federal 8.666/93;

II.2 - Inclua os locais, horários e códigos de acesso dos meios de comunicação à distância em que serão fornecidos elementos, informações e esclarecimentos relativos à licitação e as condições para atendimento das obrigações necessárias ao cumprimento de seu objeto, conforme o disposto no inciso VII do art. 40 da Lei Federal nº 8666/93;

II.3 - Faça constar em todas as folhas do edital a rubrica e, ao final, a data e a assinatura da autoridade responsável pela expedição do presente edital, de acordo com o § 1º do art. 40 da Lei Federal nº 8666/93.

II.4 - Encaminhe a cópia da publicação do resumo deste Edital realizada em jornal diário de grande circulação no Estado, conforme prevê o inciso III do art. 21 da Lei Federal nº 8666/93, condição essencial a validade deste ato, conforme entendimentos já firmados por esta Corte de Contas.

II.5 - Anexe a comprovação da aprovação da Assessoria Jurídica, conforme o disposto no Parágrafo Único do art. 38 da Lei Federal nº 8666/93 e a alínea "g", inciso I do art. 3º da Deliberação TCE-RJ nº 191/95.

II.6 - Anexe o ato justificando a conveniência da outorga de concessão ou permissão, caracterizando seu objeto, área e prazo em observância ao art. 5º da Lei Federal nº 8.987/95.

II.7 - Retifique a redação do item 35 (fls. 18), admitindo que os esclarecimentos sobre o Edital venham a ser prestados até o dia anterior ao do recebimento das propostas, seguindo entendimento firmado por esta Corte;

II.8 - Retifique o item 3 do edital (fls. 04) e o subitem 21.1 (fls. 15), eliminando a possibilidade de sucessivas prorrogações do prazo de concessão, tendo em vista a impossibilidade de concessão por prazo indeterminado e o Princípio Constitucional da Licitação.

II.9 - Retifique a redação do item 29 (fls. 18), substituindo a expressão "idôneas" por "idôneas";

II.10 - Retifique a redação do item 7 (fls. 04), admitindo que a caução do valor de 1% venha ser prestada em qualquer das modalidades previstas pelo art. 56 da Lei Federal nº 8.666/93, uma vez que compete ao licitante ou contratado optar pela modalidade que mais lhe convier. Ademais, nos termos do inc. III do art. 31 da mesma lei, o percentual deve incidir sobre o valor estimado do objeto da contratação, não servindo como parâmetro o valor de mercado dos veículos a serem utilizados;

II.11 - Encaminhe cópia da Lei Municipal nº 364/96, bem como da autorização legislativa para a concessão pretendida, nos termos do que estabelece o art. 2º da Lei Federal 9.074/95 e o art. 106 da Lei Orgânica do Município de Paracambi;

II.12 - Exclua da fase de habilitação a exigência dos licitantes comprovarem propriedade ou posse de imóvel situado no município, estabelecida no item 15, letra "c" (fls. 08) do edital. Na habilitação seria adequada a exigência de um **compromisso formal**

de disponibilidade de um imóvel com as características necessárias ao cumprimento das obrigações;

II.13 - Retifique o item 15, letra "d" (fls. 08) deixando de exigir dos licitantes a experiência traduzida em "no mínimo 10 anos de tradição", por constituir exigência restritiva à competitividade;

II.14 - Exclua a redação do item 15, letra "h" (fls. 09), uma vez que a exigência de atestado de idoneidade financeira não integra os elementos de habilitação elencados nos artigos 27 a 31 da Lei nº 8.666/93;

II.15 - Retifique a redação do item 15, letra "i" (fls. 09) admitindo que a exigência de regularidade junto à Seguradora Social seja comprovada por meio de certidão negativa ou certidão positiva com efeitos de negativa;

II.16 - Retifique o item 28 (fls. 18) de modo a estabelecer que a publicação do aviso do edital será publicado em jornal diário de grande circulação no Estado e no periódico de divulgação oficial, 45 dias antes da licitação uma vez que o julgamento contempla critérios de natureza técnica, adequando-o aos exatos termos do art. 21, incisos II, III e § 2º, I "b", do mesmo artigo, da Lei 8.666/93;

II.17 - Insira no edital a exigência de decreto de autorização em se tratando de empresa estrangeira em funcionamento no país, nos termos do inc. V, art. 28, da Lei Federal nº 8.666/93;

II.18 - Insira no edital os critérios para a definição de eventuais receitas alternativas a serem auferidas pelo futuro concessionário, nos termos do art. 18, inc. VI da Lei Federal 8.987/95;

II.19 - Adie a presente Concorrência pelo prazo necessário ao cumprimento da diligência aguardando a decisão definitiva a ser adotada por esta Corte, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, na forma do art. 21, § 4º, da Lei nº 8.666/93, observando ainda que o critério de julgamento é de melhor proposta técnica com tarifa fixada no edital;

II.20 - Publique, pela mesma forma que os avisos originais, o adiamento do certame, remetendo as cópias ao Tribunal de Contas;

II.21 - Adapte a minuta contratual às alterações procedidas no Edital;

II.22 - Comunique os interessados acerca das alterações efetuadas no edital;

II.23 - Detalhe, quando da remessa a este Tribunal, especificando item por item, através de errata, todas as alterações que porventura sejam feitas no ato convocatório, assim como aquelas que agora são determinadas; e

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA GERAL DE CONTROLE EXTERNO
COORDENADORIA DE EXAME DE EDITAIS

TCE-RJ
Processo nº 222.591-7/2007
Rubrica
Fls. 82

11.24 - Comunique ao Tribunal eventual revogação ou anulação do procedimento licitatório em tela, remetendo, na ocasião, prova da publicação do ato respectivo, acompanhada pelos elementos arrolados no art. 49 da Lei Federal nº 8.666/93.

III - Sugermos ainda, por recomendação, a substituição do termo "permissão" por "concessão", a fim de adequá-lo ao entendimento detido no campo observações da presente instrução.

CEE, 23/08/2007

GLICIA GOMES FRANCO
Assistente
Matrícula 02/002990

Senhor Coordenador Geral da CEE,

Revisando o processo ratifico a sugestão proposta.

PAULO BIANCHI REIS JUNIOR
Assessor
Matrícula 02/003498

Senhor Secretário Geral de Controle Externo,

Acordemente com a sugestão desta assessoria, submeto o processo à consideração superior.

CEE, 23/08/2007

FLAVIO AZEVEDO ANTUNES
Coordenador-Geral
Matrícula 02/002708

23/08/2007 11:59:00 AM

PROCESSO N.º 3235 FLS. 351 ANO. 2007

TCE-RJ
PROCESSO n.º 222.591-7/07
RUBRICA
Fls. 85

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
GABINETE DO CONSELHEIRO JULIO L. RABELO

VOTO GC-7 60.198/07

PROCESSO: 222.591-7/07

ORIGEM: Prefeitura Municipal de Paracambi
ASSUNTO: Edital de Concorrência n.º 01/07

Trata o presente de Edital de Concorrência n.º 01/07 da Prefeitura de Paracambi cujo objeto é a permissão de serviço público municipal de passageiros por ônibus no município de Paracambi, com data de realização prevista para o dia 01.10.2007, tendo o mesmo sido remetido tempestivamente.

O prazo de concessão é de 10 anos, com tarifa de R\$ 1,60 e não consta informação acerca do valor estimado dos serviços.

A Coordenadoria de Estudos e Análises Econômicas - CEA - sugere às fls. 64/66 a Comunicação para esclarecimentos dos itens apontados.

A Coordenadoria de Exame de Editais - CEE analisando o Edital também sugere Comunicação para atendimento dos itens constantes às fls. 67/81.

O Ministério Público, representado pelo Procurador Horácio Medeiros, se manifesta no mesmo sentido (fls. 83).

E O RELATÓRIO

Concordo com a Comunicação sugerida. O processo encaminhado pela Prefeitura de Paracambi está ausente de diversas informações e documentos relevantes em sua análise - comprovação da publicação, estimativa de usuários atendidos, estimativa orçamentária, dentre outros.

Por esta razão, o certame deverá ser adiado até decisão final a ser proferida pelo Plenário.

Pelo exposto e de acordo com o Corpo Instrutivo e o parecer do Ministério Público.

VOTO:

I - Pela COMUNICAÇÃO ao Prefeito do Município de Paracambi - nos termos do § 1º do art. 6º da Deliberação TCE nº 204/96, para que, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, determinado pelo art. 1º da Deliberação TCE nº 195/96 e observadas as considerações feitas na introdução deste voto, adote as seguintes providências:

1 - proceda às retificações necessárias, em face da informação dubia acerca do valor fixado para a tarifa, entre R\$ 1,60 (indicado no item 2) e no projeto básico, no valor de R\$ 1,40 indicado no item 18 do edital, IV, d;

2 - anexe planilha de cálculo tarifário, nos moldes do modelo GEIPOT, de forma a propiciar a avaliação do valor tarifário fixado, informando ainda a estimativa de usuários beneficiados dos serviços de transporte;

3 - justifique e proceda às retificações necessárias no critério de julgamento, tendo em vista que o subitem 19.1, às fls.14, excluiu da avaliação técnica a pontuação prevista no subitem IV do item 18, relativa à bilhetagem eletrônica;

4 - insira no edital critério de reajuste, na forma prevista no art. 40, XI, da Lei Federal nº 8.666/93, mormente, indicando o critério da variação ponderada dos custos dos insumos verificados na planilha de cálculo tarifário;

5 - insira no edital item que estabeleça o cumprimento ao disposto no Inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal/88 c/c inc. V do art. 27 da Lei Federal 8.666/93;

6 - inclua os locais, horários e códigos de acesso dos meios de comunicação a distância em que serão fornecidos elementos, informações e esclarecimentos relativos à licitação e as condições para atendimento das obrigações necessárias ao cumprimento de seu objeto, conforme o disposto no Inciso VII do art. 40 da Lei Federal nº 8666/93;

TCE-RJ
PROCESSO nº 222.591-7/07
RUBRICA
Fls. 86

TCE-RJ
PROCESSO n.º 222.591-7/07
RUBRICA
Fls. 87

7 - remeta nova cópia do Edital e de seus Anexos devidamente rubricadas, datadas e assinadas pela autoridade responsável pela expedição do presente edital, de acordo com o § 1º do art. 40 da Lei Federal nº 8.666/93;

8 - encaminhe cópia da publicação do resumo do Edital em jornal de grande circulação no Estado (e se houver no Município) conforme previsão constante no inciso III do art. 21 da Lei Federal nº 8666/93, condigão essencial a validade deste ato;

9 - anexe a comprovação da aprovação da Assessoria Jurídica, conforme o disposto no Parágrafo Único do art. 38 da Lei Federal nº 8666/93 e a alínea "g", inciso I do art. 3º da Deliberação TCE-RJ nº 191/95;

10 - anexe o ato justificando a conveniência da outorga de concessão ou permissão, caracterizando seu objeto, área e prazo em observância ao art. 5º da Lei Federal nº 8.987/95;

11 - retifique a redação do item 35 admitindo que os esclarecimentos sobre o Edital venham a ser prestados até o dia anterior ao do recebimento das propostas, segundo entendimento firmado por esta Corte;

12 - retifique o item 3 do edital (fls. 04) e o subitem 21.1 (fls. 15), eliminando a possibilidade de sucessivas prorrogações do prazo de concessão, tendo em vista a impossibilidade de concessão por prazo indeterminado e o Princípio Constitucional da Licitação;

13 - retifique a redação do item 29 (fls. 18), substituindo a expressão "idôneas" por "inidôneas";

14 - retifique a redação do item 7 (fls. 04), admitindo que a caução do valor de 1% venha ser prestada em quaisquer das modalidades previstas pelo art. 56 da Lei Federal nº 8.666/93, uma vez que compete ao licitante ou contratado optar pela modalidade que mais lhe convier. Ademais, nos termos do inc. III do art. 31 da mesma lei, o percentual deve incidir sobre o valor estimado do objeto da contratação, não servindo como parâmetro o valor de mercado dos veículos a serem utilizados;

15 - encaminhe cópia da Lei Municipal nº 364/96, bem como da autorização legislativa para a concessão pretendida, nos termos do que estabelece o art. 2º da Lei Federal 9.074/95 e o art. 106 da Lei Orgânica do Município de Paracambi;

16 - exclua da fase de habilitação a exigência dos licitantes comprovarem propriedade ou posse de imóvel situado no município, estabelecida no item 15, letra "c" (fls. 08) do edital. Na habilitação seria adequada a exigência de um compromisso formal de disponibilidade de um imóvel com as características necessárias ao cumprimento das obrigações;

17 - retifique o item 15, letra "d" (fls. 08) deixando de exigir dos licitantes a experiência em "no mínimo 10 anos de tradição", por constituir exigência restritiva à competitividade e subjetiva;

18 - exclua a redação do item 15, letra "h" (fls. 09), uma vez que a exigência de atestado de idoneidade financeira não integra os elementos de habilitação elencados nos artigos 27 a 31 da Lei nº 8.666/93;

19 - retifique a redação do item 15, letra "l" (fls. 09) admitindo que a exigência de regularidade junto à Seguridade Social seja comprovada por meio de certidão negativa ou certidão positiva com efeitos de negativa;

20 - altere o item 28 estabelecendo que a publicação do Edital dar-se-á nos moldes dos incisos II e III do art. 21 da Lei nº 8.666/93;

21 - inserir no edital a exigência de decreto de autorização, em se tratando de empresa estrangeira em funcionamento no país, nos termos do inc. V, art. 28, da Lei Federal nº 8.666/93;

22 - altere as expressões "Permissão, Permissória, Poder Permitente" constantes no Edital e no Contrato para "Concessão, Concessória, Poder Concedente", uma vez que os serviços em questão, o prazo e as exigências do processo, referem-se a concessão, conforme definições contidas nos incisos II e IV do art. 2º da Lei nº 8.987/95;

TCE-RJ
PROCESSO n.º 222.591-7/07
FLS 89
RUBRICA

23 - inserir no edital (ou estabelecer expressamente que não irão ocorrer) critérios para a definição de eventuais receitas alternativas a serem auferidas pelo futuro concessionário, nos termos do art. 18, inc. VI da Lei Federal 8.987/95;

24 - informe detalhadamente como será recebido o valor pela outorga dos serviços concedidos;

25 - adie a presente Concorrência pelo prazo necessário ao cumprimento da diligência e decisão definitiva por esta Corte, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, na forma do art. 21, § 4º, da Lei nº 8.666/93;

26 - publique o adiamento e a nova data de realização da licitação, nos termos dos incisos II e III do art. 21 da Lei 8.666/93, remetendo as cópias ao Tribunal de Contas;

27 - detalhe, quando da remessa a este Tribunal, especificando item por item, através de errata, todas as alterações que porventura sejam feitas no ato convocatório, assim como aquelas que agora são determinadas e;

28 - comunique ao Tribunal eventual revogação do procedimento licitatório em tela, remetendo, na ocasião, prova da publicação do ato respectivo.

GC-7, 30 de AGOSTO de 2007

JULIO L. RABELLO
RELATOR

CITADO: ASSSED DA SILVA COROA.

ASSUNTO: apresentar defesa por estar incurso no Art.199, P. Único, da Lei Complementar 003 de outubro de 2004.

PARAZO: 48 horas, a contar da publicação deste Edital.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: parágrafo 3º, do Artigo 198, da Lei

Complementar nº 003/04.

VISTA DOS AUTOS - saída da CPIAD - Comissão Permanente de In-

quérito Administrativo Disciplinar - Avenida Dado de Deus, nº 820 -

Centro - Guapimirim, RJ.

HORÁRIO: terças e quintas - feiras de 10:00 às 16:00 hs, TEL. (21)

2632-2412/2133.

Guapimirim, 04 de outubro de 2007.

Dra. Francisca Freitas C. Picanço.

PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE INQUÉRITO

ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR.

TÍTULO

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAPIMIRIM
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

CNPJ: 39.547.500/0001-83

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL: Instrumento:

CONTRATO Nº 93/2007. Partes: O Município de Guapimirim e Ter-

rapagem Industrial e Comércio Camarão Praia Ltda. Objeto. Con-

tratamento de uma Empresa para prestar serviços de Assentamento de

Diversos Tipos de Tubos de Concreto Armado e Simples, para aten-

der a Secretaria Municipal de Obras. Prazo: De 12 meses, contados

após Assinatura do Contrato, com o valor Global de R\$ 925.472,35

(Novecentos e Vinte cinco mil Quatrocentos setenta dois reais e Tin-

ta e cinco centavos) Data 03 de Setembro de 2007.

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL: Instrumento:

CONTRATO Nº 98/2007. Partes: O Município de Guapimirim e Viação

Paraiso Verde Ltda. Objeto. Contratação de uma Empresa para pres-

tar Serviços de Transporte Escolar (Locação de Ônibus), para atender

as Secretarias de Educação e Cultura. Prazo: 12 meses, contados

após Assinatura do Contrato, com o valor Global de R\$

641.700,00(Seiscentos e quarenta um mil e Setecentos Reais) Data

19 de Setembro de 2007.

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL: Instrumento:

CONTRATO Nº 97/2007. Partes: O Município de Guapimirim e Golden

Express Locação de Mão de Obras Ltda. Objeto. Contratação de uma

Empresa para prestar serviços de Construção de Calçadas e Meio Fio.

para atender as Secretarias de Obras. Prazo: 12 meses, contados

após Assinatura do Contrato, com o valor Global de R\$

984.828,00(Novecentos e oitenta Quatro mil oitocentos e vinte oito

reais) Data 19 de Setembro de 2007.

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL: Instrumento:

TERMO ADITIVO 14/2007 AO CONTRATO Nº63/2007. Partes : O

Município de Guapimirim e Serra Leste Indústria e Comércio de Im-

portação e Exportação LTDA. Objeto. Contratação de uma empresa

para fornecimento de Gêneros Alimentícios, para atender a diversas

Secretarias. Prazo: De 12 meses, Fica Aditado o valor Unitário do

Item 46 (Leite Natural Integral) com valor Unitário de R\$ 1,72 (Hum

to C P II 32 Saco de 50kg) com valor Unitário de R\$ 14,10 (Quatorze

reais e dez centavos) Data 28 de Setembro de 2007.

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL: Instrumento:

TERMO ADITIVO 15/2007 AO CONTRATO Nº73/2007. Partes: O Mu-

nicipio de Guapimirim e Rima mil Watts Bazar LTDA. Objeto. Con-

tratamento de uma empresa para fornecimento de Cimento C P II 32

Saco de 50kg, para atender as Secretarias de Obras e Educação

Prazo: De 12 meses, Fica Aditado o valor Unitário do Item 01(Cimen-

to C P II 32 Saco de 50kg) com valor Unitário de R\$ 14,10 (Quatorze

reais e dez centavos) Data 28 de Setembro de 2007.

Município de Paracambi

PREFEITURA MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARACAMBI

CNPJ Nº29.138.284/0001-02

AVISO DE LICITAÇÃO-EDITAL DE CONCORRÊNCIA
Nº01-2007-PMP OBJETO: Concessão para Prestação de
Serviço de Transporte Municipal de Passageiros por Ônibus
nas Linhas Circulares da Cidade de Paracambi, MODALIDA-
DE: Concorrência, TIPO: Melhor Técnica, DATA: Adida para
o dia 05 de novembro de 2007, HORA: 14:00 horas. LO-
CAL: Prefeitura Municipal de Paracambi-rua Juiz Emilio Car-
mo nº50, Centro-Paracambi-RJ, em obediência a determina-
ção do TCE-RJ, PEDRO ARTHUR TREGNE, PRESIDENTE
DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Id: 330765. A faturar por empenho

Município de São Francisco do Itabapoana

PREFEITURA MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DE ITABAPOANA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº 007/2007

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE toma Público e para conhecimen-

to dos interessados que no dia 22 de Outubro de 2007 às 10:00 ho-

ras, estará recebendo proposta para Contratação de Empresa para

Fornecimento de Material de Consumo Hospitalar. Maiores infor-

mações na Comissão Permanente de Licitação, situada à Praça Três

Podereis, s/n, Centro, São Francisco de Itabapoana - RJ. O Edital po-

derá ser adquirido até o dia 17/10/07 no endereço acima e nos ho-

ras de 09:00 às 12:00 e 14:00 às 17:00 horas, somente de 2ª a 6ª

feira, exceto feriados Municipais. Estaduais e Nacionais, mediante le-

queto p/ impressora HP Deskjet 9800 MJ 97 - Color (Original).

RICARDO ALEXANDRE DA SILVA SANTOS

PRESIDENTE

Id: 334496. Valor: R\$ 479,74

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DE ITABAPOANA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº 006/2007

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE toma Público e para conhecimen-

to dos interessados que no dia 19 de Outubro de 2007 às 10:00 ho-

ras, estará recebendo proposta para Contratação de Empresa para

Fornecimento de Medicamentos. Maiores informações na Comissão

Permanente de Licitação, situada à Praça Três Podereis, s/n, Centro,

São Francisco de Itabapoana - RJ. O Edital poderá ser adquirido até

o dia 16/10/07 no endereço acima e nos horários de 09:00 às 12:00

e 14:00 às 17:00 horas, somente de 2ª a 6ª feira, exceto feriados

Municipais, Estaduais e Nacionais, mediante requerimento em papel

timbrado da empresa e entrega de 01 (um) Catucho p/ impressora

RICARDO ALEXANDRE DA SILVA SANTOS

PRESIDENTE

Id: 334494. Valor: R\$ 455,67

R. Humaitá, 109 - Tel: 2527-5311
R. Humaitá, 244 - Tel: 2526-2338

PROCESSO N.º 3735 FLS. 159 ANO: 2007

TCE-RJ
PROCESSO n.º 222.591-7/07
RUBRICA
Fls. 85

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
GABINETE DO CONSELHEIRO JULIO L. RABELO

VOTO GC-7 60.050/07

PROCESSO: 222.591-7/07

ORIGEM: Prefeitura Municipal de Paracambi
ASSUNTO: Edital de Concorrência n.º 01/07

Trata o presente de Edital de Concorrência n.º 01/07 da Prefeitura de Paracambi cujo objeto é a permissão de serviço público municipal de passageiros por ônibus no município de Paracambi, com data de realização remarcada para o dia 05.11.2007.

O prazo de concessão é de 10 anos, com tarifa de R\$ 1,60 e não consta informação acerca do valor estimado dos serviços.

Retorna o processo ao meu Gabinete em face da Comunicação por mim determinada em sessão de 30.08.2007.

A Coordenadoria de Exames de Editais - CEE informa que não houve o atendimento da decisão supra, sugerindo a Notificação do Prefeito de Paracambi.

Em continuação, anexa cópia do DORJ onde consta a nova data da licitação - 05.11.2007. Em razão deste fato, a Assessoria da SGE encaminhou o Ofício de n.º 45/2007 (Fls. 95) solicitando o adiamento do ato licitatório na forma do § 2º do art. 15 da Deliberação TCE n.º 191/95.

O Ministério Público, representado pelo Procurador Horácio Medeiros, se manifesta no mesmo sentido (Fls. 101).

É O RELATÓRIO

Com razão o Corpo Instrutivo. O prazo regimental foi transcorrido sem que houvesse o atendimento da decisão plenária.

TCE
Confere com o Original

PROCESSO N.º 3332 FLS. 16 ANO: 2007

TCE-RJ
PROCESSO n.º 222.591-7/07
RUBRICA
Fls. 86

Em razão da ciência da nova data de realização da concorrência, além da Notificação proposta pelo Corpo Instrutivo, deve o Jurisdicionado informar se foi de fato, realizada a licitação na data designada, tendo em vista o Ofício encaminhado à Prefeitura em 31.10.2007.

Pelo exposto e parcialmente de acordo com o Corpo Instrutivo e o parecer do Ministério Público.

VOTO:

I - Pela NOTIFICAÇÃO ao Sr. André Luiz Ceciliano - Prefeito do Município de Paracambi - nos termos do § 2º do art. 6º da Deliberação TCE nº 204/96 para que no prazo de 30 (trinta) dias apresente suas razões de defesa por não ter atendido a decisão plenária de 30.08.2007;

II - Pela COMUNICAÇÃO ao Prefeito do Município de Paracambi - nos termos do § 1º do art. 6º da Deliberação TCE nº 204/96 para que, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, determinado pelo art. 1º da Deliberação TCE nº 195/96, atenda o que segue:

1 - informe se foi realizada a licitação na data marcada - 05.11.07, conforme publicação no DORJ de 05.10.2007 em descumprimento ao que estabelece o § 2º do art. 15 da Deliberação TCE nº 191/95, o que consta no item 25 da decisão plenária de 30.08.2007 c/c § 2º do art. 113 da Lei nº 8.666/93;

2 - acaso tenha sido o certame realizado, encaminhe protocolizando como processo autônomo, o contrato decorrente deste procedimento, acompanhado de toda a documentação pertinente (atas e quadros de julgamento, publicação, etc);

Em caso de respostas negativas aos itens 1 e 2 acima, proceda ao atendimento dos seguintes itens:

3 - proceda às retificações necessárias, em face da informação dubia acerca do valor fixado para a tarifa, entre R\$ 1,60 (indicado no item 2) e no projeto básico, no valor de R\$ 1,40 indicado no item 18 do edital, IV, d;

4 - anexe planilha de cálculo tarifário, nos moldes do modelo GEIPOT, de forma a propiciar a avaliação de valor tarifário fixado, informando ainda a estimativa de usuários beneficiados (os serviços de transporte);

TCE-RJ Confere com o Original

PROCESSO N.º 1715 FLS. 361 ANO 2007

TCE-RJ

PROCESSO n.º 222.591-7/07

RUBRICA

Fls. 87

5 - justifique e proceda às retificações necessárias no critério de julgamento, tendo em vista que o subitem 19.1, às fls. 14, excluiu da avaliação técnica a pontuação prevista no subitem IV do item 18, relativa à bilheteagem eletrônica;

6 - insira no edital critério de reajuste, na forma prevista no art. 40, XI, da Lei Federal nº 8.666/93, meramente, indicando o critério da variação ponderada dos custos dos insumos verificados na planilha de cálculo tarifário;

7 - insira no edital item que estabeleça o cumprimento ao disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal/88 c/c inc. V do art. 27 da Lei Federal 8.666/93;

8 - inclua os locais, horários e códigos de acesso dos meios de comunicação à distância em que serão fornecidos elementos, informações e esclarecimentos relativos à licitação e as condições para atendimento das obrigações necessárias ao cumprimento de seu objeto, conforme o disposto no inciso VII do art. 40 da Lei Federal nº 8.666/93;

9 - remeta nova cópia do Edital e de seus Anexos devidamente rubricadas, datadas e assinadas pela autoridade responsável pela expedição do presente edital, de acordo com o § 2º do art. 40 da Lei Federal nº 8.666/93;

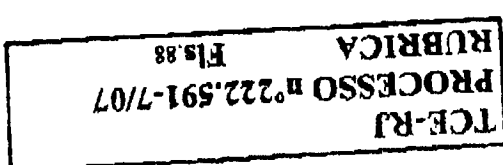
10 - encaminhe cópia da publicação do resumo do Edital em jornal de grande circulação no Estado (e se houver no Município) conforme previsão constante no inciso III do art. 21 da Lei Federal nº 8.666/93, condigão essencial a validade deste ato;

11 - anexe a comprovação da aprovação da Assessoria Jurídica, conforme o disposto no Parágrafo Único do art. 38 da Lei Federal nº 8.666/93 e a alínea "g", inciso I do art. 3º da Deliberação TCE-RJ nº 191/95;

12 - anexe o ato justificando a conveniência da outorga de concessão ou permissão, caracterizando seu objeto, área e prazo em observância ao art. 5º da Lei Federal nº 8.987/95;

13 - retifique a redação do item 35 admitindo que os esclarecimentos sobre o Edital venham a ser prestados até o dia anterior ao do recebimento das propostas, seguindo entendimento firmado por esta Corte;

TCE Confere com o Original



14 - retifique o item 3 do edital (fls. 04) e o subitem 21.1 (fls. 15), eliminando a possibilidade de sucessivas prorrogações do prazo de concessão, tendo em vista a impossibilidade de concessão por prazo indeterminado e o Princípio Constitucional da Licitação;

15 - retifique a redação do item 29 (fls. 18), substituindo a expressão "idôneas" por "idôneas";

16 - retifique a redação do item 7 (fls. 04), admitindo que a caução do valor de 1% venha ser prestada em quaisquer das modalidades previstas pelo art. 56 da Lei Federal nº 8.666/53, uma vez que compete ao licitante ou contratado optar pela modalidade que mais lhe convier. Ademais, nos termos do inc. III do art. 31 da mesma lei, o percentual deve incidir sobre o valor de estimado do objeto da contratação, não servindo como parâmetro o valor de mercado dos veículos a serem utilizados;

17 - encaminhe cópia da Lei Municipal nº 364/96, bem como da autorização legislativa para a concessão pretendida, nos termos do que estabelece o art. 2º da Lei Federal nº 9.074/95 e o art. 106 da Lei Orgânica do Município de Paracambi;

18 - exclua da fase de habilitação a exigência dos licitantes comprovarem propriedade ou posse de imóvel situado no município, estabelecida no item 15, letra "c" (fls. 08) do edital. Na habilitação seria adequada a exigência de um compromisso formal de disponibilidade de um imóvel com as características necessárias ao cumprimento das obrigações;

19 - retifique o item 15, letra "d" (fls. 08) deixando de exigir dos licitantes a experiência em "*no mínimo 10 anos de tradição*", por constituir exigência restritiva à competitividade e subjetiva;

20 - exclua a redação do item 15, letra "h" (fls. 09), uma vez que a exigência de atestado de idoneidade financeira não integra os elementos de habilitação elencados nos artigos 27 a 31 da Lei nº 8.666/93;

21 - retifique a redação do item 15, letra "l" (fls. 09) admitindo que a exigência de regularidade junto à Seguridade Social seja comprovada por meio de certidão negativa ou certidão positiva com efeitos de negativa;

22 - altere o item 28 estabelecendo que a publicação do Edital dar-se-á nos moldes dos incisos II e III do art. 21 da Lei nº 8.666/93;

TCE Confere com o Original

TCE-RJ
PROCESSO nº 222.591-7/07
RUBRICA
Fls. 89

PROCESSO Nº 222.591-7/07
208
163
208

23 - inserir no edital a exigência de decreto de autorização em se tratando de empresa estrangeira em funcionamento no país, nos termos do inc. V, art. 28, da Lei Federal nº 8.666/93;

24 - altere as expressões "Permissão, Permissão, Poder Permissivo" constantes no Edital e no Contrato para "Concessão, Concessão, Poder Concedente", uma vez que os serviços em questão, o prazo e as exigências do processo, referem-se a concessão, conforme definições contidas nos incisos II e IV do art. 1º da Lei nº 8.987/95;

25 - inserir no edital (ou estabelecer expressamente que não irão ocorrer) critérios para a definição de eventuais receitas alternativas a serem auferidas pelo futuro concessionário, nos termos do art. 18, inc. VI da Lei Federal 8.987/95;

26 - informe detalhadamente como será recebido o valor pela outorga dos serviços concedidos;

27 - adie a presente Concorrência pelo prazo necessário ao cumprimento da diligência e decisão definitiva por esta Corte, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, na forma do art. 21, § 4º, da Lei nº 8.666/93;

28 - publique o adiamento e a nova data de realização da licitação, nos termos dos incisos II e III do art. 21 da Lei 8.666/93, remetendo as cópias ao Tribunal de Contas;

29 - detalhe, quando da renovação deste Tribunal, especificando item por item, através de errata, todas as alterações que porventura sejam feitas no ato convocatório, assim como aquelas que agora são determinadas e;

30 - comunique ao Tribunal eventual revogação do procedimento licitatório em tela, remetendo, na ocasião, prova da publicação do ato respectivo.

GC-7, 06 DE NOVENBRO DE 2007.

JULIO L. RABELO
RELATOR

AC

TCE-RJ Confere com o Original

Anna Ramalho



PROCESSO Nº 1735 FLS. 164 ANO 2007
 anna.ramalho@jb.com.br

siense de José Roberto Arruda,
 governador do Distrito Federal.

PAULO JABUR

PARQUE DA FREGUESIA S.A.

CNPJ nº 02.801.191/0001-16 - NIRE 3330026405-1
 Ata da Assembleia Geral Extraordinária, Realizada em 23 de Outubro de 2007 Lavrada na Forma Sumária (Artigo 130, Parágrafo 1º, Lei 6.404/76)

Data, Hora e Local: Dia 23 de outubro de 2007, às 10 horas, na sede social na Praça Pio X nº 98, 5º andar/parte, Centro, Cidade e Estado do Rio de Janeiro, CEP 20091-040. Convocação: Tendo em vista o disposto no parágrafo 4º do artigo 124 da Lei 6.404/76, foi dispensada a convocação para a presente Assembleia. Presenças: Estiveram presentes à Assembleia, acionistas representando a totalidade do capital social: Evora Realty Empreendimentos e Participações S.A., por seus Diretores, Sérgio Ricardo Gonçalves e Elton Lemos Santos; Concal - Construtora Conde Caldas Ltda., por seu representante legal; Pedro Henrique Martani Bittencourt; Eduardo Henrique Martani Bittencourt; e José Conde Caldas. Mesa Diretora: Presidente: Pedro Henrique Martani Bittencourt; Secretário: Sérgio Ricardo Gonçalves. Deliberações Aprovadas por Unanidade: 1). Tendo em vista o excesso de capital, foi aprovada a redução do capital social no montante de R\$ 139.000,00, mediante a restituição deste valor aos acionistas da companhia, passando o capital social de R\$ 997.434,72 para R\$ 858.434,72, com a consequente alteração do artigo 5º do Estatuto Social, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Artigo 5º - O capital social da Companhia é de R\$ 858.434,72 (oitocentos e cinquenta e oito mil, quinhentos e dois centavos) dividido em 150.000 ações ordinárias nominativas sem valor nominal." Em virtude da irrevogância dos valores, os acionistas da companhia, Pedro Henrique Martani Bittencourt, Eduardo Henrique Martani Bittencourt e José Conde Caldas, renunciam, neste ato, em favor da acionista Evora Realty Empreendimentos e Participações S.A. e Concal - Construtora Conde Caldas Ltda., a todo e qualquer direito sobre a parte que a eles caberia em razão do pagamento ora deliberado. 2) Na forma do artigo 130, parágrafo 2º da Lei 6.404/76, foi autorizada a publicação da presente ata com omissão das assinaturas dos acionistas. Encerramento: Nada mais havendo a tratar, foram suspensos os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura da presente Ata que, depois de lida e aprovada, foi por todos assinada. Assinaturas: Presidente da Assembleia, Sérgio Ricardo Gonçalves. Rio de Janeiro, 23 de outubro de 2007. Confere com o original lavrado em livro próprio.

(21) 2101-4141
 (21) 2101-4143

cpdoc@jb.com.br

JB
CPD doc

ADIAMENTO DA CONCORRÊNCIA PÚBLICA
 Prefeitura Municipal de Paracambi
 CNPJ 29.138.294/0001-02

Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Paracambi
 CNPJ nº 02.611.575/0001-76 - NIRE 3330026040-4

Ata da Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 23 de Outubro de 2007 Lavrada na Forma Sumária (Art. 130, § 1º, Lei 6.404/76)

Data, Hora e Local: Dia 23 de outubro de 2007, às 11:00 horas, na sede social à Praça Pio X, nº 98, 5º andar/parte, Centro, Cidade e Estado do Rio de Janeiro, CEP 20.091-040. Convocação: Tendo em vista o disposto no parágrafo 4º do artigo 124 da Lei nº 6.404/76, foi dispensada a convocação para a presente Assembleia. Presenças: Estiveram presentes à Assembleia, acionistas representando a totalidade do capital social: Evora S.A., por seus diretores Sérgio Ricardo Gonçalves e Andrea Flávia da Rosa. Mesa Diretora: Presidente: Sérgio Ricardo Gonçalves. Secretária: Andrea Flávia da Rosa. Deliberações Aprovadas: Por unanimidade de votos foi deliberado o seguinte: 1) Tendo em vista o excesso de capital, foi aprovada a redução do capital social no montante de R\$ 90.350,00 (noventa mil, trezentos e cinquenta reais), mediante a restituição deste valor aos acionistas da companhia, passando o capital social de R\$ 2.772.916,66 para R\$ 2.682.566,66; com a consequente alteração do artigo 5º do Estatuto Social que passa a vigorar com a seguinte redação: "Artigo 5º - O capital social da Companhia é de R\$ 2.682.566,66 (dois milhões, seiscentos e oitenta e dois mil, quinhentos e sessenta e seis reais e sessenta centavos) dividido em 21.000 ações ordinárias nominativas sem valor nominal." 2) Na forma do artigo 130, parágrafo 2º da Lei 6.404/76, foi autorizada a publicação da presente ata com omissão das assinaturas dos acionistas. Encerramento: Nada mais havendo a tratar, foram suspensos os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura da presente Ata que, depois de lida e aprovada, foi por todos assinada. Assinaturas: Sérgio Ricardo Gonçalves, Presidente e Andrea Flávia da Rosa, Secretária da Assembleia. Rio de Janeiro, 23 de outubro de 2007.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO.
 minação do TCE-RJ. PEDRO ARTHUR TREGNE - PRESIDENTE DA
 Emílio Carmo, 50 - Centro - Paracambi-RJ - em obediência a deter-
 minação do TCE-RJ. PEDRO ARTHUR TREGNE - PRESIDENTE DA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO.
 minação do TCE-RJ. PEDRO ARTHUR TREGNE - PRESIDENTE DA
 Emílio Carmo, 50 - Centro - Paracambi-RJ - em obediência a deter-
 minação do TCE-RJ. PEDRO ARTHUR TREGNE - PRESIDENTE DA

Classificados

classificados@jb.com.br

O retorno é imediato.
 Já o pagamento é em até 3 VEZES SEM JUROS no cartão de crédito.

Ligue e anuncie:
 (21) 2122-1010

EDITAL

O-RJ

mante de Belford

no ao disposto no

ALTDIA, inscrita

nº 1.532, sala 101,

al, situada na Praça

da Estrada Belford

anta e oito metros

VALDI, através do

2,10m² (duzentos e

e frente para a área

na metros) na linha

o metros) pelo lado

pelo lado esquerdo

e cinco metros) em

nº 07, 11,

de 153,00m²

le frente para a área

fundos confrontando

assete metros) pelo

a Quadra 2 (duas)

m (nove metros) de

andou com a Área 4-

deste parcelamento,

até nº 02 (duas) de

tres quadradros) com

trilha, a ser descrita

ontando com a Área

com o lote 04 deste

a na confluência da

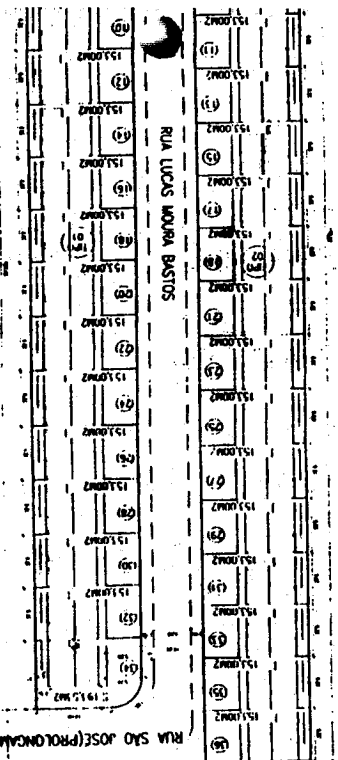
a 16, 18, 20, 22, 24,

a 16, 18, 20, 22, 24,

26, 28, 30 e 32 da Quadra 1 (um), todos com área de 153,00m² (cento e cinquenta e três metros quadrados) cada, tendo 9,00m (nove metros) de frente para a área do logradouro criada, a ser descrita adiante, 9,00m (nove metros) na linha dos fundos confrontando com a Área 4-B5 já parcelada, 17,00m (dezanove metros) pelo lado direito e 17,00m (dezanove metros) pelo lado esquerdo confrontando uns com os outros. Lote nº 34 da Quadra 01 (um) com área de 193,53m² (cento e noventa e três virgula cinquenta e três metros quadrados), com 6,70m (seis virgula setenta metros) de frente para a área do logradouro criada, a ser descrita adiante, 11,70m (onze virgula setenta metros) na linha dos fundos confrontando com a Área 4-B5 já parcelada, 12,00m (doze metros) pelo lado direito confrontando com a Rua São José e 17,00m (dezanove metros) pelo lado esquerdo confrontando com o lote 32 deste parcelamento e 7,85m (sete virgula oitenta e cinco metros) em curva na confluência do logradouro criado e Rua São José, e Área Destinada a Lazer/Recreio, medindo 10,00m (dez metros) de largura com área de 1.939,55m² (um mil novecentos e trinta e nove virgula cinquenta e cinco metros quadrados) que tocaram o nome de Rua Lucas Moura Bastos O citado parcelamento foi visionado em 31/05/07 através do mesmo processo em nome de M. P. BASTOS CONSTRUTORA LTDA. Os lotes e logradouros situados no Bairro Bom Pastor, neste município e Estado, sendo a planta de loteamento aprovada pela Prefeitura Municipal de Belford Roxo, neste Estado, processo nº 06/12/706, datado de 11/09/2007, e demais documentos relativos à referida área, registrada no R-1 - matrícula 2.964, neste Cartório. Dentro do prazo de 15 (quinze) dias a contar da data da 3ª (terceira) e última publicação do presente edital, aqueles que se julgarem prejudicados com o registro do presente loteamento, deverão apresentar suas impugnações neste Serviço Registral, durante o horário regulamentar. Decorrido o referido prazo e em não havendo impugnação o MEMORIAL DE LOTEAMENTO será registrado, ficando à disposição dos interessados, a respectiva documentação. Dado e passado nesta cidade de Belford Roxo, aos 31 dias do mês de Outubro do ano de 2007. Eu, Leonardo Vianini Rebelo Guimarães, Escrevente Autorizado, digitei, datou e assinei. Eu, Emanuel Machado Moraes, Oficial do Registro de Imóveis, subscreevi.

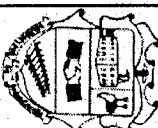
3º OFÍCIO DE JUSTIÇA
Belford Roxo - RJ
Escrevente Autorizado
LEONARDO VIANINI REBOL
CPF: 51.227.511/01

3º OFÍCIO DE JUSTIÇA
Belford Roxo - RJ
Emanuel Machado Moraes
Tabelião e Oficial
Matrícula: nº 60124



3º OFÍCIO DE JUSTIÇA
Belford Roxo - RJ
Escrevente Autorizado
LEONARDO VIANINI REBOL
CPF: 51.227.511/01

INCIE NO ORDIÁRIO



ESTADO DO RIO DE JANEIRO Prefeitura Municipal de Paracambi ATOS OFICIAIS

LEI MUNICIPAL Nº562/2007, DE 30 DE OUTUBRO DE 2007. Autoriza o Poder Executivo a contratar financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social-BNDES, através do Banco do Brasil, na qualidade de Agente Financiador, a oferecer garantias e das outras correlatas providências-ARTIGO 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a contratar e garantir financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social-BNDES, através do Banco do Brasil, na qualidade de Agente Financiador, até o valor de R\$450.000,00 (quatrocentos e cinquenta mil reais), observando as disposições legais em vigor para contratação de operações de crédito, as normas do BNDES e as condições específicas aprovadas pelo BNDES para a operação-PARAGRAFO UNICO - Os recursos resultantes do financiamento autorizado neste artigo serão obrigatoriamente aplicados na execução de projeto integrante do Programa CAMINHO DA ESCOLA, do MEC/FNDE e BNDES-ARTIGO 2º - Para garantia do principal e encargos da operação de crédito, fica o Poder Executivo autorizado a ceder ou vincular em garantia, em caráter revogável e irrevogável, a todo o tempo, as receitas a que se refere o artigo 159, inciso da Constituição Federal-3º - Para a eleição da cessão do vínculo em garantia dos recursos previstos no §2º deste Artigo fica o Banco do Brasil autorizado a transferir os recursos cedidos ou vinculados à conta e ordem do BNDES, nos montantes necessários à amortização da dívida nos prazos contratualmente estabelecidos, em caso de cessão, ou ao pagamento dos débitos vencidos e não pagos, em caso de vinculação-§ 2º - Fica o Poder Executivo autorizado a promover o empenho das despesas nos montantes necessários à amortização da dívida nos prazos contratualmente estabelecidos, para cada exercício financeiro em que se efetuar as amortizações de principal, juros e encargos, até o seu pagamento final-ARTIGO 3º - Os recursos provenientes da operação de crédito objeto do financiamento serão consignados como receita no orçamento ou em créditos adicionais-ARTIGO 4º - O Orçamento do Município consignará, anualmente, os recursos necessários ao atendimento das despesas relativas à amortização do principal, juros e demais encargos decorrentes da operação de crédito autorizada por esta Lei-ARTIGO 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.-Gabinete do Prefeito, 05 de novembro de 2007.-ANDRÉ LUIZ CECILIANO-Prefeito

DECRETO Nº 1.172, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2007. Nome o Fundo Municipal de Saúde, crédito Adicional Suplementar ao Exercício de 2007, no valor de R\$534.000,00 (quinhentos e trinta e quatro mil reais), para reforço de dotação orçamentária consignada no Orçamento Programa e das outras correlatas providências -O Prefeito Municipal de Paracambi no uso de suas atribuições legais, e consoante o disposto no inciso III, do artigo 4º da Lei Municipal nº 830 de 26 de outubro de 2006 - Lei do Orçamento, DECRETA-ARTIGO 1º - Fica aberto um CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no valor de R\$534.000,00 (quinhentos e trinta e quatro mil reais), ao Orçamento Programa do Fundo Municipal de Saúde do Exercício de 2007, para reforço de dotação orçamentária de unidade administrativa especializada na forma do Anexo -ARTIGO 2º - O Crédito de que trata o Artigo anterior, será compensado mediante a utilização de recursos provenientes da anulação de igual valor, de dotação orçamentária de unidade administrativa integrante do Orçamento Programa do Fundo Municipal de Saúde, do Exercício de 2007, de conformidade com o que dispõe o art. 43, parágrafo primeiro, inciso III da Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964, na forma do Anexo -ARTIGO 3º - Fica decretado o presente em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.-Gabinete do Prefeito, 05 de novembro de 2007.-ANDRÉ LUIZ CECILIANO-Prefeito-ANEXO

ORÇAO	PROGRAMA DE TRABALHO	NAL.	FONTE	ANULACAO	SUPLEMENTACAO
FMS	03.01.10302028.2.096000.3.3.9	0007	3390	207.000,00	
	0.30000000(13)				
FMS	03.01.10302028.2.096000.3.3.9	0008	3390	230.000,00	
	0.39000000(15)				
FMS	03.01.10302028.2.096000.4.4.9	0008	4490	77.000,00	
	0.52000000(16)				
FMS	03.01.10302028.2.096000.3.1.90	0007	3190		534.000,00
	34000000(12)				
TOTAL				\$34.000,00	\$54.000,00

Fonte e Recursos = 0007 - Recursos SUS-Fonte e Recursos = 0008 - Recursos SUS - Gabinete do Prefeito, 05 de novembro de 2007.-ANDRÉ LUIZ CECILIANO-Prefeito

DECRETO Nº 1.171 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2007. Nome a Prefeitura Municipal de Paracambi, Crédito Adicional Suplementar, no valor de R\$19.000,00 (Dezanove mil reais), para suprimento de dotação orçamentária do Orçamento do Exercício de 2007 da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentáveis-SEMADES da Prefeitura Municipal de Paracambi, na forma do Anexo que integra este Decreto-Artigo 2º - O Crédito de que trata o artigo anterior, será compensado com a anulação parcial de recursos de dotações orçamentárias do Orçamento do Exercício de 2007 da Guarda Municipal da Prefeitura Municipal de Paracambi, conforme disposto no artigo 43 parágrafo primeiro, inciso III da Lei Federal nº 4320 de 17 de março de 1964, na forma especificada no Anexo deste Decreto-Artigo 3º - Esta Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.-Gabinete do Prefeito, 05 de novembro de 2007.-ANDRÉ LUIZ CECILIANO-Prefeito-ANEXO

ORÇAO	ESPECIFICACAO	NAL.	DESPESA	FONTE	ANULACAO	SUPLEMENT.

D.O.

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

ANO XXXIII - Nº 211
SEXTA-FEIRA, 9 DE NOVEMBRO DE 2007

Esta Parte é editada eletronicamente desde 2 de junho de 2006

PRAZO DE EXECUÇÃO: 12 (doze) meses.

DATA: 28/11/2007 às 09:30 horas.

LOCAL: Prédio Administrativo da Prefeitura Municipal de Quissamã - Comissão Permanente de Licitação - Rua Conde de Arouama, nº 425

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor preço global

CONDIÇÕES PARA A RETIRADA DO EDITAL: O Edital encontra-se a disposição dos interessados para consulta e a retirada dar-se-á mediante a entrega de 01 (um) cartucho original de tinta preto HP C9351A, de segunda a sexta-feira, exceto feriados municipais, estaduais ou nacionais.

Quissamã(RJ), 08 de novembro de 2007.

Denise Pessanha
Pregoeira

Id: 364486. A fatura por empenho

PREFEITURA MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARACAMBI

CNPJ Nº29.138.284/0001-02

AVISO DE LICITAÇÃO-EDITAL DE CONCORRÊNCIA

Nº001-2007-PMP OBJETO: Concessão para Prestação de

Serviço de Transporte Municipal de Passageiros por Ônibus

nas Linhas Circulares da Cidade de Paracambi. MODALIDA-

DE: Concorrência. TIPO: Melhor Técnica. DATA: Adida para

CAL: Prefeitura Municipal de Paracambi-rua Juiz Emílio Car-

mo nº50, Centro-Paracambi-RJ, em obediência a determina-

ção do TCE-RJ, PEDRO ARTHUR TREGNE, PRESIDENTE

DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO.

Id: 362008. A fatura por empenho

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO



NÓS QUEREMOS TE OUVIR!

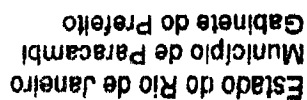
UNCLASSIFIED

Préface

Exmo. Senhor Presidente,

Processo nº 222.591.7/2007

ORIGINAL DE
22 NOV 1967



PROCESS NO. 1735. - 167 AND 168



EDITAL DE LICITAÇÃO
CONCORRENCIA PÚBLICA Nº 001/07

A Prefeitura Municipal de Paracambi, sediada na Rua Juiz Emilio Carmo, 50-Centro - Paracambi, torna público, para conhecimento de quantos possam interessar-se que fará realizar no dia 05 de dezembro de 2007 às 14:00 horas, licitação, na modalidade de concorrência, **do tipo melhor proposta técnica** com tarifa fixada neste edital, para concessão de prestação de serviço de transporte municipal de passageiros por Ônibus nas linhas circulares: **N.C-01 Centro-Guarajuba**(via Rua Dep. Romeu Natal), **N.C-02 Cascata - Lages, N.C-03 Sabugo - Lages**(Via Loteamento Novo), **N.C-04 Jardim Nova Era - Dr. Eiras, N.C-05 Jardim Nova Era Guarajuba, N.C-06 Centro-Bom-Jardim, N.C-07 Centro-Ponte Coberta**(Eduardo Pereira Dias-Cabral), **N.C-08 Centro-Saudoso (Via Km09) N.C-09 Jardim Nova Era- Paraíso, N.C-10 Centro-Mutirão, N.C-11 Centro - São José (Via Cascata)**. Quaisquer elementos, informações e esclarecimentos relativos a esta licitação serão dirimidas pelo Presidente da Comissão Permanente de Licitação, no local acima e pelo telefone XX21-3693.3031, no horário de 08:00 às 17:00 horas e email compras@paracambi.rj.gov.br.

CAPÍTULO I

DO FUNDAMENTO LEGAL

1 - O presente edital, bem como o contrato de concessão de serviço dele originado, tem como fundamento legal a lei Federal nº 8.666/93, com alterações introduzidas pela lei Federal nº 8.883/94, a lei Federal nº 8.987/95, com alterações na Medida Provisória nº 1.531-11 de 17 de outubro de 1997, a Lei Orgânica do Município de Paracambi, a lei Municipal nº 364, de 10 de abril de 1996 e o Regulamento do Serviço de Transporte Coletivos do Município de Paracambi, aprovado pelo decreto nº 14/79.

CAPÍTULO II

DO OBJETO DA LICITAÇÃO

2 – O objeto de licitação é a concessão do serviço público municipal de passageiros por Ônibus no Município de Paracambi, das linhas circulares, cujas características e especificações estão definidas no **Anexo I**, parte integrante deste edital, serviço em que deverá ser praticado a tarifa modular de R\$1,60(um real e sessenta centavos).

3 – O prazo de concessão será de 10 (dez) anos, podendo ser prorrogado por igual período.

4 – Os veículos para operação devem observar as especificações constantes da lei nº 364 de 10-04-96 e do Regulamento aprovado pelo decreto nº 14-79, sem prejuízo do que dispuser a respeito do Código Nacional de Trânsito, por seu Regulamento e atos normativos do **CONTRAN**, ou qualquer outro órgão que venha a ser criado.

5 – Os reajustes de tarifas são determinados pelo poder concedente, tendo por base a variação anual do IPCA.

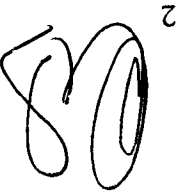
6 – As características relativas ao dimensionamento da frota de veículos a ser utilizada prevista no **Anexo I** deste edital, poderão ser alteradas em decorrência de avaliação motivada do Poder Concedente.

CAPÍTULO III DO DIA, HORA, LOCAL E COMISSÃO DE LICITAÇÃO.

7 – Os interessados deverão fazer a entrega da documentação adiante especificada na seção pública a ser realizada às 14:00 horas, do dia 05 de dezembro de 2007, na Rua Juiz Emílio Carmo, 50-Centro-Paracambi.

8 – A licitação será conduzida pela Comissão Permanente de Licitação do Município previamente designada por ato do Sr. Prefeito Municipal.

2





9 – Para participação da licitação os interessados deverão comparecer ao ato público mencionado através de representante legal ou de mandatário especialmente constituído, não sendo aceito documentos remetidos por via postal.

CAPÍTULO IV DA PARTICIPAÇÃO, APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS E DA PROPOSTA.

a) Da Participação.

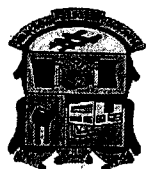
10 – Poderá participar da licitação toda e qualquer pessoa jurídica que tenha como objeto social a execução do serviço de transporte público e coletivo de passageiros por ônibus constituído na conformidade da legislação brasileira.

10.1 – Não serão admitidos à concorrência os licitantes cujos dirigentes, gerentes, sócios, acionistas ou componentes de seus quadros técnicos sejam servidores efetivos ou titulares de cargo em comissão ou função de confiança, ou de mandatos eletivos do Município de Paracambi, ou que tenham sido no prazo de 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data desta concorrência.

b) Da Apresentação da Documentação.

11 – A apresentação de documentos de habilitação e proposta técnica far-se-á em envelopes distintos lacrados e identificados.

11.1 – No primeiro envelope a licitante apresentará os documentos correspondentes à habilitação, enumerados no Capítulo V do presente edital.



11.2 – No segundo envelope a licitante apresentará a proposta técnica, conforme disposto no Capítulo IV deste edital.

11.3 – A documentação anteriormente referida será endereçada e entregue à Comissão de Licitação do Município, no local, dia e hora fixados no Capítulo III deste edital, devendo constar da parte externa de cada envelope as seguintes indicações:

I – ENVELOPE "A" – Habilitação

Município de Paracambi

Concorrência n.º 001/07

Linhas Circulares n.º C-01 à n.º 11

Nome completo e endereço da licitante

II – ENVELOPE "B" – Proposta Técnica

Município de Paracambi

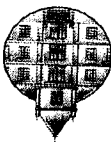
Concorrência n.º 001/07

Linhas Circulares n.º C-01 à n.º 11

Nome completo e endereço da licitante

11.4 – Os documentos deverão ser relacionados e apresentados com todas as folhas numerada, em tamanho ofício, contendo a primeira folha (índice) as observações que indiquem o conteúdo das demais folhas do volume, todas rubricadas, bem como encadernadas obrigatoriamente em espiral.

11.5 – A abertura dos envelopes de Habilitação será realizada em ato público às 14:00 horas do dia 05 de dezembro de 2007, lavrando-se ata circunstanciada com vistas a documentar o ato, a qual deverá ser assinada pelos licitantes presentes e pelos membros da Comissão, ficando a data para abertura dos envelopes correspondentes à "proposta técnica" a ser definida nesta reunião pela Comissão de Licitação do Município.



CAPÍTULO V DA DOCUMENTAÇÃO CORRESPONDENTE À HABILITAÇÃO

12 – A licitante deverá apresentar no envelope "A", concernente à habilitação, a seguinte documentação:

a) Declaração expressa de que conhece o regulamento do Serviço de Transportes Coletivos do Município de Paracambi, aprovado pelo decreto n.º 14-79 e Lei Municipal de n.º 364-96, bem como a Legislação Tributária e de que se submeterá ao mesmo e aos atos normativos supervenientes, conforme modelo constante do **Anexo II** do presente edital;

b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, acompanhado, no caso de sociedade por ações, dos documentos de eleição dos seus atuais administradores, devendo constar como seus documentos de eleição dos seus atuais administradores, devendo constar como seu objeto social a exploração do serviço público de transporte de passageiros por ônibus;

c) Documento que comprove a disponibilidade de um imóvel com as características necessárias ao cumprimento das obrigações;

d) Relação da frota com a qual serão operados as linhas, dela constando a especificação da marca do veículo, o modelo e o fabricante dos chassis ou plataforma, bem como modelo de carroceria aprovado pelo Município, ano de fabricação e número de assentos. Caso a licitante não disponha da frota fixada no **Anexo I**, deverá apresentar documentação provando possuir opção de compra, arrendamento mercantil ou "leasing", além de garantia de fonte de recursos para fazer face à obtenção dos veículos para início da operação da linha, imediatamente após a assinatura do contrato de permissão, sob pena de desclassificação;



Estado do Rio de Janeiro
Município de Paracambi
Comissão Permanente de Licitação

PROCESSO N.º 1215 FLS. 113, ANO: 2007



e) Relação da frota total de veículos da empresa, discriminando marca, número total de chassis ou plataforma, carroceria, ano de fabricação, tipo (se urbano ou rodoviário) e número de assentos;

f) Balanço patrimonial e demonstração de resultados já exigível e apresentado na forma da lei, vedada sua substituição por balancete ou balanços provisórios, com vistas a demonstração da idoneidade e boa situação financeira da licitante. O balanço patrimonial será avaliado e considerar-se-á idônea financeiramente a licitante que alcançar índice de liquidez corrente – ativo circulante-passivo circulante – igual ou maior a 1,0 (um). No caso de sociedade por ações o balanço e demonstração de resultados que se cuida serão comprovados com a publicação em periódico, na conformidade da lei Federal nº 6.404-76.

g) Certidões negativas de falência e concordata expedida pelo Distribuidor da sede da pessoa jurídica;

h) Prova de inscrição no Cadastro Geral de Contribuintes no Ministério da Fazenda – C.N.P.J., no Cadastro de Contribuintes da Fazenda Estadual; i) Prova de regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual- com a Certidão da Procuradoria da Dívida Ativa do Estado (PG5) e Municipal da sede da licitante e filiais caso existente;

j) Prova de regularidade com o sistema de Seguridade Social- CND, bem como prova de regularidade perante o Fundo Garantia por tempo de serviços – FGTS.

k) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim exigir.

l) Cumprimento do disposto no inciso XXXIII do Art. 7º da constituição Federal.

12.1 – Os documentos referidos nas alíneas anteriores poderão ser apresentados em original ou cópia, obtida esta por qualquer processo de reprodução, conferida sua autenticidade com o original por cartório competente



Estado do Rio de Janeiro
Município de Paracambi
Comissão Permanente de Licitação

ou mediante sua publicação em órgão da imprensa oficial de qualquer das pessoas de direito público interno.

12.2 – As empresas participantes podem ser representadas, no procedimento licitatório, por Procuradores legalmente constituídos, desde que apresentado o instrumento procuratório, com firma reconhecida, até o início da sessão de abertura dos envelopes.

12.3 – Todos os documentos exigidos neste item 15 deverão estar válidos na data de licitação, sob pena de inabilitação.

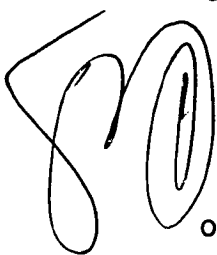
CAPÍTULO VI

DA DOCUMENTAÇÃO CORRESPONDENTE À PROPOSTA TÉCNICA

13 – A Licitante apresentará no envelope "B", referente à proposta técnica, a seguinte documentação:

a) Relação das garagens e eventuais pontos de apoio de que seja proprietária ou possuidora, com apresentação dos títulos jurídicos a cada uma delas pertinentes, bem assim a área localização e situação respectivas.

b) Relação descritiva dos serviços executados pela própria concorrente, por exemplo, a funilaria, borracharia, capotaria, pintura, montagem de motor, mecânica, indicando não só os equipamentos disponíveis nas garagens para tanto, mas também se pertence à sua organização, como empregado, responsável técnico de nível universitário na orientação da execução de tais serviços, nomeando-o qualificando-o, a par de mencionar, outrossim, se os controles de manutenção são informatizados e se existem bombas e tanques para abastecimento da frota e dispositivos de proteção ao meio ambiente na área reservada a



Município, à qual compete:

15 – O julgamento das propostas será efetuado pela Comissão de Licitação do

outubro de 1997.

14 – O critério de julgamento da presente licitação é o da melhor proposta técnica, com tarifa fixada neste edital, conforme o inciso IV do art. 15 da lei Federal 8.987-95, acrescentando pela Medida Provisória nº 1.531-11, de 17 de

CAPÍTULO VII O CRITÉRIO E DOS PROCEDIMENTOS PARA JULGAMENTO DAS PROPOSTAS.

licenciado o veículo, no caso de ter adquirido veículo usado.

e) Comprovar a vida útil da frota discriminada na letra "F" do item 15 (quinze) do presente edital com a nota fiscal respectiva, em se tratando de veículo zero quilômetro, ou com o recibo de transferência de propriedade emitido pelo Departamento de Trânsito onde se encontrar licenciado o veículo, no caso de ter adquirido veículo usado.

d) Relacionar os Programas de Recursos Humanos, reconhecido por entidade oficial, destinados ao treinamento de pessoal, discriminando as disciplinas que o integram, suas respectivas cargas horárias e a periodicidade de eventuais reciclagens, indicando, ainda, se mantém, sob vínculo empregatício, psicólogo orientando a seleção e acompanhando treinamento e aperfeiçoamento dos rodoviários.

c) Relacionar os benefícios concedidos a empregados, tais como: médico dentista, refeitório e cozinha para fornecimento de refeições ou ticket refeição, áreas de lazer, indicar se mantém empregados nutricionistas incumbido do controle nutricional da alimentação fornecida se for o caso.

Segurança do Trabalho.

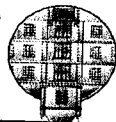
essa última atividade, apresentando "lay-out" das instalações, ilustrados com fotos tamanho 10x15, em cores além de técnico na área de

Estado do Rio de Janeiro
Município de Paracambi
Comissão Permanente de Licitação



PREFEITURA DE
Paracambi
Governando com Justiça e Dignidade





a) Receber os envelopes concernentes à Habilitação e à proposta técnica no dia, hora e local previstos no capítulo III deste edital, pessoalmente entregues pelos representantes das empresas concorrentes ou seus procuradores legalmente habilitados, de acordo com o artigo 43 e seus desdobramentos, todos da lei n.º 8.666-93.

b) Proceder à abertura dos envelopes relativos à Habilitação. Os membros da Comissão e os representantes das licitantes presentes ao ato examinarão e rubricarão cada documento. O Presidente da comissão permanente de Licitação, divulgará o resultado da fase de "Habilitação" ou fixará nova data para divulgação do Resultado da fase de "Habilitação". Os envelopes relativos à proposta técnica serão mantidos fechados e lacrados em poder da Comissão para os efeitos posteriores. Serão inabilitadas as empresas cuja documentação não satisfizer as exigências deste edital. Da decisão de habilitação ou inabilitação caberá recurso pelas interessadas, suspendendo-se o certame até o respectivo julgamento. Ao licitante inabilitado que tenha interposto recurso não será devolvido o envelope relativo à proposta técnica, devendo este ser mantido inviolado em poder da Comissão até decisão do recurso;

c) Proceder à abertura dos envelopes contendo as propostas técnicas dos concorrentes habilitados, cuja documentação será rubricada pela comissão e representantes das licitantes presentes;

d) Lavar ata circunstanciada de cada sessão pública de licitação, que será assinada pelos membros da Comissão e pelos licitantes presentes;

e) Organizar o mapa de apuração das propostas técnicas, onde serão consignados os pontos atribuídos a cada um dos seus componentes, a saber.

I - Meios de Produção de Serviço

a) Garagens no Município = até 30 (trinta) pontos.



O número de pontos será calculado a partir da seguinte relação: área total da garagem em m² (metro quadrado), dividida pelo número da frota de ônibus exigido no **Anexo I** deste edital multiplicado por 20 (vinte).

PONTOS

Se a relação for em número menor de que 05 (cinco), a licitante terá 0 (zero) ponto.
Se a relação for um número entre 05 (cinco), inclusive, e 20 (vinte), inclusive, o número de pontos será igual à relação;
Se a relação for em número superior a 20 (vinte), o número de pontos será igual ao número máximo de pontos neste item.

- b) Serviços executados pela própria licitante e equipamentos para manutenção e abastecimento: até 25 (vinte e cinco) pontos.
- b.1 - funilaria: 2 (dois) pontos;
 - b.2 - borracharia, com máquinas para montar e desmontar pneus, bem como alinhamento e cambagem: 2 (dois) pontos;
 - b.3 - capotaria para reparos: 1 (um) ponto;
 - b.4 - pintura para reparos: 1 (um) pontos;
 - b.5 - oficina com equipamentos para montagem de motor: 2 (dois) pontos;
 - b.6 - reparos na parte elétrica: 2 (dois) pontos;
 - b.7 - responsável técnico: 2 (dois) pontos; (engenheiro)
 - b.8 - bomba fixa com medidores para abastecimento de combustível, equipada com aparelhagem para filtragem de óleo diesel: 2 (dois) pontos;
 - b.9 - dispositivos de proteção ao meio ambiente: 2 (dois) pontos;
 - b.10 - serviço de atendimento ao consumidor: 2 (dois) pontos;
 - b.11 - veículos de carga leve para socorro mecânico urgente: 1 (um) ponto;



- b.12 - carro-guinchô: 3 (três) pontos;
- b.13 - controle informatizado de custos operacionais: 2 (dois) pontos;
- b.14 - serviço de lavagem automatizado: 1 (um) ponto.

II – Assistência ao empregado: 15 (quinze) pontos.

- a) - se a licitante possui ambulatório: 3 (três) pontos;
- b) - se no ambulatório dispõe-se de médico: 4 (três) pontos;
- c) - se a licitante possui refeitório ou fornece ticket alimentação: 2 (dois) pontos;
- d) - se a licitante oferece aos rodoviários treinamento e reciclagem por empresas reconhecidas a nível nacional: 3 (três) pontos;
- e) - se a licitante dispõe de psicólogo: 3 (dois) pontos;

III – relativamente à idade média da frota da linha.

- Até 1(um) ano – 40 pontos;
- Até 1(um) ano e 1 dia a 2 anos – 15 pontos;
- De 2 anos e 1 dia a 3 anos – 8 pontos;
- De 3 anos e um dia a 4 anos – 5 pontos;
- De 4 anos e um dia a 5 anos – 2 pontos;
- Mais de 5 anos – 0 pontos.

IV – bilheteagem eletrônica. 20 (vinte) pontos.

Totalmente implantada quando do início da operação das linhas licitadas.

- a) Para as licitantes que utilizarão veículos já integrantes de sua frota, a idade média da frota a ser empregada na operação da linha objeto deste edital deverá ser calculada considerando-se a data da abertura dos envelopes correspondentes à proposta técnica.
- b) Pelo menos 50 (cinquenta)% da frota deverá ser de ônibus novos, ou seja, até 1 (um) ano.



c) Para licitantes que ainda não possuam frota necessária e que se comprometerem a incorporar-lá após o resultado da licitação, respeitado o prazo máximo de 90 (noventa) dias, a proposta correspondente a este quesito deverá ser integralmente cumprida, sob pena de desclassificação em favor da licitante colocada em 2º lugar. Neste caso, a idade média da frota contará a partir da data da homologação da concorrência.

16 – Apuração Final das Propostas.

16.1 – Será considerada vencedora, no critério de melhor técnica, a licitante que obtiver a soma de pontos **igual ou superior a 80 (oitenta)**, apurados os critérios estabelecidos para os meios de produção do serviço, observada a pontuação definida no item 15 e seus subitens de I a IV.

17 – Ocorrendo empate no julgamento, será adotada para escolha da vencedora o critério único de sorteio, consoante o que dispõe o parágrafo 2º, do art. 45 da lei n.º 8.666-93.

CAPÍTULO VIII DO CONTRATO

18 – A operação das linhas, na forma prevista no item 2, do capítulo II deste edital, será adjudicada à empresa vencedora do certame, depois de homologado o seu resultado pelo Prefeito Municipal de Paracambi.

18.1 – O contrato para exploração do serviço, pelo prazo de 10 (dez) anos prorrogável por iguais, observada as condições estabelecidas na lei Orgânica de Paracambi, na Lei 364, de 10-04-96 no regulamento do Serviço de



Estado do Rio de Janeiro
Município de Paracambi
Comissão Permanente de Licitação

PROCESSO Nº 13.155 FLS. 180 ANO: 2007
PREFEITURA DE
Paracambi
Governo com Justiça e Dignidade

Transportes Coletivos de Paracambi, aprovado pelo decreto nº 14-79, neste edital e na sua minuta do Contrato constante do Anexo III.

19 – Homologada a licitação, o Prefeito do município de Paracambi, convocará a adjudicatária para assinar o termo de contrato em ate 05(cinco) dias, sujeitando-se esta em caso de recusa, ao disposto nos arts. 64 e 81 da lei nº 8.666-93, sem prejuízo das sanções arroladas no Capítulo XI deste instrumento convocatório.

20 – No caso em que a licitante vencedora não puder explorar o serviço objeto da licitação, será convocada por ofício, a licitante classificada imediatamente após, que deverá aceitar o mesmo contrato, que seria assinado pela licitante vencedora, restando certo que os prazos começarão a ser contados a partir da data da convocação. Se a autoridade concedente não preferir convocar nova licitação.

No caso de inexecução total ou parcial do contrato o Prefeito de Paracambi aplicará à contratada as sanções previstas no art. 87 da lei nº 8.666-93.

21 – A licitante convocada deverá manifestar-se no prazo máximo de 03(três) dias, contados da data do recebimento do ofício convocatório para assinatura do contrato, sendo que o seu silencio implicará em desistência da concorrência, cabendo as penalidades previstas nas legislação pertinente.

CAPÍTULO IX DAS PENALIDADES

22 – Todas as decisões da Comissão de Licitação do Município serão lançados em ata, considerando eventuais recursos administrativos previstos no art. 109



Estado do Rio de Janeiro
Município de Paracambi
Comissão Permanente de Licitação

PROCESSO N.º 1715 FLS. 181 ANO: 2009



Governando com Justiça e Dignidade

da lei nº 8.666-93, os quais serão recebidos e processados nos termos ali estabelecidos.

23 – A licitante vencedora total ou parcialmente inadimplente serão aplicadas as sanções legais, a saber:

- a) – advertência;
- b) – multa administrativa;
- c) – suspensão temporária do direito de licitar e contratar com o Município de Paracambi;
- d) – declaração de caducidade;
- e) – declaração de idoneidade;
- e.1) – declarar-se-á idônea a licitante vencedora que:

- I – praticar fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- II – praticar atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação;
- III – demonstrar não possuir idoneidade para licitar com Município de Paracambi em virtude de atos ilícitos praticados em proveito próprio ou de terceiros em qualquer fase da licitação;

f) – decorridos 15 (quinze) dias de atraso no início da operação, sem manifestação da licitante vencedora ou no caso de manifestação não aceita pelo Município de Paracambi, considerar-se-á caracterizada a recusa, dando causa a caducidade da concessão e aplicação da multa devida, conforme estabelecido na legislação pertinente, por ônus que compuser frota total necessária;

- g) – ocorrendo a declaração de caducidade de que trata o item anterior, a licitante vencedora terá cumulativamente suspenso, por 18 (dezoito) meses, o direito de participação em licitação com o Município de Paracambi.

CAPÍTULO X DAS CONDIÇÕES GERAIS



24 – Eventuais dúvidas de caráter técnico ou legal acerca de interpretação das condições estabelecidas pelos Srs. Membros da Comissão de Licitação.

25 – A publicação do extrato do presente edital de licitação dar-se-á nos moldes dos incisos II e III do Art. 21 da Lei 8.666/93.

26 – Não poderão participar desta licitação firmas que tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, até a sua reabilitação, bem como a que estiver em regime de falência ou concordata.

27 – Fica estabelecido a vedação de possíveis fontes e receitas alternativas de que trata o inciso VI do Art. 18 da Lei Federal 8.987 de 13 de Fevereiro de 1995.

28 – Fica assegurado ao Município de Paracambi o direito de inspecionar as instalações das licitantes, assim como verificar a exatidão das informações prestadas antes e após a licitação.

29 – A participação nesta licitação implica na aceitação plena do presente Edital no seu inteiro teor.

30 – O presente Edital passará a fazer parte integrante do Contrato como se nele estivesse transcrito.

31 - As situações não previstas neste Edital, inclusive aquelas decorrentes de caso fortuito ou de força maior, serão resolvidos pela Comissão observada a legislação em vigor.

32 – O Município de Paracambi poderá revogar ou anular a licitação, nos termos do art. 49 da lei n.º 8.666-93.

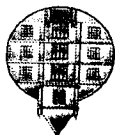


33 – A Comissão Permanente de Licitação dirimirá as dúvidas que suscitem o Edital desde que argüidas por escrito, até o dia anterior da data fixada para abertura dos envelopes.

34 – Na hipótese de procedimento judicial fica eleito o Foro da Comarca de Paracambi, com a exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Paracambi, 30 de julho de 2007

Presidente da Comissão Permanente de Licitação,
Pedro Henrique de Lima
Presidente da Comissão Permanente de Licitação.



ANEXO I

ESTRUTURA OPERACIONAL DAS LINHAS CIRCULARES DE
TRANSPORTES COLETIVOS DE PASSAGEIROS DE PARACAMBI A SEREM
OPERADAS COM ÔNIBUS URBANOS.

I - LINHA CIRCULAR N.C-01-PERCURSO DE 22 km CENTRO - GUARAJUBA (Via Rua Dep. Romeu Natal).

- a) - Tarifa = R\$ 1,60
- b) - Horário de Circulação: das 4hs às 23hs.
- c) - Intervalos de Saídas: de 30 em 30 minutos.
- d) - Períodos de Operação: diariamente, inclusive sábados, domingos e feriados.

- e) - Itinerário: saída do ponto rodoviário da Rua Délio Basílio Leal (centro), passando por parte da Rua Dominique Level e pela rua Cel. Othon, para alcançar a Estrada RJ 127 e por ela até a rua Prefeito Helio Ferreira (km 1) e daí até a Estação Ferroviária de Lages, tomando a rua Bezerra de Menezes passando pela Pça Expedicionário Nilo Gama Flores(Pça do Miro), Trav. Bom Jardim e rua Deputado Romeu Natal (antiga rua 10) até a Escola Estadual Boa Esperança, atravessando a Estrada RJ. 127, para entrar na Rua São Jorge (Guarajuba), passando pela Rua Sta. Terezinha e Estrada Eduardo Pereira Dias até alcançar novamente, a Estrada RJ 127 e, daí, até a Rua Dr. Soares Filho, atingindo, finalmente o ponto rodoviário da Rua Délio Basílio Leal (centro).
- f) - Frota Necessária: 01 (dois) ônibus.
- g) - Vida Útil Máxima: 07 anos.

II - LINHA CIRCULAR N.C-02 PERCURSO 30 km CASCATÁ - LAGES



Estado do Rio de Janeiro
Município de Paracambi
Comissão Permanente de Licitação

- a) – Tarifa: R\$ 1,60
- b) – Horário de Circulação: das 05:30 às 23:30 hs.
- c) – Intervalos de Saída: de uma em uma hora.
- d) – Período de Operação: diariamente inclusive, sábados, domingos e feriados.

- e) – Itinerário: saída do ponto da Rua Tenente Bernardino Bastos (nas proximidades do Hospital) no bairro Cascata, seguindo pela Rua Vicente Cicarino e pela Estrada Governador Roberto Silveira alcançando a Rua Américo Rodrigues Ferreira seguindo pela Avenida dos Operários passando por parte das Ruas Dominique Level e Cel. Othon daí à Rua Dr. Soares Filho atingindo o ponto Rodoviário da Rua Délio Basílio Leal retornando novamente por parte das Ruas Dominique Level e Cel. Othon alcançando a Estrada RJ 127 e daí até a Rua Pref. Hélio Ferreira e por esta até a Estação Ferroviária de Lages seguindo pelas Ruas Jaime Augusto Marques, Othon dos Santos, Maximiano de Carvalho, Prefeito Bento Barbosa, Plínio Alves de Moura, Trav. Bom Jardim, Rua Dep. Romeu Natal até alcançar novamente a Estrada RJ 127 e por ela retornando até as Ruas Dr. Soares Filho, Délio Basílio Leal, Dominique Level, Av. dos Operários, Américo Rodrigues Ferreira, Estrada Governador Roberto Silveira, Vicente Cicarino daí alcançando finalmente o ponto da Rua Tenente Bernardino Bastos.
- f) – Frota Necessária: 01 (um) ônibus.
- g) – Vida Útil Máxima: 07(sete) anos.

III - LINHA CIRCULAR N.C- 03 PERCURSO 32 km
SABUGO – LAGES (Via Loteamento Novo)

- a) – Tarifa: R\$ 1,60
- b) – Horário de Circulação: das 06:00 às 23:00 hs
- c) – Intervalos de Saída: de 1 em 1 hora.
- d) – Período de Operação: diariamente, inclusive sábados, domingos e feriados.



- e) – Itinerário: saída do ponto da Estrada da Floresta (em frente a Escola Terra de Educar), seguindo pela mesma até as Ruas Av. Presidente João Goulart, Beraldo Sacchi, Dominique Level, Cel. Othon e Dr. Soares Filho, alcançado o ponto rodoviário da Rua Délio Basílio Leal, retornando as Ruas Dominique Level e Cel. Othon até alcançar a Estrada RJ 127 e daí pela Estrada Eduardo Pereira Dias, passando pelas seguintes ruas e avenidas: rua Santa Terezinha, Av. São Jorge, Av. Ailton Senna, rua João Batista, rua do Acesso, e av. Luiz Paulo voltando novamente pela av. São Jorge até alcançar a Estrada RJ 127 e por esta até as Ruas Dep. Romeu Natal, Trav. Bom Jardim, passando pelas Ruas Plínio Alves de Moura, Prefeito Bento Barbosa, Juscelino Kubstchek, Jonas Leal, Leal de Carvalho, Maximiano de Carvalho, Othon dos Santos, Jaime Augusto Marques, Pref. Helio Ferreira alcançando novamente a Estrada RJ 127 daí pelo mesmo itinerário até o ponto da Estrada Floresta.
- f) – frota necessária: 01 (dois) ônibus.
- g) – Vida Útil: 07 (sete) anos.

IV – LINHA CIRCULAR N.C-04 PERCURSO 28 km JARDIM NOVO ERA – DR. EIRAS

- a) – Tarifa: R\$ 1,60;
- b) - Horário de Circulação: das 04:00 às 18:00 hs;
- c) – Intervalo de Saídas: de 2 em 2 horas;
- d) – Período de Operação: diariamente inclusive, sábados, domingos e feriados.
- e) – Itinerário: saída do ponto rodoviário da rua dos Antúrios (Jardim Nova Era), passando pelas ruas dos Cravos, Pref. Moracy Franco, Rio de Janeiro, Estrada RJ 127. Ruas Dr. Nilo Peganha, Assembleia de Deus, Américo Rodrigues Ferreira, Av. dos Operários, Dominique Level, Cel. Othon, Dr. Soares Filho, Délio Basílio Leal, Dominique Level, Cel. Othon,



Governo com Justiça e Dignidade

Estado do Rio de Janeiro
Município de Paracambi
Comissão Permanente de Licitação



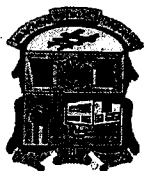
- Estrada RJ 127, e daí até a Rua Prefeito Hélio Ferreira e por esta até a Estação Ferroviária de Lages, seguindo pela rua Bezerra de Menezes, Praça Expedicionário Nilo Gama Flores (Pça. do Miro), Rua Jonas Leal, Juscelino Kubstchek, Acre, Prefeito Bento Barbosa, Av. Paraíso e Estação Ferroviária Dr. Eiras, retornado pelo mesmo itinerário até o ponto rodoviário da rua dos Antúrios.
- f) – Frota Necessária: 01 (ônibus);
- g) – vida Útil Máxima: 07 (sete) anos.

**V – LINHA CIRCULAR N.C – 05 PERCURSO DE 30 KM
JARDIM NOVA ERA – GUARAJUBA**

- a) – Tarifa: R\$ 1,60;
- b) – Horário de Circulação: das 00:00 às 23:59h.
- c) – Intervalo de Saídas: de 30 em 30 minutos, a partir das 04:00 até às 00:00.(após de hora em hora).

- d) – Período de Operação: diariamente, inclusive sábados, domingos e feriados.

- e) – Itinerário: saída do ponto rodoviário da rua dos Antúrios (Jardim Nova Era), passando pela rua dos Cravos, pelas ruas Pref. Moracy Franco, Rio de Janeiro, Estrada RJ 127, Ruas Dr. Nilo Peganha, Assembleia de Deus, Américo Rodrigues Ferreira, Av. dos Operários, Rua Dominique Level, Cel.Othon, Dr.Souares Filho, Dêlio Basílio Leal, Dominique Level, Cel. Othon, , Estrada RJ 127 e daí até a Rua são Jorge (Guarajuba), passando pelas Ruas São Judas Tadeu, Gen. Uzeda, São Paulo , Sta. Terezinha, por onde retorna até a rua São Jorge ate atingir a Estrada RJ 127 e aí passando pela Rua Dep. Romeu Natal, Trav. Bom Jardim, Plínio Alves de Moura, Prefeito Bento Barbosa, Juscelino Kubstchek, Jonas Leal, Leal de Carvalho, Maximiano de carvalho, Othon dos Santos, até a Estação Ferroviária de Lages, daí pelas Rua Prefeito Hélio Ferreira até alcançar novamente a Estrada RJ 127 e por ela retornando pelo mesmo percurso até o ponto rodoviário da Rua dos Antúrios.
- f) – Frota Necessária: 02(dois) ônibus.



g) – Vida Útil Máxima: 07 (sete) anos.

VI – LINHA CIRCULAR N.C-06 – PERCURSO DE 30 KM

CENTRO – BOM JARDIM

a) - Tarifa: R\$ 1,60;

b) – Horário de Circulação: das 06:00 às 22:00hs.

c) - Intervalo de Saídas: de 1 em 1 hora.

d) - Período de Operação: diariamente, inclusive sábados, domingos e

feriados.

e) – ITINERÁRIO: Saída do ponto rodoviário da rua Délio Basílio Leal,

passando pelas ruas Dominique Level, Cel. Othon, alcançando a Estrada RJ 127 até a rua Prefeito Hélio Ferreira (KM 01) e por esta até a Estação Ferroviária de Lages, passando pela rua Bezerra de Menezes, pela Praça Expedicionário Nilo Gama Flores (Pça. do Miro), rua Plínio Alves de Moura e daí, até a Estrada do Bom Jardim, retornando pelo mesmo itinerário até a rua Dr. Soares Filho até, finalmente chegar ao ponto rodoviário da rua Délio Basílio Leal.

f) – FROTA NECESSÁRIA: 01 (um) carro.

g) – VIDA ÚTIL MÁXIMA: 07 (sete) anos.

VII – LINHA CIRCULAR N.C-07 – PERCURSO DE 25 km

CENTRO – PONTE COBERTA (Via Estrada Eduardo Pereira Dias-

Cabral).

a) - Tarifa: R\$ 1,60;

b) – Horário de Circulação: das 06:00 às 21:00hs.

c) - Intervalos de Saídas: de 3 em 3 horas.

d) - Período de Operação: diariamente, inclusive sábados, domingos e

feriados.

e) – ITINERÁRIO: Saída do ponto rodoviário da Rua Délio Basílio Leal,

passando pelas ruas Dominique Level, Cel. Othon, alcançando a Estrada



Estado do Rio de Janeiro
Município de Paracambi
Comissão Permanente de Licitação



PROCESSO N.º 3735 FLS. 189 ANO: 2007

VIII – LINHA CIRCULAR N.C – 08 – PERCURSO DE 35 km
CENTRO – SAUDOSO (Via Km09).

RJ 127 e, por esta a Estrada Eduardo Pereira Dias, passando pelo km 9 por onde seguirá até o bairro de Ponte Coberta, daí até a Rodovia Presidente Dutra e por ela até seu km 212, entrada de Paracambi, seguindo pela Estrada RJ 127 até alcançar a rua Dr. Soares Filho daí até o ponto rodoviário da rua Delio Basílio Leal.

f) – FROTA NECESSÁRIA: 01 (um) carro.

g) VIDA ÚTIL MÁXIMA: 07 (sete) anos.

a) - Tarifa: R\$ 1,60;

b) – Horário de Circulação: das 06:00 às 21:00hs.

c) – Intervalos de Saída: 03 em 03 horas;

d) - Período de Operação: diariamente, inclusive sábados, domingos e feriados.

e) - Itinerário: saída do ponto rodoviário da rua Delio Basílio Leal,

passando por parte da Rua Dominique Level, até alcançar a rua Beraldo Sacchi, passando pela Estrada da Floresta alcançando a Estrada Eduardo Pereira Dias até o ponto próximo a Escola M. da Floresta retornando pela mesma até a Estrada do Saudoso Seguindo até o seu ponto final, retornando pela Estrada da Floresta daí seguindo o mesmo itinerário até as ruas Cel. Othon, Dr. Soares Filho e daí, até ao ponto rodoviário da Rua Delio Basílio Leal.

f) – Frota Necessária: 01(um) ônibus.

g) – Vida Útil Máxima: 07 (sete) anos.

IX – LINHA CIRCULAR N.C – 09 - PERCURSO 28km
JARDIM NOVA ERA – PARAISO

a) Tarifa: R\$ 1,60;



b) Horário de Circulação:

c) Intervalos de Saída: de 30 em 30 minutos;

d) Período de Operação: diariamente, inclusive sábados, domingos e feriados.

e) Itinerário: saída do ponto rodoviário da rua dos Antúrios (Jardim Nova

Era), passando pela rua dos Cravos, pelas ruas Prefeito Moracy Franco,

Rio de Janeiro, Estrada RJ 127, rua Dr. Nilo Peganha, Assembleia de

Deus, Américo Rodrigues Ferreira, Av. dos Operários, ruas Dominique

Level, Cel. Othon, Dr. Soares Filho, Delio Basílio Leal, Dominique Level,

Cel. Othon, Estrada RJ 127 e daí ate a rua Prefeito Helio Ferreira e por

esta até a Estação Ferroviária de Lages, seguindo pela Rua Bezerra de

Menezes, Pça Expedicionário Nilo Gama Flores (Pça do Miro), Rua

Jonas Leal, Juscelino Kubstchek, Acre, Prefeito Bento Barbosa, Av.

Paraiso retornado pelo mesmo itinerário ate a rua dos Antúrios no

(Jardim Nova Era).

f) Frota Necessária: 02 (dois) ônibus;

g) Vida Útil Máxima: 07 (sete) anos.

X – LINHA CIRCULAR N.C -10 PERCURSO 25km

CENTRO – MULTIRÃO

a) Tarifa: R\$ 1,60;

b) Horário de Circulação: das 6:30 às 18:30hs;

c) Intervalos de Saída: de 6 em 6 horas.

d) Período de operação: terças, quintas e domingos.

e) Itinerário:saída do ponto rodoviário da rua Delio Basílio Leal (centro)

passando pelas ruas Dominique Level, Juiz Emilio Carmo e Alziro

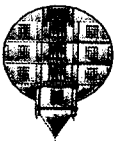
Zaru,attingindo a Estrada RJ 093 por esta até a Estrada do Barreiro,

retornando pelo mesmo itinerário até ruas Cel. Othon e Dr. Soares Filho

até finalmente atingir o ponto rodoviário da rua Delio Basílio Leal;

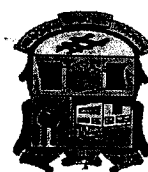
f) Frota Necessária: 01 (um) ônibus.

g) Vida Útil Máxima: 07 (sete) anos.



**XI – LINHA CIRCULAR N.C – 11 PERCURSO 20 km
CENTRO – SÃO JOSÉ (Via Cascata)**

- a) Tarifa: R\$ 1,60;
- b) Horário de Circulação: de 06:00 às 18:00hs.
- c) Intervalos de Saída: de 6 em 6 horas;
- d) Período de Operação: Segundas, Quartas e Sábados;
- e) Itinerário: saída do ponto rodoviário da Rua Delio Basílio Leal (centro), passando por parte da rua Dominique Level, Av. dos Operários, Américo Rodrigues Ferreira, Estrada Governador Roberto Silveira e Estrada para São José até alcançar o ponto final, retornando pelo mesmo itinerário até as ruas Cel. Othon e Dr. Soares Filho até finalmente atingir o ponto rodoviário da Delio Basílio Leal;
- f) Frota Necessária: 01 (um) ônibus;
- g) Vida Útil Máxima: 07 (sete) anos.



ANEXO II DECLARAÇÃO

Nome da Licitante:

Endereço:

Tendo em vista o estabelecimento no item 15, alínea a do Edital de Concorrência Pública n., cujo objeto é a permissão de serviços de transportes de passageiros por ônibus no Município de Paracambi, das linhas c-01 à c-11, declara que conhece o Regulamento do Serviço de Transportes Coletivos do Município de Paracambi, aprovado pelo decreto n. 14-79 e lei Municipal de n. 364-96 e que submeterá ao mesmo e aos atos normativos supervenientes.

Assinatura do representante legal da licitante



Estado do Rio de Janeiro
Município de Paracambi
Comissão Permanente de Licitação

PROCESSO Nº 1315 FLS. 193 ANO. 2007
Paracambi
PREFEITURA DE
GOVERNANDO COM JUSTIÇA E DIGNIDADE



ANEXO III TERMO DE CONCESSÃO

TERMO DE CONCESSÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE COLETIVO DE PASSAGEIROS, LAVRADO PELO MUNICÍPIO DE PARACAMBI, OBJETIVANDO A OPERAÇÃO DAS LINHAS CIRCULARES: N.C-01 - CENTRO- GUARAJUBA (VIA RUA DEP. ROMEU NATAL), N.C-02 - CASCATÁ - LAGES, N.C-03 - SABUGO -LAGES (VIA LOTEAMENTO NOVO), N.C-04 - JARDIM NOVA ERA - DR. EIRAS, N.C-05 - JARDIM NOVA ERA - GUARAJUBA, N.C-06 - CENTRO - BOM JARDIM, N.C-07 - CENTRO - PONTE COBERTA(VIA EDUARDO PEREIRA DIAS -CABRAL), N.C-08 - CENTRO - SAUDOSO (VIA KM09), N.C-09 JARDIM NOVA ERA - PARAISO, N.C-10 CENTRO-MULTIRÃO, N.C-11-CENTRO-SÃO JOSÉ.

Aos _____ () dias _____ do mês de _____ do ano de _____ no Gabinete do Prefeito, situado na rua _____ n._____, Centro, presentes:

1) - O município de Paracambi, doravante denominado Poder Permitente, neste ato representado pelo Prefeito.

2) - A empresa _____ inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes do Ministério da fazenda sob. o n._____, e no Cadastro Estadual se for o caso sob o n._____, estabelecida na _____, e no Cadastro da Fazenda Municipal o n._____, doravante denominada concessionária, representada neste ato pelo Sr. _____, na qualidade de sócio gerente, na forma de seu contrato social, como C/C n._____

Constitui objeto da presente concessão a operação das Linhas Circulares de Transporte Coletivo de Passageiros, fazendo a ligação entre: _____ e _____, com _____ () veículos da classe _____, com quilometragem e percurso, a saber: N.C-01 – CENTRO / GUARAJUBA (Via Deputado Romeu Natal) com 22 km, no horário de 4 hs

CLÁUSULA SEGUNDA DO OBJETO

A prestação do serviço, objeto do presente termo, reger-se-á pelas normas de caráter geral da lei Federal n. 8.666, de 21-06-93, com as suas alterações posteriores, da lei Federal n. 8.987-95, com suas alterações posteriores, da lei municipal n. 364-96, pelo Regulamento do Serviço de Transportes Coletivos do Município de Paracambi, aprovado pelo decreto n. 14-79, bem como pelos atos normativos supervenientes editados pelo Poder Permitente, observadas as prescrições editalícias e as cláusulas e condições que se seguem.

CLÁUSULA PRIMEIRA DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

emitida pelo _____, em _____, vencedora da licitação sob a modalidade de Concorrência, n. _____-07, realizada de acordo com o Processo Administrativo n. _____, cujo resultado foi publicado no _____, em _____, assinam, perante as testemunhas abaixo nomeadas, o presente Termo de concessão de Linha Transporte Convencional de Passageiros, com as seguintes cláusulas e condições.

PREFEITURA DE
Paracambi
Governando com Justiça e Dignidade



PROCESSO N.º 1215 FLS. 194 ANO: 2007

Estado do Rio de Janeiro
Município de Paracambi
Comissão Permanente de Licitação





às 23 hs e o seguinte itinerário: saída do ponto rodoviário da Rua Dêlio Basílio Leal (centro), passando por parte da Rua Dominique Level e pela rua Cel. Othon, para alcançar a Estrada RJ 127 e por ele até a rua Prefeito Helio Ferreira (km 1) e daí até a Estação Ferroviária de Lages, tomando a rua Bezerra de Menezes passando pela Pça Expedicionário Nilo Gama Flores (Pça do Miro), Trav. Bom Jardim e rua Deputado Romeu Natal (antiga rua 10) até a Escola Estadual Boa Esperança, atravessando a Estrada RJ. 127, para entrar na Rua São Jorge (Guarajuba), passando pela Rua Sta. Terezinha e Estrada Eduardo Pereira Dias até alcançar novamente, a Estrada RJ 127 e, daí, até a Rua Dr. Soares Filho, atingindo, finalmente o ponto rodoviário da Rua Dêlio Basílio Leal (centro). N.C-02 – CASCATA / LAGES com 30 km, no horário de 05:30 hs às 23:30 hs e o seguinte itinerário: saída do ponto da Rua Tenente Bernardino Bastos (nas proximidades do Hospital) no bairro Cascata, seguindo pela Rua Vicente Cicarino e pela Estrada Governador Roberto Silveira alcançando a Rua Américo Rodrigues Ferreira seguindo pela Avenida dos Operários passando por parte das Ruas Dominique Level e Cel. Othon daí à Rua Dr. Soares Filho atingindo o ponto Rodoviário da Rua Dêlio Basílio Leal retornando novamente por parte das Ruas Dominique Level e Cel. Othon alcançando a Estrada RJ 127 e daí até a Rua Pref. Hélio Ferreira passando e por esta até a Estação Ferroviária de Lages seguindo pelas Ruas Jaime Augusto Marques, Othon dos Santos, Maximiano de Carvalho, Prefeito Bento Barbosa, Plínio Alves de Moura, Trav. Bom Jardim, Rua Dep. Romeu Natal até alcançar novamente a Estrada RJ 127 e por ela retornando até as Ruas Dr. Soares Filho, Dêlio Basílio Leal, Dominique Level, Av. dos Operários, Américo Rodrigues Ferreira, Estrada Governador Roberto Silveira, Vicente Cicarino daí alcançando finalmente o ponto final da Rua Tenente Bernardino Bastos . N.C-03 – SABUGO / LAGES (Via Loteamento Novo) com 30 km, no horário de 6:00 às 23:00 hs e o seguinte itinerário: saída do ponto da Estrada da Floresta (em frente a Escola Terra de Educar), seguindo pela mesma até as Ruas Av. Presidente João Goulart, Beraldo Sacchi, Dominique Level, Cel. Othon e Dr. Soares Filho, alcançado o ponto



rodoviário da Rua Délio Basílio Leal, retornando as Ruas Dominique Level e Cel. Othon até alcançar a Estrada RJ 127e daí pela Estrada Eduardo Pereira Dias, passando pelas seguintes ruas e avenidas: rua Santa Terezinha, Av. São Jorge, Av. Ailton Senna, rua João Batista, rua do Acesso, e av. Luiz Paulo voltando novamente pela av. São Jorge até alcançar a Estrada RJ 127 e por esta até as Ruas Dep. Romeu Natal, Trav. Bom Jardim, passando pelas Ruas Plínio Alves de Moura, Prefeito Bento Barbosa, Juscelino Kubstchek, Jonas Leal, Leal de Carvalho, Maximiano de Carvalho, Othon dos Santos, Jaime Augusto Marques, Pref. Helio Ferreira alcançando novamente a Estrada RJ 127 daí pelo mesmo itinerário até o ponto da Estrada Floresta. N.C-04 – JARDIM NOVA ERA / DR. EIRAS com 28 km, no horário de 4 às 18 hs e o seguinte itinerário: saída do ponto rodoviário da rua dos Antúrios (Jardim Nova Era), passando pelas ruas dos Cravos, Pref. Moracy Franco, Rio de Janeiro, Estrada RJ 127. Ruas Dr. Nilo Peganha, Assembleia de Deus, Américo Rodrigues Ferreira, Av. dos Operários, Dominique Level, Cel. Othon, Dr. Soares Filho, Delio Basílio Leal, Dominique Level, Cel. Othon, Estrada RJ 127, e daí até a Rua Prefeito Helio Ferreira e por esta até a Estação Ferroviária de Lages, seguindo pela rua Bezerra de Menezes, Praça Expedicionário Nilo Gama Flores (Pça. do Miro), Rua Jonas Leal, Juscelino Kubstchek, Acre, Prefeito Bento Barbosa, Av. Paraíso e Estação Ferroviária Dr. Eiras, retornado pelo mesmo itinerário até o ponto rodoviário da rua dos Antúrios. N.C-05 – JARDIM NOVA ERA / GUARAJUBA com 30 km, no horário das 00:00 hs às 23:59 hs e o seguinte itinerário: saída do ponto rodoviário da rua dos Antúrios (Jardim Nova Era), passando pela rua dos Cravos, pelas ruas Pref. Moracy Franco, Rio de Janeiro, Estrada RJ 127, Ruas Dr. Nilo Peganha, Assembleia de Deus, Américo Rodrigues Ferreira, Av. dos Operários, Rua Dominique Level, Cel. Othon, Dr. Soares Filho, Delio Basílio Leal, Dominique Level, Cel. Othon, Estrada RJ 127 e daí até a Rua São Jorge (Guarajuba), passando pelas Ruas São Judas Tadeu, Gen. Uzeda, São Paulo, Sta. Terezinha, por onde retorna até a rua São Jorge até atingir a Estrada RJ 127 e aí passando pela Rua Dep. Romeu Natal, Trav. Bom Jardim, Plínio Alves de Moura, Prefeito



Bento Barbosa, Juscelino Kubstchek, Jonas Leal, Leal de Carvalho, Maximiano de Carvalho, Othon dos Santos, até a Estação Ferroviária de Lages, daí pelas Rua Prefeito Helio Ferreira até alcançar novamente a Estrada RJ 127 e por ela retornando pelo mesmo percurso até o ponto rodoviário da Rua dos Antúrios. N.C-06 – CENTRO / BOM JARDIM com 30 km, no horário das 6 às 22 hs e o seguinte itinerário: Saída do ponto rodoviário da rua Dêlio Basílio Leal, passando pelas ruas Dominique Level, Cel. Othon, alcançando a Estrada RJ 127 até a rua Prefeito Helio Ferreira (KM 01) e por esta até a Estação Ferroviária de Lages, passando pela rua Bezerra de Menezes, pela Praça Expedicionário Nilo Gama Flores (Pça. do Miro), rua Plínio Alves de Moura e daí, até a Estrada Maurício da Silva Guimarães, retornando pelo mesmo itinerário até a rua Dr. Soares Filho até, finalmente chegar ao ponto rodoviário da rua Dêlio Basílio Leal. N.C-07 – CENTRO / PONTE COBERTA (Via Estrada Eduardo Pereira Dias - Cabral) com 25 km, no horário das 6 às 21 hs e o seguinte itinerário: Saída do ponto rodoviário da Rua Dêlio Basílio Leal,

passando pelas ruas Dominique Level, Cel. Othon, alcançando a Estrada RJ 127 e, por esta a Estrada Eduardo Pereira Dias, passando pelo km 9 por onde seguirá até o bairro de Ponte Coberta, daí até a Rodovia Presidente Dutra e por ela até seu km 212, entrada de Paracambi, seguindo pela Estrada RJ 127 até alcançar a rua Dr. Soares Filho daí até o ponto rodoviário da rua Dêlio Basílio Leal. N.C-08 CENTRO- SAUDOSO (Via Km09), com 35km no horário das 06 as 21 hs. seguinte itinerário: saída do ponto rodoviário da rua Dêlio Basílio Leal, passando por parte da Rua Dominique Level, até alcançar a Av. Presidente João Goulart e a rua Beraldo Sacchi, passando pela Estrada da Floresta alcançando a Estrada Eduardo Pereira Dias até o ponto próximo a Escola M. da Floresta retornando pela mesma até a Estrada do Saudoso Seguindo até o seu ponto final, retornando pela Estrada da Floresta daí seguindo o mesmo itinerário até as ruas Cel. Othon, Dr. Soares Filho e daí, até ao ponto rodoviário da Rua Dêlio Basílio Leal. N.C-09 – JARDIM NOVA ERA – PARAISSO com 28 km no horário das 04 às 23hs. seguinte itinerário: saída do ponto rodoviário da rua dos Antúrios



(Jardim Nova Era), passando pela rua dos Cravos, pelas ruas Prefeito Moracy Franco, Rio de Janeiro, Estrada RJ 127, rua Dr. Nilo Peganha, Assembleia de Deus, Américo Rodrigues Ferreira, Av. dos Operários, ruas Dominique Leal, Cel. Othon, Dr. Soares Filho, Delio Basílio Leal, Dominique Leal, Cel. Othon, Estrada RJ 127 e daí ate a rua Prefeito Helio Ferreira e por esta até a Estação Ferroviária de Lages, seguindo pela Rua Bezerra de Menezes, Pça Expedicionário Nilo Gama Flores (Pça do Miro), Rua Jonas Leal, Juscelino Kubstchek, Acre, Prefeito Bento Barbosa, Av. Paraíso retornado pelo mesmo itinerário ate a rua dos Antúrios no (Jardim Nova Era) . N.C – 10 – CENTRO- MULTIRÃO – com 25km, no horai das 06 as 18hs. E no seguinte itinerário: saída do ponto rodoviário da rua Delio Basílio Leal (centro) passando pelas ruas Dominique Leal, Juiz Emílio Carmo e Alziro Zaru,attingindo a Estrada RJ 093 por esta até a Estrada do Barreiro, retornando pelo mesmo itinerário até ruas Cel. Othon e Dr. Soares Filho até finalmente atingir o ponto rodoviário da rua Delio Basílio Leal. N.C – 11 – CENTRO – SÃO JOSÉ (Via Cascata), com 20 km, no horário de 06 as 18hs. e o seguinte itinerário: saída do ponto rodoviário da Rua Delio Basílio Leal (centro), passando por parte da rua Dominique Leal, Av. dos Operários, Américo Rodrigues Ferreira, Estrada Governador Roberto Silveira e Estrada para São José até alcançar o ponto final, retornando pelo mesmo itinerário até as ruas Cel. Othon e Dr. Soares Filho até finalmente atingir o ponto rodoviário da Delio Basílio Leal.

CLÁUSULA TERCEIRA DO VALOR DA TARIFA

Os serviços ora permitidos serão remunerados pelas seguintes tarifas:

N.C -01 – Centro/Guarajuba (Via Rua 10)

= R\$ 1,60 (um real e quarenta centavos);

N.C – 02 - Cascata/Lages (Via Hospital Municipal)



N.C – 03 - Sabugo/Lages(Via Loteamento Novo)
= R\$ 1,60 (um real e quarenta centavos);

N.C – 04 – Jardim Nova Era/Dr. Eiras
= R\$ 1,60 (um real e quarenta centavos);

N.C – 05 – Jardim Nova Era/Guarajuba
= R\$ 1,60 (um real e quarenta centavos);

N.C – 06 - Centro/Bom Jardim
= R\$ 1,60 (um real e quarenta centavos);

N.C – 07 – Centro/Ponte Coberta(Via Estrada Eduardo Pereira Dias-Cabral)
= R\$ 1,60 (um real e quarenta centavos);

N.C – 08 – Centro/Saudoso (Via Km09)
= R\$ 1,60 (um real e quarenta centavos);

N.C – 09 – Jardim Nova Era/Paraiso
= R\$ 1,60 (um real e quarenta centavos);

N.C – 10 – Centro/Mutirão
= R\$ 1,60 (um real e quarenta centavos);

N.C – 11 – Centro/São José
= R\$ 1,60 (um real e quarenta centavos);

=R\$ 1,60 (um real e quarenta centavos);

CLÁUSULA QUARTA

DO REAJUSTE TARIFARIO.

A tarifa será reajustada anualmente de acordo com a variação anual do IPCA.

CLÁUSULA QUINTA DAS OBRIGAÇÕES DA CONCESSIONÁRIA

Pelo presente Termo, a "Concessionária" obriga-se principalmente a:



- I – dar início a execução dos serviços no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da data da apresentação da frota;
- II – prestar serviço adequado, na forma prevista neste Termo e nas normas regulamentares ou técnicas aplicáveis;
- III – manter em dia o inventário e o registro dos bens utilizados na prestação do serviço;
- IV – prestar contas da gestão do serviço à Secretaria Municipal de Fazenda nos termos da lei nº 364/96, fazendo-o através da Secretaria de Trânsito e Transportes;
- V – cumprir e fazer cumprir as normas do serviço e cláusulas desta concessão;
- VI – permitir aos encarregados da fiscalização livre acesso, em qualquer época, aos equipamentos e as instalações integrantes do serviço, bem como seus registros contábeis;
- VII – submeter o veículo a vistoria periódica conforme a legislação em vigor;
- VIII – manter, durante o prazo em vigência do presente Termo, qualificação compatível com o exercício da prestação do serviço;
- IX – observar as normas relativas às características dos veículos;
- X – efetuar a substituição dos veículos quando atingirem o tempo limite de vida útil, conforme determinado pelo regulamento.
- XI – comunicar ao Departamento de Transportes a ocorrência de perda, acidente, roubo ou furto do veículo cadastrado;
- XII – providenciar a apresentação de novo veículo nos casos da alínea anterior, no prazo Máximo de 90 (noventa) dias contados da ocorrência do fato;
- XIII – cobrar o preço da passagem de acordo com o valor fixado ou o posteriormente determinado pelo Poder Concedente;
- XIV – manter seguro de responsabilidade civil com cobertura de R\$ 400.000,00 quatrocentos mil reais) por evento, cobrindo todos os passageiros transportados com despesas médicas, hospitalares, morte e invalidez.
- XV – manter seguro para terceiros cobrindo danos materiais e pessoais com cobertura de R\$100.000,00 (cem mil reais) por evento.
- XVI – em eventos comemorativos da cidade a empresa se comprometerá a disponibilizar ônibus extras para o deslocamento da população durante a



realização do evento, conforme horários estipulados pela Secretaria de Transito e Transporte.

XVII – cuidar dar para que a frota e a garagem atendam aos requisitos básicos de conservação do meio ambiente, como: separador de óleo e emissão de CO₂.
XVIII – estar com sistema de validadores de passagens eletrônicas (Rio Card.) funcionando.

XIX – todos os veículos da frota deveram estar emplacados no município.

§ 1º - Qualquer alteração societária da empresa **Concessionária** será regida pelas disposições de direito provado e pela legislação trabalhista, não se estabelecendo qualquer relação entre os terceiros contratados e o outorgante.

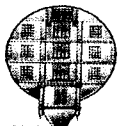
§ 2º - Fica obrigado a permissonária a instalar no prazo Máximo de 01 (um) ano, garagem com capacidade para frota existente dentro do Município, bem como, emplacar todos os veículos na cidade de Paracambi.

CLAUSULA SEXTA

DOS ENCARGOS DO PODER CONCEDENTE

Pelo presente termo, O **Poder Concedente** obriga-se a:

- I – fiscalizar, permanentemente, a prestação do serviço delegado;
- II – aplicar as penalidades regulamentares e as previstas no presente Termo;
- III – extinguir a concessão nos casos previstos neste Termo e Regulamento do Serviço;
- IV – proceder a revisão das tarifas e autorizar seu reajustamento, nos termos da legislação pertinente;
- V – fazer cumprir as disposições regulamentares do serviço e as cláusulas do Termo de Concessão;
- VI – Zelar pela boa qualidade do serviço e receber, apurar e solucionar queixas e reclamações dos usuários;



VII – estimular o aumento da qualidade e da produtividade, e preservação do meio ambiente e a conservação dos bens e equipamentos utilizados no serviço.

§ 1º - Incorre em pena de caducidade a **Concessionária** que descumprir cláusulas do Termo de Permissão, disposições legais ou regulamentares concernentes a prestação do serviço, a saber:

§ 2º - Em face do estabelecido no § 2º, do art. 71 da lei nº. 8.666/93 deverá apresentar a **Concessionária**, sempre que solicitado, a comprovação de quitação dos encargos previdenciários da mão-de-obra alocada à execução dos serviços permitidos.

§ 3º - A fiscalização do serviço será feita por intermédio do Departamento de Transportes, podendo ser utilizados meios eletrônicos ou outras tecnologias no auxílio ao seu desempenho.

CLÁUSULA SÉTIMA DA EXTINÇÃO DA CONCESSÃO

Extingue-se a concessão por:

I – advento do termo de delegação;

II – caducidade;

III – desistência da exploração do serviço, parcial ou totalmente, mediante notificação escrita ao Poder Permitente, obrigando-se a concessionária a cumprir integralmente as cláusulas da Concessão pelo período de 6 (seis) meses, após a referida notificação. A desistência manifestada antes do decurso do prazo da concessão mencionado na Cláusula Décima – Segunda implicará na imposição de multa de 20% (vinte por cento) do valor do contrato;

IV – anulação;



V – falência.

§ 1º - incorre em pena de caducidade a Concessionária que descumprir cláusulas do Termo de Permissão, disposições legais ou regulamentares concernentes a prestação do serviço, a saber:

- I – paralisar o serviço por mais de 10 (dez) dias consecutivos, ressalvadas as hipóteses decorrentes de caso fortuito ou força maior;
- II – executar menos da metade do número das frequências mínimas durante o período de 90 dias (noventa) dias consecutivos, salvo por motivo de força maior, devidamente comprovado;
- III – não cumprir, aos a terceira advertência, observados os prazos legais, as penalidades impostas por infrações;
- IV - apresentar elevado índice de acidentes graves, aos quais a Concessionária ou seus prepostos hajam dado causa, apurada a responsabilidade mediante o devido processo legal;
- V – nos casos previstos como de “cassação” constantes de leis ou de

regulamento do Serviço e demais normas pertinentes.

§ 2º - A declaração de caducidade deverá ser precedida da verificação da inadimplência da Concessionária em processo administrativo, assegurado o direito de ampla defesa.

§ 3º - Não será extinta a Concessão antes de comunicada a Concessionária os descumprimentos referidos no § 1º desta cláusula, dando-se-lhe um prazo de 15 (quinze) dias para corrigir as falhas e transgressões que lhe forem imputados, observado o disposto no inciso II do § 1º.

§ 4º - Comprovada a inadimplência, a caducidade será declarada por ato

do Prefeito Municipal.





§ 5º - Declarada a caducidade não resultará para o Permitente qualquer espécie de responsabilidade em relação aos encargos, ônus, obrigações ou compromissos com terceiros ou com empregados da Concessionária.

§ 6º - A declaração de caducidade impedirá a Concessionária de, durante o prazo de 6(seis) a 24(vinte quatro) meses, a ser fixado em cada caso, habilitar-se a nova outorga.

CLÁUSULA OITAVA DA RESPONSABILIDADE DA CONCESSIONÁRIA

A infração às determinações contidas neste Termo e na legislação que a disciplina, sujeitará a Concessionária, às seguintes penalidades:

- I – multa;
- II – lacre;
- III – suspensão da permissão para execução do serviço;
- IV – caducidade da Concessão;
- V – suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 02(dois) anos;
- VI – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

§ 1º - As sanções previstas nos incisos III e IV poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso I.

§ 2º - As sanções estabelecidas nos incisos III, IV, V e VI, desta cláusula são de competência exclusiva do Secretário Municipal de Fazenda, facultada a defesa da interessada no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da





ANEXO IV
PROJETO BÁSICO

I - OBJETO:

Operação das linhas Circulares de Transporte Coletivo por Ônibus que farão as seguintes ligações: N.C - 01 Centro-Guarajuba (Via rua Dep. Romeu Natal); N.C -02 Cascata - Lages; N.C - 03 Sabugo - Lages (Via Loteamento Novo); N.C -04 Jardim Nova Era- Dr. Eiras; N.C - 05 Jardim Nova Era- Guarajuba; N.C - 06 Centro-Bom Jardim; N.C - 07 Centro-Ponte Coberta (Via Estrada Eduardo Pereira Dias-Cabral); N.C - 08 Centro- Saudoso, (via Km09), N.C- 09 Jardim Nova Era- Paraiso; N.C - 10 Centro-Multirão; N.C - 11 Centro - São José.

II - ESPECIFICAÇÕES:

II.1 - QUILOMETRAGEM TOTAL DE CADA UMA DAS LINHAS CIRCULARES:

N.C - 01 Centro-Guarajuba (Via rua Dep. Romeu Natal);
22 km

N.C - 02 Cascata - Lages;

30km

N.C - 03 Sabugo - Lages (Via Loteamento Novo);

32 km

N.C - 04 Jardim Nova Era- Dr. Eiras;

28 km

N.C - 05 Jardim Nova Era- Guarajuba;

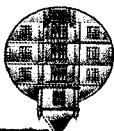
30 km

N.C - 06 Centro-Bom Jardim;

25km

N.C - 07 Centro-Ponte Coberta (Via Estrada Eduardo Pereira Dias - Cabral);





30 km
N.C – 08 Centro- Saudoso (Via Km09);
35 km
N.C – 09 Jardim Nova Era-Paraiso;
28 km
N.C - 10 Centro – Mutirão;
25km
N.C – 11 Centro – São José
20 km

II.2 – VEÍCULO A SER UTILIZADO:

O veículo a ser utilizado é o ônibus do Tipo Urbano.

II.3 – FROTA DETERMINADA:

A frota determinada para operação das linhas é de 13 (treze) ônibus:
N.C – 01 Centro-Guarajuba (Via rua Dep. Romeu Natal);
01
N.C - 02 Cascata – Lages;
01
N.C – 03 Sabugo - Lages;
01
N.C -04 Jardim Nova Era- Dr. Eiras;
01
N.C – 05 Jardim Nova Era- Guarajuba;
02
N.C – 06 Centro-Bom Jardim;
01
N.C – 07 Centro-Ponte Coberta (Via Estrada Eduardo Pereira Dias-Cabral);
01
N.C – 08 Centro- Saudoso (Via Km09)

42



01

N.C – 09 Jardim Nova Era-Paraiso;

02

N.C – 10 Centro-Mutirão;

01

N.C – 11 Centro - São José;

01

II – 4 – ITINERÁRIO DE CADA LINHA CIRCULAR:

II. 4.1 – N.C-01 – CENTRO/GUARAJUBA (via Rua Dep. Romeu Natal)- saída do ponto rodoviário da Rua Délio Basílio Leal (centro), passando por parte da Rua Dominique Level e pela rua Cel. Othon, para alcançar a Estrada RJ 127 e por ele até a rua Prefeito Helio Ferreira (km 1) e daí até a Estação Ferroviária de Lages, tomando a rua Bezerra de Menezes passando pela Pça Expedicionário Nilo Gama Flores(Pça do Miro), Trav. Bom Jardim e rua Deputado Romeu Natal (antiga rua 10) até a Escola Estadual Boa Esperança, atravessando a Estrada RJ. 127, para entrar na Rua São Jorge (Guarajuba), passando pela Rua Sta. Terezinha e Estrada Eduardo Pereira Dias até alcançar novamente, a Estrada RJ 127 e, daí, até a Rua Dr. Soares Filho, atingindo, finalmente o ponto rodoviário da Rua Délio Basílio Leal (centro).

II.4.2 – N.C-02 - CASCATA/LAGES - saída do ponto da Rua Tenente Bernardino Bastos (nas proximidades do Hospital) no bairro Cascata, seguindo pela Rua Vicente Cicarino e pela Estrada Governador Roberto Silveira alcançando a Rua Américo Rodrigues Ferreira seguindo pela Avenida dos Operários passando por parte das Ruas Dominique Level e Cel. Othon daí à Rua Dr. Soares Filho atingindo o ponto Rodoviário da Rua Délio Basílio Leal retornando novamente por parte das Ruas Dominique Level e Cel. Othon alcançando a Estrada RJ 127 e daí até a Rua Pref. Hélio Ferreira passando e por esta até a Estação Ferroviária de Lages seguindo pelas Ruas Jaime Augusto Marques, Othon dos Santos, Maximiano de Carvalho, Prefeito Bento





Barbosa, Plínio Alves de Moura, Trav. Bom Jardim, Rua Dep. Romeu Natal até alcançar novamente a Estrada RJ 127 e por ela retornando até as Ruas Dr. Soares Filho, Délio Basílio Leal, Dominique Leal, Av. dos Operários, Américo Rodrigues Ferreira, Estrada Governador Roberto Silveira, Vicente Cicarino dal alcançando finalmente o ponto da Rua Tenente Bernardino Bastos .

II.4.3 – N.C-03 – SABUGO/LAGES (Via Loteamento Novo) - saída do ponto da Estrada da Floresta (em frente a Escola Terra de Educar), seguindo pela mesma até as Ruas Av. Presidente João Goulart, Beraldo Sacchi, Dominique Leal, Cel. Othon e Dr. Soares Filho, alcançado o ponto rodoviário da Rua Délio Basílio Leal, retornando as Ruas Dominique Leal e Cel. Othon até alcançar a Estrada RJ 127e daí pela Estrada Eduardo Pereira Dias, passando pelas seguintes ruas e avenidas:rua Santa Terezinha, Av. são Jorge, Av. Ailton Senna, rua João Batista, rua do Acesso, e av. Luiz Paulo voltando novamente pela av. são Jorge até alcançar a Estrada RJ 127 e por esta até as Ruas Dep. Romeu Natal, Trav. Bom Jardim, passando pelas Ruas Plínio Alves de Moura,Prefeito Bento Barbosa, Juscelino Kubstchek, Jonas Leal, Leal de Carvalho, Maximiano de Carvalho, Othon dos Santos, Jaime Augusto Marques, Pref. Helio Ferreira alcançando novamente a Estrada RJ 127 dal pelo mesmo itinerário até o ponto da Estrada Floresta.

II.4.4 – N.C-04 – JARDIM NOVA ERA/DR. EIRAS - saída do ponto rodoviário da Rua dos Antúrios (Jardim Nova Era), passando pelas ruas dos Cravos,Pref. Moracy Franco, Rio de Janeiro, Estrada RJ 127. Ruas Dr. Nilo Peganha, Assembleia de Deus, Américo Rodrigues Ferreira, Av. dos Operários, Dominique Leal, Cel. Othon, Dr. Soares Filho, Ministro Sebastião de Lacerda, Dominique Leal, Cel. Othon, Estrada RJ 127, e daí até a Rua Prefeito Hélio Ferreira e por esta até a Estação Ferroviária de Lages, seguindo pela rua Bezerra de Menezes, Praça Expedicionário Nilo Gama Flores (Pça. do Miro), Rua Jonas Leal, Juscelino Kubstchek, Acre, Prefeito Bento Barbosa, Av. Paraíso e Estação Ferroviária Dr. Eiras, retornando pelo mesmo itinerário até o ponto rodoviário da rua dos Antúrios.



abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após o decurso do prazo consignado.

§ 3º - As sanções estabelecidas pelos incisos I e II desta cláusula são de competência da Secretaria de Transportes.

§ 4º - Nos casos de aplicação conjunta das sanções previstas aos incisos I, II, III e IV desta cláusula a competência para sua aplicação se desloca para o Secretário de Fazenda.

CLÁUSULA NONA DOS RECURSOS

Dos atos da Administração caberão os seguintes recursos:

I - a impugnação contra aplicação das penalidades previstas nos incisos I e II da cláusula nona será endereçada e decidida pela Secretaria de Trânsito e Transportes;

II - a impugnação contra a aplicação das demais penalidades será endereçada e decidida pelo Secretário Municipal de Fazenda;

III - contra a decisão proferida pela autoridade mencionada no inciso I caberá recurso a ser apreciado pela Secretaria Municipal de Fazenda;

IV - contra a decisão proferida pela autoridade referida no inciso II caberá recurso a ser examinado pelo Prefeito Municipal.

§ 1º - O prazo das impugnações previstas nos incisos I e II desta cláusula será de 10m (dez) dias, contados, a partir da ciência inequívoca do fato;

§ 2º - O prazo para a interposição dos recursos previstos nos incisos III e IV destas cláusulas, será 15 (quinze) dias contados da ciência inequívoca da decisão recorrida.



**CLÁUSULA DÉCIMA
DO PRAZO**

A presente Concessão de Serviço é outorgada pelo prazo de 10 (dez) anos, podendo ser prorrogado por igual período.

**CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA
DO FORO**

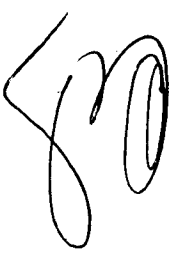
Fica eleito o Foro da Comarca do Município de Paracambi, para a solução judicial das demandas relativas ao presente Contrato de Adesão, não resolvidas amigavelmente, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

**CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA
DA PUBLICAÇÃO**

A Secretaria Municipal de Governo fará publicar, às expensas da Concessionária, o extrato deste instrumento, no prazo de 20 (vinte) dias contados da sua assinatura.

E, por estarem definidos as regras básicas da Concessão ora outorgada, às quais adere a Concessionária firmam o presente em 05(cinco) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Paracambi, de 2007.





Pelo Poder Permitente

PREFEITO MUNICIPAL

PELA CONCESSIONÁRIA

TESTEMUNHAS:

40



II. 4.5 – N.C-05 – JARDIM NOVA ERA/GUARAJUBA - saída do ponto rodoviário da Rua dos Antúrios (Jardim Nova Era), passando pela rua dos Cravos, pelas ruas Pref. Moracy Franco, Rio de Janeiro, Estrada RJ 127, Ruas Dr. Nilo Peganha, Assembleia de Deus, Américo Rodrigues Ferreira, Av. dos Operários, Rua Dominique Leves, Cel.Othon, Dr.Soaes Filho, Delio Basilio Leal, Dominique Leal, Cel. Othon, Estrada RJ 127 e daí até a Rua São Jorge (Guarajuba), passando pelas Ruas São Judas Tadeu, Gen. Uzeda, São Paulo, Sta. Terezinha, por onde retorna até a rua São Jorge ate atingir a Estrada RJ 127 e aí passando pela Rua Dep. Romeno Natal, Trav. Bom Jardim, Plinio Alves de Moura, Prefeito Bento Barbosa, Juscelino Kubstchek, Jonas Leal, Leal de Carvalho, Maximiano de carvalho, Othon dos Santos, até a Estação Ferroviária de Lages, daí pelas Rua Prefeito Helio Ferreira até alcançar novamente a Estrada RJ 127 e por ela retornando pelo mesmo percurso até o ponto rodoviário da Rua dos Antúrios.

II.4.6 – N.C-06 - CENTRO/BOM JARDIM - Saída do ponto rodoviário da rua Delio Basilio Leal, passando pelas ruas Dominique Leal, Cel. Othon, alcançando a Estrada RJ 127 até a rua Prefeito Hélio Ferreira (KM 01) e por esta até a Estação Ferroviária de Lages, passando pela rua Bezerra de Menezes, pela Praça Expedicionário Nilo Gama Flores (Pça. do Miro), rua Plinio Alves de Moura e daí, até a Estrada do Bom Jardim, retornando pelo mesmo itinerário até a rua Dr. Soares Filho até, finalmente chegar ao ponto rodoviário da rua Delio Basilio Leal.

II.4.7 – N.C-07 – CENTRO/PONTE COBERTA (Via Estrada Eduardo Pereira Dias - Cabral) Saída do ponto rodoviário da Rua Delio Basilio Leal, passando pelas ruas Dominique Leal, Cel. Othon, alcançando a Estrada RJ 127 e, por esta a Estrada Eduardo Pereira Dias, passando pelo km 9 por onde seguirá até o bairro de Ponte Coberta, daí até a Rodovia Presidente Dutra e por ela até seu km 212, entrada de Paracambi, seguindo pela Estrada RJ 127 até



Estado do Rio de Janeiro
Município de Paracambi
Comissão Permanente de Licitação



PREFEITURA DE
Paracambi
Governo com Justiça e Dignidade

alcançar a rua Dr. Soares Filho daí até o ponto rodoviário da rua Delio Basílio

Leal.

II.4.8 – N.C-08 – CENTRO – Saudoso (Via Km09) - saída do ponto rodoviário da rua Delio Basílio Leal, passando por parte da Rua Dominique Level, até alcançar a Av. Presidente João Goulart e a rua Beraldo Sacchi, passando pela Estrada da Floresta alcançando a Estrada Eduardo Pereira Dias até o ponto próximo a Escola M. da Floresta retornando pela mesma até a Estrada do Saudoso Seguindo até o seu ponto final, retornando pela Estrada da Floresta daí seguindo o mesmo itinerário até as ruas Cel. Othon, Dr. Soares Filho e daí, até ao ponto rodoviário da Rua Delio Basílio Leal.

II.4.9 – N.C-09 — JARDIM NOVA ERA/PARAÍSO - saída do ponto rodoviário da rua dos Antúrios (Jardim Nova Era), passando pela rua dos Cravos, pelas ruas Prefeito Moracy Franco, Rio de Janeiro, Estrada RJ 127, rua Dr. Nilo Peganha, Assembleia de Deus, Américo Rodrigues Ferreira, Av. dos Operários, ruas Dominique Level, Cel. Othon, Dr. Soares Filho, Delio Basílio Leal, Dominique Level, Cel. Othon, Estrada RJ 127 e daí até a rua Prefeito Helio Ferreira e por esta até a Estação Ferroviária de Lages, seguindo pela Rua Bezerra de Menezes, Pça Expedicionário Nilo Gama Flores (Pça do Miro), Rua Jonas Leal, Juscelino Kubstchek, Acre, Prefeito Bento Barbosa, Av. Paraíso retornando pelo mesmo itinerário ate a rua dos Antúrios no (Jardim Nova Era) .

II.4.10 – N.C – 10 CENTRO/MULTIRÃO - saída do ponto rodoviário da rua Delio Basílio Leal (centro) passando pelas ruas Dominique Level, Juiz Emilio Carmo e Alziro Zaru, atingindo a Estrada RJ 093 por esta até a Estrada do Barreiro, retornando pelo mesmo itinerário até ruas Cel. Othon e Dr. Soares Filho até finalmente atingir o ponto rodoviário da rua Delio Basílio Leal.

II.4.11 – N.C-11- CENTRO/SÃO JOSÉ (Via Cascata) - saída do ponto rodoviário da Rua Delio Basílio Leal (centro), passando por parte da rua



Estado do Rio de Janeiro
Município de Paracambi
Comissão Permanente de Licitação



PREFEITURA DE
Paracambi
Governando com Justiça e Dignidade

PROCESSO N.º 3713 FLS. 214 ANO: 2007

Dominique Level, Av. dos Operários, Américo Rodrigues Ferreira, Estrada Governador Roberto Silveira e Estrada para São José até alcançar o ponto final, retornando pelo mesmo itinerário até as ruas Cel. Othon e Dr. Soares Filho até finalmente atingir o ponto rodoviário da Delio Basílio Leal.

III – TARIFA DE CADA LINHA CIRCULAR:

III.1 – N.C-01 - Centro/Guarajuba (via rua 10)
= R\$ 1,60 (um real e quarenta centavos).
III.2 – N.C-02 - Cascata/Lages.
= R\$ 1,60 (um real e quarenta centavos).
III.3 – N.C-03 – Sabugo/Lages(Via Loteamento Novo).
= R\$ 1,60 (um real e quarenta centavos).

III.4 – N.C-04 – Jardim Nova Era/Dr. Eiras
= R\$ 1,60 (um real e quarenta centavos).

III.5 – N.C-05 – Jardim Nova Era/Guarajuba.
= R\$ 1,60 (um real e quarenta centavos).
III.6 – N.C-06 – Centro/Bom Jardim.
= R\$ 1,60 (um real e quarenta centavos).

III.7 – N.C-07 – Centro/Ponte Coberta (Via Estrada Eduardo Pereira Dias-
= R\$ 1,60 (um real e quarenta centavos).

Cabral).

= R\$ 1,60 (um real e quarenta centavos).
III.8 – N.C-08 – Centro/Saudoso (Via Km09).
= R\$ 1,60 (um real e quarenta centavos).

III.9 – N.C-09 - Jardim Nova Era/Paraiso
= R\$ 1,60 (um real e quarenta centavos).
III.10 – N.C-10 – Centro/Mutirão
= R\$ 1,60 (um real e quarenta centavos).

= R\$ 1,60 (um real e quarenta centavos).
III.11 – N.C-11 - Centro/São José
= R\$ 1,60 (um real e quarenta centavos).

IV – REAJUSTE E REVISÃO DE TARIFA:



Os reajustes de tarifas são determinados pelo poder concedente, tendo por base a variação anual do IPCA.

V - CARACTERÍSTICAS OPERACIONAIS:

V.1 - O serviço será prestado de acordo com a legislação em vigor, estando sujeito a alterações técnicas por parte do Município de Paracambi.

V.2 - Deverá ser apresentada uma garagem de pelo menos 3.300 m², para guarda e manutenção da frota envolvida na operação.

V.3 - A idade da frota será no máximo, 07 (sete) anos a partir da nota fiscal respectiva, em se tratando de veículo zero quilometro, ou com recibo de transferência de propriedade emitido pelo Departamento de Trânsito, onde se encontrar licenciado o veículo, no caso de aquisição de veículo usado.

VI - RECUPERAÇÃO DO INVESTIMENTO:

O tempo de ciclo do investimento será considerado igual a vida útil do veículo, que é 07 (sete) anos.

O investimento será considerado recuperado quando todos os custos da planilha, à exceção da Remuneração do Capital, forem ressarcidos.

O item Remuneração do Capital representa 6,42% do total. Acrescente-se a esta remuneração o COFINS, que equivale a 3% desse item.

MEMÓRIA DE CÁLCULO POR LINHA CIRCULAR:

Não será apresentada a memória de cálculo por Linha Circular.



Justificativa da não apresentação

Justifica-se a não apresentação da memória de cálculo por Linha Circular, tendo em vista que as Linhas Circulares de Transporte Coletivo estão atualmente sendo operadas em caráter emergencial pela empresa Normandy do Triângulo S/A, portanto o Município de Paracambi não possui dados suficientes para apresentar memória de cálculo por Linha Circular.

Para que os licitantes não venham alegar ignorância, bem como, impugnar o presente edital, o Município anexa cópia reprográfica da planilha de custo de março de 2007, apresentada pela empresa Normandy do Triângulo Ltda., bem como, os dados operacionais e frota, que passam a fazer parte integral deste edital.

Observa-se ainda, que as Linhas Circulares não vêm sendo operadas nos horários e itinerários estabelecidos pela Legislação Municipal, fato que impede a apresentação da memória de cálculo, que ora se justifica.

VII - MULTAS:

As previstas no Regulamento do Serviço de Transportes Coletivos do Município de Paracambi, aprovado pelo decreto nº14/79 e na legislação superveniente, bem assim as previstas no Tempo de Permissão constantes do Anexo III do Edital de Licitação.



PROCESSO N.º 1115 FLS. 217 ANO: 2007

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARACAMBI

LICITACAO

[ANTONIA]

RECIBO DE RETIRADA DE EDITAL

LICITACAO N-00000107

FOLHA: 00001

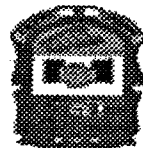
EMISSÃO:

04/12/20

HORA:

15:29:42

Prefeitura Municipal de Paracambi
Rua José Antônio Carlos, 52 - Centro - Paracambi
CEP: 29.600-000



Nome do Fornecedor.: VIACAO NORMANDY DO TRIANGULO LTDA

Endereço.....: RUA BARREIROS,N:21

CEP.....: 21031-50

CGC.....: 33633926000173

Fone.....: 2132891000

Insc Estadual.....:

A PREFEITURA MUNICIPAL DE PARACAMBI
Acusamos o recebimento do Edital do Processo Licitatório No 000001/07

Data do Recebimento...: 04 / 12 / 2007.

André Luiz dos Santos

Assinatura do Responsável

CARIMBO DA FIRMA COM CGC

33.633.926/0001-73

VIACAO NORMANDY DO

TRIANGULO LTDA

RUA BARREIROS, 21

RAMOS - CEP 21031-750

RIO DE JANEIRO - RJ

MUNICIPALIDADES

Diário Oficial
do Estado do Rio de Janeiro

D.O.

Município de Itaiva

PREFEITURA MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAIVA

AVISO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº 10/2007

PROCESSO Nº 08/00551/2007

OBJETO: Contratação de firma especializada para execução de serviços de manutenção e reparos na rede de iluminação pública do Município no período de Janeiro a Dezembro de 2008, no total de 1.478 lâmpadas, conforme levantamento e planilha orçamentária.
DATA/HORA: 28/12/2007 às 08h30 na Sede da Prefeitura Municipal. O Edital poderá ser obtido, no Setor de Licitação e Contratos na Sede da Prefeitura na Rodovia BR 356 - KM 77 - Bairro Boa Vista -

Município de Paracambi

PREFEITURA MUNICIPAL

Itaiva/RJ, mediante o fornecimento de 01 (uma) resma de papel ofício 2 contendo 500 folhas. Informações pelo Tel. (22) 2783-5004.
ROSALIA MARIA GONÇALVES SILVA SALLES
PRESIDENTE DA CPL
Id: 389501. A faturar por empenho

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARACAMBI
CNPJ Nº 29.138.284/0001-02
AVISO DE LICITAÇÃO-EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 001-2007
PMP OBJETO: Concessão para Prestação de Serviço de Transporte Municipal de Passageiros por ônibus nas Linhas Circulares da Cidade de Paracambi. MODALIDADE: Concorrência, TIPO: Melhor Técnica. DATA: Adida para o dia 17 de dezembro de 2007, HORA: 14:00 ho-

Município de São Gonçalo

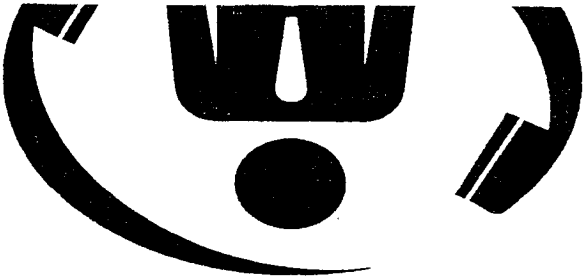
PREFEITURA MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO

Concorrência Pública nº 006/07
Processo nº 40198/06
Em face da mudança de exercício financeiro e necessidade de várias modificações no projeto constante do processo em epígrafe, fica a CP nº 006/2006, REVOGADA.
Marcos Antônio da Rocha Vieira
Presidente da Comissão Permanente de Licitação
Id: 80228. Valor: R\$ 195,05



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO



COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO **DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO** **DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO** **DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO**

Nº 20/2007
 LICITAÇÃO
 DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO
 Nº 20/2007
 LICITAÇÃO
 DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO

Nº 18/2007
 LICITAÇÃO
 DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO
 Nº 18/2007
 LICITAÇÃO
 DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO

Nº 08/2007
 LICITAÇÃO
 DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO
 Nº 08/2007
 LICITAÇÃO
 DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO


Embora tenha a seu favor o ar-
 rede de distribuição.
 rar as distribuidoras por utilizar a
 um encargo criado para remunera-
 elétrica (PCH). Essa tarifa é
 biomassa e pequenas centrais hí-
 nativas de energia – eólica, solar,
 rem por comprar de fontes alter-
 os consumidores livres que opta-
 até 50% na cobrança da TUSD para
 Trata-se de um desconto de
 médias industriais).
 vos (residenciais, comerciais e
 milhões aos consumidores cati-
 que, neste ano, custará R\$ 240
 rubar, restringir uma subvenção
 as empresas que nem, se não der-
 sistema de distribuição (TUSD),
 de cobrança da tarifa de uso do
 to de lei que aprofunda as regras
 meio de uma emenda a um proje-
 xo de caixa das companhias. Por
 e que, indiretamente, afeta o flu-
 energia puxado para cima pela co-
 energia internacional do petróleo,
 os projetos de energia alternativa

Associação Brasileira das Lis-
 tribuidoras de Energia Elétrica
 (Abradee), Fernando Cezar Maia
 argumenta que, com o prego da
 energia puxado para cima pela co-
 energia internacional do petróleo,
 to de lei que aprofunda as regras
 meio de uma emenda a um proje-
 xo de caixa das companhias. Por
 e que, indiretamente, afeta o flu-
 energia puxado para cima pela co-
 energia internacional do petróleo,
 os projetos de energia alternativa


Benefício da **desconto de 50% no** **uso do fio para quem** **optar por energia de** **fontes alternativas**

De autoria do deputado fede-
 ral Eduardo Gomes (PSDB-TO),
 o projeto de lei foi elaborado com
 objetivo de estender o desconto
 da TUSD para os auto-produtores
 de energia. Por meio de uma
 emenda ao projeto, que encon-


de TV anos. Além disso, também
 pretende limitar o benefício a usu-
 nas que sejam construídas até
 2010.
 – Além de evitar que a TUSD
 torne-se mais um encargo bilio-
 nário como a CCC (Conta de Con-
 sumo de Combustíveis), que ar-
 recada hoje R\$ 2 bilhões por ano,
 as emendas também têm o méri-
 to de estimular o fim da especula-
 ção com os direitos de construção
 de PCHs, por exemplo – justifica
 Maia.
 – Esse encargo não nos gera
 um prejuízo econômico direto,
 mas ateta nosso fluxo de caixa –
 afirma Maia. – Além disso, cria
 problemas na nossa relação com
 os demais consumidores, ao one-
 rar demasiadamente suas contas.
 Quanto mais caras ficam, maior a
 probabilidade de problemas com
 inadimplência e furto de energia.




Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Nova Friburgo
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2007
COLETIVO, SELEÇÃO DE PESSOAS JURÍDICAS, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE TRANSPORTE
PROCESSO Nº: 16633/2007
LOCAL PARA RECEBIMENTO DO EDITAL: AV. ALBERTO BRUNO, Nº 266, CENTRO, NOVA FRIBURGO-RJ, SALA DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES, DE 2ª A 6ª FÉRIA, DAS 17:30 HORAS, ÀS 17:30 HORAS, OU PELA INTERNET, ENDEREÇO: WWW.PMNF.RJ.GOV.BR OU 0800 222 255-9174.
Edital aprovado pelo Egr. Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro.
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
Rodolfo Albuquerque
Presidente




Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Nova Friburgo
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2007
COLETIVO, SELEÇÃO DE PESSOAS JURÍDICAS, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE TRANSPORTE
PROCESSO Nº: 16633/2007
LOCAL PARA RECEBIMENTO DO EDITAL: AV. ALBERTO BRUNO, Nº 266, CENTRO, NOVA FRIBURGO-RJ, SALA DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES, DE 2ª A 6ª FÉRIA, DAS 17:30 HORAS, ÀS 17:30 HORAS, OU PELA INTERNET, ENDEREÇO: WWW.PMNF.RJ.GOV.BR OU 0800 222 255-9174.
Edital aprovado pelo Egr. Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro.
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
Rodolfo Albuquerque
Presidente




Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Nova Friburgo
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2007
COLETIVO, SELEÇÃO DE PESSOAS JURÍDICAS, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE TRANSPORTE
PROCESSO Nº: 16633/2007
LOCAL PARA RECEBIMENTO DO EDITAL: AV. ALBERTO BRUNO, Nº 266, CENTRO, NOVA FRIBURGO-RJ, SALA DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES, DE 2ª A 6ª FÉRIA, DAS 17:30 HORAS, ÀS 17:30 HORAS, OU PELA INTERNET, ENDEREÇO: WWW.PMNF.RJ.GOV.BR OU 0800 222 255-9174.
Edital aprovado pelo Egr. Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro.
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
Rodolfo Albuquerque
Presidente




Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Nova Friburgo
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2007
COLETIVO, SELEÇÃO DE PESSOAS JURÍDICAS, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE TRANSPORTE
PROCESSO Nº: 16633/2007
LOCAL PARA RECEBIMENTO DO EDITAL: AV. ALBERTO BRUNO, Nº 266, CENTRO, NOVA FRIBURGO-RJ, SALA DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES, DE 2ª A 6ª FÉRIA, DAS 17:30 HORAS, ÀS 17:30 HORAS, OU PELA INTERNET, ENDEREÇO: WWW.PMNF.RJ.GOV.BR OU 0800 222 255-9174.
Edital aprovado pelo Egr. Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro.
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
Rodolfo Albuquerque
Presidente




Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Nova Friburgo
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA PÚBLICA
PROCESSO Nº: 16633/2007
LOCAL PARA RECEBIMENTO DO EDITAL: AV. ALBERTO BRUNO, Nº 266, CENTRO, NOVA FRIBURGO-RJ, SALA DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES, DE 2ª A 6ª FÉRIA, DAS 17:30 HORAS, ÀS 17:30 HORAS, OU PELA INTERNET, ENDEREÇO: WWW.PMNF.RJ.GOV.BR OU 0800 222 255-9174.
Edital aprovado pelo Egr. Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro.
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
Rodolfo Albuquerque
Presidente



Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Nova Friburgo
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA PÚBLICA
PROCESSO Nº: 16633/2007
LOCAL PARA RECEBIMENTO DO EDITAL: AV. ALBERTO BRUNO, Nº 266, CENTRO, NOVA FRIBURGO-RJ, SALA DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES, DE 2ª A 6ª FÉRIA, DAS 17:30 HORAS, ÀS 17:30 HORAS, OU PELA INTERNET, ENDEREÇO: WWW.PMNF.RJ.GOV.BR OU 0800 222 255-9174.
Edital aprovado pelo Egr. Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro.
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
Rodolfo Albuquerque
Presidente



Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Nova Friburgo
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA PÚBLICA
PROCESSO Nº: 16633/2007
LOCAL PARA RECEBIMENTO DO EDITAL: AV. ALBERTO BRUNO, Nº 266, CENTRO, NOVA FRIBURGO-RJ, SALA DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES, DE 2ª A 6ª FÉRIA, DAS 17:30 HORAS, ÀS 17:30 HORAS, OU PELA INTERNET, ENDEREÇO: WWW.PMNF.RJ.GOV.BR OU 0800 222 255-9174.
Edital aprovado pelo Egr. Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro.
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
Rodolfo Albuquerque
Presidente



Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Nova Friburgo
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA PÚBLICA
PROCESSO Nº: 16633/2007
LOCAL PARA RECEBIMENTO DO EDITAL: AV. ALBERTO BRUNO, Nº 266, CENTRO, NOVA FRIBURGO-RJ, SALA DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES, DE 2ª A 6ª FÉRIA, DAS 17:30 HORAS, ÀS 17:30 HORAS, OU PELA INTERNET, ENDEREÇO: WWW.PMNF.RJ.GOV.BR OU 0800 222 255-9174.
Edital aprovado pelo Egr. Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro.
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
Rodolfo Albuquerque
Presidente

revindicando antiga
 menor jornada de
 trabalho sem diminuição
 de salário. A proposta,
 ainda em fase inicial, é
 reduzir a jornada de 44
 horas semanais para 40,
 porém mantendo o
 salário do trabalhador. A
 diferença seria arcada
 pelo governo, através da
 redução dos impostos.
Alcool bate
recorde
 O álcool combustível
 registrou recorde de
 vendas no ano: 5,291
 bilhões de litros –
 aumento de 86,6% em
 relação a 2006. De todo o
 álcool consumido no país,
 60% são comprados nos
 postos de São Paulo.
 As associadas ao
 Sindicato Nacional das
 Empresas Distribuidoras
 de Combustíveis e
 Lubrificantes (Sindicom)
 venderam 72 bilhões de
 litros de combustíveis
 neste ano, 10% a mais do
 que em 2006.
CRÉDITO IMOBILIÁRIO
EU estudam
congelar juros
 As autoridades
 reguladoras do
 governo federal dos
 Estados Unidos e as
 instituições de crédito
 estão focando o prazo
 de cinco anos como
 parâmetro para a
 duração do
 congelamento dos
 juros dos contratos de
 crédito imobiliário de
 alto risco (subprime).
 O objetivo é prevenir a
 escalada dos arreiros
 de imóveis por falta de
 pagamento.
TV DIGITAL
Venda de
conversores
 Para o comércio, as
 vendas de conversores
 digitais superaram a
 expectativa, porém o
 setor não divulga
 números. Muitos
 consumidores,
 entretanto, ainda vão às
 lojas em busca de
 informações e aguardam
 os preços caírem para
 comprar.
 A rede varejista
 Wal-Mart já dobrou as
 encomendas.

FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO
 ESTADO DE MINAS GERAIS
 Administração Central, torna
 o

PROCESSO Nº 1735 FLS. 226 ANO: 2007

■ Leia e opine no **JB Online**
www.jb.com.br/24 horas

PROCESSO N.º 2225 FLS. 221 ANO: 2007

TCE-RJ
PROCESSO n.º 222.591-7/07
RUBRICA
Fls. 85

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
GABINETE DO CONSELHEIRO JULIO L. RABELO

VOTO GC-7 60.071/07

PROCESSO: 222.591-7/07

ORIGEM: Prefeitura Municipal de Paracambi
ASSUNTO: Edital de Concorrência n.º 01/07

Trata o presente de Edital de Concorrência n.º 01/07 da Prefeitura de Paracambi cujo objeto é a permissão de serviço público municipal de passageiros por ônibus no município de Paracambi, com data de realização remarcada para o dia 05.12.2007.

O prazo de concessão é de 10 anos, com tarifa de R\$ 1,60.

Retorna o processo ao meu Gabinete em face da Notificação e Comunicação por mim determinadas em sessão de 06.11.2007.

Em atendimento a Prefeitura encaminhou o doc. n.º 52.984-8/07.

A Coordenadoria de Estudos e Análises Técnicas – CEA às fls. 183/184 verificando o atendimento dos itens sugeridos na decisão passada, aponta o não cumprimento satisfatório de todos eles. Por esta razão sugere:

"Em face do exposto, para que a análise dos autos sob a ótica do princípio da economicidade seja possível, sugerimos que o jurisdicionado ainda ao solicitado nos itens 4 e 6 da análise precedente."

A Coordenadoria de Exame de Editais – CEE da mesma forma informa (fls. 185/190) que não houve o atendimento integral da decisão e propõe nova Comunicação ao Jurisdicionado.

TCE-RJ Confere com o Original

O Ministério Público, representado pelo Procurador Horácio Medeiros, se manifesta no mesmo sentido (fls. 193).

E O RELATÓRIO

Inicialmente verifico que não houve a apresentação de defesa quanto ao item I (Notificação) determinado no voto proferido em 06.11.07, o que não foi mencionado pelo Corpo Instrutivo.

O Notificado, Sr. André Luis, não encaminhou qualquer justificativa acerca do não atendimento da decisão de 30.08.07, já se encontrando passível de sanção por descumprimento sem causa justificada de decisão plenária (art. 63, inc. IV da Lei Complementar nº 13/90). Entretanto, a fim de não causar tramitações que possam postergar a conclusão do presente processo, deixo de aplicá-la neste momento.

Quanto ao cumprimento dos itens diligenciados a Prefeitura anexou toda uma documentação que já constava no processo e que não atendem ao solicitado. Além disso, como já feito anteriormente, o Sr. Prefeito publicou a nova data da licitação sem que o processo tenha sua decisão definitiva prolatada por este Plenário.

Assim, concordando com o Corpo Instrutivo, entendo que o Edital carece de atendimento dos itens apontados acima, razão porque deverá o Jurisdicionado proceder ao adiamento da licitação para atendimento dos itens restantes, alertando o responsável municipal para que efetue as alterações no Edital especificando-as por errata.

Pelo exposto e de acordo com o Corpo Instrutivo e o parecer do Ministério Público.

VOTO:

Pela **COMUNICAÇÃO** ao Prefeito do Município de Paracambi - nos termos do § 1º do art. 6º da Deliberação TCE nº 204/96 para que, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, determinado pelo art. 1º da Deliberação TCE nº 195/96, atenda o que segue:

I - anexe planilha de cálculo tarifário, nos moldes do modelo GEIPOT, de forma a propiciar a avaliação do valor tarifário fixado, informando ainda a estimativa de usuários beneficiados dos serviços de transporte;

TCE Confere com o Original

TCE-RJ
PROCESSO nº 222.591-7/07
RUBRICA
Fls. 86

PROCESSO Nº 1715 FLs. 222 ANO: 2007

TCE-RJ
PROCESSO nº 222.591-7/07
RUBRICA
Fls. 87

PROCESSO Nº 222.591-7/07
 2 - insira no edital critério de reajuste, na forma prevista no art. 40, XI, da Lei Federal nº 8.666/93, mormente, indicando o critério da variação ponderada dos custos dos insumos verificados na planilha de cálculo tarifário;

3 -- anexe o ato justificando a conveniência da outorga de concessão ou permissão, caracterizando seu objeto, área e prazo em observância ao art. 5º da Lei Federal nº 8.987/95;

4 - adie a presente Concorrência pelo prazo necessário ao cumprimento da diligência e decisão definitiva por esta Corte, reabrimdo-se o prazo inicialmente estabelecido, na forma do art. 21, § 4º, da Lei nº 8.666/93;

5 -- mantenha a presente concorrência adiada e somente marque nova data para a realização do certame após o conhecimento da decisão definitiva do Tribunal de Contas, a fim de possibilitar a adoção das medidas corretivas pertinentes que porventura lhes sejam determinadas, nos termos do § 2º do art. 113 da Lei Federal nº 8.666/93;

6 - publique o adiamento e a nova data de realização da licitação, nos termos dos incisos II e III do art. 21 da Lei 8.666/93, remetendo as cópias ao Tribunal de Contas;

7 - detalhe, quando da remessa a este Tribunal, especificando item por item, através de errata, todas as alterações que porventura sejam feitas no ato convocatório, assim como aquelas que agora são determinadas e;

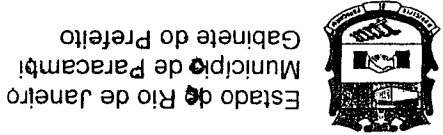
8 - comunique ao Tribunal eventual revogação do procedimento licitatório em tela, remetendo, na ocasião, prova da publicação do ato respectivo.

GC-7, 06 DE DEZEMBRO DE 2007.

JULIO L. RABELO
RELATOR

TCE
 Confere com o Original

AC



Paracambi, 10 de dezembro de 2007.

OFÍCIO Nº454/2007-GP
Ref. Processo nº222.591.7/07
VOTO GC-7-60.071/07

Moisés Taylor S. de Almeida
TCE/RJ - Matr. 02/3697

12:17 28/12/2007 00:00:01 TCE/RJ-CP/6/E2

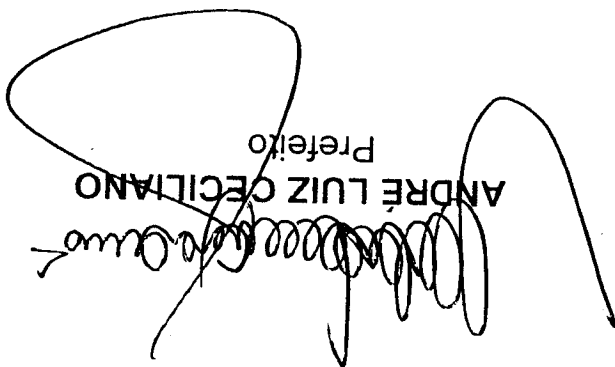
Exmo. Senhor Presidente,
Saliendo que por lapso, no último expediente nosso (Of.432/2007-GP), deixamos de informar os motivos na demora do atendimento aos questionamentos dessa Egrégia Corte, o fazemos agora, justificando que a mesma deveu-se aos trâmites burocráticos, às vezes, nem sempre o desejado. Por esse motivo, apelando para a compreensão de Vossa Excelência, registramos o nosso pedido de escusas.
Dito isso, em atenção aos questionamentos que, ainda, persistem, esclarecemos que até então os serviços de transporte coletivos deste Município eram, com base no Termo de Permissão firmada em 15 de outubro de 1998, prestados pela Empresa de Transporte Paracambi Ltda. No entanto, devido ao descumprimento de vários itens daquele Termo, esta Municipalidade foi obrigada a cassar a Permissão concedida àquela Empresa, conforme Processo nº651/2007 (cópia anexa).
Ainda, cabe salientar que o último reajuste das tarifas, ocorreu em Novembro de 2003, cujo valor é, ainda hoje, R\$1,40 (Decreto nº1.180, de 28 de novembro de 2003, cópia anexa).
Agora, ao decretar as novas especificações necessárias à prestação dos serviços de transportes coletivos de passageiros, entendemos ajustar o preço da tarifa – a entrar em vigor, com a nova concessão - com base no IPCA acumulado desde o último reajuste. (Decreto nº1.722, de 02 de julho de 2007 – cópia anexa).
Doravante, conforme consta no item 5 do Capítulo II do Edital – à fl 02, os reajustes das tarifas serão efetivados com base na variação anual do IPCA.



Assim, Senhor Presidente, entendemos que com as explicações acima, elucidamos fatos obscuros que, até então, possivelmente, SMJ, estariam dificultando a avaliação do Corpo Técnico dessa Casa, principalmente, quanto à conveniência da outorga e os critérios do reajuste.

Quanto às publicações, deveu-se ao fato da necessidade, pelos motivos expostos na parte final do 2º parágrafo, de se dar celeridade ao processo, observando, no entanto, que a realização do certame só poderá ocorrer após a liberação do edital por essa Corte.

Na oportunidade renovamos a Vossa Excelência protestos de apreço e distinta consideração.


ANDRÉ LUIZ CECILIANO
Prefeito

EXMO. SENHOR CONSELHEIRO
JOSE MAURICIO DE LIMA NOLASCO
DD. PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE
JANEIRO/RJ.



REPRODUÇÃO / INTERNET

SÁBADO, 15 DE DEZEMBRO DE 2007

5

6) Titular – Gerlaine Wanderes de Sousa (FUNBEL)
Suplente – Vitor Fabiano Soares Monteiro (FUNBEL)

7) Titular – Nadia Nunes de Carvalho (SEMUG)
Suplente – Leila Leal da Cunha dos Santos (SEMUG)

8) Titular – Anelise Almeida da Silva (SEMED)
Suplente – Leandro Alves Santana (SEMED)

9) Titular – Patricia Araújo da Silva (SEGE)
Suplente – Fabiana Araújo Monteiro (SEGE)

REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA

1) Titular – Sílvia de Fátima Francisco de Souza (FEMAB)
Suplente – Gerson dos Santos Ribeiro (FEMAB)

2) Titular – Regina Célia de Aguiar (ASSOBENE)
Suplente – José Germano da Silva (SEM LIMITES)

3) Titular – Célia Davi de Souza Calado (ONG SUBLIME)
Suplente – Ciele Figueiredo de Souza (SEM FRONTEIRA)

4) Titular – Sebastião do Nascimento Pereira (ASS. XAVANTES)
Suplente – José Paulo de Andrade (ASS. XAVANTES)



PROBANDO N.º 15.126.2007
HORAS

nº 10/025.408, lotado na Secretaria Municipal de Saúde - SEMUS, por ter completado mais de 60 (sessenta) dias de faltas interpoladas no período de 12 (doze) meses, caracterizando inassiduidade habitual, previsto no artigo 139, da Lei Complementar nº 014 de 31/10/97 – Estatuto dos Servidores da Prefeitura Municipal de Belford Roxo. Como não tenha sido possível cita-la pessoalmente, por se encontrar em local inserto e não sabido, pelo presente EDITAL, cita a referida procurada a comparecer a Prefeitura Municipal de Belford Roxo, a Avenida Floripes Rocha, nº 378, sala 204 – Centro – Belford Roxo / RJ – CEP 26.113-140, no prazo de 15 dias a contar da publicação, às 13:00 horas, a fim de prestar esclarecimentos e acompanhar aos demais termos do respectivo processo até o final de sua conclusão, sob pena de revelia. E para que chegue ao conhecimento de todos e da referida procurada, foram expedidos editais na forma da Lei.

Belford Roxo, 22 de novembro de 2007.

JOSÉ DOMINGOS DE LUCENA
PRESIDENTE

AVISO DE EDITAL

A PRESIDENTE DA JUNTA DE RECURSOS FISCALIS, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no ART.7, inciso IV, do Decreto nº 1768 de 16 de setembro de 2002, torna público que fará realizar no dia 20 de Dezembro do corrente ano, às 10:00hs, a 46ª Sessão de Julgamento dos Recursos movidos contra a Fazenda Pública Municipal em 2ª instância, assim discriminados:
Relator: Eduardo de Ávila
Processo nº 05/5891/02, anexo 05/2012/07.

Belford Roxo, 14 de Dezembro de 2007.

ANA MARIA TITONEL ALMEIDA
Presidente da Junta de Recursos Fiscais

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Presidente do Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Mulher do Município de Belford Roxo no uso de suas atribuições, CONVOCA as Senhoras Conselheiras Titulares e Suplentes para a reunião extraordinária, que se realizará, no dia 19/12/07, às 16:00, no auditório do Centro de Referência de atendimento a Mulher, sito à Avenida Joaquim da Costa Lima, 2.490 – Santa Amélia – Belford roxo.
Assunto: Deliberações para a Campanha dos 16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência Contra à Mulher

Belford Roxo, 13 de dezembro de 2007.

NÁDIA NUNES DE CARVALHO
Presidente do COMDIM – Belford Roxo



ESTADO DO RIO DE JANEIRO Prefeitura Municipal de Paracambi ATOS OFICIAIS

ADIAMENTO DA CONCORRÊNCIA PÚBLICA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARACAMBI-CNPJ 29.138.294/0001-02 AVISO DE LICITAÇÃO- EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº001/2007- PMP OBJETO: Concessão para prestação de serviço de Transporte Municipal de passageiros por ônibus nas linhas circulares da Cidade de Paracambi. MODALIDADE: Concorrência TIPO: Melhor Técnica: Adida SINE DIE. Prefeitura Municipal de Paracambi- Rua Juiz Emílio Carmo- 50- Centro- Paracambi- RJ- em obediência a determinação do TCE-RJ. PEDRO ARTHUR TREGNE- PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO.

PORTARIA-17/2007 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2007.O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, da Prefeitura Municipal de Paracambi, por nomeação na forma da lei. RESOLVE conceder a servidora EDILEA SOUZA DE OLIVEIRA, Professor A da Secretaria Municipal de Educação, 02 (dois) meses de afastamento para aleitamento materno-infantil, com início 29 de novembro de 2007 e término em 27 de janeiro de 2008 de acordo com a Lei Municipal nº 859/07 de 26.06.2007 e processo nº 6848/2007.PEDRO ARTHUR TREGNE - SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

ANUNCIAR NO MELHOR

Acá produção os no Brasil

7 milhões de carros este ano

DEFEITO NOS FREIOS
GM faz recall de 30.753 automóveis
Os modelos com problemas foram fabricados de agosto a novembro

aspectáculo do
ascimento foi dito
r mim, em 2003.
ninguém agora
er autocrítica
pois que nosso PIB
de 5,7% em 2007

Inácio Lula da Silva,
presidente da República

ado no Brasil – para dizer que o
já produziu 2,97 milhões de
os de todas as montadoras.
abrou o crédito farto para contar
desse, 2,45 mil já tinham sido
Lula citou a traumática
missão de 2.800 pessoas daquela
uma fábrica em 1998 para dizer
a geração de empregos formais
lantero a outubro foi a melhor
sete anos – 37,424, segundo o
sistema do Trabalho.
O presidente recordou que, na-

quele mesmo lugar, em 2003, lançou
uma expressão lembrada até hoje.
– O espetáculo do crescimento
foi dito por mim aqui, na Ford, em
agosto e 30 de novembro deste ano,
deve entrar em contato com a
rede de concessionárias Chevrolet
para a verificação e possível subs-
tituição das pastilhas de freio dian-
teiro.
A montadora revelou que o re-
call vai envolver 10.918 unidades
do modelo Astra, com numeração
de chassi entre 8B138617 e
8B211463. O recall para o Vectra
deve contemplar 15.868 unidades,
com chassi de 8B140628 a
8B211277. O modelo Zafira vai
incluir 3.967 carros com nume-
ração de chassi de 8C114697 a
8C148282.
O atendimento aos proprietá-
rios desses carros nas concessionárias
terá início na próxima segunda-fei-
ra, dia 17. Em comunicado, a em-
presa informa que foi constatado
um despreendimento parcial do ma-
terial de atrito da pastilha.
“O aumento do esforço ne-
cessário para acionamento do pedal

de freio e consequente redução da
eficiência de frenagem do veículo,
com risco de acidente”, alertou no
comunicado a GM, que colocou à
disposição o telefone 0800 70
24200 e o site da empresa
(www.chevrolet.com.br).
A Fundação Procon-SP reco-
menda que o atendimento deve ser
imediate devido ao risco de aci-
dente.
“O recall envolve os modelos
adquiridos de fábrica e concessionária
ou de pessoas físicas. Se o consumidor
tiver qualquer dificuldade para efetuar
o reparo ou substituição, deve pro-
curar um órgão de defesa do con-
sumidor”, orienta o Procon.
No Rio, o órgão de proteção ao
consumidor atende pelo telefone
1512 ou, pessoalmente, na Rua do
Ouvidor, 54, no Centro, de 2ª a 6ª
feira, das 09:00 às 17:00 horas.

>> Modelos

Zafira	3.967
Vectra	15.868
Astra	10.918

>> Indicadores

1. Juros	11,25% a.a.
Selic (Meta)	11,25% a.a.
Selic	11,18% a.a.
CDB pr.	30 dias
CDB pfs	120 dias
DI Over taxa m. dia	10,50/10,00+tr
DI Over taxa m. dia (a.m.)	1,25%
Swap DI x	30 dias
Swap DI x	60 dias
Swap DI x	90 dias
Taxa Anuid 01 dia	11,15/11,25% a.a.
Para 13/12	11,02% a.a.
Poupança	15/12/2007
Embi + 201,00	0,5732%

PROCESSO N.º 1715 FLS. 227 ANO: 2007

IA DE BELO HORIZONTE - SLU
ERENTE AO LOTE 05
08/007/2007
1714-07-72
isção de caminhões, tanque pipa,
onário e triturador de galhos.”
o Horizonte – SLU, no uso de suas
t de 01 de janeiro de 2005 e pela
única aos interessados na licitação
revisita para 19/12/2007, às 09:00
mbro de 2007
ões Chennas
peza Urbana

PGS INVESTIGAÇÃO PETROLÍFERA LTDA
AVISO: Torna público que recebeu do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos
Recursos Naturais Renováveis (IBAMA/CGPEG) a Licença de Pesquisa Sismica nº
029/07 de 14 de Novembro de 2007 com validade até 31 de Dezembro de 2008 para reali-
zar atividade de levantamento de dados sísmicos-marinhos 3D, não exclusivos, no Bloco
SANTOS-SW, nas células: S-M-730, S-M-731, S-M-732, S-M-734, S-M-791, S-M-792, S-
M-853, S-M-855, S-M-857, S-M-915, S-M-980, S-M-982, S-M-986, S-M-1109, S-M-1113,
S-M-1115 e S-M-1243, na Bacia de Santos, Alexander Charles James Vairan - Diretor.
Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Paracambi
CNPJ 29.138.294/0001-02
ADIAMENTO DA CONCORRÊNCIA PÚBLICA
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PARACAMBI - AVISO DE LICITA-
ÇÃO - EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 001/2007 - PMP OBJETO:**
CONCESSÃO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE MUNICIPAL
de passageiros por ônibus nas linhas circulares da Cidade de
Paracambi. MODALIDADE: Concorrência TIPO: Melhor Técnica:
Adida SINE DIE. Prefeitura Municipal de Paracambi - Rua Juiz
Emílio Carmo, 50 - Centro - Paracambi-RJ, em obediência a
**determinação do TCE-RJ, PEDRO ARTHUR TREGNE - PRESI-
DENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO.**

O'D

PREFEITURA MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARACAMBI

CNPJ Nº 29.138.284/0001-02

**AVISO DE LICITAÇÃO-EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº001-2007-
MUNICÍPIO OBJETIVO: Concessão para Prestação de Serviço de Transporte
Municipal de Passageiros por Ônibus nas Linhas Circulares da Cidade
de Paracambi, MODALIDADE: Concorrentes, TIPO: Melhor Técnica,
Adida SINE DIE, em obediência a determinação do TCE/RJ, PE-
DRO ARTHUR TREGEN, PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANEN-
TE DE LICITAÇÃO.**

Id: 336171. A faturar por empenho

Id: 396171. A faturar por empenho

TE DE LICITAÇÃO.

Município de Paty do Alferes

PREFEITURA MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PATY DO ALFERES

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO N.º 025/2007 - SMA

A Prefeitura Municipal de Paty do Alferes toma público que fará realizar licitação na modalidade Pregão, tipo presencial. OBJETO: Aquisição de componentes e equipamentos de in-

PREFEITURA MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE TRESÓPOLIS

AVISD N° 131/2007

EDITAL DE PREGÃO Nº. 106/2007

OBJETO: Contratação de empresa para avaliação, preparação e armazenamento de lotes de bens inservíveis, execução de leilão e apresentação de relatório final de prestação de contas dos lotes armazenados.

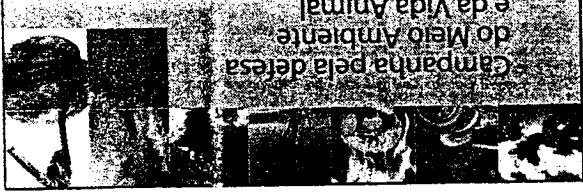
RETIRADA DO EDITAL: sala do D.L.C.M.I., no prédio desta Prefeitura, à Av. Feliciano Sodré, 675-Centro, nesta das 12:00 às 18:00 horas.

ENCARGOS: entrega de 05 (cinco) resmas de papel ofício 21x29,7cm, mediana, no endereço acima, nos dias 27/02/2005, das 14:00 horas às 18:00 horas.

DATA / HORA: 04/01/2008 às 14:00 horas.

2742-3885 e 2742-3352, ramal: 2051, das 12:00 às 18:00 horas.
DATA/HORA: 04/01/2008 às 14:00 horas.

Id: 39132. A faturar por empenho





Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro

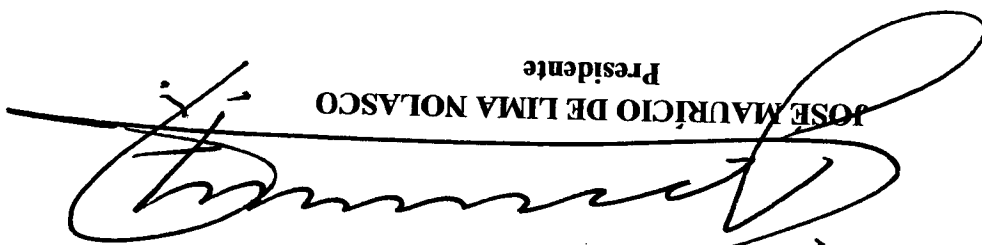
OFÍCIO PRS/SSE 2893/2008 Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 2008.

Senhor Prefeito,

Comunico a V.Ex.^a que, em sessão plenária de 21/02/2008, nos termos do voto do Conselheiro Julio Lambertson Rabello, que examinou o Processo TCE/RJ 222.591-7/2007, o Tribunal decidiu pela adoção das providências elencadas no citado voto, no prazo de 30 dias, contados do recebimento do presente ofício, alertando para as sanções previstas no art. 63 da Lei Complementar n.º 63/90, conforme cópia anexa.

Podrá ser obtida vista dos autos junto à Coordenadoria de Prazos e Diligências, localizada na Praça da República, 70, 8º andar, Centro – Rio de Janeiro/RJ, nos dias úteis, das 10 às 12 e das 14 às 16 horas.

Atenciosamente,


JOSE MAURÍCIO DE LIMA NOLASCO
Presidente



EXMO. SR.
PREFEITO ANDRÉ LUIZ CECILIANO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARACAMBI
RUA JUIZ EMÍLIO CARMO, 50
CENTRO - PARACAMBI/RJ CEP 26.600-000
REF.PROC.TCE/RJ 222.591-7/2007
OFÍCIO PRS/SSE 2893/2008
02/002747 OF004

PROCESSO N.º 1155 FLS. 230 ANO. 2007

TCE-RJ
PROCESSO n.º 222.591-7/07
RUBRICA
Fls. 215

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
GABINETE DO CONSELHEIRO JULIO L. RABELO

VOTO GC-7 60.050/08

PROCESSO: 222.591-7/07
ORIGEM: Prefeitura Municipal de Paracambi
ASSUNTO: Edital de Concorrência n.º 01/07

Trata o presente de Edital de Concorrência n.º 01/07 da Prefeitura de Paracambi cujo objeto é a permissão de serviço público municipal de passageiros por ônibus no município de Paracambi, com prazo de concessão é de 10 anos, com tarifa de R\$ 1,60.

Retorna o processo ao meu Gabinete em face da Comunicação por mim determinada em sessão de 06.12.2007.

Em atendimento a Prefeitura encaminhou o doc. n.º 185-2/08.

A Coordenadoria de Estudos e Análises Técnicas – CEA às fls. 208/209 a fim de verificar o atendimento dos itens 1 e 2 sugeridos na decisão passada, informa o não cumprimento satisfatório deles concludo pela reiteração na exigência dos itens propostos.

A Coordenadoria de Exame de Editais – CEB da mesma forma informa (fls. 210/212) que não houve o atendimento da decisão e propõe Notificação ao Prefeito para defesa pelo não atendimento da r. decisão além de nova Comunicação.

O Ministério Público, representado pelo Procurador Horácio Medeiros, se manifesta no mesmo sentido (fls. 214).

É O RELATÓRIO

TCE Confere com o Original

PROCESSO N.º 3735 FLS. 231 AND. 2007

TCE-RJ
PROCESSO n.º 222591-7/07
RUBRICA
Fls. 216

Mais uma vez, a Prefeitura através de seu representante não atendeu ao que foi determinado pelo Plenário desta Corte.

Justifica o Sr. André Luiz Ceciliano que não atendeu a decisão proferida *em face dos trâmites burocráticos*, as quais não justificam absolutamente nada. Quando da primeira decisão proferida em 30.08.07 mesmo com os entraves burocráticos alegados, poderia o Sr. Prefeito ter solicitado a prorrogação do prazo para atendimento da mesma ou simplesmente apresentado motivos para o seu não cumprimento integral.

Na decisão de 06.11.07 possibíltei nova oportunidade ao Jurisdicionado para retificação do edital, com a apresentação de documentos e esclarecimentos, tais como planilhas, lei autorizativa, critério de reajuste e etc. Em atendimento, o Sr. Prefeito encaminhou documentação já acostada aos autos.

Assim, tendo em vista a ausência de qualquer justificativa pelo não cumprimento mesmo que intempestivo, da decisão de 06.11.07 além do não encaminhamento da documentação solicitada na decisão de 06.12.07, concordo com a Notificação tão somente para que o Jurisdicionado apresente razões de defesa pelo descumprimento da decisão de 06.12.07, devendo ser aplicada a penalidade devida para o não atendimento da decisão de 06.11.07.

Por fim, determinarei nova Comunicação para que a Prefeitura informe se persiste interesse na realização do presente certame, haja vista a inconsistência de documentos apresentados até o momento para retificação do Edital.

Pelo exposto e parcialmente de acordo com o Corpo Instrutivo e o parecer do Ministério Público.

VOTO:

I – Pela APLICAÇÃO DE MULTA mediante Acórdão, ao Sr. André Luiz Ceciliano - Prefeito do Município de Paracambi no valor de 4.000 (quatro) **URR-RJ** - com base no inciso **IV do artigo 63** da Lei Complementar nº 63/90, multa esta que deverá ser recolhida com recursos próprios ao erário estadual no prazo de 30 (trinta) dias, devendo o responsável comprovar o seu recolhimento junto ao Tribunal de Contas, no prazo de 10 (dez) dias, nos termos da alínea "a" do inciso III do artigo 27 c/c artigo 29 do Regimento Interno aprovado pela Deliberação TCE nº 167/92, ficando desde já autorizada a

TCE Confira com o Original

PROCESSO N.º 1715 FLS. 232 ANO: 2007**TCE-RJ**
PROCESSO n.º 222.591-7/07
RUBRICA Fls. 217

Cobrança Judicial, no caso de não recolhimento, pelo não atendimento à decisão do Plenário deste Tribunal datada de **06.11.07**;

II - Pela NOTIFICAÇÃO ao Sr. André Luiz Ceciliano - Prefeito do Município de Paracambi - nos termos do § 2º do art. 6º da Deliberação TCE nº 204/96 para que no prazo de 30 (trinta) dias apresente suas razões de defesa pelo não atendimento da decisão de 06.12.07;

III - Pela COMUNICAÇÃO ao Prefeito do Município de Paracambi - nos termos do § 1º do art. 6º da Deliberação TCE nº 204/96 para que, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, determinado pelo art. 1º da Deliberação TCE nº 195/96, para que informe se ainda tem interesse na realização do presente certame, devendo em caso positivo apresentar a documentação exigida na decisão passada.

GC-7, 21 DE FEVEREIRO DE 2008.

JULIO L. RABELLO
RELATOR

AC



Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro

OFÍCIO PRS/SSE/NP 2889/2008 Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 2008.

Senhor Prefeito,

Tendo em vista o decidido por este Tribunal, em sessão plenária de 21/02/2008, de acordo com o voto do Conselheiro Julio Lamberton Rabello, conforme cópia anexa, fica notificado V.Ex., nos termos do art. 26, do Regimento Interno, c/c o art 6º da Deliberação TCE/RJ 204/96 desta Corte, para que, no prazo de 30 dias, contados do recebimento do presente ofício, preste esclarecimentos sobre as questões apontadas no Processo TCE/RJ 222.591-7/2007, junte documentos ou, se assim desejar, constitua procurador e declare domicílio a fim de possibilitar ciência dos demais atos do processo, ressaltando o disposto no inciso IV do art. 63 da Lei Complementar n.º 63/90.

Em caso de não-comparecimento aos autos para apresentar razões de mérito no prazo assinado, reputar-se-ão verdadeiros os fatos apontados, conforme previsto nos arts. 14 e 15 da Deliberação TCE/RJ 204/96.

Podrá ser obtida vista dos autos junto à Coordenadoria de Prazos e Diligências, localizada na Praça da República, 70, 8º andar, Centro – Rio de Janeiro/RJ, nos dias úteis, das 10 às 12 e das 14 às 16 horas.

Atenciosamente,

JOSE MAURICIO DE LIMA NOLASCO
Presidente



EXMO. SR.

PREFEITO ANDRÉ LUIZ CECILIANO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARACAMBI
RUA JUIZ EMÍLIO CARMO, 50
CENTRO - PARACAMBI/RJ CEP 26.600-000
REF.PROC.TCE/RJ 222.591-7/2007
OFÍCIO PRS/SSE/NP 2889/2008

02/002747 O P029

MP

TCE-RJ
PROCESSO nº 222.591-7/07
RUBRICA
Fls.:

PROCESSO Nº 222.591-7/07
 TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

ACÓRDÃO Nº 74 / 2008

1 - PROCESSO: TCE 222.591-7/07

2 - ASSUNTO: APLICAÇÃO DE MULTA

3 - RESPONSÁVEL: ANDRÉ LUIZ CECILIANO

4 - UNIDADE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PARACAMBI

5 - RELATOR: CONSELHEIRO JULIO L. RABELLO

6 - REPRESENTANTE DO MINISTÉRIO PÚBLICO: HORÁCIO MEDEIROS

7 - ÓRGÃO DE INSTRUÇÃO: CEE/SGE

8 - ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos referentes ao Edital de Concorrência nº 01/07 da Prefeitura de Paracambi cujo objeto é a permissão de serviço público municipal de passageiros por ônibus no município de Paracambi, com prazo de concessão é de 10 anos, com tarifa de R\$ 1,60;

Considerando as conclusões apresentadas pelo Corpo Instrutivo;

Considerando o parecer do Ministério Público elaborado pelo Procurador Horácio Medeiros;

Considerando que o Sr. André Luiz Ceciliano, atual Prefeito Municipal de Paracambi, foi devidamente Notificado sendo aberto o Contraditório assegurando-lhe o direito de ampla defesa;

TCE-RJ
PROCESSO nº 222.591-7/07
RUBRICA
Fls.:

PROCESSO Nº 222.591-7/07 ANO: 2007

ACÓRDÃO Nº 74 / 2008

Considerando que, apesar de devidamente notificado, o responsável não apresentou suas razões de defesa a fim de esclarecer a irregularidade a ele imputada, qual seja: o não atendimento ao decidido pelo Tribunal em Sessão Plenária de 06/11/2007;

Considerando que a irregularidade em tela sujeita o responsável a penalidade de multa, conforme o disposto no artigo 63, inciso IV da Lei Complementar nº 63/90 - Lei Orgânica deste Tribunal de Contas;

Considerando que o artigo 115, IV, b, do Regimento Interno desta Corte exige a imposição de multa através de acórdão;

ACÓRDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, reunidos em Sessão Plenária Ordinária, em

Aplicar **MULTA PESSOAL** no valor equivalente a 4.000 (quatro mil) UFIR-RJ ao Sr. André Luiz Ceciliano, atual Prefeito Municipal de Paracambi, com fulcro no que dispõe o artigo 63, inciso IV da Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, Lei Complementar Estadual 63/90, pela irregularidade acima exposta, **autorizando-se desde já a COBRANÇA JUDICIAL**, nos termos da Deliberação TCE-RJ nº 166/92, caso a presente multa não venha a ser recolhida no prazo regimental, observado o procedimento recursal.

JULIO L. BABELLO
CONSELHEIRO-RELATOR

JOSE MAURÍCIO DE LIMA NOLASCO
PRESIDENTE

FUI PRESENTE: *Mr. Nolasco*
REPRESENTANTE DO MINISTÉRIO PÚBLICO

ATA Nº: 10 / 2008

DATA DA SESSÃO: 21/02/08



Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro

OFÍCIO PRS/SSE/CT 3042/2008 Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 2008.

Senhor Prefeito,

Tendo em vista o decidido por este Tribunal, em sessão plenária de 21/02/2008, de acordo com o voto do Conselheiro Julio Lambertson Rabello, que examinou o Processo TCE/RJ 222.591-7/2007, conforme cópia anexa, fica citado V.Ex.ª, nos termos do art. 62/63 e inciso(s) da Lei Complementar n.º 63/90, de que lhe foi imposta multa, por meio do Acórdão n.º 74/2008.

Dentro do prazo de 30 dias, contados do recebimento do presente, poderá ser interposto recurso ou deverá V.Ex.ª recolher ao erário estadual - Escola de Contas e Gestão do TCE-RJ, conforme guia de recolhimento anexa (Lei Estadual n.º 4.577/05, art. 38), com recursos próprios, o valor da multa, apresentando prova de quitação perante o Tribunal no transcurso dos 10 dias subseqüentes, para os fins previstos no art. 21 da citada Lei, sem prejuízo de outras penalidades previstas na legislação em vigor.

O comprovante de recolhimento deverá ser apresentado na Coordenadoria Setorial de Protocolo-Geral, localizada na Praça da República, n.º 70, Térreo, Centro - Rio de Janeiro/RJ, nos dias úteis, das 10 às 17 horas. No mesmo local e horário, será também recebido, na eventualidade, o pedido de parcelamento do valor da multa, de acordo com o art. 30 da Lei Complementar n.º 63/90.

Em caso de não-comparecimento aos autos para apresentar razões de mérito no prazo assinado, reputar-se-ão verdadeiros os fatos e certa a multa imposta, conforme previsto nos arts. 14 e 15 da Deliberação TCE/RJ 204/96.

Atenciosamente,

JOSE MAURÍCIO DE LIMA NOLASCO

Presidente



EXMO. SR.

PREFEITO ANDRÉ LUIZ CECILIANO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARACAMBI
RUA JUIZ EMÍLIO CARMO, 50
CENTRO - PARACAMBI/RJ CEP 26.600-000
REF.PROC.TCE/RJ 222.591-7/2007
OFÍCIO PRS/SSE/CT 3042/2008

02/002747 OF053





TRIBUNAL DE CONTAS DO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PROCESSO N.º 1155 FLS. 233 ANO: 2007

GUIA DE RECOLHIMENTO DE MULTA

Recolhimento de multa, conforme decisão do TCE-RJ, em sessão de 21/02/2008, em atendimento ao ofício nº 3042/2008, acórdão nº 74/2008, referente ao processo nº 222591-7/07, parcela nº 1/1.

Lei Estadual nº 4.577/2005, artigo 38

GUIA DE RECOLHIMENTO DE MULTA									
Banco Itau SA 341-7 34191.75009 00647.705672 30010.290002 9 00000000000000									
Local de pagamento:									
ATÉ O VENCIMENTO PAGUE PREFERENCIALMENTE NO ITAU. APÓS O VENCIMENTO PAGUE SOMENTE NO ITAU.									
C/APPRESENTAÇÃO									
Agência/Cód. Cedente: 5673/00102-9									
Data do documento:		Nº do documento:		Espécie:		Acerto:		Data Processamento:	
								21/02/2008	
Valor do documento:		(X) Valor		Quantidade:		UFIR-RJ		(Y) Valor do documento:	
175/00006477-0				4.000,0000				175/00006477-0	
Sacado: ANDRÉ LUIZ CECILIANO									
Sacado/validar:									
Autenticação Mecânica/RECIBO DO SACADO									

GUIA DE RECOLHIMENTO DE MULTA									
Banco Itau SA 341-7 34191.75009 00647.705672 30010.290002 9 00000000000000									
Local de pagamento:									
ATÉ O VENCIMENTO PAGUE PREFERENCIALMENTE NO ITAU. APÓS O VENCIMENTO PAGUE SOMENTE NO ITAU.									
C/APPRESENTAÇÃO									
Agência/Cód. Cedente: 5673/00102-9									
Data do documento:		Nº do documento:		Espécie:		Acerto:		Data Processamento:	
								21/02/2008	
Valor do documento:		(X) Valor		Quantidade:		UFIR-RJ		(Y) Valor do documento:	
175/00006477-0				4.000,0000				175/00006477-0	
Sacado: ANDRÉ LUIZ CECILIANO									
Sacado/validar:									
Autenticação Mecânica/FICHA DE COMPENSAÇÃO									





Estado do Rio de Janeiro
Município de Paracambi
Gabinete do Prefeito



Governando para todos

Paracambi - RJ, 20 de fevereiro de 2008.

OFÍCIO-GP Nº 021/2008 - CGM
Assunto: Solicitação(Faz)

Exmo. Presidente,

Em atendimento ao Processo TCE/RJ 222.591-7/2007, que versam os autos sobre o Edital de Concorrência nº 001/2007, cujo objeto é a permissão de serviços público por passagheiros no município de Paracambi, com prazo de concessão por 10(dez) anos. Venho por meio deste, encaminhar em anexo, a esta Colenda Corte de Contas, a justificativa, pertinente ao voto do Conselheiro Julio Lopes Raballo.

Destarte, no afã de atender as solicitações, coloco-me a inteira disposição para informações futuras, renovo os meus protestos de elevada estima e consideração.

André Luiz Ceciliano
Prefeito Municipal

Exmo. Sr.

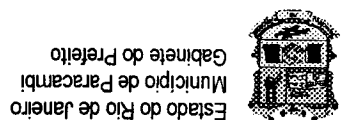
José Maurício de Lima Nolasco
MD Presidente do Tribunal de Contas.
Estado do Rio de Janeiro - RJ.

Prefeitura Municipal de Paracambi
Rua Juiz Emílio Carmo, 50 - Centro - Paracambi/RJ
Tel.: (21) 2683-2008

José Maurício de Lima Nolasco
Analista Contábil Externo
Mat. 02/2003

003 04/03/2008 000091 TCE-RJ-CP/E

PROCESSO Nº 3335 FLS. 238 ANO: 2008



Exmo. Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro

Referente ao Processo n.º 222.591-7/2007

André Ceciliano, Prefeito do Município de Paracambi, nos autos do processo TCE n.º 222.591-7/2007, com fundamento no artigo 70 da Lei Complementar n.º 63/90, vem apresentar as justificativas e esclarecimentos necessários, conforme abaixo:

I - PRELIMINARMENTE

Venho requerer o meu afastamento sobre qualquer irregularidade porventura existente no Processo em tela, haja vista que no mesmo nada resta que tenha sido da competência e/ou responsabilidade deste chefe do executivo.

Conforme se vê, a suposta irregularidade que está agora em questão, teve origem em atos praticados por outros servidores, onde foi levantado, elaborado e conferido o processo administrativo em pauta.

É que o simples fato de ocupar o cargo de Prefeito não constitui, por si só, em atribuir-lhe responsabilidades pelos atos praticados por seus subordinados, bem como sempre determinei o cumprimento integral de todas as decisões deste Tribunal.

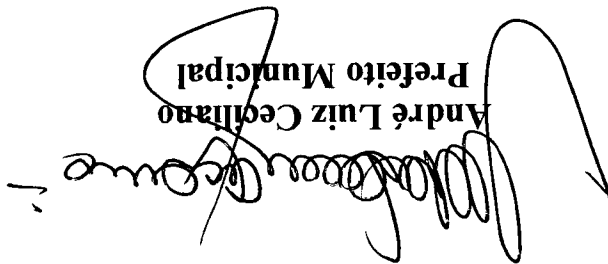
Em verdade, existindo na estrutura da Prefeitura Municipal, diversas Secretarias, compostas igualmente de diversas Divisões e Departamentos, sendo os serviços executados por "eles" e submetidos, após aprovação da Assessoria Jurídica, ao Secretário, para prosseguimento. Ora, como pode o recorrente, na condição de Prefeito, ser responsabilizado pelos atos praticados por seus subordinados, a quem competia preparar todos os atos dos processos e submetê-los para aprovação, bem como atender a todas as demandas deste Egrégio Tribunal.



É óbvio que se o Prefeito Municipal tivesse entre suas atribuições executar e praticar todos os atos inerentes a um processo de licitação, desde o seu início até sua conclusão, seria desnecessária a existência de Secretarias e Órgãos Competentes. Deixemos, pois, essa questão levantada apenas para desde já espancar dúvidas sobre a responsabilidade do Prefeito Municipal de Paracambi com relação aos atos praticados pelos seus subordinados. Até porque este Município tem interesse na realização deste certame licitatório.

Sendo assim, na certeza de que o acima exposto elide por completo a questão levantada, inclusive em relação à responsabilidade do Chefe do Executivo, vimos solicitar a completa regularização do processo em tela, aproveitando a oportunidade para reiterar à Vossa Excelência os nossos protestos de estima e elevada consideração.

Paracambi – RJ, 28 de fevereiro de 2008.


André Luiz Ceciliano
Prefeito Municipal

Exmo. Sr.
José Maurício de Lima Nolasco
MD Presidente do Tribunal de Contas.
Estado do Rio de Janeiro - RJ.

CDL/PMPI(R), em 13 MAR 2008

Secretaria Municipal de Trânsito e Transporte

Secretaria

Por ser esta Secretaria responsável pelo

assunto tratado neste processo, estando

oportuno remeter à Vossa Senhoria, uma

vez que as providências adotadas por esta

CPR, até a presente data, não foram suficientes

para que fosse dado o seu encaminhamento.

Diante disso, no entanto, sugere a adoção

de providências de Vossa Senhoria,

visando agilizar sua tramitação.

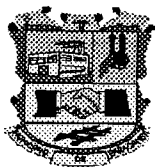
Affucomante,

Pedro Henrique Rego
Presidente da Comissão
Permanente de Licitação

Ao Sr. Presidente da Comissão Permanente de Licitação
Encaminho novamente ao Presidente da Comissão.

06/24/04/08

Ana Paula Pereira Alves
Secretaria Municipal de
Transportes
Relatório: 12530-3



Estado do Rio de Janeiro
Município de Paracambi
Gabinete do Prefeito



PREFEITURA DE
Paracambi
Governando para todos

Paracambi - RJ, 09 de abril de 2008.

OFÍCIO-GP Nº 053/2008 - CGM
Assunto: Solicitação(Faz)

Proc. 1715 - Fes 241 - 2008

Exmo. Presidente,

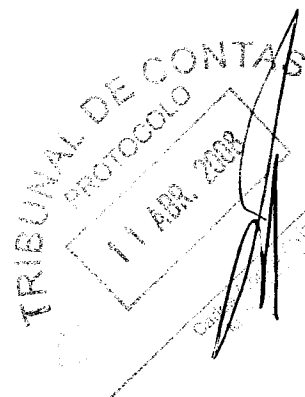
Em atendimento ao Processo TCE/RJ 222.591-7/2007, que versam os autos sobre a Concorrência Pública nº 001/07, da Prefeitura Municipal de Paracambi, cujo objeto é, a permissão de serviço público de passageiro por ônibus no município. Venho por meio deste, encaminhar em anexo, a esta Colenda Corte de Contas, as justificativas e os documentos, pertinente ao voto do Conselheiro Júlio Lambertson Rabello.

Cabe destacar que, o envio intempestivo foi ocasionado por problemas alheios a nossa vontade, por conseguinte, peço-lhe escusas.

Destarte, no afã de atender as solicitações, coloco-me a inteira disposição para informações futuras, renovo os meus protestos de elevada estima e consideração.

Jairo dos Santos
Jairo dos Santos
Prefeito Municipal

Exmo. Sr.
José Maurício de Lima Nolasco
MD Presidente do Tribunal de Contas.
Estado do Rio de Janeiro - RJ.



15:15 11/04/2008 000734 TCE-RJ-096/E

Prefeitura Municipal de Paracambi
Rua Juiz Emilio Carmo, 50 – Centro – Paracambi/RJ
Tel.: (21) 2683-2008

Referente ao Processo nº 222.591-7/2007

ESCLARECIMENTOS:

Item 1: Anexe planilha de cálculo tarifário, nos moldes do modelo GEIPOT, de forma a propiciar a avaliação do valor tarifário fixado, informando ainda a estimativa de usuários beneficiários do serviço de transporte;

Segue em anexo, o solicitado por este E. Plenário quanto à planilha de cálculo tarifário. Salientando ainda que, o número de usuários beneficiários do serviço prestado conforme planilha é de aproximadamente 89.000 (oitenta e nove mil) beneficiários;

Item 2: Insira no edital critério de reajuste, na forma prevista no art. 40, XI, da Lei Federal 8.666/93, indicando o critério da variação ponderada dos custos dos insumos verificados na planilha de cálculo tarifário;

Respeitando o princípio da *economicidade*, o reajuste tarifário será feito pelo INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) calculado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

O valor fixado para a tarifa dos serviços, objeto da Concessão, será mantido irrevogável pelo prazo de 1 (um) ano, a contar da data da assinatura do contrato e/ou do último reajuste tarifário autorizado e homologado pelo Chefe do Poder Executivo Municipal. Podendo ser revisito, no entanto, a qualquer tempo, para fins de equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, nos termos do art. 10 da Lei Federal nº 8.987/95, tomando como parâmetro as condições do objeto da proposta da licitante vencedora.

A base de cálculo para revisão de tarifa corresponderá à estrutura composta pelos custos variáveis (combustível, lubrificante, rodagem, peças e acessórios) e pelos custos fixos (depreciação, remuneração do capital, despesas administrativas, tributárias e trabalhistas).

Deverá ser observado a formalização da seguinte equação para o cálculo tarifário:

$$\text{TARIFA} = \{CV + (CF \cdot PMM)\} \cdot IPKe$$

Onde:

CV = custos variáveis

CF = custos fixos

PMM = percurso médio mensal

IPKe = número médio de passageiros transportados por Km

Repassados os impostos sobre a renda, a criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais, após a apresentação da proposta, quando



Rec 14/15/07 - Rs 243

comprovada a repercussão sobre o custo do serviço, implicará a revisão da tarifa, para mais ou para menos, conforme o caso.

A remuneração do serviço prestado à Concessionária será através do pagamento de tarifa pelo passageiro transportado sendo que a administração financeira será através de caixa privado.

Em face do princípio da modicidade, considera-se justa a remuneração que atende, pelo menos, aos seguintes fatores básicos:

a) despesas com operação;
b) quota de depreciação compatível com os prazos e com o regime de depreciação;

c) remuneração do capital;
d) encargos financeiros da operadora; e
e) encargos tributários, trabalhistas, administrativos e despesas previstas ou autorizadas.

As isenções e as gratuidades são aquelas previstas na Lei Orgânica Municipal e alterações.

Os valores das tarifas serão sempre fixados periodicamente por ato do Poder Executivo, de modo a preservar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato de Concessão.

Os valores fixados no Edital para as tarifas poderá ser objeto de equilíbrio econômico-financeiro, tanto por iniciativa do Poder Público como da Concessionária.

Constituem o equilíbrio econômico-financeiro, nos termos do art. 10 da Lei Federal nº 8.985/95, as condições objeto da proposta da licitante vencedora.

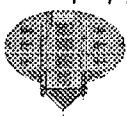
Respeitado o disposto nos §§ 3º e 4º do art. 9º da Lei Federal nº 8.987/95, são pré-requisitos essenciais para fundamentar o pedido de re-equilíbrio econômico financeiro do valor de tarifa, fatos ou causas que sejam:

a) imprevisíveis;
b) estranhos à vontade do Poder Concedente ou da Concessionária;

d) causadores de significativo e irreversível desequilíbrio econômico-financeiro do contrato.

Para os fins de equilíbrio econômico-financeiro de que trata o objeto deste Edital, no caso de iniciativa da Concessionária, o pleito deverá ser protocolado por meio de requerimento fundamentado, arrolando os dados e argumentos qualitativos e quantitativos, justificadores do desequilíbrio.

Previamente à análise do mérito, o Poder Concedente deverá manifestar-se formalmente quanto à admissibilidade do pleito, fundamentando-a em até 15 dias da data do seu protocolo.



Após a manifestação acerca da admissibilidade, o Poder Concedente se pronunciará quanto ao mérito, no prazo de até 30 (trinta) dias, prorrogável por igual período, desde que justificado.

Item 3 – anexe o ato justificando a conveniência da outorga de concessão ou permissão, caracterizando seu objeto, área e prazo em observância ao art. 5º da Lei Federal nº 8.987/95;

Segue em anexo, conforme abaixo discriminado, o solicitado por esta Colenda Cortes de Contas.

- Ato nº 001/2007, de extinção do Termo de Permissão, firmado em 15/10/1998 com a empresa Transporte Paracambi Ltda;
- Decreto nº 1.659 de 06/03/2007;
- Publicação do Ato nº 001/2007;
- Ofício nº 272/07, referente à Concorrência Pública, devidamente justificado pela Secretaria de Transporte;
- Lei Municipal nº 364 de 10/04/1996;
- Decreto nº 1.722 de 02/07/2007.

Item 4 – adie a presente Concorrência pelo prazo necessário ao cumprimento da diligência.....

Conforme determinação desta Colenda Corte, a concorrência encontra-se sobrestada, até manifestação final do Plenário.

Item 5 – **mantenha** a presente Concorrência **adiada** e somente marque nova data para realização do certame após o conhecimento da decisão definitiva do Tribunal de Contas.....

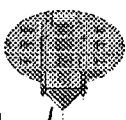
Foram tomadas as providências quanto ao determinado nos itens acima.

Item 6 – publique o adiamento e a nova data de realização da licitação, nos termos dos incisos II e III do art. 21 da Lei 8.666/93, remetendo as cópias ao Tribunal de Contas.

Neste item houve uma discordância ao item anterior. No item 5, o E. Plenário decidiu que se mantenha adiado a presente concorrência e somente marque nova data quando do conhecimento definitivo do TCE/RJ. Neste item, ou seja, item 6, o mesmo solicita que seja publicada nova data para realização do certame. Diante do exposto, entendemos que houve um equívoco dos Técnicos deste E. Plenário, por isso, não foi designada nova data para realização do certame, entretanto, segue em anexo, fotocópia da publicação do adiamento da presente licitação. Segue em anexo, as publicações dos adiamentos da presente Concorrência.

Por conseguinte, estamos aguardando a decisão definitiva deste **Honrado Tribunal de Contas, para marcamos nova data para realização do presente certame.**

Rec. 17/15/07 - PB. RAH



Proc. 1715/04 - TR. 245

Item 7 – detalhe, quando da remessa a este Tribunal, especificando item por item, **através de errata**, todas as alterações que porventura sejam feitas no ato convocatórios, assim como aquelas que agora são determinadas;

Segue, anexado cópia da errata, contendo as alterações das cláusulas de valor da tarifa e reajuste tarifário.

Item 8 – comunique ao Tribunal eventual revogação do procedimento licitatório em tela, remetendo na ocasião, prova da publicação do ato respectivo.

Não houve revogação do respectivo certame.

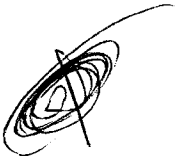
O envio intempestivo foi ocasionado pela busca de documentos em nossos arquivos, por conseguinte peço-lhe escusas.

Respeitosamente.

Jairo dos Santos
Prefeito Municipal

Exmo. Sr.
José Gomes Graciosa
MD Presidente do Tribunal de Contas,
Estado do Rio de Janeiro - RJ.

Rua Juiz Emilio Carmo, nº 50 – Centro
Paracambi – Rio de Janeiro – Cep 26.600-000



Rua Juiz Emílio Carmo, nº 50 - Centro
Paracambi - RJ 246



ERRATA:

EDITAL DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 001/07

Esclarecimento: A numeração das páginas refere-se, aquela localizada no canto inferior direito, das folhas do edital.

1 - Página 2 - Item 2 - do valor dos serviços: Onde se lê "..... R\$ 1,60(um real e sessenta centavos)",
- Leia-se "..... R\$ 1,86(um real e oitenta e seis centavos). O item 2 passa a ter a seguinte redação:

2 - O objeto de licitação é a permissão do serviço público municipal de passageiros por Ônibus no Município de Paracambi, das linhas circulares, cujas características e especificações estão definidas no **Anexo I**, parte integrante deste edital, serviço em que deverá ser praticado a tarifa **máxima** modular de R\$ 1,86(um real e oitenta e seis centavos).

2 - Página 2 - Item 5 - dos reajustes: EXCLUIR a frase "Os reajustes de tarifas são determinados pelo poder concedente". Serão incluídos neste item, os parágrafos primeiro e segundo. O item 5 passa a ter a seguinte redação:

5 - O reajuste tarifário será feito pelo INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) calculado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).
Parágrafo Primeiro: O valor fixado para a tarifa dos serviços, objeto da Concessão, será mantido irrevogável pelo prazo de 1 (um) ano, a contar da data da assinatura do contrato e/ou do último reajuste tarifário autorizado e homologado pelo Chefe do Poder Executivo Municipal. Podendo ser revisito, no entanto, a qualquer tempo, para fins de equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, nos termos do art. 10 da Lei Federal nº 8.987/95, tomando como parâmetro as condições do objeto da proposta da licitante vencedora.

Parágrafo Segundo: A base de cálculo para revisão de tarifa corresponderá à estrutura composta pelos custos variáveis (combustível, lubrificante, rodagem, peças e acessórios) e pelos custos fixos (depreciação, remuneração do capital, despesas administrativas, tributárias e trabalhistas).

Deverá ser observado a formalização da seguinte equação para o cálculo tarifário:

$$TARIFA = \{CV + (CF : PMM)\} : IPKe$$

Onde:

CV = custos variáveis

CF = custos fixos

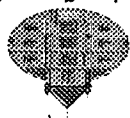
PMM = percurso médio mensal

IPKe = número médio de passageiros transportados por Km



Estado do Rio de Janeiro
Município de Paracambi
Comissão Permanente de Licitação

Prefeitura de
Paracambi
Governando para todos



Ressalvados os impostos sobre a renda, a criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais, após a apresentação da proposta, quando comprovada a repercussão sobre o custo do serviço, implicará a revisão da tarifa, para mais ou para menos, conforme o caso.

A remuneração do serviço prestado à Concessionária será através do pagamento de tarifa pelo passageiro transportado sendo que a administração financeira será através de caixa privado.

Em face do princípio da modicidade, considera-se justa a remuneração que atende, pelo menos, aos seguintes fatores básicos:

a) despesas com operação;
b) quota de depreciação compatível com os prazos e com o regime de depreciação;

c) remuneração do capital;
d) encargos financeiros da operadora; e
e) encargos tributários, trabalhistas, administrativos e despesas previstas ou autorizadas.

As isenções e as gratuidades são aquelas previstas na Lei Orgânica Municipal e alterações.

Os valores das tarifas serão sempre fixados periodicamente por ato do Poder Executivo, de modo a preservar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato de Concessão.

Os valores fixados no Edital para as tarifas poderá ser objeto de equilíbrio econômico-financeiro, tanto por iniciativa do Poder Público como da Concessionária.

Constituem o equilíbrio econômico-financeiro, nos termos do art. 10 da Lei Federal nº 8.985/95, as condições objeto da proposta da licitante vencedora.

Respeitado o disposto nos §§ 3º e 4º do art. 9º da Lei Federal nº 8.987/95, são pré-requisitos essenciais para fundamentar o pedido de re-equilíbrio econômico financeiro do valor de tarifa, fatos ou causas que sejam:

a) imprevisíveis;

b) estranhos à vontade do Poder Concedente ou da Concessionária;

c) inevitáveis; e

d) causadores de significativo e irreversível desequilíbrio econômico-financeiro do contrato.

Para os fins de equilíbrio econômico-financeiro de que trata o objeto deste Edital, no caso de iniciativa da Concessionária, o pleito deverá ser protocolado por meio de requerimento fundamentado, arrolando os dados e argumentos qualitativos e quantitativos, justificadores do desequilíbrio.

Previamente à análise do mérito, o Poder Concedente deverá manifestar-se formalmente quanto à admissibilidade do pleito, fundamentando-a em até 15 dias da data do seu protocolo.

Rua Juiz Emilio Carmo, nº 50 – Centro
Paracambi – Rio de Janeiro – Cep 26.600-000

Proc. 1715/07 - Rs. 248

Rua Juiz Emilio Carmo, nº 50 – Centro
Paracambi – Rio de Janeiro – Cep 26.600-000

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Após a manifestação acerca da admissibilidade, o Poder Concedente se pronunciará quanto ao mérito, no prazo de até 30 (trinta) dias, prorrogável por igual período, desde que justificado.

Estado do Rio de Janeiro
Município de Paracambi
Comissão Permanente de Licitação



Prefeitura de
Paracambi
Governando para todos



Rec. 1715/of - Pz. 247

TCE-RJ
PROCESSO Nº 222.591-7/07
RUBRICA: FLS.:

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
GABINETE DO CONSELHEIRO JOSÉ GOMES GRACIOSA

VOTO GC-2 30032/2008

PROCESSO: TCE-RJ Nº 222.591-7/07
ORIGEM: PREFEITURA MUNICIPAL DE PARACAMBI
ASSUNTO: EDITAL DE LICITAÇÃO - RECURSO DE RECONSIDERAÇÃO

Trata o presente processo de Edital de Licitação por Concorrência Pública nº 01/07, da Prefeitura do Município de Paracambi, cujo objeto é a permissão de serviço público municipal de passageiros por ônibus no município de Paracambi, com prazo de concessão é de 10 (dez) anos, com tarifa de R\$ 1,60 (um real e sessenta centavos), que retorna ao Plenário desta Corte para apreciação de Recurso de Reconsideração interposto pelo Sr. André Luiz Ceciliano, Prefeito do Município de Paracambi.

Em Sessão Plenária de 06.12.2007, um mês após o responsável ter sido notificado, em Sessão Plenária de 06.11.2007, o Relator deste processo, Conselheiro Julio L. Rabello, prolatou Voto por Comunicação, não sem antes tecer os seguintes comentários, que permito-me reproduzir abaixo:

Inicialmente verifico que não houve a apresentação de defesa quanto ao item I (Notificação) determinado no voto proferido em 06.11.07, o que não foi mencionado pelo Corpo Institutivo.

O Notificado, Sr. André Luiz não encaminhou qualquer justificativa acerca do não atendimento da decisão de 30.08.07, já se encontrando passível de sanção por descumprimento sem causa justificada de decisão plenária (art. 63, inc. IV da Lei Complementar nº 63/90). Entretanto, a fim de não causar tramitações que possam postergar a conclusão do presente processo, deixo de aplicá-la neste momento.

A decisão recorrida deu-se em Sessão Plenária de 21.02.2008, quando o Conselheiro-Relator manifestou-se da seguinte forma, antes de proferir seu Voto por Aplicação de Multa, no valor de 4.000 (quatro mil) UFR-RJ, além de Notificação e Comunicação:

Na decisão de 06.11.07 possibíltei nova oportunidade ao Jurisdicionado para retificação do edital, com a apresentação de documentos e esclarecimentos, tais como planilhas, lei autorizativa, critério de reajuste e etc. Em atendimento, o Sr. Prefeito encaminhou documentação já acostada aos autos.

Assim, tendo em vista a ausência de qualquer justificativa pelo não cumprimento mesmo que intempestivo, da decisão de 06.11.07 além do não encaminhamento da documentação solicitada na decisão de 06.12.07, concordo com a Notificação tão somente para que o Jurisdicionado apresente razões de defesa pelo descumprimento da decisão de 06.12.07, devendo ser aplicada a penalidade devida para o não atendimento da decisão de 06.11.07.

Retorna o presente em face do Recurso de Reconsideração interposto pelo Sr. André Luiz Ceciliano, Prefeito do Município de Paracambi, através do Documento TCE-RJ nº 5.829-5/08, fundamentado, basicamente, conforme assinalado pela Instrução, à fls. 280v, na declaração de que a complexidade da

estrutura de governo tira de suas atribuições a execução e prática de todos os atos próprios de um procedimento de licitação.

Tais argumentos são refutados pela CEE, em face da responsabilidade do recorrente, no mínimo, pelo erro *in eligendo*, por sua negligência na escolha de seus subordinados, além das irregularidades apontadas nos autos, tais como omissões, não observância à legislação aplicável e desobediência aos mandados desta Corte.

O Corpo Instrutivo, em sua manifestação (fls. 278/283), analisa, ainda, os pressupostos de admissibilidade da peça recursal, sob os aspectos da tempestividade, legitimidade e cabimento, sugerindo em conclusão (fls. 281v):

Diante do exposto, sugerimos:

I - CIENTIA AO PLENÁRIO acerca do integral atendimento à Notificação e Comunicação determinadas em Sessão Plenária de 21.02.08, por parte do Município de Paracambi;

II - CONHECIMENTO do Edital de Licitação por Concorrência Pública nº 001/07;

III - CONHECIMENTO do Recurso de Reconsideração apensado às fls. 227-229, uma vez que os pressupostos de admissibilidade, e seu NÃO PROVIMENTO, tendo em vista que as razões apresentadas não foram capazes de elidir a decisão desta Corte, mantendo-se o Acórdão nº 74/2008 pelos próprios fundamentos;

O Douto Ministério Público Especial, representado pelo Procurador Horácio Machado Medeiros (fls. 284), manifesta-se no mesmo sentido.

E o Relatório.

O presente processo tem por Relator o ilustre Conselheiro Julio L. Rabello, e foi distribuído à minha relatoria, apenas, em razão do Recurso de Reconsideração interposto, atendendo ao que dispõe o § 4.º do art. 124 do Regimento Interno desta Corte, aprovado pela Deliberação TCE-RJ nº 167/1992.

Desta forma, minha análise baseia-se, exclusivamente, nos aspectos da peça recursal e, consequentemente, da decisão recorrida, devendo o processo, após a nova apreciação, retornar ao seu Relator original.

Feitas estas considerações, passo à análise.

No que tange ao conhecimento do Recurso de Reconsideração, proposto pela Instrução, entendo que a sugestão deva prosperar uma vez que verifico presentes nestes autos os pressupostos de admissibilidade do documento apresentado.

Passo, então, a analisar o mérito dos fatos:

Dos fatos:

Conforme mencionei em meu Relatório, a multa aplicada ao recorrente, em Sessão Plenária de 21.02.2008 (fls. 215/219), decorre do não atendimento à

JOSÉ GOMES GRACIOSA
Conselheiro-Relator

GC-2, de de 2008.

III - Pelo **ENCAMINHAMENTO** do presente processo ao Gabinete do Relator, Conselheiro Julio L. Rabello, para prosseguimento do feito.

II - Pela **COMUNICAÇÃO** ao Sr. André Luiz Ceciliano, Prefeito do Município de Paracambi, prevista no § 1º do art. 6º da Deliberação TCE-RJ nº 204/1996, a ser efetivada na forma do art. 3º da Deliberação TCE-RJ nº 234/2006, alterado pela Deliberação TCE-RJ nº 241/2007, e, na impossibilidade, nos moldes do art. 26 do Regimento Interno deste Tribunal, aprovado pela Deliberação TCE-RJ nº 167/92, para que, no prazo de 10 (dez) dias, nos termos do parágrafo único do artigo 93 do mesmo Regimento Interno, recolha aos cofres estaduais, com recursos próprios, a multa que lhe foi aplicada no valor equivalente a 4.000 (quatro mil) UFR-RJ, comprovando o seu pagamento em idêntico prazo, já estando autorizada a cobrança judicial, no caso do não recolhimento conforme determinado.

I - Pelo **CONHECIMENTO** do presente Recurso de Reconsideração interposto pelo Sr. André Luiz Ceciliano, Prefeito do Município de Paracambi (Documento TCE-RJ nº 5.829-5/08), por atender aos requisitos legais de admissibilidade e, quanto ao mérito, pelo **NAO-PROVIMENTO**, mantendo-se a decisão desta Corte proferida em Sessão Plenária de 21.02.2008, objeto do Acórdão nº 74/2008 (fls. 218/219).

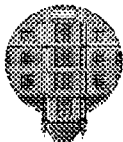
VOTO:

Pelo exposto, no que tange ao Recurso de Reconsideração interposto pelo Sr. André Luiz Ceciliano, Prefeito do Município de Paracambi, posiciono-me de acordo com o Corpo Instrutivo e o Douto Ministério Público Especial,

Decisão Plenária de 06.11.2007, parcialmente de acordo com o Corpo Instrutivo e o parecer do Douto Ministério Público.

TCE-RJ
PROCESSO Nº 222.591-7/07
RUBRICA: FLS.: 251

Fls. 251



Paracambi - RJ, 11 de junho de 2008.

OFÍCIO-GP Nº 080/2008 - CGM
Assunto: Solicitação(Faz)

Exmo. Presidente,

Em atendimento ao OFÍCIO PRS/SSE/SSO nº 14362/2008, referente ao Processo TCE/RJ 222.591-7/2007, que versam os autos sobre o Edital de Concorrência nº 001/2007, cujo objeto é a permissão de serviços públicos por passageiros no município de Paracambi, com prazo de concessão por 10(dez) anos, pertinente ao voto do Conselheiro Júlio L. Rabello. Venho por meio deste, solicitar o prosseguimento do mesmo pelos motivos expostos:

- Em 05/06/2008 o processo em tela teve a conclusão do Conselheiro José Gomes Graciosa, pelo reconhecimento do recurso e não provimento.
- O Corpo Instrutivo deste E. Plenário de Contas sugere o reconhecimento/Aprovação do Edital de Concorrência Pública. Todavia, o Ilmo. Conselheiro José Gomes Graciosa determina o encaminhamento do mesmo ao Conselheiro de origem o Ilmo. Conselheiro Júlio L. Rabello, para que o mesmo julgue o Edital de Concorrência, por este motivo, solicito o encaminhamento do processo ao gabinete do Conselheiro Júlio L. Rabello para prosseguimento.

Destarte, no afã de atender as solicitações, coloco-me a inteira disposição para informações futuras, renovo os meus protestos de elevada estima e consideração.

Júlio dos Santos
Prefeito Municipal

Exmo. Sr.
José Maurício de Lima Nolasco
MD Presidente do Tribunal de Contas.
Estado do Rio de Janeiro - RJ.

Fax enviado no dia 11/06/2008
às 13:55 h. Ao cidadão do
São Miguel. (CPR)

Tel. (21) 3231-5269/3231-5306

Fax: (21) 2509-1611

SEMAD/PMP/RJ, em 26 JUN 2008

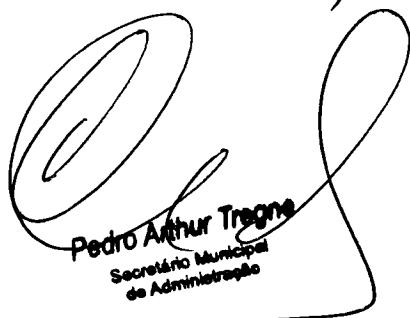
7

Secretaria Municipal de Trânsito e Transporte

Senhora Secretária

De ordem, submetemos o processo a
Vossa Senhoria para as providências
julgadas necessárias.

Atenciosamente,



Pedro Arthur Tregno
Secretário Municipal
de Administração



Proc. nº 1715 – Fls. 253 – Ano 2007

Paracambi - RJ, 26 de junho de 2008.

Sr. Secretário,

Em atendimento as solicitações verbais do Exmo. Srº Prefeito e da Câmara dos Vereadores, solicito s.m.j. a realização do Processo Licitatório, pelos motivos abaixo:

- Em 14/08/2007, foi encaminhado ao Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro o "Edital de Licitação" para sua devida aprovação;
- Em 30/08/2007, recebemos do TCE/RJ comunicado para prestarmos esclarecimento e juntarmos documentos;
- Em 06/11/2007, recebemos novo comunicado da referida Casa de Contas, retificando o pedido anterior, pois, até a presente data, não havíamos prestados os esclarecimentos e feito a juntada dos documentos solicitados. Justificamos tal fato, em virtude de não conseguirmos concluir o nosso trabalho no tempo determinado;
- Em 13/11/2007 encaminhamos parte da documentação exigida, e o restante foi encaminhado em 10/12/2007;
- Em 06/12/2007, recebemos novo comunicado do TCE/RJ para cumprirmos os itens de 01 a 08 das fls. 86 e 87 do Processo TCE nº 222.591-7/2007.
- Em 13/11/2007 encaminhamos parte da documentação, sendo encaminhado o restante dos documentos e justificativas em 10/12/2007;
- Em 21/02/2008 recebemos do TCE/RJ 03(três) ofícios solicitando novos esclarecimentos e aplicando multa ao Exmo. Prefeito no valor de 4.000 UFIR's, pelo não atendimento em tempo oportuno do determinado pelo E. Plenário. O fato tem justificativa, pois, até a presente data não tínhamos concluído a Planilha Tarifária nos moldes do modelo GEIPOT, solicitado no item 1;
- Em 04/03/2008, foi encaminhado ao Planário do TCE/RJ, ofício solicitando o cancelamento da multa. Ressaltando que não foi acatado o pedido, conforme Ofício PRS/SSE/CSO encaminhado em 03/06/2008;
- Em 09/04/2008, foi encaminhado através do Ofício nº 053/2008 todos os esclarecimentos e documentos solicitados pelo Corpo Instrutivo daquele Plenário, inclusive a Planilha de cálculo tarifário nos moldes GEIPOT;

Prefeitura Municipal de Paracambi
Rua Juiz Emilio Carmo, 50 – Centro – Paracambi/RJ
Tel.: (21) 2683-2008



Estado do Rio de Janeiro
Município de Paracambi
Secretaria de Transporte



Paracambi
Governo com Justiça e Dignidade

- Em 03/06/2008, o Tribunal de Contas através do Corpo Instrutivo através de fls. (78/283), após analisar o Processo TCE/RJ nº 222.591-7/2007, reconheceu o Recurso de Revisão de Multa, porém não houve provimento, dando como correto aplicação da mesma. No mesmo despacho, o referido Corpo Instrutivo sugere conhecimento do referido Edital de Concorrência Pública nº 0001/2007, como descrito.

"Diante do exposto, sugerimos: I - CIENTIA AO PLENÁRIO acerca do integral atendimento à Notificação e Comunicação determinadas em Sessão Plenária de 21.02.08, por parte do Município de Paracambi; II - CONHECIMENTO do Edital de Concorrência Pública nº 001/07; III - CONHECIMENTO do Recurso de Reconsideração apensado às fls. 227-229, uma vez presentes os pressupostos de admissibilidade, e seu NÃO PROVIMENTO, tendo em vista que as razões apresentadas não foram capazes de elidir a decisão desta Corte, mantendo-se o Acórdão nº 74/2008 pelos próprios fundamentos";

- Em 06/03/2007 firmamos Contrato de Permissão de Serviço de Transporte Coletivo com a empresa Viagem Normandy do Triângulo LTDA., na forma "emergencial" por 180(cento e oitenta) dias, sendo o mesmo, prorrogado por igual período, findando em 06 de março de 2008. Como podemos observar, o contrato de prestação de serviço encontra-se vencido deste, aquela data.

Diante do acima exposto e, por entender que o município encontra-se em situação irregular, em virtude do serviço esta sendo prestado de forma ilegal ou sem objeto que permita tal prestação de serviço e pelo entendimento do Corpo Instrutivo do TCE/RJ pelo conhecimento do Edital de Concorrência Pública nº 001/2007, entendendo s.m.j. ser necessário o prosseguimento do Processo Administrativo nº 1715/2007, procedendo a Licitação, sem a devida aprovação do Conselho Relator o Ilmo. Dr. Julio Lambertson Rabello.

Sem mais para o momento, apresento os votos de elevada

estima e consideração.

Atenciosamente,

Ana Paula Pereira Alves
Secretaria de Transporte e Transporte

Proc. nº 1715 - Fis. 254 - Ano 2007

Prefeitura Municipal de Paracambi
Rua Juiz Emilio Carmo, 50 - Centro - Paracambi/RJ
Tel.: (21) 2683-2008

Pedro Arthut Tregne
Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Ao Ilmo. Sr.

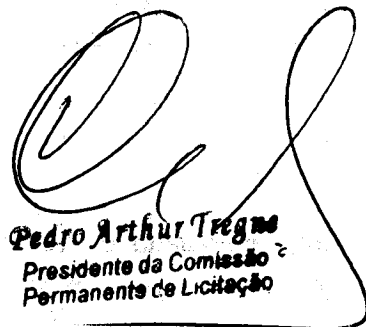
Proc. 1715/07 - fls. 254

CPL/PMP/RJ, em 27 JUN 2008

7
Procuradoria Municipal
Senhor Procurador

Por pertinência e, em atenção a
manifestações da Secretaria
Municipal de Trânsito e Transporte,
submetemos o processo a Vossa
Senhoria.

Atenciosamente,



Pedro Arthur Tregno
Presidente da Comissão
Permanente de Licitação



Processo Administrativo nº 1.715/2007.

Ao Exmo. Sr. Controlador Geral.

No "Relatório-Voto" do eminente Conselheiro José Gomes Graciosa (fls. 249/251), consta, entre outros elementos, informação acerca da manifestação do Corpo Instrutivo daquela Colenda Corte, dando conta que:

"Diante do exposto, sugerimos:

"I - Ciência ao Plenário acerca do integral atendimento à Notificação e Comunicação determinadas em Sessão Plenária de 21/02/2008, por parte do Município de Paracambi;

"II - Conhecimento do Edital de Licitação por Concorrência Pública nº. 001/2007".
(destaques nossos).

3 - E mais: logo adiante, o Conselheiro menciona que "o douto representante do Ministério Público Estadual ... manifesta-se no mesmo sentido" (fls. 250)
(destaques nossos).

A guisa de esclarecimento, indico que tais informações, segundo relata o ilustre Conselheiro, constam de fls. 278/283 e 284, todas do Processo nº. 222.591-7/07, em tramitação do Tribunal de Contas deste Estado.



Destarte, solicito as seguintes providências:

- a) junta de cópia de toda a documentação correspondente ao episódio acima relatado, assim como da que o antecedeu e da que se seguiu;
- b) esclarecimento quanto à situação atual daquele feito, eis que o mesmo foi encaminhado ao gabinete do Relator, Conselheiro Julio L. Rabello, conforme despacho de fls. 251.

Por derradeiro, esclarecendo que é Vossa Excelência quem representa os interesses desta Municipalidade naquela Corte de Contas, solicito que seja dada ao presente pedido a urgência necessária.

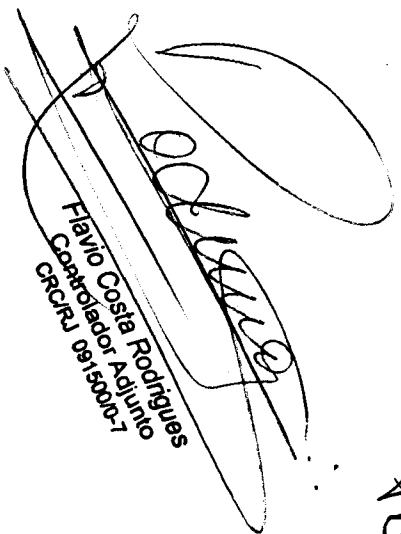
PGM, 01 de julho de 2008.

(Dr. Arnaldo Teixeira de Oliveira
Procurador Geral do Município

Inocuidade.

Para Se Inocuidar, segue em anexo,
o 1º voto do Conselho Superior. Laudo nº 1,
referente ao Confecimento do Cartão
no Ofício de Concórdia Pública.

Também, em J. enviar ao Presidente
da Com. Permanente de Licitação para
marcar/pública nova data para análise
do documento. Dto 25, 04/07/08


Flavio Costa Rodrigues
Controlador Adjunto
CRCRJ 0915000-1

Rac 1 fls/07 - R. 25/07

TCE-RJ
PROCESSO nº 222.591-7/07
RUBRICA
Fls. 310

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
GABINETE DO CONSELHEIRO JULIO L. RABELO

VOTO GC-7 60.167/08

PROCESSO: 222.591-7/07
ORIGEM: Prefeitura Municipal de Paracambi
ASSUNTO: Edital de Concorrência nº 01/07

Trata o presente de Edital de Concorrência nº 01/07 da Prefeitura de Paracambi cujo objeto é a permissão de serviço público municipal de passageiros por ônibus no município de Paracambi, com prazo de concessão é de 10 anos, com tarifa de R\$ 1,60.

O responsável municipal foi penalizado em 4.000 UFIR conforme decisão plenária de 21.02.2008.

Interposto Recurso de Reconsideração, foi o mesmo Comhecido, entretanto quanto ao mérito decidiu-se pelo Não Provimeto, mantendo-se a multa imposta ao Sr. André Luiz Ceciliano em sessão de 03.06.08.

Nesta mesma sessão o Conselheiro José Gomes Graciosa determina o reenvio do processo ao meu Gabinete para continuação da sua análise.

A Prefeitura de Paracambi a fim de dar cumprimento à decisão de 21.02.08 encaminhou documentos que analisados pelo Corpo Instrutivo sugere o Conhecimento do presente Edital (item II, fls. 281 verso), sugestão ratificada às fls. 306/307.

O Ministério Público, representado pelo Procurador Horácio Medeiros, se manifesta no mesmo sentido (fls. 309).

JULIO L. RABELLO
RELATOR

GC-7, 03 DE JULHO DE 2008.

II – Pelo **ENCAMINHAMENTO** do processo à CPR para controle e atestação do prazo de recolhimento da multa imposta através do Acórdão nº 74/2008 e mantida através da decisão plenária de 03.06.2008.

I – Pelo **CONHECIMENTO** do Edital de Concorrência nº 01/07 da Prefeitura de Paracambi;

VOTO:

Pelo exposto de acordo com o Corpo Instructivo e o parecer do Ministério Público.
Concordo também com o sugerido no item II quanto ao controle de prazo em face da decisão que penalizou o Sr. André Luiz Ceciliano.
Assim, concordo com o conhecimento do Edital que está em condições de prosseguimento.

Verifica o Corpo Instructivo que os itens determinados na sessão de 06.11.2007 foram atendidos de forma satisfatória. Foram encaminhados o Decreto regulamentador, as publicações de adiantamento, bem como o ato que justifica a conveniência da presente concessão.

É O RELATÓRIO

TCE-RJ PROCESSO nº 222.591-7/07 RUBRICA Fls. 311
--

Rac. 5/15/07-Fls. 258/07

Proc. 1715/07 - Fls 259/07
Fls 259

TCE-RJ
PROCESSO n°222.591-7/07
RUBRICA **Fls.312**

AC

João Francisco de CPL.

Justiça do "Voto" que
"carteira" do Sr. foi em
pontos. Entretanto, não
há a decisão de Câmara
Câmara.

Postado, justica o
recurso, aguardando o voto,
apelo pelo promotor municipal
do avará.

04/27/28

Armando Teixeira Oliveira
Procurador Geral do Município

CPL/PMP/RJ, em 09 JUL 2008

Controladoria Municipal

Alexander Coutinho

Para conferir e adotar providências
judiciais necessárias.

Affonso

Presidente do Conselho
Permanente de Controle

Armando Teixeira Oliveira

Art. 114 - As sessões do Tribunal serão públicas, salvo se nelas forem tratados assuntos de caráter reservado ou sigiloso, quando se transformarão em sessões reservadas ou sigilosas, conforme o caso.

§ 1º - As sessões reservadas poderão contar com a presença de funcionários julgados necessários ao esclarecimento da matéria em exame, a critério do Plenário, funcionando um deles como Secretário.

§ 2º - As sessões sigilosas serão realizadas, em princípio, exclusivamente, com a presença dos Conselheiros e do representante do Ministério Público, funcionando como Secretário um Conselheiro, pelo critério de rodízio, ou, excepcionalmente, um servidor especialmente designado pelo Presidente, com aprovação do Plenário.

§ 3º - Os processos sigilosos serão encaminhados ao Plenário, por intermédio do Presidente, constando do Protocolo apenas as indicações da sobrecarta.

§ 4º - O que for decidido em processo sigiloso constará de ata especial, assinada pelo Presidente, Conselheiros e representante do Ministério Público, a qual será guardada pelo Presidente em arquivo próprio.

§ 5º - A requisição de Conselheiro ou de representante do Ministério Público, a sessão ordinária ou extraordinária poderá passar a deliberar em caráter sigiloso, fato este que será consignado na ata respectiva.

§ 6º - Das decisões, quando couber, será dada ciência à autoridade interessada, em ofício sigiloso.

Subseção I Atos do Plenário

Art. 115 - Os atos do Plenário revestirão a forma de Deliberação, Resolução, Parecer, Previsão, Acórdão e Decisão, observado o disposto nos incisos I a V deste artigo.

I - Deliberação - quando se tratar de:

a) aprovação ou alteração do Regimento Interno;
b) atos e instruções normativas sobre aplicação de leis pertinentes a matéria de sua competência específica, abrangendo os regulamentos complementares à legislação sobre a administração financeira e orçamentária, inclusive sobre licitações e contratos;
c) outras matérias de implicação externa que, a critério do Plenário, devam revestir essa forma.

II - Resolução - quando se tratar de:

a) atos de funcionários de estruturas, atribuições e funcionamento dos órgãos internos de auditoria financeira e orçamentária, e demais serviços auxiliares;
b) questões administrativas;
c) outros atos de repercussão interna que, a critério do Plenário, devam revestir essa forma.

III - Parecer Prévio - quando o ato se referir ao exame das contas anuais prestadas pelo Governador do Estado e pelos Prefeitos Municipais.

IV - Acórdão - quando o ato implicar:

a) condenação do responsável em débito ou em alcance;
b) aplicação de multa e outras sanções;
c) arresto de bens.

V - Decisão - nos demais casos, entre os quais:

a) tomada ou prestação de contas, ressalvada a hipótese do inciso anterior;
b) apreciação da legalidade dos atos sujeitos a registro;
c) verificação da legalidade, legitimidade e economicidade de toda e qualquer receita e despesa públicas;

- d) apreciação da legalidade dos atos de licitação, de dispensa e de inexigibilidade de licitação, e bem assim, de contratos, sujeitos a conhecimento;
- e) conversão de julgamento em diligência;
- f) determinação de inspeções;
- g) exame dos processos decorrentes de inspeções ou de denúncias;
- h) solução de consultas;
- i) sobreestamento de julgamento;
- j) enunciação de Súmula.

Parágrafo único - As Deliberações e as Resoluções serão numeradas em séries distintas.

Art. 116 - As Deliberações e as Resoluções serão redigidas pelo Relator, ou pelo autor da proposta, e assinada pelo Presidente.

Art. 117 - Os Pareceres Prévios serão redigidos:

- I - pelo Relator, e assinados por todos os Conselheiros presentes à sessão e o representante do Ministério Público, quando se tratar das contas do Governador;
- II - pela Secretaria das Sessões, e assinados pelo Presidente, pelo Relator e pelo representante do Ministério Público, nos demais casos.

Art. 118 - Os Acórdãos serão redigidos pelo Relator e assinados por este, pelo Presidente e pelo representante do Ministério Público.

Art. 119 - As Decisões serão certificadas, nos autos, pelo Secretário das Sessões.

Art. 120 - Vencido o Relator, no todo ou em parte, caberá ao Conselheiro que em primeiro lugar tenha proferido o voto vencedor, conforme o caso:

I - redigir o ato do Plenário;

II - fazer declaração de voto, por escrito, para orientar a certificação da Decisão, na forma do disposto no artigo anterior.

Art. 121 - São requisitos essenciais do Acórdão:

- I - o relatório do Conselheiro-Relator, de que constarão:
- a) as conclusões do Corpo Instrutivo;
- b) o parecer do Ministério Público junto ao Tribunal;
- c) a descrição pormenorizada dos fatos apurados.

- II - as disposições legais em que se fundamentar para decidir sobre o mérito;
- III - a indicação do responsável, ou responsáveis, pelo ato impugnado;
- IV - a quantificação do dano apurado.

Subseção II Pauta das Sessões

Art. 122 - A pauta das sessões ordinárias será organizada pela Secretaria das Sessões, observada a ordem por antiguidade dos Relatores, e conterá a indicação dos processos a serem apreciados, na mesma sequência e com os mesmos elementos constantes das listagens recebidas, com preferência para os processos cuja votação tenha sido adiada. O Relator em sessão seguirá rigorosamente a ordem da pauta, salvo pedido de preferência, inversão ou adiamento, formulado por qualquer Conselheiro e deferido pelo Plenário.

§ 1º - Revogado.

A Ofl.

Em análise ao Regimento Interno^o do TCR/RJ, em seu art^o 115 inciso^o V^o não cabe acordar neste caso, como descreveu o Ilmo. Procurador, portanto, sendo apenas Deliberação. Neste caso, o mesmo encontra-se apto para realização do certame, desde que, respeitadas a legislação vigente.

Poib. 29/07/2007.

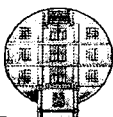

Flavio Costa Rodrigues
Controlador Adjunto
GRCRJ 0915000-7



Estado do Rio de Janeiro
Município de Paracambi
Comissão Permanente de Licitação

EDITAL DE LICITAÇÃO CONCURRENCIA PÚBLICA Nº 001/07

PREFEITURA DE
Paracambi
Governando com Justiça e Dignidade



PROCESSO Nº 1915 PLS 362 ANO 07

A Prefeitura Municipal de Paracambi, sediada na Rua Juiz Emilio Carmo, 50-Centro – Paracambi, torna conhecimento de quantos possam interessar-se que fará realizar no dia 22 de setembro de 2008, às 14:00 horas, licitação, na modalidade de concorrência, do tipo **melhor proposta técnica** com tarifa fixada neste edital, para concessão de prestação de serviço de transporte municipal de passageiros por Ônibus nas linhas circulares: N.C-01 Centro-Guarajuba(via Rua Dep. Romeu Natal), N.C-02 Cascata - Lages, N.C-03 Sabugo – Lages(Via Loteamento Novo), N.C-04 Jardim Nova Era - Dr. Eiras, N.C-05 Jardim Nova Era Guarajuba, N.C-06 Centro-Bom-Jardim, N.C-07 Centro-Ponte Coberta(Eduardo Pereira Dias-Cabral), N.C-08 Centro-Saudoso (Via Km09) N.C-09 Jardim Nova Era- Paraiso, N.C-10 Centro-Mutirão, N.C-11 Centro - São José (Via Cascata). Quaisquer elementos, informações e esclarecimentos relativos a esta licitação serão dirimidas pelo Presidente da Comissão Permanente de Licitação, no local acima e pelo telefone XX21-3693.3031, no horário de 08:00 às 17:00 horas e email compras@paracambi.rj.gov.br.

CAPÍTULO I

DO FUNDAMENTO LEGAL

1 – O presente edital, bem como o contrato de concessão de serviço dele originado, tem como fundamento legal a lei Federal nº 8.666/93, com alterações introduzidas pela lei Federal nº 8.883/94, a lei Federal nº 8.987/95, com alterações na Medida Provisória nº 1.531-11 de 17 de outubro de 1997, a Lei Orgânica do Município de Paracambi, a lei Municipal nº 364, de 10 de abril de 1996 e o Regulamento do Serviço de Transporte Coletivos do Município de Paracambi, aprovado pelo decreto nº 14/79.

CAPÍTULO II

DO OBJETO DA LICITAÇÃO



2 – O objeto de licitação é a permissão do serviço público municipal de passageiros por Ônibus no Município de Paracambi, das linhas circulares, cujas características e especificações estão definidas no **Anexo I**, parte integrante deste edital, serviço em que deverá ser praticado a tarifa máxima modular de R\$1,86(um real e oitenta e seis centavos).

3 – O prazo de concessão será de 10 (dez) anos, podendo ser prorrogado por igual período.

4 – Os veículos para operação devem observar as especificações constantes da lei nº 364 de 10-04-96 e do Regulamento aprovado pelo decreto nº 14-79, sem prejuízo do que dispuser a respeito do Código Nacional de Trânsito, por seu Regulamento e atos normativos do **CONTRAN**, ou qualquer outro órgão que venha a ser criado.

5 – O reajuste de tarifa será feito pelo INPC(Índice Nacional de Preços ao Consumidor) calculado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

Parágrafo Primeiro: O valor fixado para a tarifa dos serviços, objeto da Permissão, será mantido irredutível pelo prazo de 1 (um) ano, a contar da data da assinatura do contrato e/ou do último reajuste tarifário autorizado e homologado pelo Chefe do Poder Executivo Municipal. Podendo ser revisito, no entanto, a qualquer tempo, para fins de equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, nos termos do art. 10 da Lei Federal nº 8.987/95, tomando como parâmetro as condições do objeto da proposta da licitante vencedora.

Parágrafo Segundo: A base de cálculo para revisão de tarifa corresponderá à estrutura composta pelos custos variáveis (combustível,



Estado do Rio de Janeiro
Município de Paracambi
Comissão Permanente de Licitação



PROCESSO Nº 1915-11.964-00
Paracambi
Governando com Justiça e Dignidade

lubrificante, rodagem, peças e acessórios) e pelos custos fixos(depreciação, remuneração do capital, despesas administrativas, tributárias e trabalhistas).

Deverá ser observado a formalização da seguinte equação para o cálculo tarifário:

$$TARIFA = \{CF: PMM\} : IPKe$$

Onde:

CV = custos variáveis

CF = custos fixos

PMM = percurso médio mensal

IPKe = número médio de passageiros transportados por Km

Ressalvados os impostos sobre a renda, a criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais, após a apresentação da proposta, quando comprovada a repercussão sobre o custo do serviço, implicará a revisão da tarifa, para mais ou para menos, conforme o caso.

A remuneração do serviço prestado à Concessionária será através do pagamento de tarifa pelo passageiro transportado sendo que a administração financeira será através de caixa privado.

Em face do princípio da modicidade, considera-se justa a remuneração que atende, pelo menos, aos seguintes fatores básicos:

- a) despesas com operação;
- b) quota de depreciação compatível com os prazos e com o regime de depreciação;
- c) remuneração do capital;
- d) encargos financeiros de operadora; e



Estado do Rio de Janeiro
Município de Paracambi
Comissão Permanente de Licitação



e) encargos tributários, trabalhistas, administrativos e despesas previstas ou autorizadas.

As isenções e as gratuidades são aquelas previstas na Lei Orgânica Municipal e alterações.

Os valores das tarifas serão sempre fixados periodicamente por ato do Poder Executivo, de modo a preservar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato de Permissão.

Os valores fixados no Edital para as tarifas poderá ser objeto de equilíbrio econômico-financeiro, tanto por iniciativa do Poder Público como da Concessionária.

Constituem o equilíbrio econômico-financeiro, nos termos do art. 10 da Lei Federal nº 8.985/95, as condições objeto da proposta da licitante vencedora.

Respeitado o disposto nos §§ 3º e 4º do art. 9º da Lei Federal nº 8.987/95, são pré-requisitos essenciais para fundamentar o pedido de re-equilíbrio econômico financeiro do valor de tarifa, fatos ou causas que sejam:

- a) imprevisíveis;
- b) estranhos à vontade do Poder Concedente ou da Concessionária;
- c) inevitáveis; e
- d) causadores de significativo e irreversível desequilíbrio econômico-financeiro do contrato.

Para os fins de equilíbrio econômico-financeiro de que trata o objeto deste Edital, no caso de iniciativa da Concessionária, o pleito deverá ser protocolado por meio de requerimento fundamentado, arrolando os dados e argumentos qualitativos e quantitativos, justificadores do desequilíbrio.



Estado do Rio de Janeiro
Município de Paracambi
Comissão Permanente de Licitação

Paracambi
PREFEITURA DE
Governando com Justiça e Dignidade



PROCESO N.º 1515
P.L.S. 266
ANO 09

Previamente à análise do mérito, o Poder Concedente deverá manifestar-se formalmente quanto à admissibilidade do pleito, fundamentando-se em até 15 dias da data do seu protocolo.

Após a manifestação acerca da admissibilidade, o Poder Concedente se pronunciará quanto ao mérito, no prazo de até 30 (trinta) dias, prorrogável por igual período, desde que justificado.

6 – As características relativas ao dimensionamento da frota de veículos a ser utilizada prevista no **Anexo I** deste edital, poderão ser alteradas em decorrência de avaliação motivada do Poder Concedente.

CAPÍTULO III

DO DIA, HORA, LOCAL E COMISSÃO DE LICITAÇÃO.

7 – Os interessados deverão fazer a documentação adiante especificada na seção pública a ser realizada às 14:00 horas, do dia 22 de setembro de 2008, na Rua Juiz Emílio Carmo, 50- Centro- Paracambi.

8 – A licitação será conduzida pela Comissão Permanente de Licitação do Município previamente designada por ato do Sr. Prefeito Municipal.

9 – Para participação da licitação os interessados deverão comparecer ao ato público mencionado através de representante legal ou de mandatário especialmente constituído, não sendo aceito documentos remetidos por via postal.



CAPÍTULO IV

DA PARTICIPAÇÃO, APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS E DA

PROPOSTA.

a) Da Participação.

10 – Poderá participar da licitação toda e qualquer pessoa jurídica que tenha como objeto social a execução do serviço de transporte público e coletivo de passageiros por ônibus constituído na conformidade da legislação brasileira.

10.1 – Não serão admitidos à concorrência os licitantes cujos dirigentes, gerentes, sócios, acionistas ou componentes de seus quadros técnicos sejam servidores efetivos ou titulares de cargo em comissão ou função de confiança, ou de mandatos eletivos do Município de Paracambi, ou que tenham sido no prazo de 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data desta concorrência.

b) Da Apresentação da Documentação.

11 – A apresentação de documentos de habilitação e proposta técnica far-se-á em envelopes distintos lacrados e identificados.

11.1 – No primeiro envelope a licitante apresentará os documentos correspondentes à habilitação, enumerados no **Capítulo V** do presente edital.

11.2 – No segundo envelope a licitante apresentará a proposta técnica, conforme disposto no **Capítulo IV** deste edital.

11.3 – A documentação anteriormente referida será endereçada e entregue à Comissão de Licitação do Município, no local, dia e hora fixados no **Capítulo III** deste edital, devendo constar da parte externa de cada envelope as seguintes indicações:



I – ENVELOPE “A” – Habilitação

Município de Paracambi

Concorrência nº 001/07

Linhas Circulares nº C-01 à nº 11

Nome completo e endereço da licitante

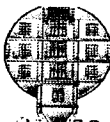
II – ENVELOPE “B” – Proposta Técnica

Município de Paracambi

Concorrência nº 001/07

Linhas Circulares nº C-01 à nº 11

Nome Completo e endereço da licitante



- 11.4 – Os documentos deverão ser relacionados e apresentados com todas as folhas numerada, em tamanho ofício, contendo a primeira folha (índice) as observações que indiquem o conteúdo das demais folhas do volume, todas rubricadas, bem como encadernadas obrigatoriamente em espiral.
- 11.5 – A abertura dos envelopes de Habilitação será realizada em ato público às 14:00 horas do dia 22 de setembro de 2008, lavrando-se ata circunstanciada com vistas a documentar o ato, a qual deverá ser assinada pelos licitantes presentes e pelos membros da Comissão, ficando a data para abertura dos envelopes correspondentes à "proposta técnica" a ser definida nesta reunião pela Comissão de Licitação do Município.

CAPÍTULO V

DA DOCUMENTAÇÃO CORRESPONDENTE À HABILITAÇÃO

- 12 – A licitante deverá apresentar no envelope “A”, concernente à habilitação, a seguinte documentação:



a) Declaração expressa de que conhece o regulamento do Serviço de Transportes Coletivos do Município de Paracambi, aprovado pelo decreto nº 14-79 e Lei Municipal de nº 364-96, bem como a Legislação Tributária e de que se submeterá ao mesmo e aos atos normativos supervenientes, conforme modelo constante do **Anexo II** do presente edital;

b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, acompanhado, no caso de sociedade por ações, dos documentos de eleição dos seus atuais administradores, devendo constar como seu objeto social a exploração do serviço público de transporte de passageiros por ônibus;

c) Documento que comprove a disponibilidade de um imóvel com as características necessárias ao cumprimento das obrigações;

d) Relação da frota com a qual serão operados as linhas, dela constando a especificação da marca do veículo, o modelo e o fabricante dos chassis ou plataforma, bem como modelo de carroceria aprovado pelo Município, ano de fabricação e número de assentos. Caso a licitante não disponha da frota fixada no **Anexo I**, deverá apresentar documentação provando possuir opção de compra, arrendamento mercantil ou "leasing", além de garantia de fonte de recursos para fazer face à obtenção dos veículos para início da operação da linha, imediatamente após a assinatura do contrato de permissão, sob pena de desclassificação;

e) Relação da frota total de veículos da empresa, discriminando marca, número total de chassis ou plataforma, carroceria, ano de fabricação, tipo (se urbano ou rodoviário) e número de assentos;

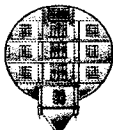
f) Balanço patrimonial e demonstração de resultados já exigível e apresentado na forma da lei, vedada sua substituição por balancete ou balanços provisórios, com vistas a demonstração da idoneidade e boa situação financeira da licitante. O balanço patrimonial será avaliado e considerado-se-á idônea financeiramente a licitante que alcançar índice





Estado do Rio de Janeiro
Município de Paracambi
Comissão Permanente de Licitação

PREFEITURA DE
Paracambi
governando com justiça e dignidade



de liquidez corrente – ativo circulante-passivo circulante – igual ou maior a 1,0 (um). No caso de sociedade por ações o balanço e demonstração de resultados que se cuida serão comprovados com a publicação em periódico, na conformidade da lei Federal n.º 6.404-76.

g) Certidões negativas de falência e concordata expedida pelo Distribuidor da sede da pessoa jurídica;

h) Prova de inscrição no Cadastro Geral de Contribuintes no Ministério da Fazenda – C.N.P.J., no Cadastro de Contribuintes da Fazenda Estadual;

i) Prova de regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual- com a Certidão da Procuradoria da Dívida Ativa do Estado(PG5) e Municipal da sede da licitante e filiais caso existente;

j) Prova de regularidade com o sistema de Seguridade Social- CND, bem como prova de regularidade perante o Fundo Garantia por tempo de serviços – FGTS.

k) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim exigir.

l) Cumprimento do disposto no inciso XXXIII do Art. 7º da constituição Federal.

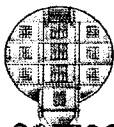
12.1 – Os documentos referidos nas alíneas anteriores poderão ser apresentados em original ou cópia, obtida esta por qualquer processo de reprodução, conferida sua autenticidade com o original por cartório competente ou mediante sua publicação em órgão da imprensa oficial de qualquer das pessoas de direito público interno.

12.2 – As empresas participantes podem ser representadas, no procedimento licitatório, por Procuradores legalmente constituídos, desde que apresentado o instrumento procuratório, com firma reconhecida, até o início da sessão de abertura dos envelopes.



Estado do Rio de Janeiro
Município de Paracambi
Comissão Permanente de Licitação

PREFEITURA DE
Paracambi
Governando com Justiça e Dignidade



PROCESSO N.º 115 FLs. 291 ANO-07

12.3 – Todos os documentos exigidos neste item 15 deverão estar válidos na data de licitação, sob pena de inabilitação.

CAPÍTULO VI

DA DOCUMENTAÇÃO CORRESPONDENTE À PROPOSTA TÉCNICA

13 – A Licitante apresentará no envelope "B", referente à proposta técnica, a seguinte documentação:

a) Relação das garagens e eventuais pontos de apoio de que seja proprietária ou possuidora, com apresentação dos títulos jurídicos a cada uma delas pertinentes, bem assim a área localização e situação respectivas.

b) Relação descritiva dos serviços executados pela própria concorrente, por exemplo, a funilaria, borracharia, capotaria, pintura, montagem de motor, mecânica, indicando não só os equipamentos disponíveis nas garagens para tanto, mas também se pertence à sua organização, como empregado, responsável técnico de nível universitário na orientação da execução de tais serviços, nomeando-o qualificando-o, a par de mencionar, outrossim, se os controles de manutenção são informatizados e se existem bombas e tanques para abastecimento da frota e dispositivos de proteção ao meio ambiente na área reservada a essa última atividade, apresentando "lay-out" das instalações, ilustrados com fotos tamanho 10x15, em cores além de técnico na área de Segurança do Trabalho.

c) Relacionar os benefícios concedidos a empregados, tais como: médico dentista, refeitório e cozinha para fornecimento de refeições ou ticket refeição, áreas de lazer, indicar se mantêm empregados nutricionistas incumbido do controle nutricional da alimentação fornecida se for o caso.



- d) Relacionar os Programas de Recursos Humanos, reconhecido por entidade oficial, destinados ao treinamento de pessoal, discriminando as disciplinas que o integram, suas respectivas cargas horárias e a periodicidade de eventuais reciclagens, indicando, ainda, se mantém, sob vínculo empregatício, psicólogo orientando a seleção e acompanhando treinamento e aperfeiçoamento dos rodoviários.
- e) Comprovar a vida útil da frota discriminada na letra "F" do item 15 (quinze) do presente edital com a nota fiscal respectiva, em se tratando de veículo zero quilometro, ou com o recibo de transferência de propriedade emitido pelo Departamento de Trânsito onde se encontrar licenciado o veículo, no caso de ter adquirido veículo usado.

CAPÍTULO VII

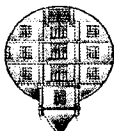
O CRITÉRIO E DOS PROCEDIMENTOS PARA JULGAMENTO DAS PROPOSTAS.

14 – O critério de julgamento da presente licitação é o da melhor proposta técnica, com tarifa fixada neste edital, conforme o inciso IV do art. 15 da lei Federal 8.987-95, acrescentando pela Medida Provisória nº1.531-11, de 17 de outubro de 1997.

15 – O julgamento das propostas será efetuado pela Comissão de Licitação do Município, à qual compete:

- a) Receber os envelopes concernentes à Habilitação e à proposta técnica entregues pelos representantes das empresas concorrentes ou seus procuradores legalmente habilitados, de acordo com o artigo 43 e seus desdobramentos, todos da lei nº8.666-93.

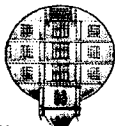
b) Proceder à abertura dos envelopes relativos à Habilitação. Os membros da Comissão e os representantes das licitantes presentes ao ato





Estado do Rio de Janeiro
Município de Paracambi
Comissão Permanente de Licitação

PREFEITURA DE
Paracambi
Governando com Justiça e Dignidade



PROCESSO N.º 1415-PLS-243
ANO-02

examinarão e rubricarão cada documento. O Presidente da comissão permanente de Licitação divulgará o resultado da fase de "Habilitação" ou fixará nova data para divulgação do Resultado da fase de "Habilitação". Os envelopes relativos à proposta técnica serão mantidos fechados e lacrados em poder da Comissão para os efeitos posteriores. Serão inabilitadas as empresas cuja documentação não satisfizer as exigências deste edital. Da decisão de habilitação ou inabilitação caberá recurso pelas interessadas, suspendendo-se o certame até o respectivo julgamento. Ao licitante inabilitado que tenha interposto recurso não será devolvido o envelope relativo à proposta técnica, devendo este ser mantido inviolado em poder da Comissão até decisão do recurso;

- c) Proceder à abertura dos envelopes contendo as propostas técnicas dos concorrentes habilitados, cuja documentação será rubricada pela comissão e representantes das licitantes presentes;
- d) Lavrar ata circunstanciada de cada sessão pública de licitação, que será assinada pelos membros da Comissão e pelos licitantes presentes;
- e) Organizar o mapa de apuração das propostas técnicas, onde serão consignados os pontos atribuídos a cada um dos seus componentes, a saber.

I – Meios de Produção de Serviço

- a) Garagens no Município = até 30 (trinta) pontos.

O número de pontos será calculado a partir da seguinte relação: área total da garagem em m² (metro quadrado), dividida pelo número da frota de ônibus exigido no Anexo I deste edital multiplicado por 20 (vinte).

PONTOS



Se a relação for em número menor de que 05 (cinco), a licitante terá 0

(zero) ponto.

Se a relação for um número entre 05 (cinco), inclusive, e 20 (vinte), inclusive, o número de pontos será igual à relação;

Se a relação for em número superior a 20 (vinte), o número de pontos será igual ao número máximo de pontos neste item.

b) Serviços executados pela própria licitante e equipamentos para manutenção e abastecimento: até 25 (vinte e cinco) pontos.

b.1 - funilaria: 2 (dois) pontos;

b.2 - borracharia, com máquinas para montar e desmontar pneus, bem

como alinhamento e cambagem: 2 (dois) pontos;

b.3 - capotaria para reparos: 1 (um) ponto;

b.4 - pintura para reparos: 1 (um) pontos;

b.5 - oficina com equipamentos para montagem de motor: 2 (dois) pontos;

b.6 - reparos na parte elétrica: 2 (dois) pontos;

b.7 - responsável técnico: 2 (dois) pontos; (engenheiro)

b.8 - bomba fixa com medidores para abastecimento de combustível,

equipada com aparelhagem para filtragem de óleo diesel: 2 (dois) pontos;

b.9 - dispositivos de proteção ao meio ambiente: 2 (dois) pontos;

b.10 - serviço de atendimento ao consumidor: 2 (dois) pontos;

b.11 - veículos de carga leve para socorro mecânico urgente: 1 (um)

ponto;

b.12 - carro-guinchô: 3 (três) pontos;

b.13 - controle informatizado de custos operacionais: 2 (dois) pontos;

b.14 - serviço de lavagem automatizado: 1 (um) ponto.

II - Assistência ao empregado: 15 (quinze) pontos.

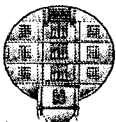
a) - se a licitante possui ambulatório: 3 (três) pontos;





Estado do Rio de Janeiro
Município de Paracambi
Comissão Permanente de Licitação

PREFEITURA DE
Paracambi
Governando com Justiça e Dignidade



PROCESSO N.º 1415 PLS 275 ANO 02

- b) - se no ambulatório dispõe-se de médico: 4 (três) pontos;
- c) - se a licitante possui refeitório ou fornece ticket alimentação: 2 (dois) pontos;
- d) - se a licitante oferece aos rodoviários treinamento e reciclagem por empresas reconhecidas a nível nacional: 3 (três) pontos;
- e) - se a licitante dispõe de psicólogo: 3 (dois) pontos;

III – relativamente à idade média da frota da linha.

- Até 1(um) ano – 40 pontos;
- Até 1(um) ano e 1 dia a 2 anos – 15 pontos;
- De 2 anos e 1 dia a 3 anos– 8 pontos;
- De 3 anos e um dia a 4 anos – 5 pontos;
- De 4 anos e um dia a 5 anos – 2 pontos;
- Mais de 5 anos – 0 pontos.

IV – bilhetagem eletrônica. 20 (vinte) pontos.

Totalmente implantada quando do início da operação das linhas licitadas.

- a) Para as licitantes que utilizarão veículos já integrantes de sua frota, a idade média da frota a ser empregada na operação da linha objeto deste edital deverá ser calculada considerando-se a data da abertura dos envelopes correspondentes à proposta técnica.
- b) Pelo menos 50 (cinquenta)% da frota deverá ser de ônibus novos, ou seja, até 1 (um) ano.

c) Para licitantes que ainda não possuam frota necessária e que se comprometerem a incorporar-lá após o resultado da licitação, respeitado o prazo máximo de 90(noventa) dias, a proposta correspondente a este quesito deverá ser integralmente cumprida, sob pena de desclassificação em favor da licitante colocada em 2º lugar. Neste caso,



a idade média da frota contará a partir da data da homologação da concorrência.

16 – Apuração Final das Propostas.

16.1 – Será considerada vencedora, no critério de melhor técnica, a licitante que obtiver a soma de pontos **igual ou superior a 80 (oitenta)**, apurados os critérios estabelecidos para os meios de produção do serviço, observada a pontuação definida no item 15 e seus subitens de I a IV.

17 – Ocorrendo empate no julgamento, será adotada para escolha da vencedora o critério único de sorteio, consoante o que dispõe o parágrafo 2º, do art. 45 da lei nº 8.666-93.

CAPÍTULO VIII DO CONTRATO

18 – A operação das linhas, na forma prevista no item 2, do capítulo II deste edital, será adjudicada à empresa vencedora do certame, depois de homologado o seu resultado pelo Prefeito Municipal de Paracambi.

18.1 – O contrato para exploração do serviço, pelo prazo de 10(dez) anos prorrogável por iguais, observada as condições estabelecidas na lei Orgânica de Paracambi, na Lei 364, de 10-04-96 no regulamento do Serviço de Transportes Coletivos de Paracambi, aprovado pelo decreto nº 14-79, neste edital e na sua minuta do Contrato constante do **Anexo III**.

19 – Homologada a licitação, o Prefeito do município de Paracambi, convocará a adjudicatária para assinar o termo de contrato em ate 05(cinco) dias, sujeitando-se esta em caso de recusa, ao disposto nos arts. 64 e 81 da lei nº



Estado do Rio de Janeiro
Município de Paracambi
Comissão Permanente de Licitação

Governando com Justiça e Dignidade

Paracambi

ANO 07

8.666-93, sem prejuízo das sanções arroladas no Capítulo XI deste instrumento convocatório.

20 – No caso em que a licitante vencedora não puder explorar o serviço objeto da licitação, será convocada por ofício, a licitante classificada imediatamente após, que deverá aceitar o mesmo contrato, que seria assinado pela licitante vencedora, restando certo que os prazos começarão a ser contados a partir da data da convocação. Se a autoridade concedente não preferir convocar nova licitação.

No caso de inexecução total ou parcial do contrato o Prefeito de Paracambi aplicará à contratada as sanções previstas no art. 87 da lei nº 8.666-93.

21 – A licitante convocada deverá manifestar-se no prazo máximo de 03(três) dias, contados da data do recebimento do ofício convocatório para assinatura do contrato, sendo que o seu silêncio implicará em desistência da concorrência, cabendo as penalidades previstas nas legislações pertinentes.

CAPÍTULO IX DAS PENALIDADES

22 – Todas as decisões da Comissão de Licitação do Município serão lançadas em ata, considerando eventuais recursos administrativos previstos no art. 109 da lei nº 8.666-93, os quais serão recebidos e processados nos termos ali estabelecidos.

23 – A licitante vencedora total ou parcialmente inadimplente serão aplicadas as sanções legais, a saber:

a) – advertência;



- b) – multa administrativa;
- c) – suspensão temporária do direito de licitar e contratar com o Município de Paracambi;

- d) – declaração de caducidade;
- e) – declaração de idoneidade;

- e.1) – declarar-se-á idônea a licitante vencedora que:

- I – praticar fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- II – praticar atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação;

- III – demonstrar não possuir idoneidade para licitar com Município de Paracambi em virtude de atos ilícitos praticados em proveito próprio ou de terceiros em qualquer fase da licitação ;

- f) – decorridos 15 (quinze) dias de atraso no início da operação, sem manifestação da licitante vencedora ou no caso de manifestação não aceita pelo Município de Paracambi, considerar-se-á caracterizada a recusa, dando causa a caducidade da concessão e aplicação da multa devida, conforme estabelecido na legislação pertinente, por ônibus que compuser frota total necessária;

- g) – ocorrendo a declaração de caducidade de que trata o item anterior, a licitante vencedora terá cumulativamente suspensão, por 18 (dezoito) meses, o direito de participação em licitação com o Município de Paracambi.

CAPÍTULO X DAS CONDIÇÕES GERAIS

24 – Eventuais dúvidas de caráter técnico ou legal acerca de interpretação das condições estabelecidas pelos Srs. Membros da Comissão de Licitação.



25 – A publicação do extrato do presente edital de licitação dar-se-á nos moldes dos incisos II e III do Art. 21 da Lei 8.666/93.

26 – Não poderão participar desta licitação firmas que tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, até a sua reabilitação, bem como a que estiver em regime de falência ou concordata.

27 – Fica estabelecido a vedação de possíveis fontes e receitas alternativas de que trata o inciso VI do Art. 18 da Lei Federal 8.987 de 13 de Fevereiro de 1995.

28 – Fica assegurado ao Município de Paracambi o direito de inspecionar as instalações das licitantes, assim como verificar a exatidão das informações prestadas antes e após a licitação.

29 – A participação nesta licitação implica na aceitação plena do presente Edital no seu inteiro teor.

30 – O presente Edital passará a fazer parte integrante do Contrato como se nele estivesse transcrito.

31 - As situações não previstas neste Edital, inclusive aquelas decorrentes de caso fortuito ou de força maior, serão resolvidos pela Comissão observada a legislação em vigor.

32 – O Município de Paracambi poderá revogar ou anular a licitação, nos termos do art. 49 da lei n.º 8.666-93.

33 – A Comissão Permanente de Licitação dirimirá as dúvidas que suscitem o Edital desde que argüidas por escrito, até o dia anterior da data fixada para abertura dos envelopes.



Estado do Rio de Janeiro
Município de Paracambi
Comissão Permanente de Licitação

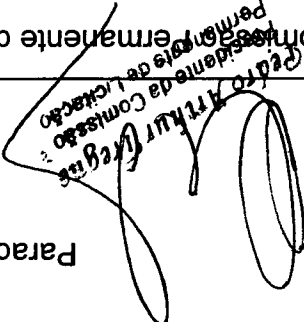


Paracambi
PREFEITURA DE
Governando com Justiça e Dignidade

PROCESSO N.º 1415 P.S. 280 ANO 07

34 – Na hipótese de procedimento judicial fica eleito o Foro da Comarca de Paracambi, com a exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Paracambi, 31 de julho de 2008


Presidente da Comissão Permanente de Licitação
Presidente da Comissão Permanente de Licitação.



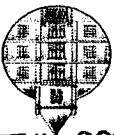
ANEXO I

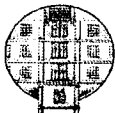
ESTRUTURA OPERACIONAL DAS LINHAS CIRCULARES DE
TRANSPORTES COLETIVOS DE PASSAGEIROS DE PARACAMBI A SEREM
OPERADAS COM ÔNIBUS URBANOS.

I – LINHA CIRCULAR N.C-01-PERCURSO DE 22 km
CENTRO – GUARAJUBA (Via Rua Dep. Romeu Natal).

- a) – Tarifa = R\$ 1,86
- b) – Horário de Circulação: das 4hs às 23hs.
- c) – Intervalos de Saídas: de 30 em 30 minutos.
- d) – Períodos de Operação: diariamente, inclusive sábados, domingos e feriados.
- e) – Itinerário: saída do ponto rodoviário da Rua Délio Basílio Leal (centro), passando por parte da Rua Dominique Level e pela rua Cel. Othon, para alcançar a Estrada RJ 127 e por ela até a rua Prefeito Helio Ferreira (km 1) e daí até a Estação Ferroviária de Lages, tomando a rua Bezerra de Menezes passando pela Pça Expedicionário Nilo Gama Flores(Pça do Miro), Trav. Bom Jardim e rua Deputado Romeu Natal (antiga rua 10) até a Escola Estadual Boa Esperança, atravessando a Estrada RJ. 127, para entrar na Rua São Jorge (Guarajuba), passando pela Rua Sta. Terezinha e Estrada Eduardo Pereira Dias até alcançar novamente, a Estrada RJ 127 e, daí, até a Rua Dr. Soares Filho, atingindo, finalmente o ponto rodoviário da Rua Délio Basílio Leal (centro).
- f) – Frota Necessária: 01 (dois) ônibus.
- g) – Vida Útil Máxima: 07 anos.

II – LINHA CIRCULAR N.C-02 PERCURSO 30 km
CASCATÁ – LAGES





a) – Tarifa: R\$ 1,86

b) - Horário de Circulação: das 05:30 às 23:30 hs.

c) – Intervalos de Saída: de uma em uma hora.

d) – Período de Operação: diariamente inclusive, sábados, domingos e

feriados.

e) – Itinerário: saída do ponto da Rua Tenente Bernardino Bastos (nas

proximidades do Hospital) no bairro Cascata, seguindo pela Rua Vicente

Cicarino e pela Estrada Governador Roberto Silveira alcançando a Rua

Américo Rodrigues Ferreira seguindo pela Avenida dos Operários

passando por parte das Ruas Dominique Level e Cel. Othon daí à Rua

Dr. Soares Filho atingindo o ponto Rodoviário da Rua Délio Basílio Leal

retornando novamente por parte das Ruas Dominique Level e Cel.

Othon alcançando a Estrada RJ 127 e daí até a Rua Pref. Hélio Ferreira

e por esta até a Estação Ferroviária de Lages seguindo pelas Ruas

Jaimé Augusto Marques, Othon dos Santos, Maximiano de Carvalho,

Prefeito Bento Barbosa, Plínio Alves de Moura,

Trav. Bom Jardim, Rua Dep. Romeu Natal até alcançar novamente a

Estrada RJ 127 e por ela retornando até as Ruas Dr. Soares Filho, Délio

Basílio Leal, Dominique Level, Av.dos Operários, Américo Rodrigues

Ferreira, Estrada Governador Roberto Silveira, Vicente Cicarino daí

alcançando finalmente o ponto da Rua Tenente Bernardino Bastos .

f) - Frota Necessária: 01 (um) ônibus.

g) - Vida Útil Máxima: 07(sete) anos.

III - LINHA CIRCULAR N.C- 03 PERCURSO 32 km

SABUGO – LAGES (Via Loteamento Novo)

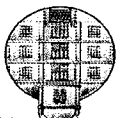
a) – Tarifa: R\$ 1,86

b) – Horário de Circulação: das 06:00 às 23:00 hs

c) – Intervalos de Saída: de 1 em 1 hora.

d) – Período de Operação: diariamente, inclusive sábados, domingos e

feriados.



- e) – Itinerário: saída do ponto da Estrada da Floresta (em frente a Escola Terra de Educar), seguindo pela mesma até as Ruas Av. Presidente João Goulart, Beraldo Sacchi, Dominique Level, Cel. Othon e Dr. Soares Filho, alcançado o ponto rodoviário da Rua Délio Basílio Leal, retornando as Ruas Dominique Level e Cel. Othon até alcançar a Estrada RJ 127 e daí pela Estrada Eduardo Pereira Dias, passando pelas seguintes ruas e avenidas: rua Santa Terezinha, Av. São Jorge, Av. Ailton Senna, rua João Batista, rua do Acesso, e av. Luiz Paulo voltando novamente pela av. São Jorge até alcançar a Estrada RJ 127 e por esta até as Ruas Dep. Romeu Natal, Trav. Bom Jardim, passando pelas Ruas Plínio Alves de Moura, Prefeito Bento Barbosa, Juscelino Kubstchek, Jonas Leal, Leal de Carvalho, Maximiano de Carvalho, Othon dos Santos, Jaime Augusto Marques, Pref. Helio Ferreira alcançando novamente a Estrada RJ 127 daí pelo mesmo itinerário até o ponto da Estrada Floresta.
- f) – frota necessária: 01 (dois) ônibus.
- g) – Vida Útil: 07 (sete) anos.

IV – LINHA CIRCULAR N.C -04 PERCURSO 28 km JARDIM NOVO ERA – DR. EIRAS

- a) – Tarifa: R\$ 1,86;
- b) - Horário de Circulação: das 04:00 às 18:00 hs;
- c) – Intervalo de Saídas: de 2 em 2 horas;
- d) – Período de Operação: diariamente inclusive, sábados, domingos e feriados.
- e) – Itinerário: saída do ponto rodoviário da rua dos Antúrios (Jardim Nova

Era), passando pelas ruas dos Cravos, Pref. Moracy Franco, Rio de Janeiro, Estrada RJ 127. Ruas Dr. Nilo Peganha, Assembleia de Deus, Américo Rodrigues Ferreira, Av. dos Operários, Dominique Level, Cel. Othon, Dr. Soares Filho, Délio Basílio Leal, Dominique Level, Cel. Othon,



Estado do Rio de Janeiro
Município de Paracambi
Comissão Permanente de Licitação

PROCESSO Nº 115.11.84
PRELIMINAR Nº 09
Paracambi
Governando com Justiça e Dignidade

- Estrada RJ 127, e daí até a Rua Prefeito Hélio Ferreira e por esta até a Estação Ferroviária de Lages, seguindo pela rua Bezerra de Menezes, Praça Expedicionário Nilo Gama Flores (Pça. do Miro), Rua Jonas Leal, Juscelino Kubstchek, Acre, Prefeito Bento Barbosa, Av. Paraiso e Estação Ferroviária Dr. Eiras, retornado pelo mesmo itinerário até o ponto rodoviário da rua dos Antúrios.
- f) – Frota Necessária: 01 (ônibus);
- g) – vida Útil Máxima: 07(sete) anos.

V – LINHA CIRCULAR N.C – 05 PERCURSO DE 30 KM
JARDIM NOVA ERA – GUARAJUBA

- a) – Tarifa: R\$ 1,86;
- b) – Horário de Circulação: das 00:00 às 23:59h.
- c) - Intervalo de Saídas: de 30 em 30 minutos, a partir das 04:00 até às 00:00.(após de hora em hora).
- d) – Período de Operação: diariamente, inclusive sábados, domingos e feriados.

- e) – Itinerário: saída do ponto rodoviário da rua dos Antúrios (Jardim Nova

Era), passando pela rua dos Cravos, pelas ruas Pref. Moracy Franco, Rio de Janeiro, Estrada RJ 127, Ruas Dr. Nilo Peganha, Assembleia de Deus, Américo Rodrigues Ferreira, Av. dos Operários, Rua Dominique Level, Cel.Othon, Dr.Souares Filho, Délio Basílio Leal, Dominique Level, Cel. Othon, , Estrada RJ 127 e daí até a Rua são Jorge (Guarajuba), passando pelas Ruas São Judas Tadeu, Gen. Uzeda, São Paulo , Sta. Terezinha, por onde retorna até a rua São Jorge ate atingir a Estrada RJ 127 e aí passando pela Rua Dep. Romeno Natal, Trav. Bom Jardim, Plínio Alves de Moura, Prefeito Bento Barbosa, Juscelino Kubstchek, Jonas Leal, Leal de Carvalho, Maximiano de Carvalho, Othon dos Santos, até a Estação Ferroviária de Lages, daí pelas Rua Prefeito Hélio Ferreira até alcançar novamente a Estrada RJ 127 e por ela retornando pelo mesmo percurso até o ponto rodoviário da Rua dos Antúrios.

- f) – Frota Necessária: 02(dois) ônibus.



Estado do Rio de Janeiro
Município de Paracambi
Comissão Permanente de Licitação

g) – Vida Útil Máxima: 07 (sete) anos.

**VI – LINHA CIRCULAR N.C-06 – PERCURSO DE 30 KM
CENTRO – BOM JARDIM**

a) - Tarifa: R\$ 1,86;

b) – Horário de Circulação: das 06:00 às 22:00hs.

c) - Intervalo de Saídas: de 1 em 1 hora.

d) - Período de Operação: diariamente, inclusive sábados, domingos e

feriados.

e) – ITINERÁRIO: Saída do ponto rodoviário da rua Délio Basílio Leal,

passando pelas ruas Dominique Level, Cel. Othon, alcançando a Estrada

RJ 127 até a rua Prefeito Hélio Ferreira (KM 01) e por esta até a Estação

Ferroviária de Lages, passando pela rua Bezerra de Menezes, pela Praça

Expedicionário Nilo Gama Flores (Pça. do Miro), rua Plínio Alves de Moura

e daí, até a Estrada do Bom Jardim, retornando pelo mesmo itinerário até a

rua Dr. Soares Filho até, finalmente chegar ao ponto rodoviário da rua Délio

Basílio Leal.

f) – FROTA NECESSÁRIA: 01 (um) carro.

g) – VIDA ÚTIL MÁXIMA: 07 (sete) anos.

VII – LINHA CIRCULAR N.C-07 – PERCURSO DE 25 km

CENTRO – PONTE COBERTA (Via Estrada Eduardo Pereira Dias-

Cabral).

a) - Tarifa: R\$ 1,86;

b) – Horário de Circulação: das 06:00 às 21:00hs.

c) - Intervalos de Saídas: de 3 em 3 horas.

d) - Período de Operação: diariamente, inclusive sábados, domingos e

feriados.

e) – ITINERÁRIO: Saída do ponto rodoviário da Rua Délio Basílio Leal,

passando pelas ruas Dominique Level, Cel. Othon, alcançando a Estrada

Paracambi
PREFEITURA DE
Governando com Justiça e Dignidade



PROCESSO Nº 115.115.285 ANO 04

RJ 127 e, por esta a Estrada Eduardo Pereira Dias, passando pelo km 9 por onde seguirá até o bairro de Ponte Coberta, daí até a Rodovia Presidente Dutra e por ela até seu km 212, entrada de Paracambi, seguindo pela Estrada RJ 127 até alcançar a rua Dr. Soares Filho daí até o ponto rodoviário da rua Delio Bastilio Leal.



Estado do Rio de Janeiro
Município de Paracambi
Comissão Permanente de Licitação

PREFEITURA DE
Paracambi
Governando com Justiça e Dignidade



PROCESSO N.º 1415 PLS 984 ano 02

b) Horário de Circulação:

c) Intervalos de Saída: de 30 em 30 minutos;

d) Período de Operação: diariamente, inclusive sábados, domingos e

feriados.

e) Itinerário: saída do ponto rodoviário da rua dos Antúrios (Jardim Nova

Era), passando pela rua dos Cravos, pelas ruas Prefeito Moracy Franco,

Rio de Janeiro, Estrada RJ 127, rua Dr. Nilo Peganha, Assembleia de

Deus, Américo Rodrigues Ferreira, Av. dos Operários, ruas Dominique

Leal, Cel. Othon, Dr. Soares Filho, Delio Basílio Leal, Dominique Leal,

Cel. Othon, Estrada RJ 127 e daí ate a rua Prefeito Helio Ferreira e por

esta até a Estação Ferroviária de Lages, seguindo pela Rua Bezerra de

Menezes, Pça Expedicionário Nilo Gama Flores (Pça do Miro), Rua

Jonas Leal, Juscelino Kubstchek, Acre, Prefeito Bento Barbosa, Av.

Paraiso retornado pelo mesmo itinerário ate a rua dos Antúrios no

(Jardim Nova Era).

f) Frota Necessária: 02 (dois) ônibus;

g) Vida Útil Máxima: 07 (sete) anos.

X - LINHA CIRCULAR N.C - 10 PERCURSO 25km

CENTRO - MULTIRÃO

a) Tarifa: R\$ 1,86;

b) Horário de Circulação: das 6:30 às 18:30hs;

c) Intervalos de Saída: de 6 em 6 horas.

d) Período de operação: terças, quintas e domingos.

e) Itinerário:saída do ponto rodoviário da rua Delio Basílio Leal (centro)

passando pelas ruas Dominique Leal, Juiz Emilio Carmo e Alzito

Zaru,attingindo a Estrada RJ 093 por está até a Estrada do Barreiro,

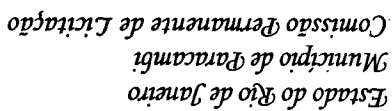
retornando pelo mesmo itinerário até ruas Cel. Othon e Dr. Soares Filho

até finalmente atingir o ponto rodoviário da rua Delio Basílio Leal;

f) Frota Necessária: 01 (um) ônibus.

g) Vida Útil Máxima: 07 (sete) anos.

- XI - LINHA CIRCULAR N.C - 11 PERCURSO 20 km**
CENTRO - SÃO JOSÉ (Via Cascata)





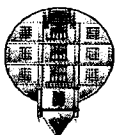
ANEXO II
DECLARAÇÃO

Nome da Licitante:

Endereço:

Tendo em vista o estabelecimento no item 15, alínea a do Edital de Concorrência Pública n., cujo objeto é a permissão de serviços de transportes de passageiros por ônibus no Município de Paracambi, das linhas c-01 à c-11, declara que conhece o Regulamento do Serviço de Transportes Coletivos do Município de Paracambi, aprovado pelo decreto n. 14-79 e lei Municipal de n. 364-96 e que submeterá ao mesmo e aos atos normativos supervenientes.

Assinatura do representante legal da licitante





Estado do Rio de Janeiro
Município de Paracambi
Comissão Permanente de Licitação



PREFEITURA DE
Paracambi
Governando com Justiça e Dignidade

ANEXO III

TERMO DE PERMISSÃO

TERMO DE PERMISSÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE COLETIVO DE PASSAGEIROS, LAVRADO PELO MUNICÍPIO DE PARACAMBI, OBJETIVANDO A OPERAÇÃO DAS LINHAS CIRCULARES: N.C-01 - CENTRO- GUARAJUBA (VIA RUA DEF. ROMEU NATAL), N.C-02 - CASCATÁ - LAGES, N.C-03 - SABUGO -LAGES (VIA LOTEAMENTO NOVO), N.C-04 - JARDIM NOVA ERA - DR. EIRAS, N.C-05 - JARDIM NOVA ERA - GUARAJUBA, N.C-06 - CENTRO - BOM JARDIM, N.C-07 - CENTRO - PONTE COBERTA(VIA EDUARDO PEREIRA DIAS -CABRAL), N.C-08 - CENTRO - SAUDOSO (VIA KM09), N.C-09 JARDIM NOVA ERA - PARAISO, N.C-10 CENTRO-MULTIRÃO, N.C-11-CENTRO-SÃO JOSÉ.

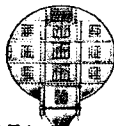
Aos _____ () dias _____ do mês de _____ do ano de _____ no Gabinete do Prefeito, situado na rua _____ n. _____, Centro, presentes:

1) - O município de Paracambi, doravante denominado Poder Permitente, neste ato representado pelo Prefeito.

2) - A empresa _____, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes do Ministério da fazenda sob. o n. _____, e no Cadastro Estadual se for o caso sob o n. _____, estabelecida na _____, e no Cadastro da Fazenda Municipal o n. _____, doravante denominada concessionária, representada neste ato pelo Sr. _____, na qualidade de sócio _____, na forma de seu contrato social, como C/C n. _____ gerente,



às 23 hs e o seguinte itinerário: saída do ponto rodoviário da Rua Dêlio Basílio Leal (centro), passando por parte da Rua Dominique Level e pela rua Cel. Othon, para alcançar a Estrada RJ 127 e por ele até a rua Prefeito Helio Ferreira (km 1) e daí até a Estação Ferroviária de Lages, tomando a rua Bezerra de Menezes passando pela Pça Expedicionário Nilo Gama Flores(Pça do Miro), Trav. Bom Jardim e rua Deputado Romeu Natal (antiga rua 10) até a Escola Estadual Boa Esperança, atravessando a Estrada RJ. 127, para entrar na Rua São Jorge (Guarajuba), passando pela Rua Sta. Terezinha e Estrada Eduardo Pereira Dias até alcançar novamente, a Estrada RJ 127 e, daí, até a Rua Dr. Soares Filho, atingindo, finalmente o ponto rodoviário da Rua Dêlio Basílio Leal (centro). N.C-02 – CASCATA / LAGES com 30 km, no horário de 05:30 hs às 23:30 hs e o seguinte itinerário: saída do ponto da Rua Tenente Bernardino Bastos (nas proximidades do Hospital) no bairro Cascata, seguindo pela Rua Vicente Cicarino e pela Estrada Governador Roberto Silveira alcançando a Rua Américo Rodrigues Ferreira seguindo pela Avenida dos Operários passando por parte das Ruas Dominique Level e Cel. Othon daí à Rua Dr. Soares Filho atingindo o ponto Rodoviário da Rua Dêlio Basílio Leal retornando novamente por parte das Ruas Dominique Level e Cel. Othon alcançando a Estrada RJ 127 e daí até a Rua Pref. Hélio Ferreira passando e por esta até a Estação Ferroviária de Lages seguindo pelas Ruas Jaime Augusto Marques, Othon dos Santos, Maximiano de Carvalho, Prefeito Bento Barbosa, Plínio Alves de Moura, Trav. Bom Jardim, Rua Dep. Romeu Natal até alcançar novamente a Estrada RJ 127 e por ela retornando até as Ruas Dr. Soares Filho, Dêlio Basílio Leal, Dominique Level, Av.dos Operários, Américo Rodrigues Ferreira, Estrada Governador Roberto Silveira, Vicente Cicarino daí alcançando finalmente o ponto final da Rua Tenente Bernardino Bastos . N.C-03 – SABUGO / LAGES (Via Loteamento Novo) com 30 km,no horário de 6:00 às 23:00 hs e o seguinte itinerário: saída do ponto da Estrada da Floresta (em frente a Escola Terra de Educar), seguindo pela mesma até as Ruas Av. Presidente João Goulart, Beraldo Sacchi, Dominique Level, Cel. Othon e Dr. Soares Filho, alcançado o ponto



rodoviário da Rua Délio Basílio Leal, retornando as Ruas Dominique Level e Cel. Othon até alcançar a Estrada RJ 127e daí pela Estrada Eduardo Pereira Dias, passando pelas seguintes ruas e avenidas: rua Santa Terezinha, Av. São Jorge, Av. Ailton Senna, rua João Batista, rua do Acesso, e av. Luiz Paulo voltando novamente pela av. São Jorge até alcançar a Estrada RJ 127 e por esta até as Ruas Dep. Romeu Natal, Trav. Bom Jardim, passando pelas Ruas Plínio Alves de Moura, Prefeito Bento Barbosa, Juscelino Kubstchek, Jonas Leal, Leal de Carvalho, Maximiano de Carvalho, Othon dos Santos, Jaime Augusto Marques, Pref. Helio Ferreira alcançando novamente a Estrada RJ 127 daí pelo mesmo itinerário até o ponto da Estrada Floresta. **N.C-04 – JARDIM NOVA ERA / DR. EIRAS** com 28 km, no horário de 4 às 18 hs e o seguinte itinerário: saída do ponto rodoviário da rua dos Antúrios (Jardim Nova Era), passando pelas ruas dos Cravos, Pref. Moracy Franco, Rio de Janeiro, Estrada RJ 127. Ruas Dr. Nilo Peganha, Assembleia de Deus, Américo Rodrigues Ferreira, Av. dos Operários, Dominique Level, Cel. Othon, Dr. Soares Filho, Délio Basílio Leal, Dominique Level, Cel. Othon, Estrada RJ 127, e daí até a Rua Prefeito Helio Ferreira e por esta até a Estação Ferroviária de Lages, seguindo pela rua Bezerra de Menezes, Praça Expedicionário Nilo Gama Flores (Pça. do Miro), Rua Jonas Leal, Juscelino Kubstchek, Acre, Prefeito Bento Barbosa, Av. Paraiso e Estação Ferroviária Dr. Eiras, retornando pelo mesmo itinerário até o ponto rodoviário da rua dos Antúrios. **N.C-05 – JARDIM NOVA ERA / GUARAJUBA** com 30 km, no horário das 00:00 hs às 23:59 hs.e o seguinte itinerário: saída do ponto rodoviário da rua dos Antúrios (Jardim Nova Era), passando pela rua dos Cravos, pelas ruas Pref. Moracy Franco, Rio de Janeiro, Estrada RJ 127, Ruas Dr. Nilo Peganha, Assembleia de Deus, Américo Rodrigues Ferreira, Av. dos Operários, Rua Dominique Level, Cel.Othon, Dr.Soaress Filho, Délio Basílio Leal, Dominique Level, Cel. Othon, Estrada RJ 127 e daí até a Rua São Jorge (Guarajuba), passando pelas Ruas São Judas Tadeu, Gen. Uzeda, São Paulo , Sta. Terezinha, por onde retorna até a rua São Jorge ate atingir a Estrada RJ 127 e aí passando pela Rua Dep. Romeu Natal, Trav. Bom Jardim, Plínio Alves de Moura, Prefeito



Bento Barbosa, Juscelino Kubstchek, Jonas Leal, Leal de Carvalho, Maximiano de Carvalho, Othon dos Santos, até a Estação Ferroviária de Lages, daí pelas Rua Prefeito Helio Ferreira até alcançar novamente a Estrada RJ 127 e por ela retornando pelo mesmo percurso até o ponto rodoviário da Rua dos Antúrios. N.C-06 – CENTRO / BOM JARDIM com 30 km, no horário das 6 às 22 hs e o seguinte itinerário: Saída do ponto rodoviário da rua Dêlio Basílio Leal, passando pelas ruas Dominique Level, Cel. Othon, alcançando a Estrada RJ 127 até a rua Prefeito Helio Ferreira (KM 01) e por esta até a Estação Ferroviária de Lages, passando pela rua Bezerra de Menezes, pela Praça Expedicionário Nilo Gama Flores (Pça. do Miro), rua Plínio Alves de Moura e daí, até a Estrada Maurício da Silva Guimarães, retornando pelo mesmo itinerário até a rua Dr. Soares Filho até, finalmente chegar ao ponto rodoviário da rua Dêlio Basílio Leal. N.C-07 – CENTRO / PONTE COBERTA (Via Estrada Eduardo Pereira Dias - Cabral) com 25 km, no horário das 6 às 21 hs e o seguinte itinerário: Saída do ponto rodoviário da Rua Dêlio Basílio Leal, passando pelas ruas Dominique Level, Cel. Othon, alcançando a Estrada RJ 127 e, por esta a Estrada Eduardo Pereira Dias, passando pelo km 9 por onde seguirá até o bairro de Ponte Coberta, daí até a Rodovia Presidente Dutra e por ela até seu km 212, entrada de Paracambi, seguindo pela Estrada RJ 127 até alcançar a rua Dr. Soares Filho daí até o ponto rodoviário da rua Dêlio Basílio Leal. N.C-08 CENTRO- SAUDOSO (Via Km09), com 35km no horário das 06 as 21 hs. seguinte itinerário: saída do ponto rodoviário da rua Dêlio Basílio Leal, passando por parte da Rua Dominique Level, até alcançar a Av. Presidente João Goulart e a rua Beraldo Sacchi, passando pela Estrada da Floresta alcançando a Estrada Eduardo Pereira Dias até o ponto próximo a Escola M. da Floresta retornando pela mesma até a Estrada do Saudoso Seguindo até o seu ponto final, retornando pela Estrada da Floresta daí seguindo o mesmo itinerário até as ruas Cel. Othon, Dr. Soares Filho e daí, até ao ponto rodoviário da Rua Dêlio Basílio Leal. N.C 09- JARDIM NOVA ERA – PARAÍSO com 28 km no horário das 04 às 23hs. seguinte itinerário: : saída do ponto rodoviário da rua dos Antúrios



Estado do Rio de Janeiro
Município de Paracambi
Comissão Permanente de Licitação



PREFEITURA DE
Paracambi
Governando com Justiça e Dignidade

PROCESSO N.º 1415 PLS 895 ANO-07

(Jardim Nova Era), passando pela rua dos Cravos, pelas ruas Prefeito Moracy Franco, Rio de Janeiro, Estrada RJ 127, rua Dr. Nilo Peganha, Assembleia de Deus, Américo Rodrigues Ferreira, Av. dos Operários, ruas Dominique Leal, Cel. Othon, Dr. Soares Filho, Dello Basílio Leal, Dominique Leal, Cel. Othon, Estrada RJ 127 e daí ate a rua Prefeito Helio Ferreira e por esta até a Estação Ferroviária de Lages, seguindo pela Rua Bezerra de Menezes, Pça Expedicionário Nilo Gama Flores (Pça do Miro), Rua Jonas Leal, Juscelino Kubstchek, Acre, Prefeito Bento Barbosa, Av. Paraíso retornado pelo mesmo itinerário ate a rua dos Antúrios no (Jardim Nova Era) . N.C – 10 – CENTRO- MULTIRÃO – com 25km, no horalo das 06 as 18hs. E no seguinte itinerário: saída do ponto rodoviário da rua Dello Basílio Leal (centro) passando pelas ruas Dominique Leal, Juiz Emílio Carmo e Alziro Zaru,attingindo a Estrada RJ 093 por esta até a Estrada do Barreiro, retornando pelo mesmo itinerário até ruas Cel. Othon e Dr. Soares Filho até finalmente atingir o ponto rodoviário da rua Dello Basílio Leal. N.C – 11 – CENTRO – SÃO JOSÉ (Via Cascata), com 20 km,no horário de 06 as 18hs. e o seguinte itinerário: saída do ponto rodoviário da Rua Dello Basílio Leal (centro), passando por parte da rua Dominique Leal, Av. dos Operários, Américo Rodrigues Ferreira, Estrada Governador Roberto Silveira e Estrada para São José até alcançar o ponto final, retornando pelo mesmo itinerário até as ruas Cel. Othon e Dr. Soares Filho até finalmente atingir o ponto rodoviário da Dello Basílio Leal.

CLAUSULA TERCEIRA DO VALOR DA TARIFA

Os serviços ora permitidos serão remunerados pelas seguintes tarifas:

N.C -01 – Centro/Guarajuba (Via Rua 10)

= R\$ 1,86 (um real e oitenta e seis centavos);

N.C – 02 - Cascata/Lages (Via Hospital Municipal)



Estado do Rio de Janeiro
Município de Paracambi
Comissão Permanente de Licitação



Paracambi
PREFEITURA DE
Governando com Justiça e Dignidade

PROCESSO Nº 15.115
P.L.S. 296
ANO 02

= R\$ 1,86 (um real e oitenta e seis centavos);

N.C – 03 - Sabugo/Lages(Via Loteamento Novo)

= R\$ 1,86 (um real e oitenta e seis centavos);

N.C – 04 – Jardim Nova Era/Dr. Eiras

= R\$ 1,86 (um real e oitenta e seis centavos);

N.C – 05 – Jardim Nova Era/Guarajuba

= R\$ 1,86 (um real e oitenta e seis centavos);

N.C – 06 - Centro/Bom Jardim

= R\$ 1,86 (um real e oitenta e seis centavos);

N.C – 07 – Centro/Ponte Coberta(Via Estrada Eduardo Pereira Dias-Cabral)

= R\$ 1,86 (um real e oitenta e seis centavos);

N.C – 08 – Centro/Saudoso (Via Km09)

=R\$ 1,86 (um real e oitenta e seis centavos);

N.C – 09 – Jardim Nova Era/Paraiso

=R\$ 1,86 (um real e oitenta e seis centavos);

N.C – 10 – Centro/Mutirão

=R\$ 1,86 (um real e oitenta e seis centavos);

N.C – 11 – Centro/São José

=R\$ 1,86 (um real e oitenta e seis centavos);

CLÁUSULA QUARTA

DO REAJUSTE TARIFARIO.

A tarifa será reajustada anualmente de acordo com a variação anual do

IPCA.

CLÁUSULA QUINTA

DAS OBRIGAÇÕES DA CONCESSIONÁRIA

Pelo presente Termo, a "Concessionária" obriga-se principalmente a:



I – dar início a execução dos serviços no prazo de 03 (três) dias úteis, contados

da data da apresentação da frota;

II – prestar serviço adequado, na forma prevista neste Termo e nas normas

reglamentares ou técnicas aplicáveis;

III – manter em dia o inventário e o registro dos bens utilizados na prestação do

serviço;

IV – prestar contas da gestão do serviço à Secretaria Municipal de Fazenda

nos termos da lei nº 364/96, fazendo-o através da Secretaria de Trânsito e

Transportes;

V – cumprir e fazer cumprir as normas do serviço e cláusulas desta concessão;

VI – permitir aos encarregados da fiscalização livre acesso, em qualquer

época, aos equipamentos e as instalações integrantes do serviço, bem como

seus registros contábeis;

VII – submeter o veículo a vistoria periódica conforme a legislação em vigor;

VIII – manter, durante o prazo em vigência do presente Termo, qualificação

compatível com o exercício da prestação do serviço;

IX – observar as normas relativas às características dos veículos;

X – efetuar a substituição dos veículos quando atingirem o tempo limite de vida

útil, conforme determinado pelo regulamento.

XI – comunicar ao Departamento de Transportes a ocorrência de perda,

acidente, roubo ou furto do veículo cadastrado;

XII – providenciar a apresentação de novo veículo nos casos da alínea anterior,

no prazo Máximo de 90 (noventa) dias contados da ocorrência do fato;

XIII – cobrar o preço da passagem de acordo com o valor fixado ou o

posteriormente determinado pelo **Poder Concedente**;

XIV – manter seguro de responsabilidade civil com cobertura de R\$ 400.000,00

quatrocentos mil reais) por evento, cobrindo todos os passageiros

transportados com despesas médicas, hospitalares, morte e invalidez.

XV – manter seguro para terceiros cobrindo danos materiais e pessoais com

cobertura de R\$100.000,00 (cem mil reais) por evento.

XVI – em eventos comemorativos da cidade a empresa se comprometerá a

disponibilizar ônibus extras para o deslocamento da população durante a





realização do evento, conforme horários estipulados pela Secretaria de

Transito e Transporte.

XVII – cuidar dar para que a frota e a garagem atendam aos requisitos básicos de conservação do meio ambiente, como: separador de óleo e emissão de CO₂.

XVIII – estar com sistema de validadores de passagens eletrônicas (Rio Card.)

funcionando.

XIX – todos os veículos da frota deveram estar emplacados no município.

§ 1º - Qualquer alteração societária da empresa **Concessionária** será

regida pelas disposições de direito provado e pela legislação trabalhista, não se estabelecendo qualquer relação entre os terceiros contratados e o outorgante.

§ 2º - Fica obrigado a permissonária a instalar no prazo Máximo de 01

(um) ano, garagem com capacidade para frota existente dentro do Município, bem como, emplacar todos os veículos na cidade de Paracambi.

CLÁUSULA SEXTA

DOS ENCARGOS DO PODER CONCEDENTE

Pelo presente termo, O Poder Concedente obriga-se a:

- I – fiscalizar, permanentemente, a prestação do serviço delegado;
- II – aplicar as penalidades regulamentares e as previstas no presente Termo;
- III – extinguir a concessão nos casos previstos neste Termo e Regulamento do Serviço;
- IV – proceder a revisão das tarifas e autorizar seu reajustamento, nos termos da legislação pertinente;
- V – fazer cumprir as disposições regulamentares do serviço e as cláusulas do Termo de Concessão;
- VI – Zelar pela boa qualidade do serviço e receber, apurar e solucionar queixas e reclamações dos usuários;





VII – estimular o aumento da qualidade e da produtividade, e preservação do meio ambiente e a conservação dos bens e equipamentos utilizados no serviço.

§ 1º - Incorre em pena de caducidade a **Concessionária** que descumprir cláusulas do Termo de Permissão, disposições legais ou regulamentares concernentes a prestação do serviço, a saber:

§ 2º - Em face do estabelecido no § 2º, do art. 71 da lei nº. 8.666/93 deverá apresentar a **Concessionária**, sempre que solicitado, a comprovação de quitação dos encargos previdenciários da mão-de-obra alocada à execução dos serviços permitidos.

§ 3º - A fiscalização do serviço será feita por intermédio do Departamento de Transportes, podendo ser utilizados meios eletrônicos ou outras tecnologias no auxílio ao seu desempenho.

CLÁUSULA SÉTIMA DA EXTINÇÃO DA CONCESSÃO

Extingue-se a concessão por:

- I – advento do termo de delegação;
- II – caducidade;
- III – desistência da exploração do serviço, parcial ou totalmente, mediante notificação escrita ao Poder Permitente, obrigando-se a concessionária a cumprir integralmente as cláusulas da Concessão pelo período de 6 (seis) meses, após a referida notificação. A desistência manifestada antes do decurso do prazo da concessão mencionado na Cláusula Décima – Segunda implicará na imposição de multa de 20% (vinte por cento) do valor do contrato;
- IV – anulação;



V – falência.

§ 1º - incorre em pena de caducidade a Concessionária que descumprir cláusulas do Termo de Permissão, disposições legais ou regulamentares concernentes a prestação do serviço, a saber:

- I – paralisar o serviço por mais de 10 (dez) dias consecutivos, ressalvadas as hipóteses decorrentes de caso fortuito ou força maior;
- II – executar menos da metade do número das frequências mínimas durante o período de 90 dias (noventa) dias consecutivos, salvo por motivo de força maior, devidamente comprovado;
- III – não cumprir, aos a terceira advertência, observados os prazos legais, as penalidades impostas por infrações;
- IV - apresentar elevado índice de acidentes graves, aos quais a Concessionária ou seus prepostos hajam dado causa, apurada a responsabilidade mediante o devido processo legal;
- V – nos casos previstos como de “cassação” constantes de leis ou de

regulamento do Serviço e demais normas pertinentes.

§ 2º - A declaração de caducidade deverá ser precedida da verificação da inadimplência da Concessionária em processo administrativo, assegurado o direito de ampla defesa.

§ 3º - Não será extinta a Concessão antes de comunicada a Concessionária os descumprimentos referidos no § 1º desta cláusula, dando-se-lhe um prazo de 15 (quinze) dias para corrigir as falhas e transgressões que lhe forem imputados, observado o disposto no inciso II do § 1º.

§ 4º - Comprovada a inadimplência, a caducidade será declarada por ato do Prefeito Municipal.





Estado do Rio de Janeiro
Município de Paracambi
Comissão Permanente de Licitação



PREFEITURA DE
Paracambi
Governando com Justiça e Dignidade

§ 5º - Declarada a caducidade não resultará para o Permitente qualquer espécie de responsabilidade em relação aos encargos, ônus, obrigações ou compromissos com terceiros ou com empregados da Concessionária.

§ 6º - A declaração de caducidade impedirá a Concessionária de, durante o prazo de 6(seis) a 24(vinte quatro) meses, a ser fixado em cada caso, habilitar-se a nova outorga.

CLÁUSULA OITAVA DA RESPONSABILIDADE DA CONCESSIONÁRIA

A infração às determinações contidas neste Termo e na legislação que a disciplina, sujeitará a Concessionária, às seguintes penalidades:

I – multa;

II – lacre;

III – suspensão da permissão para execução do serviço;

IV – caducidade da Concessão;

V – suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 02(dois) anos;

VI – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

§ 1º - As sanções previstas nos incisos III e IV poderão ser aplicadas conjuntamente com a do inciso I.

§ 2º - As sanções estabelecidas nos incisos III, IV, V e VI, desta cláusula são de competência exclusiva do Secretário Municipal de Fazenda, facultada a defesa da interessada no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da



Estado do Rio de Janeiro
Município de Paracambi
Comissão Permanente de Licitação

abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após o decurso do prazo consignado.

§ 3º - As sanções estabelecidas pelos incisos I e II desta cláusula são de competência da Secretaria de Transportes.

§ 4º - Nos casos de aplicação conjunta das sanções previstas aos incisos I, II, III e IV desta cláusula a competência para sua aplicação se desloca para o Secretário de Fazenda.

CLÁUSULA NONA DOS RECURSOS

Dos atos da Administração caberão os seguintes recursos:

I – a impugnação contra aplicação das penalidades previstas nos incisos I e II da cláusula nona será endereçada e decidida pela Secretaria de Trânsito e Transportes;

II – a impugnação contra a aplicação das demais penalidades será endereçada e decidida pelo Secretário Municipal de Fazenda;

III – contra a decisão proferida pela autoridade mencionada no inciso I caberá recurso a ser apreciado pela Secretaria Municipal de Fazenda;

IV – contra a decisão proferida pela autoridade referida no inciso II caberá recurso a ser examinado pelo Prefeito Municipal.

§ 1º - O prazo das impugnações previstas nos incisos I e II desta cláusula será de 10m (dez) dias, contados, a partir da ciência inequívoca do fato;

§ 2º - O prazo para a interposição dos recursos previstos nos incisos III e IV destas cláusulas, será 15 (quinze) dias contados da ciência inequívoca da decisão recorrida.





CLÁUSULA DÉCIMA DO PRAZO

A presente Concessão de Serviço é outorgada pelo prazo de 10 (dez) anos, podendo ser prorrogado por igual período.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca do Município de Paracambi, para a solução judicial das demandas relativas ao presente Contrato de Adesão, não resolvidas amigavelmente, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA DA PUBLICAÇÃO

A Secretaria Municipal de Governo fará publicar, às expensas da Concessionária, o extrato deste instrumento, no prazo de 20 (vinte) dias contados da sua assinatura.

E, por estarem definidos as regras básicas da Concessão ora outorgada, às quais adere a Concessionária firmam o presente em 05(cinco) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Paracambi, de de 2007.



TESTEMUNHAS:

PELA CONCESSIONÁRIA

PREFEITO MUNICIPAL

Pelo Poder Permitente

Estado do Rio de Janeiro
Município de Paracambi
Comissão Permanente de Licitação



Paracambi
PREFEITURA DE
Governando com Justiça e Dignidade



PROCESSO N.º 115 P.S. 304 ANO 04



ANEXO IV PROJETO BÁSICO

I – OBJETO:

Operação das linhas Circulares de Transporte Coletivo por Ônibus que farão as seguintes ligações: N.C – 01 Centro-Guarajuba (Via rua Dep. Romeu Natal); N.C -02 Cascata - Lages; N.C – 03 Sabugo – Lages (Via Loteamento Novo); N.C -04 Jardim Nova Era- Dr. Eiras; N.C – 05 Jardim Nova Era- Guarajuba (Via Estrada Eduardo Pereira Dias-Cabral); N.C – 06 Centro-Bom Jardim, Guarajuba; N.C – 07 Centro-Ponte Coberta (Via Km09), Estrada Eduardo Pereira Dias-Cabral); N.C – 08 Centro- Saudoso, (via Km09), N.C- 09 Jardim Nova Era- Paraiso; N.C – 10 Centro-Multirão; N.C – 11 Centro - São José.

II – ESPECIFICAÇÕES:

II.1 – QUILOMETRAGEM TOTAL DE CADA UMA DAS LINHAS CIRCULARES:

N.C – 01 Centro-Guarajuba (Via rua Dep. Romeu Natal);

22 km

N.C - 02 Cascata – Lages;

30km

N.C – 03 Sabugo – Lages (Via Loteamento Novo);

32 km

N.C - 04 Jardim Nova Era- Dr. Eiras;

28 km

N.C – 05 Jardim Nova Era- Guarajuba;

30 km

N.C – 06 Centro-Bom Jardim;

25km

N.C – 07 Centro-Ponte Coberta (Via Estrada Eduardo Pereira Dias – Cabral);



Estado do Rio de Janeiro
Município de Paracambi
Comissão Permanente de Licitação

Paracambi
PREFEITURA DE
Governando com Justiça e Dignidade



PROCESSO N.º 1915 PLS 306 ANO 09

N.C – 08 Centro- Saudoso (Via Km09);
30 km
35 km
N.C – 09 Jardim Nova Era-Paraiso;
28 km
N.C - 10 Centro – Mutirão;
25km
N.C – 11 Centro – São José
20 km

II.2 – VEÍCULO A SER UTILIZADO:

O veículo a ser utilizado é o ônibus do Tipo Urbano.

II.3 – FROTA DETERMINADA:

A frota determinada para operação das linhas é de 13 (treze) ônibus:
N.C – 01 Centro-Guarajuba (Via rua Dep. Romeno Natal);
01
N.C - 02 Cascata – Lages;
01
N.C – 03 Sabugo - Lages;
01
N.C -04 Jardim Nova Era- Dr. Eiras;
01
N.C – 05 Jardim Nova Era- Guarajuba;
02
N.C – 06 Centro-Bom Jardim;
01
N.C – 07 Centro-Ponte Coberta (Via Estrada Eduardo Pereira Dias-Cabral);
01
N.C – 08 Centro- Saudoso (Via Km09)



Estado do Rio de Janeiro
Município de Paracambi
Comissão Permanente de Licitação

01

N.C – 09 Jardim Nova Era-Paraiso;

02

N.C – 10 Centro-Mutirão;

01

N.C – 11 Centro - São José;

01

II – 4 – ITINERÁRIO DE CADA LINHA CIRCULAR:

II. 4.1 – N.C-01 – CENTRO/GUARAJUBA (via Rua Dep. Romeu Natal)- saída do ponto rodoviário da Rua Délio Basílio Leal (centro), passando por parte da Rua Dominique Level e pela rua Cel. Othon, para alcançar a Estrada RJ 127 e por ele até a rua Prefeito Helio Ferreira (km 1) e daí até a Estação Ferroviária de Lages, tomando a rua Bezerra de Menezes passando pela Pça Expedicionário Nilo Gama Flores(Pça do Miro), Trav. Bom Jardim e rua Deputado Romeu Natal (antiga rua 10) até a Escola Estadual Boa Esperança, atravessando a Estrada RJ. 127, para entrar na Rua São Jorge (Guarajuba), passando pela Rua Sta. Terezinha e Estrada Eduardo Pereira Dias até alcançar novamente, a Estrada RJ 127 e, daí, até a Rua Dr. Soares Filho, atingindo, finalmente o ponto rodoviário da Rua Délio Basílio Leal (centro).

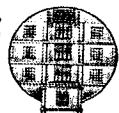
II.4.2 – N.C-02 - CASCATALAGES - saída do ponto da Rua Tenente Bernardino Bastos (nas proximidades do Hospital) no bairro Cascata, seguindo pela Rua Vicente Cicarino e pela Estrada Governador Roberto Silveira alcançando a Rua Américo Rodrigues Ferreira seguindo pela Avenida dos Operários passando por parte das Ruas Dominique Level e Cel. Othon daí à Rua Dr. Soares Filho atingindo o ponto Rodoviário da Rua Délio Basílio Leal retornando novamente por parte das Ruas Dominique Level e Cel. Othon alcançando a Estrada RJ 127 e daí até a Rua Pref. Hélio Ferreira passando e por esta até a Estação Ferroviária de Lages seguindo pelas Ruas Jaime Augusto Marques, Othon dos Santos, Maximiano de Carvalho, Prefeito Bento



Barbosa, Plínio Alves de Moura, Trav. Bom Jardim, Rua Dep. Romeu Natal até alcançar novamente a Estrada RJ 127 e por ela retornando até as Ruas Dr. Soares Filho, Délio Basílio Leal, Dominique Leal, Av. dos Operários, Américo Rodrigues Ferreira, Estrada Governador Roberto Silveira, Vicente Cicarino dal alcançando finalmente o ponto da Rua Tenente Bernardino Bastos .

II.4.3 – N.C-03 – SABUGO/LAGES (Via Loteamento Novo) - saída do ponto da Estrada da Floresta (em frente a Escola Terra de Educar), seguindo pela mesma até as Ruas Av. Presidente João Goulart, Beraldo Sacchi, Dominique Leal, Cel. Othon e Dr. Soares Filho, alcançado o ponto rodoviário da Rua Délio Basílio Leal, retornando as Ruas Dominique Leal e Cel. Othon até alcançar a Estrada RJ 127e daí pela Estrada Eduardo Pereira Dias, passando pelas seguintes ruas e avenidas:rua Santa Terezinha, Av. são Jorge, Av. Ailton Senna, rua João Batista, rua do Acesso, e av. Luiz Paulo voltando novamente pela av. são Jorge até alcançar a Estrada RJ 127 e por esta até as Ruas Dep. Romeu Natal, Trav. Bom Jardim, passando pelas Ruas Plínio Alves de Moura, Prefeito Bento Barbosa, Juscelino Kubstchek, Jonas Leal, Leal de Carvalho, Maximiano de Carvalho, Othon dos Santos, Jaime Augusto Marques, Pref. Helio Ferreira alcançando novamente a Estrada RJ 127 daí pelo mesmo itinerário até o ponto da Estrada Floresta.

II.4.4 – N.C-04 – JARDIM NOVA ERA/DR. EIRAS - saída do ponto rodoviário da Rua dos Antúrios (Jardim Nova Era), passando pelas ruas dos Cravos, Pref. Moracy Franco, Rio de Janeiro, Estrada RJ 127. Ruas Dr. Nilo Peganha, Assembleia de Deus, Américo Rodrigues Ferreira, Av. dos Operários, Dominique Leal, Cel. Othon, Dr. Soares Filho, Ministro Sebastião de Lacerda, Dominique Leal, Cel. Othon, Estrada RJ 127, e daí até a Rua Prefeito Hélio Ferreira e por esta até a Estação Ferroviária de Lages, seguindo pela rua Bezerra de Menezes, Praça Expedicionário Nilo Gama Flores (Pça. do Miro), Rua Jonas Leal, Juscelino Kubstchek, Acre, Prefeito Bento Barbosa, Av. Paraíso e Estação Ferroviária Dr. Eiras, retornado pelo mesmo itinerário até o ponto rodoviário da rua dos Antúrios.



II. 4.5 – N.C-05 – JARDIM NOVA ERA/GUARAJUBA - saída do ponto rodoviário da Rua dos Antúrios (Jardim Nova Era), passando pela rua dos Cravos, pelas ruas Pref. Moracy Franco, Rio de Janeiro, Estrada RJ 127, Ruas Dr. Nilo Peganha, Assembleia de Deus, Américo Rodrigues Ferreira, Av. dos Operários, Rua Dominique Leves, Cel.Othon, Dr.Soares Filho, Dêlio Basílio Leal, Dominique Level, Cel. Othon, Estrada RJ 127 e daí até a Rua São Jorge (Guarajuba), passando pelas Ruas São Judas Tadeu, Gen. Uzeda, São Paulo, Sta. Terezinha, por onde retorna até a rua São Jorge até atingir a Estrada RJ 127 e aí passando pela Rua Dep. Romeu Natal, Trav. Bom Jardim, Plínio Alves de Moura, Prefeito Bento Barbosa, Juscelino Kubstchek, Jonas Leal, Leal de Carvalho, Maximiano de carvalho, Othon dos Santos, até a Estação Ferroviária de Lages, daí pelas Rua Prefeito Helio Ferreira até alcançar novamente a Estrada RJ 127 e por ela retornando pelo mesmo percurso até o ponto rodoviário da Rua dos Antúrios.

II.4.6 – N.C-06 - CENTRO/BOM JARDIM - Saída do ponto rodoviário da rua Dêlio Basílio Leal, passando pelas ruas Dominique Level, Cel. Othon, alcançando a Estrada RJ 127 até a rua Prefeito Hélio Ferreira (KM 01) e por esta até a Estação Ferroviária de Lages, passando pela rua Bezerra de Menezes, pela Praça Expedicionário Nilo Gama Flores (Pça. do Miro), rua Plínio Alves de Moura e daí, até a Estrada do Bom Jardim, retornando pelo mesmo itinerário até a rua Dr. Soares Filho até, finalmente chegar ao ponto rodoviário da rua Dêlio Basílio Leal.

II.4.7 – N.C-07 – CENTRO/PONTE COBERTA (Via Estrada Eduardo Pereira Dias - Cabral) Saída do ponto rodoviário da Rua Dêlio Basílio Leal, passando pelas ruas Dominique Level, Cel. Othon, alcançando a Estrada RJ 127 e, por esta a Estrada Eduardo Pereira Dias, passando pelo km 9 por onde seguirá até o bairro de Ponte Coberta, daí até a Rodovia Presidente Dutra e por ela até seu km 212, entrada de Paracambi, seguindo pela Estrada RJ 127 até



Estado do Rio de Janeiro
Município de Paracambi
Comissão Permanente de Licitação

PROCESSO N.º 1915/2015
1915/2015
Paracambi
Governando com Justiça e Dignidade

alcançar a rua Dr. Soares Filho daí até o ponto rodoviário da rua Delio Basílio Leal.

II.4.8 – N.C-08 – CENTRO (Via Km09) - Saudoso (Via Km09) - saída do ponto rodoviário da rua Delio Basílio Leal, passando por parte da Rua Dominique Level, até alcançar a Av. Presidente João Goulart e a rua Beraldo Sacchi, passando pela Estrada da Floresta alcançando a Estrada Eduardo Pereira Dias até o ponto próximo a Escola M. da Floresta retornando pela mesma até a Estrada do Saudoso Seguindo até o seu ponto final, retornando pela Estrada da Floresta daí seguindo o mesmo itinerário até as ruas Cel. Othon, Dr. Soares Filho e daí, até ao ponto rodoviário da Rua Delio Basílio Leal.

II.4.9 – N.C-09 — JARDIM NOVA ERA/PARAÍSO - saída do ponto rodoviário da rua dos Antúrios (Jardim Nova Era), passando pela rua dos Cravos, pelas ruas Prefeito Moracy Franco, Rio de Janeiro, Estrada RJ 127, rua Dr. Nilo Peganha, Assembleia de Deus, Américo Rodrigues Ferreira, Av. dos Operários, ruas Dominique Level, Cel. Othon, Dr. Soares Filho, Delio Basílio Leal, Dominique Level, Cel. Othon, Estrada RJ 127 e daí até a rua Prefeito Helio Ferreira e por esta até a Estação Ferroviária de Lages, seguindo pela Rua Bezerra de Menezes, Pça Expedicionário Nilo Gama Flores (Pça do Miro), Rua Jonas Leal, Juscelino Kubstchek, Acre, Prefeito Bento Barbosa, Av. Paraíso retornando pelo mesmo itinerário ate a rua dos Antúrios no (Jardim Nova Era) .

II.4.10 – N.C – 10 CENTRO/MULTIRÃO - saída do ponto rodoviário da rua Delio Basílio Leal (centro) passando pelas ruas Dominique Level, Juiz Emilio Carmo e Alziro Zaru, atingindo a Estrada RJ 093 por esta até a Estrada do Barreiro, retornando pelo mesmo itinerário até ruas Cel. Othon e Dr. Soares Filho até finalmente atingir o ponto rodoviário da rua Delio Basílio Leal.

II.4.11 – N.C-11- CENTRO/SÃO JOSÉ (Via Cascata) - saída do ponto rodoviário da Rua Delio Basílio Leal (centro), passando por parte da rua

IV - REAJUSTE E REVISÃO DE TARIFA:

= R\$ 1,86 (um real e oitenta e seis centavos).

III.11 - N.C-11 - Centro/São José

= R\$ 1,86 (um real e oitenta e seis centavos).

III.10 – N.C-10 – Centro/Mutirão

= R\$ 1,86 (um real e oitenta e seis centavos).

III.9 – N.C-09 - Jardim Nova Era/Paraiso

= R\$ 1,86 (um real e oitenta e seis centavos).

III.8 – N.C-08 – Centro/Saudoso (Via Km09).

= R\$ 1,86 (um real e oitenta e seis centavos).

Cabral).

III.7 - N.C-07 - Centro/Ponte Coberta (Via Estrada Eduardo Pereira Dias-

= R\$ 1,86 (um real e oitenta e seis centavos).

III.6 – N.C-06 – Centro/Bom Jardim.

= R\$ 1,86 (um real e oitenta e seis centavos).

III.5 – N.C-05 – Jardim Nova Era/Guarajuba.

= R\$ 1,86 (um real e oitenta e seis centavos).

III.4 – N.C-04 – Jardim Nova Era/Dr. Eiras

= R\$ 1,86 (um real e oitenta e seis centavos).

III.3 - N.C-03 - Sabugo/Lages(Via Loteamento Novo).

= R\$ 1,86 (um real e oitenta e seis centavos).

III.2 – N.C-02 - Cascata/Lages.

= R\$ 1,86 (um real e oitenta e seis centavos).

III.1 – N.C-01 - Centro/Guarajuba (via rua 10)

III - TARIFA DE CADA LINHA CIRCULAR:

Governador Roberto Silveira e Estrada para São José até alcançar o ponto final, retornando pelo mesmo itinerário até as ruas Cel. Othon e Dr. Soares Dominique Level, Av. dos Operários, Américo Rodrigues Ferreira, Estrada Filho até finalmente atingir o ponto rodoviário da Delio Basílio Leal.



Estado do Rio de Janeiro
Município de Paracambi
Comissão Permanente de Licitação



Copyright © 2004 by John Wiley & Sons, Inc.

Paracambi
PREFEITURA DE

145-341



Os reajustes de tarifas são determinados pelo poder concedente, tendo por base a variação anual do IPCA.

V – CARACTERÍSTICAS OPERACIONAIS:

V.1 – O serviço será prestado de acordo com a legislação em vigor, estando sujeito a alterações técnicas por parte do Município de Paracambi.

V.2 – Deverá ser apresentada uma garagem de pelo menos 3.300 m², para guarda e manutenção da frota envolvida na operação.

V.3 – A idade da frota será no máximo, 07 (sete) anos a partir da nota fiscal respectiva, em se tratando de veículo zero quilometro, ou com recibo de transferência de propriedade emitido pelo Departamento de Trânsito, onde se encontrar licenciado o veículo, no caso de aquisição de veículo usado.

VI – RECUPERAÇÃO DO INVESTIMENTO:

O tempo de ciclo do investimento será considerado igual a vida útil do veículo, que é 07 (sete) anos.

O investimento será considerado recuperado quando todos os custos da planilha, à exceção da Remuneração do Capital, forem ressarcidos.

O item Remuneração do Capital representa 6,42% do total. Acrescente-se a esta remuneração o COFINS, que equivale a 3% desse item.

MEMÓRIA DE CÁLCULO POR LINHA CIRCULAR:

Não será apresentada a memória de cálculo por Linha Circular.





Estado do Rio de Janeiro
Município de Paracambi
Comissão Permanente de Licitação

Justificativa da não apresentação

Justifica-se a não apresentação da memória de cálculo por Linha Circular, tendo em vista que as Linhas Circulares de Transporte Coletivo estão atualmente sendo operadas em caráter emergencial pela empresa Normandy do Triângulo S/A, portanto o Município de Paracambi não possui dados suficientes para apresentar memória de cálculo por Linha Circular.

Para que os licitantes não venham alegar ignorância, bem como, impugnar o presente edital, o Município anexa cópia reprográfica da planilha de custo de março de 2007, apresentada pela empresa Normandy do Triângulo Ltda., bem como, os dados operacionais e frota, que passam a fazer parte integral deste edital.

Observa-se ainda, que as Linhas Circulares não vêm sendo operadas nos horários e itinerários estabelecidos pela Legislação Municipal, fato que impede a apresentação da memória de cálculo, que ora se justifica.

VII - MULTAS:

As previstas no Regulamento do Serviço de Transportes Coletivos do Município de Paracambi, aprovado pelo decreto nº14/79 e na legislação superveniente, bem assim as previstas no Tempo de Permissão constantes do Anexo III do Edital de Licitação.

PREFEITURA DE
Paracambi
Governando com Justiça e Dignidade



PROCESSO N.º 1415 PLS 313-2007



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal
de Paracambi

ATOS OFICIAIS

DECRETO Nº 1.879 DE 04 DE AGOSTO DE 2008-O Prefeito Municipal de Paracambi no uso de suas atribuições legais-**DECRETA-ARTIGO 1º** - Fica Declarado Porto Facultativo, em todas as repartições da Prefeitura Municipal de Paracambi, no dia 11 de agosto de 2008, funcionando os serviços de Coleta de Lixo, Varrição, e Hospital Municipal-**ARTIGO 2º** - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.-Gabinete do Prefeito, 04 de agosto de 2008. **JAIR DOS SANTOS-Prefeito**

AVISO DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA Nº 001/2007

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARACAMBI-CNPJ 29.138.294/0001-02 **AVISO DE LICITAÇÃO- EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº001/2007- PMP OBJETO:** Concessão para prestação de serviço de Transporte Municipal de passageiros por ônibus nas linhas circulares da Cidade de Paracambi. **MODALIDADE:** Concorrência TIPO: Melhor Técnica- **DATA:** 22 de setembro de 2008. **HORA:** 14:00 horas **LOCAL:** Prefeitura Municipal de Paracambi- Rua Juiz Emílio Carmo- 58- Centro- Paracambi- RJ- **CONDIÇÃO PARA AQUISIÇÃO DO EDITAL:** O edital e seus anexos encontrar-se-ão à disposição para consultar e retirada, sob condição de entrega de 02 (duas) resmas de papel A4, maiores esclarecimentos pelo telefone (21) 3693.3031. **PEDRO ARTHUR TREGNE- PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO.**



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal
de Porto Real

ATOS OFICIAIS

EXTRATO DE PRORROGAÇÃO Nº 2 AO
CONTRATO Nº 76/2006

- 01 - CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Porto Real.
 02 - CONTRATADA: Copy Art de Resende Ltda ME
 03 - OBJETO: Prorrogação por igual período e valor.
 06 - VALOR: R\$ 240.000,00 (Duzentos e quarenta mil reais)
 07 - PROCESSO ADMINISTRATIVO: 2224/2005
 08 - DATA DA ASSINATURA: 25/07/2008.

PAGUE
SEUS
IMPOSTOS

EM DIA



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal
de Belford Roxo

ATOS OFICIAIS

PORTARIA Nº 541/GP/2008, DE 04 DE AGOSTO DE 2008.

"Dispõe sobre a concessão de pensão por morte a **LOURDES CONCEIÇÃO DOS SANTOS DA SILVA** e outra".

A Prefeita do Município de Belford Roxo, Estado do Rio de Janeiro, no uso de suas atribuições constitucionais e legais,

RESOLVE:

Conceder pensão por morte a **LOURDES CONCEIÇÃO DOS SANTOS DA SILVA** e a **TALITA DOS SANTOS DA SILVA**, esta representada por aquela, nas qualidades, respectivamente, de viúva e de filha do ex-servidor **LAILTON LEAL DA SILVA**, aposentado no cargo efetivo de Trabalhador Braçal, matrícula nº 10/018.332, falecido em 04 de julho de 2008, com fundamento no inciso I, do § 7º, do artigo 40 da Constituição Federal e inciso I, do artigo 73 da Lei Complementar nº 083, de 27 de dezembro de 2006, no valor de R\$ 415,00 (quatrocentos e quinze reais), de forma mensal e na proporção de 50% (cinquenta por cento) para cada uma, até o advento da maioridade da beneficiária Talita (artigo 14, III, da LC 083/2006), quando o valor pago a esta reverterá integralmente para a viúva, conforme o contido nos autos dos processos **PREVIDE** nº 2008/00483.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar de 04 de julho de 2008.

Belford Roxo, 04 de agosto de 2008.

MARIA LUCIA NETTO DOS SANTOS
PREFEITA

PORTARIA Nº 542/GP/2008, DE 04 DE AGOSTO DE 2008.

"Dispõe sobre a concessão de pensão por morte a **NILCEA RODRIGUES APOLINÁRIO**".

A Prefeita do Município de Belford Roxo, Estado do Rio de Janeiro, no uso de suas atribuições constitucionais e legais,

RESOLVE:

Conceder pensão por morte a **NILCEA RODRIGUES APOLINÁRIO**, na qualidade de cônjuge do servidor **ISAÍAS CALDEIRA APOLINÁRIO**, ocupante do cargo efetivo de Motorista, matrícula nº 10/19.656, falecido em 04 de julho de 2008, com fundamento no inciso II, do § 7º, do artigo 40 da Constituição Federal e inciso II, do artigo 73 da Lei Complementar nº 083, de 27 de dezembro de 2006, no valor de R\$ 718,02 (setecentos e dezoito reais e dois centavos), conforme o contido nos autos do processo **PREVIDE** nº 2008/00486.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar de 04 de julho de 2008.

Belford Roxo, 04 de agosto de 2008.

MARIA LUCIA NETTO DOS SANTOS
PREFEITA

PORTARIA Nº 543/GP/2008, DE 04 DE AGOSTO DE 2008.

"Dispõe sobre a concessão de Aposentadoria por Invalidez a **HELOISA PERES TAVARES**".

A Prefeita do Município de Belford Roxo, Estado do Rio de Janeiro, no uso de suas atribuições constitucionais e legais,

RESOLVE:

Aposentar, por invalidez, a servidora **HELOISA PERES TAVARES**, matrícula 10/015.271, no cargo efetivo de Merendeira, com fundamento no artigo 40, § 1º, I da Constituição Federal, alterado pelo artigo 1º da EC nº 41/2003 e artigo 60, § 1º da Lei Complementar 083/2006, C/C § 2º do artigo 201 da Constituição Federal, com proventos mensais e proporcionais de R\$ 415,00 (quatrocentos e quinze reais), conforme o contido nos autos do processo nº 04/0000991/2008.

Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos a contar de 02 de abril de 2008.

Belford Roxo, 04 de agosto de 2008.

MARIA LUCIA NETTO DOS SANTOS
PREFEITA

AVISO DE EDITAL

A **PRESIDENTE DA JUNTA DE RECURSOS FISCAIS**, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no ART.7, inciso IV, do Decreto nº 1766 de 16 de setembro de 2002, torna público que fará realizar no dia 26 de Agosto do corrente ano, às 10:00hs, a 48ª Sessão de Julgamento do Recurso movido contra a Fazenda Pública Municipal em 2ª instância, assim discriminado:

Relator: Eduardo de Aviva

bram ações mias o setor financeiro em pausa nos cortes de juros

bom momento do país, mas aconselham cautela

O Federal Reserve (Fed) o BC americano) decidiu ontem manter a taxa de juros em 2%, marcando a segunda reunião consecutiva de pausa em sua política de cortes de juros. O banco reduziu a taxa entre setembro do ano passado e abril deste ano, na expectativa de, ao baratear o crédito, estimular a economia, afetada pelas crises nos mercados internacionais. Além dos juros, o governo também adotou outras medidas para estimular a economia e evitar uma recessão, como o corte de devolução de impostos aprovado pelo presidente George Bush, em fevereiro. Tanto os esforços do Fed como do governo, no entanto, ainda não renderam os resultados esperados. No primeiro trimestre, o crescimento para a economia foi de 0,9%, dividido em 0,9% anunciado em maio e 1% anunciado em junho. A leitura mais recente mostrou uma queda para 0,9%. Na semana passada, o Departamento do Comércio informou que a economia cresceu 1,9% no segundo trimestre, abaixo da expectativa, de 2%.

>> Os principais fatos da economia nacional e internacional chegam primeiro no seu celular. Envie ECU para 50015 disponível para todos os operadores. R\$ 0,10 por mensagem recebida

Segundo o presidente do BC, por do Banco Central - defende a ideia de que o BC mantenha a sua taxa de juros, pois o choque dos preços das commodities está mascarando a inflação de volta a casa dos 4,5% ainda em 2009. Quando os analistas falam que, depois de subir um pouco, a inflação deverá cair, já estão prevendo a ação ordenado, ou se dá um ajuste de - Ou o BC faz um ajuste de oferta e se lidar com o problema: quando há um desequilíbrio entre a oferta e a demanda, só há duas maneiras de lidar com o problema: ordenado, ou se dá um ajuste de - Segundo o presidente do BC, por do Banco Central - defende a ideia de que o BC mantenha a sua taxa de juros, pois o choque dos preços das commodities está mascarando a inflação de volta a casa dos 4,5% ainda em 2009.

estão planejando a construção de metros e hoje, aquele país conta com 92 aeroportos em construção. Barcos ressaltam, ainda, que o país oriental consome 35% do aço do mundo, 36% do alumínio e 21% da soja. Para o diretor do Bradesco, ainda que os preços internacionais das commodities caiam bruscamente, o Brasil continuará no lucro. O executivo fez um levantamento levando em conta a queda no preço das commodities de segunda-ferreira. Segundo Barros, para que os preços chegassem ao patamar da média do ano passado, seria necessário que baixassem a média de 2007, o seu preço teria de cair outros 40%. Para Barros, haverá ainda algum ajuste, sem maiores impactos para o Brasil. - O aperto monetário em curso, nem de longe, terá os efeitos que os anteriores tiveram sobre o país. - Contudo, é preciso es-

instituições bancárias e atings, deturcam claro m da euforia pelos cot- res obtidos pelo país, há tela com a inflação e agr

pois, nos últimos três eços dos produtos que cresceram muito mais eços de importação -

Octávio de Barros, di- equisas e Estudos Eco-

o Bradesco. ainda: o país, lembrou

possui maior diversidade de produtos metálicos e agrícolas e 56% de suas

petróleo, tendo a cotação de US\$ 118 como referência. Para que ela

baixasse a média de 2007, o seu preço teria de cair outros 40%. Para Barros,

há uma grande responsável por relativos das commo-

investido, temos um aproveitável devido à sua de-

or mais 10, 15 anos - acre-

LTDA

cs para a Reunião a ser rea-

co 135 - grupo 503 - Centro

do dia: a) cessão por doação

sócio Pedro Jack Kapeller,

nie Vargas, 446 grupo 2006

cial da sociedade para fazer

idente Vargas, 529 sala 801

to administrador.

ção e finanças

O MILITAR, PARA O CBMERJ

2008, às 13:30h.

00 h.

coordenadora de Licitações e

http://www.licitacoes-e-com.br,

00 horas. Informações pelos Tels.

co@cbmerj.rj.gov.br.

22

Local: 26/06/2008, às 10:00h, na

05, parte, Bocalog/RJ, convocação

ista a presença de todos os acionistas

nº 6.404/76. Mesa: Presidente - Alcir

ral. Ordem do Dia e Deliberações

novação, sem qualquer ressalva ou

007. 2. Reeleição dos membros da

a terminar em 30/06/2009. Srs. Alcir

ganheiro, RG nº 01.816.190-1 - IFFP,

1.69 - IFFP, CPF nº 012.031.927-62,

Leblon/RJ. Foi fixada a remuneração

ogar as distribuições de dividendos de

homologação das distribuições de

avaliar. Aproveitamento e Assinatura da

1. Idia, conferida e por todos assinada.

Cabral, JUCERMA. Sob o nº 1822976

MANEIRO

Maneira de Chirre e Sanele Publica

Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Paracambi
CNPJ 29.138.294/0001-02

AVISO DE LICITAÇÃO - CONCORRÊNCIA Nº 001/2007

PMP OBJETO: Concessão para prestação de serviço de Transporte Municipal de passageiros por ônibus nas linhas circulares da Cidade de Paracambi. **MODALIDADE:** Concorrência. **Tipo:** Melhor Técnica - **DATA:** 22 de setembro de 2008. **HORA:** 14:00 horas. **LOCAL:** Prefeitura Municipal de Paracambi - Rua Juiz Emílio Carmo, 50 - Centro - Paracambi-RJ. **CONDIÇÃO PARA AQUISIÇÃO DO EDITAL:** O edital e seus anexos encontram-se à disposição para consulta e retirada, sob condição de entrega de 02 (duas) resmas de papel A4, maiores esclarecimentos pelo telefone (21) 3693-3031.

PEDRO ARTHUR TREGENE
PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO.

HOSPITAL DOS SERVIDORES DO ESTADO
Ministério da Saúde
UNIDADE DE SAÚDE

AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Eletrônico PR 54/2008
Processo nº. 33433.005508/2008-29

OBJETO: AQUISIÇÃO DE SISTEMA DE VIDEOGRAFOSCOPIA, solicitado pelo Serviço de UROLOGIA do HOSPITAL DOS SERVIDORES DO ESTADO.

Recabimento das Propostas: www.comprasnet.gov.br, até o dia 18/08/2008 às 10:00h.

Obtenção do Edital: a partir do dia 06/08/2008 no endereço eletrônico acima e na Rua Sacadura Cabral, 178 - Anexo II - 2º andar - Saúde, no horário de 09:00 às 16:00h - Licitações.

Informações pelo e-mail: licitacao@hse.rj.saude.gov.br

Solange C. de Aquino e Castro
Pregoeira - HSE

GOVERNO DO RIO DE JANEIRO
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

COMÉRCIO Ruralistas do Mercosul reclamam do flasco de Doha

Gabriel Costa

A Federação das Associações Rurais do Mercosul (Farm), entidade criada em 1997 para representar os interesses dos produtores rurais do bloco econômico, divulgou ontem nota em que manifesta "profunda decepção" ante o fracasso das negociações da Organização Mundial do Comércio (OMC) na Roda Doha.

A Federação "lamentava a incapacidade de estabelecer estratégia comum por parte dos países membros do bloco regional para adotar posições, em particular nos temas relacionados ao acesso a mercados".

A nota da Farm é assinada por representantes de entidades que integram a Federação, como a Confederação de Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), a Sociedade Rural Brasileira (SRB), a Sociedade Rural Argentina (SRA), Associação Rural do Uruguai (ARU), a Associação Rural do Paraguai (ARP) e a Confederação de Produtores de Gado da Bolívia (Congabó).

Segundo o vice-presidente

Parte IV
Municipalidades

www.imprensaoficial.rj.gov.br



DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

ANO XXXIV - Nº 144
QUARTA-FEIRA, 6 DE AGOSTO DE 2008

Esta Parte é editada eletronicamente desde 2 de junho de 2006

SUMÁRIO

Angra dos Reis
Aperibé
Araucária
Município de Itaguaí

PREFEITURA MUNICIPAL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
LICITAÇÃO

Pregão nº 36/2008 Repetido
Tipo de Licitação: Menor Preço Unitário
Sessão de Julgamento: 20 de agosto de 2008
Objeto: Prestação de serviço de confecção e instalação de grades e portas
Valor estimado: R\$ 149.297,40
Local para obter o edital: P.M.I., Rua General Bocaiuva nº 636, Centro, Itaguaí - RJ, segunda a sexta-feira de 11:00 às 17:00, até 72 horas antes da realização do certame.
Observação: O edital somente será entregue mediante a entrega de uma rasma de papel A4 e assinatura de recibo passado pela Comissão Permanente de Licitação.

Tomada de Preço nº 40/2008
Tipo de Licitação: Técnica e Preço
Sessão de Julgamento: 20 de agosto de 2008
Objeto: Diversos sistemas para administração de órgãos públicos
Local para obter o edital: P.M.I., Rua General Bocaiuva nº 636, Centro, Itaguaí - RJ, segunda a sexta-feira de 11:00 às 17:00, até 72 horas antes da realização do certame.
Observação: O edital somente será entregue mediante a entrega de uma rasma de papel A4 e assinatura de recibo passado pela Comissão Permanente de Licitação.

Município de Paracambi

PREFEITURA MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARACAMBI
CNPJ Nº29.138.284/0001-02
AVISO DE LICITAÇÃO-EDITAL DE CONCORRÊNCIA
Nº001-2007-PM-P OBJETO: Concessão para Prestação de Serviço de Transporte Municipal de Passageiros por ônibus nas Linhas Circulares da Cidade de Paracambi, MODALIDADE: Concorrência, TIPO: Melhor Técnica, DATA: 22 de setembro de 2008, HORA: 14:00 horas, LOCAL: Prefeitura Municipal de Paracambi-RJ., CONDIÇÃO PARA AQUISIÇÃO DO EDITAL: O edital e seus anexos encontram-se-ão à disposição para consulta e retirada, sob condição de entrega de 2 (duas) resmas de papel A4, maiores esclarecimentos pelo telefones (21) 3693-3031-PEDRO ARTHUR TREGNE, PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO.

Id: 618850. A faturar por empenho

Município de Piraí

PREFEITURA MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAÍ

PREFEITURA MUNICIPAL DE VOLTA REDONDA

A Comissão Permanente de Licitação, da Prefeitura Municipal de Volta Redonda, torna público que realizará licitação tipo menor preço global por lote

PREGÃO ELETRÔNICO 012/2008

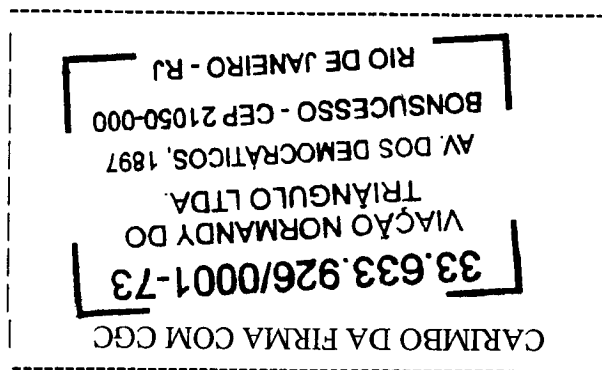
OBJETO: Caneta esférica, caixa para arquivo inativo, apontador, caderno, barbaente, borracha, cola, corretivo líquido, cartolina, etc.,
Dia/hora: 22/08/2008 às 10:00 Horas
Aquisição de cópia completa do Edital dar-se-á mediante retirada através do site da Bolsa Brasileira de Mercadorias ou www.bdmnet.com.br ou www.portaivr.com/servicos
PREGÃO PRESENCIAL 007/2008
OBJETO: Galeria celular em concreto, com encaixes macho e fêmea.

PREGÃO ELETRÔNICO 015/2008

DIA/HORA: 18/08/2008 às 14:00 Hora
OBJETO: Uniformes escolares, sendo: bermuda, conjunto de calça e jaqueta em helanca,
Dia/hora: 26/08/2008 às 10:00 Horas
Aquisição de cópia completa do Edital dar-se-á mediante retirada através do site da Bolsa Brasileira de Mercadorias ou www.bdmnet.com.br ou www.portaivr.com/servicos
Informações: (24) 3339.9037 de 08:00 às 17:30 horas.
José Luiz Fagundes da Costa
Comissão Permanente de Licitação-Presidente
Id: 624215. A faturar por empenho

FUNDO COMUNITÁRIO DE VOLTA REDONDA
PREFEITURA MUNICIPAL DE VOLTA REDONDA
TOMADA DE PREÇOS 002/2008

A Comissão Especial de Licitação do FURBAN/VR, torna público que realizará licitação tipo menor preço unitário, na modalidade Tomada de Preços
OBJETO: Construção e Reforma de 40 (quarenta) Abrigos para Ponto de Pesca



Assinatura do Responsável

[Handwritten Signature]

Data do Recebimento...: 05/08/2008.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE PARACAMBI
Acusamos o recebimento do Edital do Processo Licitatório No 001/2007

NOME DO FORNECEDOR: VIAÇÃO NORMANDY DO TRIANGULO LTDA
ENDEREÇO: Av. dos Democráticos, 1897- Bonsucesso- Rio de Janeiro- RJ
CEP: 21050-000
CNPJ: 33.633.926/0001-73
Insc Estadual:

RECIBO DE RETIRADA DE EDITAL
FOLHA: 00001
DATA: 05/08/2008
LICITACAO: 001/2007

Estado do Rio de Janeiro
Município de Paracambi
Comissão Permanente de Licitação



PROCESSO N.º 115/15
15/08/07

PROCESSO N.º 1415 PLS 318 ANO-02

PREFEITURA DE
Paracambi



Estado do Rio de Janeiro
Município de Paracambi
Comissão Permanente de Licitação



RECIBO DE RETIRADA DE EDITAL

FOLHA: 00001

DATA: 11/09/2008

LICITACAO: CONCORRENCIA PUBLICA Nº001/2008

NOME DO FORNECEDOR: SANTA EDWIRGES TURISMO
ENDERECO: ELY DO AMPARO S/N LOTE 07 LAGES - PARACAMBI-RJ
CEP: 26.600-000
CNPJ: 076995300001-19
Insc Estadual:

A PREFEITURA MUNICIPAL DE PARACAMBI
Acusamos o recebimento do Edital do Processo Licitatorio Nº 1715/2007

Data do Recebimento...: 12 / 09 / 2008

Sofia S. S. da Silva
Assinatura do Responsável

CARIMBO DA FIRMA COM CGC
07699530/0001-19
SANTA EDWIRGES TURISMO
LTD.A.
Est. da Flóresta, 2530
Subugo - CEP 26600-000
PARACAMBI - RJ

A. PREÇOS E SALÁRIOS

A1. Combustível (R\$/l)

Valor 1,6600

A2. Rodagem (R\$/unidade)

Pneu	2.139,00	254,82	Camara Ar	Protetor	V. Util (km)	Nº Recap.
Leve						2,00
Pesado						
Especial						

A3. Veículos (R\$/unidade)

Chassi	100.000,00
Pesado	90.000,00
Leve	
Especial	

A4. Salário Médio (R\$/mês)

Motorista	1.110,00
Cobrador	606,00
Fiscal / Despachante	1.108,00
A5. Benefício Total (R\$/mês)	1.534,00
A6. Remuneração Diretoria (R\$/mês)	

A7. Despesas (R\$/ano)

Seguro Resp. Civil da Frota Total	348,00
Seguro Obrigatório por Veículo	950,00
IPVA da Frota Total	

B. DADOS OPERACIONAIS

B1. Passageiros Transp. (média 12 meses)

Pass/mês	89.514
Passageiro Equivalente	89.514

B2. Frota (veículos)

Faixa Etária (anos)	Veículo Tipo Leve	Veículo Tipo Pesado	Veículo Tipo Especial	Frota Total
0 - 1	1			1
1 - 2				
2 - 3				
3 - 4				
4 - 5	1			1
5 - 6	9			9
6 - 7				
7 - 8				
8 - 9				
9 - 10				
10 - 11				
11 - 12				
+ de 12				
Frota Total	11			11

B3. Quilometragem Percorrida (km/mês)

km/mês	73.550,00
Improdutiva	1.440,00
Total	74.990,00

B4. Percorso Médio Mensal

PMM (km/veic. x mês) 7.499,00

B5. Índice de Passageiros Equivalentes

IPKe (Pass./km) 1,193679157

Idade Média	Chassi	Carroceria
Leve	5,0	5,0
Pesado		
Especial		
Total	5,0	5,0

Data Referência: 08/04/2008

Empresa / Cidade: Prefeitura M. de Paracambi

PROCESSO N.º 1915 PLS 319 NO 02
12 set 2008
12 set 2008

MT - GEIPOT

Departamento de Transportes Urbanos - DEURB

Planilha de Cálculo Tarifário para Transporte Urbano

PROCESSO N.º 1415 PLS 320 ANO 04

C. CUSTO VARIÁVEL

C1. Combustível	Coef.(1/km)	R\$/km
Leve	0,3800	0,6308
Pesado		
Especial		

C2. Lubrificantes	Coef.(1/km)	R\$/km
	0,0400	0,0664

C3. Rodagem	Pneu	Recapagem	Câm.de Ar	Protetor	R\$/km
Leve	12.834,00	3.057,84			0,2270
Pesado					
Especial					

C4. Peças e Acessórios	Coef. Cons.	R\$/km	Total(R\$/km)
Leve	0,0033	0,0440	0,9682
Pesado			
Especial			

Coef. Consumo (1/km)	
Lim. Inferior	Lim. Superior
0,35	0,39
0,45	0,50
0,53	0,65

Coef. Cons. Equiv. (1/km)	
Lim. Inferior	Lim. Superior
0,04	0,06

Coef. Cons.(%/Preço Veic.)	
Lim. Inferior	Lim. Superior
0,0033	0,0083

D. CUSTO FIXO

D1. Custo de Capital (Depreciação e Remuneração)

	Leve	Pesado	Especial
Preço Veículo com Rodagem (R\$)	100.000,00	90.000,00	
Preço Veículo Menos Rodagem (R\$)	87.166,00	90.000,00	

Vida Economicamente Útil (anos)	7	10	12
Valor Residual (%)	20	15	10

Taxa de Juros (%)	12,00
-------------------	-------

Fator de Depreciação / Remuneração Anual por Tipo de Veículo

Faixa Etária (anos)	Veículo Leve			Veículo Pesado			Veículo Especial		
	Depreciação	Remuneração		Depreciação	Remuneração		Depreciação	Remuneração	
	Coefficiente	Coef. Acumul.	Fator Remun.	Coefficiente	Coef. Acumul.	Fator Remun.	Coefficiente	Coef. Acumul.	Fator Remun.
0 - 1	0,200000	0,200000	0,120000	0,154545	0,154545	0,120000	0,138462	0,138462	0,120000
1 - 2	0,171429	0,371429	0,096000	0,139091	0,293636	0,101455	0,126923	0,265385	0,103385
2 - 3	0,142857	0,514286	0,075429	0,123636	0,417273	0,084764	0,115385	0,380769	0,088154
3 - 4	0,114286	0,628571	0,058286	0,108182	0,525455	0,069927	0,103846	0,484615	0,074308
4 - 5	0,085714	0,714286	0,044571	0,092727	0,618182	0,056945	0,092308	0,576923	0,061846
5 - 6	0,057143	0,771429	0,034286	0,077273	0,695455	0,045818	0,080769	0,657692	0,050769
6 - 7	0,028571	0,800000	0,027429	0,061818	0,757273	0,036545	0,069231	0,726923	0,041077
7 - 8		0,800000	0,024000	0,046364	0,803636	0,029127	0,057692	0,784615	0,032769
8 - 9		0,800000	0,024000	0,030909	0,834545	0,023564	0,046154	0,830769	0,025846
9 - 10		0,800000	0,024000	0,015455	0,850000	0,019855	0,034615	0,865385	0,020308
10 - 11		0,800000	0,024000		0,850000	0,018000	0,023077	0,888462	0,016154
11 - 12		0,800000	0,024000		0,850000	0,018000	0,011538	0,900000	0,013385
+ de 12		0,800000	0,024000		0,850000	0,018000		0,900000	0,012000

Custo de Capital (Depreciação e Remuneração) por Tipo de Veículo

Depreciação / Remuneração	Depreciação			Remuneração		
	Leve	Pesado	Especial	Leve	Pesado	Especial
Coefficiente Anual	0,80			0,47		
Anual da Frota (R\$/ano)	69.732,80			41.241,97		
Anual por Veículo (R\$/v./ano)	6.339,35			3.749,27		
Mensal por Veículo (R\$/v./mês)	528,28			312,44		
Máquinas Inst. Equipam. (R\$/v./mês)	10,00			40,00		
Almoxarifado (R\$/v./mês)				30,00	27,00	
Total (R\$/v./mês)	538,28			382,44	27,00	

PROCESSO N.º 1915 PLS 321 ANO 07

D2. Despesas com Pessoal	Pessoal de Operação	60,00	2,20	2,20	2,80	2,80	2,20	2,20	0,20	0,50	
	Mototaxista	60,00	2,20								
	Cobrador	60,00	2,20								
	Fiscal / Despachante	60,00	0,05								
	Coeficiente										
	Pessoal de Manutenção	0,1200									
	Pessoal Administrativo	0,0800									
	Benefícios										
	Remuneração da Diretoria										
D3. Despesas Administrativas	Despesas Gerais	0,00170									
	Seguro Responsabilidade Civil										
	Seguro Obrigatório										
	IPVA										
E. TRIBUTOS											
E1. Soma das Alíquotas Sobre a Receita	%	4,03									
	R\$/km	0,0897									
F. CALCULO DA TARIFA											
F1. Custo Variável	Combustível	0,6308	65,15	29,55	28,35						
	Lubrificantes	0,0664	6,86		2,98						
	Rodagem	0,2270	23,45	10,63	10,20						
	Pegças e Acessórios	0,0440	4,54	2,06	1,98						
F2. Custo Fixo	Depreciação	538,28	5.921,07	0,0790	6,77	3,70	3,55				
	Veículos	528,28	5.811,07	0,0775	6,64	3,63	3,48				
	Manutenção e Equipam.	10,00	110,00	0,0015	0,13	0,07	0,07				
	Remuneração	382,44	4.206,83	0,0561	4,81	2,63	2,52				
	Veículos	312,44	3.436,83	0,0458	3,93	2,15	2,06				
	Máq. Instal. e Equipam.	40,00	440,00	0,0059	0,50	0,27	0,26				
	Almoxarifado	30,00	330,00	0,0044	0,38	0,21	0,20				
	Despesas com Pessoal	7.510,15	75.101,52	1,0015	85,83	46,91	45,02				
	Operação	6.128,96	61.289,60	0,8173	70,05	38,28	36,74				
	Manutenção	735,48	7.354,75	0,0981	8,41	4,59	4,41				
	Administrativo	490,32	4.903,17	0,0654	5,60	3,06	2,94				
	Benefícios	155,40	1.554,00	0,0207	1,78	0,97	0,93				
	Remuneração Diretoria	206,20	2.268,17	0,0302	2,59	1,42	1,36				
	Desp. Administrativas	170,00	1.870,00	0,0249	2,14	1,17	1,12				
	Seguro Resp. Civil	29,00	319,00	0,0043	0,36	0,20	0,19				
	Seguro Obrigatório	7,20	79,17	0,0011	0,09	0,05	0,05				
	IPVA	8.637,07	87.497,58	1,1668	100,00	54,65	52,45				
	Custo Fixo Total										
F3. Custo Total		2.1350				100,00	95,97				
		2,2247					4,03				
F4. Custo Total c/Tributos											
F5. Tarifa											

R\$/v/mês R\$/v/mês R\$/v/mês R\$/v/mês R\$/v/mês R\$/v/mês R\$/v/mês R\$/v/mês R\$/v/mês R\$/v/mês R\$/v/mês R\$/v/mês

Custo Variável Total 43,52 45,35 100,00 0,9682 0,0440 4,54 2,06 1,98 10,20 2,98 0,0664 6,86 23,45 10,63 4,54 2,06 1,98

Depreciação 538,28 5.921,07 0,0790 6,77 3,70 3,55 2,52 2,06 0,26 0,20 45,02 36,74 4,41 2,94 0,93 1,36 1,12 0,19 0,05 52,45

Veículos 528,28 5.811,07 0,0775 6,64 3,63 3,48 0,07 0,07 0,27 0,21 46,91 38,28 4,59 4,41 0,97 1,42 1,17 0,20 0,05 52,45

Manutenção e Equipam. 10,00 110,00 0,0015 0,13 0,07 0,07 0,27 0,21 0,20 0,20 46,91 38,28 4,59 4,41 0,97 1,42 1,17 0,20 0,05 52,45

Remuneração 382,44 4.206,83 0,0561 4,81 2,63 2,52 2,06 2,06 0,26 0,20 45,02 36,74 4,41 2,94 0,93 1,36 1,12 0,19 0,05 52,45

PROCURAÇÃO

OUTORGANTE: Empresa **Santa Edwirges Turismo Ltda**, inscrita no CNPJ sob nº 07699530/0001-19, com endereço a Estrada da Floresta, nº 2530, Paracambi-RJ, neste ato representada por seu sócio gerente, **Sr. Jacinto Alves**, brasileiro, casado, empresário, portador da carteira de identidade nº 1.173.736 IFF/RJ e CPF.: 562.036.837-87, residente à Est. RJ 127 - Centro - Paracambi / RJ.

OUTORGADO: Drº Aloisio Rocha Bizzarri, brasileiro, divorciado, advogado, inscrito na OAB sob nº 45357, com endereço para intimações à Av. Julio Braga, 156 - Centro - Mendes - Rio de Janeiro / RJ.

PODERES: Para representar outorgante na qualidade de licitante junto a Comissão Permanente de Licitação do Município de Paracambi/RJ, a que se refere a licitação de Tomada de Preço 001/2007, oriunda de Processo Administrativo do Município de Paracambi/RJ, n. 1715/2007, no qual confia os poderes da cláusula *ad judicia*, para o foro em geral, podendo para tanto: concordar ou discordar, desistir e transigir, propor ações que entender necessárias, praticando todos os atos indispensáveis para o bom e fiel cumprimento deste mandato, bem como, substaabelecendo tudo ou em parte, recorrendo a qualquer instância ao Tribunal, inclusive recorrer administrativamente junto ao município de Paracambi.

Paracambi, 22 de setembro de 2008.

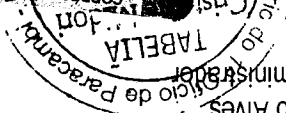
1º OFÍCIO

Jacinto Alves

Santa Edwirges Turismo Ltda

Jacinto Alves

Sócio Administrador



1º OFÍCIO DE PARACAMBI - Av. Cel. Otton. 370 - Centro - Paracambi - RJ, 22/09/2008
Reconhecido a(s) firma(s) por SEMELHANÇA:
JACINTO ALVES
Paracambi - RJ, 22/09/2008 Total: R\$4,50 Recolhim.: R\$1,03
Em test.:
YOOCHI KOSSENHA - CGJ/RJ nº 94/8.119
CGJ/RJ nº 94/8.119
de Paracambi
Sujeito do 1º Ofício
YOOCHI KOSSENHA



ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO

ATA Nº01

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2007- PMP

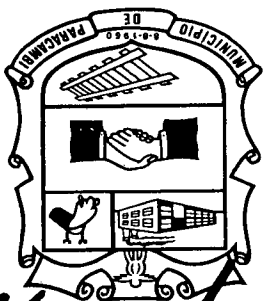
As 14:00 horas do dia 22 de setembro de 2008, nas dependências da Prefeitura Municipal de Paracambi, sito à Rua Juiz Emílio Carmo, 50, Centro, Paracambi, reuniu-se a Comissão de Licitação designada pela Portaria Nº 005/08 do Senhor Prefeito Municipal, composta por: Pedro Arthur Tregne Presidente, membros: Rosângela de Souza, Maria Cristina de Oliveira Tavares e Pedro Paulo da Silva Junior para proceder o recebimento, abertura e julgamento das documentações, da licitação que tem por objeto os seguintes serviços conforme discriminado no Edital de Concorrência Pública nº 001/07 Retiraram o respectivo Edital as Empresas: SANTA EDWIRGES TURISMO LTDA; representante: Drº Aloísio Rocha Bizzarri; VIAÇÃO NORMANDY DO TRIANGULO LTDA, representantes: Drº Francisco Geraldo Pim, André Luiz dos Santos Soares, Márcio Vinicius da Conceição Peganha e José Carlos Lopes Teixeira e a Srª Carmelita Fernandes da Cruz representante da Associação dos Moradores da Fazenda do Sabugo; Secretaria Municipal de Transporte: Ana Paula Pereira Alves, Márcio Antonio Rodrigues Alves e Vereador Minerval Loureiro Rosa que se retirou antes do final da sessão. Em seguida o Presidente da Comissão Permanente de Licitação informou que em decorrência do recurso interposto pela empresa SANTA EDWIRGES TURISMO LTDA, ainda não ter sido julgado pela Prefeitura, em comum acordo com os demais membros da Comissão, ficou marcada para o dia 29 de setembro próximo vindouro, no mesmo horário, nova sessão para prosseguimento do certame licitatório. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião. Eu Antonia Cristina Teixeira Neves, secretária da Comissão Permanente de Licitação, digitei a presente ata, que vai assinada por mim, que a secretariei, por todos os membros da comissão, bem como dos demais.

PEDRO ARTHUR TREGNE
PRESIDENTE

ROSÂNGELA DE SOUZA
MEMBRO

MARIA CRISTINA DE OLIVEIRA TAVARES
MEMBRO

PEDRO PAULO DA SILVA JUNIOR
MEMBRO



Assinado pelo

PROCESSO N.º 1415 PLS 325 ANO 07

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARACAMBI

591-1/007

EXERCÍCIO DE 2008 Nº 3724

ASSUNTO:

Comunicação
1 of 165/556/CSO 1994/081

REQUERENTE:

Divisão de Obras do Estado do Rio de Janeiro
Comitê de Obras - Paracambi

Nº PROCESSO: 3724

DATA:

09/07/08

MOVIMENTO:

PROTOCOLO:

09/07/08

CONTROLE GERAL DO MUNICÍPIO



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARACAMBI
Fone: 2126832008
E-mail: prefeitura@paracambi.rj.gov.br
Acesso Rua Juiz Emilio Carmo 50
Cep: 26600000 -

Protocolo	PROCESSO N.º 3724	FLS. 02	ANO 08
Recibo Protocolo de Processo	PROCESSO N.º 3724	FLS. 326	ANO 08
Processo número 3724/2008			
Emissão: 09/07/2008	Hora: 13:07:31	Página: 1 de 1	

Protocolo de Processo
3724/2008

INTERESSADO

Número do CGM: 17329
Nome: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RJ
Endereço: R
Bairro: CENTRO
Cep: 000
Cidade: Rio de Janeiro
Telefones: 21
CNPJ/CPF: Interno
Inscrição Econômica:
Inscrição Imobiliária:

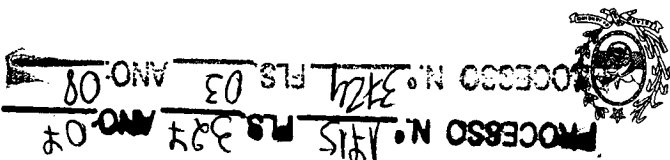
DADOS DO PROCESSO

Data de Entrada: 09/07/2008 13:07:30
Situação do Processo: Em andamento, a receber
Observações: Comunicação Faz.conforme Of.PRS/SSE/CSO 17974/2008

A Controladoria Geral
Classificação: Comunicação
Assunto: Comunicação Faz
Setor: 07.001.002.001/2004 - Controladoria Geral

DOCUMENTAÇÃO
REQUERIMENTO

Paracambi, 09 de Julho de 2008.
Responsável



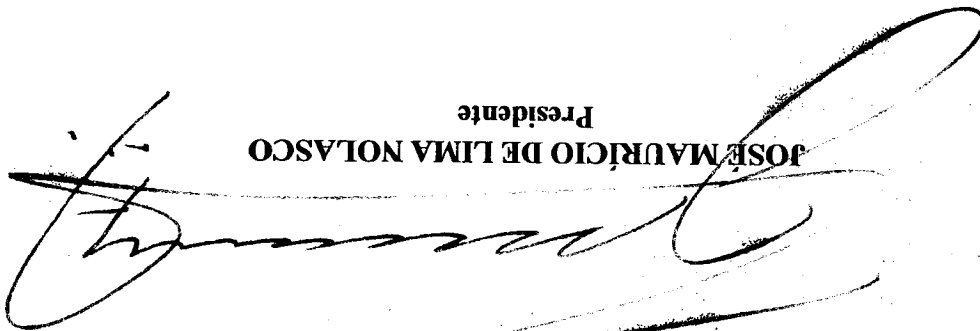
Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro

OFÍCIO PRS/SSE/CSO 17974/2008 Rio de Janeiro, 03 de julho de 2008.

Senhor Prefeito,

Comunico a V.Ex.^a que, em sessão plenária de 03/07/2008, nos termos do voto do Conselheiro Julio Lambertson Rabello, que examinou o Processo TCE/RJ 222.591-7/2007, o Tribunal decidiu pelo conhecimento, conforme cópia anexa.

Atenciosamente,


JOSE MAURÍCIO DE LIMA NOLASCO
Presidente



EXMO. SR.
PREFEITO ANDRÉ LUIZ CECILIANO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARACAMBI
RUA JUIZ EMÍLIO CARMO, 50
CENTRO - PARACAMBI/RJ CEP 26.600-000
REF.PROC.TCE/RJ 222.591-7/2007
OFÍCIO PRS/SSE/CSO 17974/2008
02/002800 OF139

João Roberto Lemos
João Roberto Lemos
João Roberto Lemos
João Roberto Lemos

PROCESSO N.º 1215 PLS 328 ANO 07
PROCESSO N.º 3724 PLS 04 ANO 08

TCE
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA GERAL DE CONTROLE EXTERNO
COORDENADORIA DE EXAME DE EDITAIS

TCE-RJ
Processo nº 222.591-7/2007
Rubrica Pag. 306

Processo : 222.591-7/2007
Origem : PREFEITURA MUNICIPAL DE PARACAMBI
Setor :
Natureza : EDITAL DE LICITAÇÃO POR CONCORRÊNCIA
PÚBLICA/MUNICIPAL
Interessado : PREFEITURA PARACAMBI
Observação : EDITAL DE LICITAÇÃO 01/07 REF PERMISSÃO DE
SERVICO DE PASSAGEIROS DE ONIBUS DE LINHAS CIRCULARES

Senhor Coordenador Geral,

O presente processo trata do **Edital de Licitação por Concorrência Pública nº 01/07**, encaminhado pela **Prefeitura do Município de Paracambi**, objetivando a permissão de serviço de transporte de passageiros por ônibus nos limites do Município, pelo prazo de 10 (dez) anos, com valor de tarifa previsto pela Administração em R\$ 1,60 (um real e sessenta centavos), cujo certame se encontra adiado *sine die* por determinação desta Corte.

Em Sessão Plenária ocorrida em 21.02.08, nos termos do voto do Relator, Conselheiro Julio L. Rabello, o Chefe do Executivo local foi penalizado em virtude do não atendimento às determinações desta Corte, e notificado para *razões de defesa* pelo não cumprimento da decisão proferida em 6.12.07.

A época, o jurisdicionado, inconformado, interpôs Recurso de Reconsideração em face da sanção aplicada, apresentando, ainda, suas razões e esclarecimentos devidos quando da efetivação do ato de chamamento ao processo.

Naquele momento, esta Coordenadoria de Exame de Editais, examinando os documentos acostados pelo responsável, às fls. 280-282, propôs ciência ao Plenário acerca do atendimento da decisão de 21.02.08, o conhecimento do ato convocatório, uma vez que as omissões apontadas foram integralmente esclarecidas; o conhecimento do recurso, já que presentes os pressupostos de sua admissibilidade, e seu não provimento, por não apresentar motivos capazes de elidir a penalidade aplicada.

Ainda naquela ocasião, o processo foi submetido à relatoria do

feito.

A CEA manifestou-se às fls. 305, concluindo pelo prosseguimento do

competências.

Técnicas (CEA) e a esta CEE, para a análise concernente às respectivas apenso, o que fez retornar os autos à Coordenadoria de Estudos e Análises juntada dos documentos protocolados sob os n.ºs 13.294-2/08 e 14.812-7/08, em PRS/SSE/CSO n.º 14362/2008, de 3.06.08, o Prefeito de Paracambi, requereu a Contudo, mesmo antes da ciência do Acórdão n.º 74/2008, Ofício

III - Pelo ENCAMINHAMENTO do presente processo ao Gabinete do Relator, Conselheiro Julio L. Rabello, para prosseguimento do feito. (grifei)

II - Pela COMUNICAÇÃO ao Sr. André Luiz Ceciliano, Prefeito do Município de Paracambi, prevista no § 1º do art. 6º da Deliberação TCE-RJ n.º 204/1996, a ser efetivada na forma do art. 3º da Deliberação TCE-RJ n.º 234/2006, alterado pela Deliberação TCE-RJ n.º 241/2007, e, na impossibilidade, nos moldes do art. 26 do Regimento Interno deste Tribunal, aprovado pela Deliberação TCE-RJ n.º 167/92, para que, no prazo de 10 (dez) dias, nos termos do parágrafo único do artigo 93 do mesmo Regimento Interno, recolha aos cofres estaduais, com recursos próprios, a multa que lhe foi aplicada no valor equivalente a 4.000 (quatro mil) UFR-RJ, comprovando o seu pagamento em idêntico prazo, já estando autorizada a cobrança judicial, no caso do não recolhimento conforme determinado.

I - Pelo CONHECIMENTO do presente Recurso de Reconsideração interposto pelo Sr. André Luiz Ceciliano, Prefeito do Município de Paracambi (Documento TCE-RJ n.º 5.829-5/08), por atender aos requisitos legais de admissibilidade e, quanto ao mérito, pelo NÃO-PROVIMENTO, mantendo-se a decisão desta Corte proferida em Sessão Plenária de 21.02.2008, objeto do Acórdão n.º 74/2008 (fls. 218/219).

VOTO:

Conselheiro José Gomes Graciosa, por força do mandamento do § 4º, do Art. 124 do Regimento Interno, onde pronunciou voto a respeito do Recurso de Reconsideração, que foi acompanhado pelo Corpo Deliberativo em sessão de 3.06.08, nos seguintes termos:

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA GERAL DE CONTROLE EXTERNO
COORDENADORIA DE EXAME DE EDITAIS

TCE

Rubrica Pag. 306 - Verso

Processo n.º 222.604-7/2007

Processo n.º 1115

PROCESSO N.º 3724 FLS 05 AMO-08

LIEGE DE FATIMA HEISER SOUZA DE ALMEIDA
Assistente
Matrícula 02/003430

CEE, em 18 de junho de 2008.

II – Encaminhamento dos autos à Coordenadoria de Prazos e Diligências (CPR) para controle do prazo imposto pelo Acórdão nº 74/08, Ofício PRS/SSE/CSO nº 14362/2008, de 3.06.08, às fls. 290.

I – o Conhecimento do Edital de Licitação por Concorrência Pública nº 01/07, encaminhado pela Prefeitura do Município de Paracambi, ratificando a proposição de fls. 280-282, uma vez que as omissões anteriormente apontadas foram integralmente esclarecidas quando do atendimento à Notificação efetuada em 21.02.08;

Por todo o exposto, sugerimos:

CONCLUSÃO

E esta CEE, no exame dos documentos ora apresentados, informa que dizem acerca dos motivos que provocaram a intempesividade no cumprimento das decisões anteriores, além de versarem sobre o valor tarifário, a conveniência da outorga e o adiamento do certame, não trazendo, portanto, qualquer dado novo que possa interferir na proposição anterior, de fls. 280-282, uma vez que quase reproduzem o teor dos esclarecimentos antes acostados aos autos.

Merece destaque, no entanto, o Ofício-GP nº 080/2008 – CGM, de 11.06.08, às fls. 301, onde o Prefeito de Paracambi solicita o encaminhamento do processo ao Gabinete do Conselheiro Julio L. Rabello, conforme determinado no voto de fls. 288, do Conselheiro José Gomes Graciosa, a fim de que se ultime decisão desta Corte a respeito do Edital.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA GERAL DE CONTROLE EXTERNO
COORDENADORIA DE EXAME DE EDITAIS

TCE

TCE-RJ
Processo nº 222.591-7/2007

Página 307

PROCESSO N.º 415.13.330

PROCESSO N.º 374 06 09

18/06/2008 04:27:13 PM

CEE, em / / 2008.

o processo à consideração superior.
Acordemente com a informação desta Assessoria remetemos

A Secretaria Geral de Controle Externo,

PAULO BIANCHI REIS JUNIOR
Assessor
Matrícula 02/003498

CEE, em / / 2008.

Senhor Coordenador Geral,
Após o reexame desta matéria, ratifico a informação
precedente.

PROCESSO N.º 115	Rubrica	Pag. 307 - Verso
------------------	---------	------------------

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA GERAL DE CONTROLE EXTERNO
COORDENADORIA DE EXAME DE EDITAIS

TCE

PROCESSO N.º 3724 FL. 8
ANO 07



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA GERAL DE CONTROLE EXTERNO
COORDENADORIA DE EXAME DE EDITAIS

TCE-RJ
Processo nº 222.591-7/2007
Rubrica Pag. 308

PROCESSO N.º 3724 PLS 08 ANO 08

PROCESSO N.º 1415 PLS 332 ANO 04

FLAVIO AZEVEDO ANTUNES
Coordenador-Geral
Matricula 02/002708

A sua consideração,

Nestes ratificamos o posicionamento de fls.278, onde sugerimos o prosseguimento do feito.

esta Corte.

Em atendimento ao despacho acostado às fls.304, em face do encaminhamento dos Docs nº 13.294-2/08 e 14.812-7/08, procedemos o exame dos elementos trazidos nos referidos documentos e verificamos, em relação aos pontos levantados em nossos questionamentos, que são apresentados os mesmos esclarecimentos, os quais já foram apreciados, conforme se pode observar os idênticos argumentos verificados às fls.235 quando comparado aos de fls.294 (Doc.nº 13.294-2/08). Quanto ao Doc.nº 14.812-7/08, este não traz qualquer novo elemento, tratando de solicitação do chefe do executivo municipal a

Retorna o presente processo que trata de Edital de Licitação por Concorrência Pública nº 001/2007, do tipo "melhor proposta técnica com tarifa fixada", da PREFEITURA MUNICIPAL DE PARACAMBI, objetivando a delegação de "permissão do serviço público municipal de passageiros por ônibus no Município de Paracambi, das linhas circulares cujas características e especificações estão definidas no Anexo I", pelo prazo de 10 (dez) anos.

Senhor Coordenador Geral da CEA,

<p>Processo : 222.591-7/2007 Origem : PREFEITURA MUNICIPAL DE PARACAMBI Sector : Natureza : EDITAL DE LICITAÇÃO POR CONCORRÊNCIA PÚBLICA/MUNICIPAL Interessado : PREFEITURA PARACAMBI Observação : EDITAL DE LICITAÇÃO 01/07 REF PERMISSÃO DE SERVIÇO DE PASSAGEIROS DE ONIBUS DE LINHAS CIRCULARES</p>
--

16/06/2008 02:29:49 PM

WALTER AUGUSTO DE AZEVEDO
Coordenador-Geral
Matrícula 02/003707
CEA, 16/06/2008

Ratifico a informação precedente, na forma proposta.

À COORDENADORIA DE EXAME DE EDITAIS - CEE

CLAUDIO LUIZ DOS SANTOS
Assessor
Matrícula 02/003058

TCE-RJ
Processo nº 222.591-7/2007
Pag. 305 - Verso
Rubrica

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA GERAL DE CONTROLE EXTERNO
COORDENADORIA DE ESTUDOS E ANÁLISES TÉCNICAS

TCE

PROCESSO N.º 1415 PLS 334 ANO 04
3724 PLS 10 ANO 08
PROCESSO N.º 1415 PLS 334 ANO 04

BRUNO CERQUEIRA BOLZONELLA
Auxiliar Administrativo
Matrícula 02/002813

CEE, 13/06/2008

De ordem,
A CEA para o devido reexame técnico, onde ainda em que pese a instrução desta Coordenadoria acostada às fls. 278, quanto ao atendimento do item de sua competência, foi encaminhado pela Administração Municipal expediente, cadastrado neste Tribunal através dos Docs nº 13.294-2/08 e 14.812-7/08, fls. 291/301, que busca demonstrar a coadunação de valores bem como seus respectivos reajustes estabelecidos no presente edital.

Processo : 222.591-7/2007
Origem : PREFEITURA MUNICIPAL DE PARACAMBI
Sector :
Natureza : EDITAL DE LICITAÇÃO POR CONCORRÊNCIA PÚBLICA/MUNICIPAL
Interessado : PREFEITURA PARACAMBI
Observação : EDITAL DE LICITAÇÃO 01/07 REF PERMISSÃO DE SERVIÇO DE PASSAGEIROS DE ONIBUS DE LINHAS CIRCULARES

PROCESSO N.º 335
RUBRICA
Fis. 304
Processo nº 222.591-7/2007

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA GERAL DE CONTROLE EXTERNO
COORDENADORIA DE EXAME DE EDITAIS

TCE

PROCESSO N.º 335
Fis. 304
ANO. 08



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA GERAL DE CONTROLE EXTERNO
COORDENADORIA DE EXAME DE EDITAIS

TCE-RJ
Processo nº 222.591-7/2007
Rubrica
Fls. 305

PROCESSO N.º 3724 FLs 12 ANO 08

PROCESSO N.º 1415 FLs 336 ANO 07

CEE, 13/06/2008

FLAVIO AZEVEDO ANTUNES
Coordenador-Geral
Matrícula 02/002708

13/06/2008 01:26:37 PM

O Ministério Público, representado pelo Procurador Horácio Medeiros, se manifesta no mesmo sentido (fls. 309).

A Prefeitura de Paracambi a fim de dar cumprimento à decisão de 21.02.08 encaminhou documentos que analisados pelo Corpo Instrutivo sugere o Conhecimento do presente Edital (item II, fls. 281 verso), sugestão ratificada às fls. 306/307.

Nesta mesma sessão o Conselheiro José Gomes Graciosa determina o reenvio do processo ao meu Gabinete para continuação da sua análise.

Interposto Recurso de Reconsideração, foi o mesmo Conhecido, entretanto quanto ao mérito decidiu-se pelo Não Provimto, mantendo-se a multa imposta ao Sr. André Luiz Ceciliano em sessão de 03.06.08.

O responsável municipal foi penalizado em 4.000 UFIR conforme decisão plenária de 21.02.2008.

Trata o presente de Edital de Concorrência nº 01/07 da Prefeitura de Paracambi cujo objeto é a permissão de serviço público municipal de passageiros por ônibus no município de Paracambi, com prazo de concessão de 10 anos, com tarifa de R\$ 1,60.

PROCESSO: 222.591-7/07
ORIGEM: Prefeitura Municipal de Paracambi
ASSUNTO: Edital de Concorrência nº 01/07

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
GABINETE DO CONSELHEIRO JULIO L. RABELO

TCE-RJ
PROCESSO nº 222.591-7/07
RUBRICA
Fls. 316

VOTO GC-7 60.167/08

PROCESSO N.º 115 MS 338 374 13 07
MS 338 374 13 07

JULIO L. RABELLO
RELATOR

GC-7, 03 DE JULHO DE 2008.

II – Pelo **ENCAMINHAMENTO** do processo à CPR para controle e atestação do prazo de recolhimento da multa imposta através do Acórdão nº 74/2008 e mantida através da decisão plenária de 03.06.2008.

I – Pelo **CONHECIMENTO** do Edital de Concorrência nº 01/07 da Prefeitura de Paracambi;

VOTO:

Assim, concordo com o conhecimento do Edital que está em condições de prosseguimento.
Concordo também com o sugerido no item II quanto ao controle de prazo em face da decisão que penalizou o Sr. André Luiz Ceciliano.
Pelo exposto de acordo com o Corpo Instrutivo e o parecer do Ministério Público.

Verifica o Corpo Instrutivo que os itens determinados na sessão de 06.11.2007 foram atendidos de forma satisfatória. Foram encaminhados o Decreto regulamentador, as publicações de adiamento, bem como o ato que justifica a conveniência da presente concessão.

É O RELATÓRIO

TCE-RJ
PROCESSO nº 222.591-7/07
RUBRICA
Fls. 311

PROCESSO N.º 1115
Fls. 338
ANO 04
PROCESSO N.º 3724
Fls. 14
ANO 08

PROCESSO N.º 1715 PLS 339 PRO 07

PROCESSO N.º 3724 PLS 18 PRO 08

TCE-RJ
PROCESSO n.º222.591-7/07
RUBRICA Fls.312

AC

TCE - Contador, Economista e Engenheiro

TCE - Contador, Economista e Engenheiro

TCE - Contador, Economista e Engenheiro

TCE - Contador, Economista e Engenheiro

TCE - Contador, Economista e Engenheiro

TCE - Contador, Economista e Engenheiro

TCE - Contador, Economista e Engenheiro

TCE - Contador, Economista e Engenheiro

CONTROLDORIA GERAL DO MUNICÍPIO

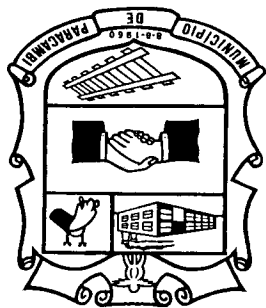
Protocolo 809 09/07/08
Data: 26/10/08
Mat.: 36/162

PROCESSO Nº: 324

Folha de Informação

FOLHA Nº: 16/08

PROCESSO N.º 1915 PLS 340 MO-04



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARACAMBI

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PROCESSO N.º 1415
FLS. 341 AND. 07

EXERCÍCIO DE 2008

N.º 4854

ASSUNTO:

Informação I faz

REQUERENTE: Santa Edwiges Turismo Ltda

N.º PROCESSO:

4854

DATA:

16.09.08

MOVIMENTO:

PROTOCOLO:

16.09.08

SETOR DE LICITAÇÃO

16.09.08



Responsável

Paracambi, 16 de Setembro de 2008.

REQUERIMENTO

DOCUMENTAÇÃO

Setor: 11.001.007.001/2004 - Licitação
Assunto: Informacao
Classificação: Informacao
AO SETOR DE LICITAÇÃO
CONF DOCTO EM ANEXO
Observações: INFORMACÃO/FAZ
Situação do Processo: Em andamento, a receber
Data de Entrada: 16/09/2008 11:37:24

DADOS DO PROCESSO

Número do CGM: 24354
Nome: Santa Edwírges Turismo Ltda
Endereço: Ely do Amparo, s/n
Bairro: Lages
Cep: 26600000
Cidade: Paracambi
Telefones:
CNPJ/CPF: 07.699.530/0001-19
Inscrição Econômica:
Inscrição Imobiliária:

INTERESSADO

Protocolo de Processo

4854/2008

Protocolo
Recibo Protocolo de Processo
Processo número 4854/2008
Emissão: 16/09/2008
Hora: 11:37:26
Página: 1 de 1

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARACAMBI



Fone: 2126832008
E-mail: prefeitura@paracambi.rj.gov.br
Acesso Rua Juiz Emilio Carmo 50
Cep: 26600000 -

PROCESSO N.º 4854 FLs 342 ANO 08

PROCESSO N.º 4854 FLs 02 ANO 08

PROCESSO N.º 4854 FL. 03 ANO 08
PROCESSO N.º 4854 FL. 03 ANO 08
PROCESSO N.º 4854 FL. 03 ANO 08
PROCESSO N.º 4854 FL. 03 ANO 08
PROCESSO N.º 4854 FL. 03 ANO 08
PROCESSO N.º 4854 FL. 03 ANO 08
PROCESSO N.º 4854 FL. 03 ANO 08
PROCESSO N.º 4854 FL. 03 ANO 08
PROCESSO N.º 4854 FL. 03 ANO 08
PROCESSO N.º 4854 FL. 03 ANO 08

ILMO SR. PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Referência: Impugnação ao Edital de Licitação
Concorrência Pública nº 001/07
Processo Licitatório 1715/2007

Guilherme, 16 SET 2008
para instalação
do equipamento
processo
Pedro Arthur Trigueiros
Presidente da Comissão
Permanente de Licitação

Santa Edwirges Turismo Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 07699530/0001-19, com endereço a Estrada da Floresta, nº 2530, Paracambi - RJ, neste ato representada por seu sócio gerente Sr. Jacinto Alves, brasileiro, casado, empresário portador da carteira de identidade nº 1.173.736 IFP/RJ, vem respeitosamente e tempestivamente impugnar o presente Edital face as dúvidas de caráter técnico e legal, nos termos dos itens 24 e 33 do capítulo X, pelos motivos e fatos que passa a expor.

16/9

Guilherme, 16 SET 2008
Pedro Arthur Trigueiros
Presidente da Comissão
Permanente de Licitação

1. DO OBJETO DA LICITAÇÃO

1.1 No item 2 do Edital, define o objeto da licitação que é a permissão do serviço público municipal por ônibus no Município de Paracambi, das LINHAS CIRCULARES, cujas características e especificações estão definidas no Anexo I, parte integrante do Edital, serviço que será praticado a tarifa máxima modular de R\$ 1,86 (hum real e oitenta e seis centavos), divergente da conhecida pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, que é de R\$ 1,60 (hum real e sessenta centavos).

1.2 No item 3 do Edital é fixado o prazo de Concessão em 10 anos, podendo ser prorrogada por igual período.

1.3 Na última folha do Edital, mais precisamente as fls 52, encontra-se uma justificativa da não apresentação da memória de cálculo por linha circular, alegando que atualmente todas as linhas objeto desta concorrência estão sendo operadas pela Empresa Normandy do Triângulo, e ainda informa que as referidas linhas circulares não vem sendo operadas nos horários e itinerários estabelecido pela Legislação Municipal.

1.3.1 Não o bastando, informa ainda, na presente justificativa, que anexo à cópia reprodutível da planilha de custo da empresa Normandy de março de 2007, com dados operacionais e frota, como parte integrante deste Edital, mas não entregou ao impetrante por ocasião da retirada do Edital.

PROCESSO N.º 4814 PLS 05 ANO 98

SANTA EDWIRGES TURISMO LTDA

PROCESSO N.º 1415 PLS 345 ANO 02

1.3.2 Não o bastante, o Art. 7, da Lei 8666/93, define como deverão ser as

obras e prestações de serviços, enumerado nos incisos I, II e III, tornando portanto obrigatório e proibindo de serem licitados tanta as obras como os serviços que não obedecem em planilha a composição de todos os seus custos unitários, não podendo, no caso, ser licitada sem que se conheça a memória de cálculo da linha circular, deixada de ser apresentada pela Comissão Permanente de Licitação e sendo substituído por uma justificativa as fls 52 do Edital, ou seja, Edital incompleto.

1.3.3 A falta de memória de cálculo por linha circular de ônibus, deixa os

licitantes a mercê de um aventura incerta, onde não é possível ter a quantidade de passageiros transportados por quilômetros, o que veio a determinar o faturamento real do serviço a que se pretende prestar aos Municípios e onde será o fator primordial para elaborar o preço da tarifa-justa, não só para o usuário, como também para concessionário do serviço público, no caso do presente edital, só se pode afirmar que a tarifa foi fechada aleatoriamente e por negligência do poder público, municipal em demonstrar a realidade com a apresentação da memória de cálculo por linha circular, só favorecer a empresa que explora atualmente, em caráter emergencial, as linhas circulares, pois os demais interessados não tem como saber a realidade dos fatos.

1.4 Caso a Comissão Permanente de Licitação venha a declarar a planilha de

custo da empresa Normandy, de março de 2007, como sua memória de cálculo por linha circular, deverá a mesma aplicar o disposto no Art 9º, Inciso I e seu respectivo § 3º, pois, como declara a própria Comissão Permanente de

3

2.1.1 Se considerarmos que uma empresa de tamanho porte, como a permissionária em caráter emergencial, tem serviços de manutenção para seus 100, 200 ou mais ônibus, claro, contando os rodoviários e urbanos, deve ser pelo fato do grande número de ônibus e

adjacências.

de toda a sua gigantesca frota de toda a região Sul Fluminense, Baixada e verificar no seu próprio site (www.normandy.com.br), efetuando a manutenção inclusive com turismo internacional no tratamento de ônibus, como se pode garagem para cuidar de sua frota municipal, intermunicipal, interestadual e empresa contratada em caráter emergencial (Normandy), que usufrui de sua funcionamento, nas condições impostas no edital de licitação, a garagem da Vejamos, hoje em atividade no Município de Paracambi, só existe em "Garagens no Município e Serviços", grifo nosso, igual até 30 (trinta) pontos. 2.1 Ao examinar as fls 12/13 do Edital, mas precisamente nos itens I alínea "a" e "b",

2 DA RESTRIÇÃO DO CARÁTER COMPETITIVO NO MEIO DE PONTUAÇÃO

Licitação que tal planilha e parte integrante do Edital de Licitação, mas não a entregou ao impetrante, ficando a mesma impedido de participar da referida licitação por elaboração da planilha constante do anexo do edital 001/07, impedida como preceitua o diploma legal supra-mencionado.

SANTA EDWIRGES TURISMO LTDA

PROCESSO N.º 115 FL. 346 ANO 09

PROCESSO N.º 4254 FL. 06 ANO 08

2.1.4 O edital de licitação não pode restringir a participação de empresas que tenham somente "Garagens no Município", pois assim parece um

2.1.3 Parece absurdo, mais é como disputar uma medalha olímpica de um peso pesado contra um peso pena, é o que nos mostra o esporte por sua inteligência, que é necessário se dividir por categoria para que as concorrências sejam mais justas, porque a necessidade da frota exigida no edital não comporta suas exigências de pontuação na proposta técnica.

2.1.2 Deve ser considerado que para a frota exigida no edital (13 veículos), não é viável economicamente os serviços relacionados no item "B", c, d, proposta técnica, o que vem encarecer os custos e logicamente afetará em muito o cálculo da revisão tarifária, prevista no item 5 do edital, até porque, em caso da contratada em caráter emergencial que atende a uma frota, talvez 10 vezes maior, terá que fazer seus custos proporcionalmente ao ônibus municipais, caso venha participar e vencer a licitação.

funcionários, que com certeza vem a compensar os custos de se manter os itens "b", "c" e "d", da proposta técnica, capítulo VI do item 13 do edital. Devendo observar que o edital não contempla a terceirização da manutenção de veículos, ou seja, não tem valor para a proposta técnica, os serviços terceirizados utilizados para baixar custos, somente os efetuados na garagem do Município valem pontuação.

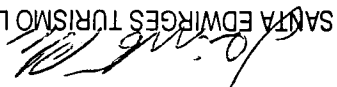
SANTA EDWIRGES TURISMO LTDA

PROCESSO N.º 4854 P.S. 01 ANO. 98
PROCESSO N.º 1715 P.S. 347 ANO. 02



Paracambi, 16 de setembro de 2008.

SANTA EDWIRGES TURISMO LTDA
JACINTO ALVES
SÓCIO ADMINISTRADOR



Termos em que
Pede deferimento

da memória de cálculo por linha circular de ônibus.

sejam providenciadas todas as medidas ora requeridas, **principalmente a entrega** competitivo sem restrições territoriais, suspendendo o processo licitatório até que 50km de distância do Município de Paracambi e assim proporcionar um caráter E, finalmente, requer que seja estendido a garagem em até, no máximo, mesma excluída da licitação na forma acima mencionada, por ser medida de direito. Requer, ainda, caso seja acolhida a planilha da empresa Normandy, seja a para assim evitar a nulidade do presente edital, conforme exposto.

cálculo por linha circular de ônibus, individualmente das 11 linhas ora licitadas, efetuado por esta competente Comissão de Permanente de Licitação a **memória de** 2007 apresentada pela empresa **Normandy do Triângulo**", bem como, seja petionária, a planilha de cálculos não entregue por ocasião do edital, de "março de respeito aos motivos acima dispostos, bem como, além de entregar a licitante ora isto posto, requer a V. S., que seja retificado o presente edital, no que diz

necessário um basta na **restrição de caráter competitivo**.

direccionamento, sendo pelo menos plausível a participação de empresas com garagens até 50km de distância, pois assim o caráter competitivo chegaria as empresas de ônibus de Nova Iguaçu e Seropédica, Rio de Janeiro e Barra do Piraí e etc., portanto é

SANTA EDWIRGES TURISMO LTDA

PROCESSO N.º 1485 FL 348 ANO 07

PROCESSO N.º 1485 FL 348 ANO 07

Setor de Licitação
16.09.08
Assinado: [Assinatura]
CPL/PMP/RJ, em 13 SET 2008

Secretaria Municipal
Senhor Secretário
Para sua ciência, análise e manifestação
submetemos a Vossa Senhoria o Relatório
interposto pela Empresa supracitada,
Afetuosamente,
[Assinatura]

Pedro Arthur Tregame
Presidente da Comissão
Permanente de Licitação
[Assinatura]

João Prudente de CPL

Ver item sobre o assunto
anexo dos arquivos da
empresa.

13/09/08

[Assinatura]

CPL/PMF/RJ, em 23 SET 2008

Procuradoria Municipal
Senhor Procurador

Muito embora este autuado esteja na fase de efetivação do certame licitatório, agora, em razão do recuso supra, ao reexaminar suas peças, nos parece existir algumas falhas que - de nossa parte - não nos permitem - haja vista sua natureza penitencial, deveriam ter sido observadas, não só por esta Comissão, como por outros órgãos da Prefeitura.

Senas, rezamos:

- O processo foi suspenso - de página 02 a 51 - por solicitações da Secretaria Municipal de Trânsito e Transporte já contendo a minuta do Edital - 1150 - onde consta uma "justificativa" (que merece no Edital) quanto ao modo de execução de uma planilha de custo que terá sido elaborada pela Empresa Normandy de Trânsito Ltda. - só que, a citada planilha não faz parte do processo, ou seja, não encontra-se incluída nos autos.

- J. 113 reço Nossa Senhora ao Aramfar-se, em conformância com o que estabelece o parágrafo único do Art. 68 da Lei 8.666/93, foi introduzida nos autos - fls. 105 a 113 - cópia do Decreto nº 1722, de 08 JUL 2007 e anexos que, no Art. 2º, estabelece que as tarifas serão reajustadas para R\$ 1,60 a R\$ 1,50, após a assinatura do contrato, arquivado de licitação supra.

- Após ida e vinda ao Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro - TCE/RJ - para cumprimento das exigências daquela Corte de Contas, no

Ofício - GP 053/2008 - CGM, de 09

Até 2008, constam "esclarecimentos" de fls. 242 a 245, citando o encaminhamento de planilha elaborada nos moldes do modelo do GEIPIOT, de seu corpo, nos fls. de 246/248 e epígrafe, que em tese, teria sido elaborada por esta Comissão, onde, no seu item 1, consta:

- "Página 2 - Item 2 - do valor das despesas: Onde se lê R\$ 1.60 (um mil e seiscentos reais) e se escreva centavos).
leia-se R\$ 1,86 (um real e oitenta e seis centavos)"

Resposta de Senhor Procurador que, se examinar-se as folhas das atas, não encontrar-se ao certo documento, de que natureza seja, que determine a rubrica da folha no valor de R\$ 1,86, em contra partida ao que estabelece o Decreto supra citado. Debedamente que esta folha seja arrolada na planilha arrolada nos moldes GEIPIOT.

Quanto a planilha, de anos planilha GEIPIOT, esta, após, emenda-se inclua as fls. 419/421, uma vez que a respectiva data de 17 SET, prediz um passado, em decorrência de nossa solicitação, quanto a Secretaria, fidei, em razão da infração do recurso, instaurado nesta Secretaria no dia 16 SET, deste.

Assim, informamos a Vossa Senhoria que a planilha citada em GEIPIOT não foi disponibilizada, em razão de exposto acima.

Esperando ter atendido o pedido por esta, procuradoria, reiterando o pedido a Vossa Senhoria.

Afeitosamente,

Procurador
Procuradoria
Procuradoria
Procuradoria

Exmo. Sr. Presidente da Comissão Permanente de Licitação.

Trata-se de instrumento de "impugnação" à parte dos termos do Edital de Concorrência Pública, cujo objeto é a permissão de serviço público municipal de transporte coletivo de passageiros no território deste Município.

Deixo de relatar integralmente o assunto vertente, em razão do acúmulo de atribuições a que estou submetido, como é do conhecimento de Vossa Excelência, para passar à análise do pleito ora sob exame.

Há nos autos informações mais que suficientes para concluirmos que não assiste razão à empresa impugnante. Mesmo porque, o Edital em aprego foi, por diversas vezes, alvo de "exigências" do Tribunal de Contas deste Estado, que concluiu, finalmente, pela regularidade do certame que se pretende realizar.

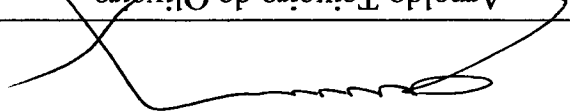
Por outro lado, mas não menos importante, ressalto que a empresa em questão, não satisfeita com a presente impugnação, buscou impedir a realização da Licitação no Poder Judiciário local, também não encontrando guarida, conforme informações colhidas na internet, anexas.



Pelo exposto, em apertadíssima síntese, opino pela improcedência dos pedidos formulados na impugnação, para manter os termos do Edital na forma em que se encontram e, por via de consequência, opino pela realização do certame, conforme estabelecido por Vossa Excelência.

Pelo menos, é o que nos parece.

Paracambi, 25 de setembro de 2008.



Arnaldo Teixeira de Oliveira
Procurador Geral do Município

CONSULTA PROCESSUAL - NÚMERO - PRIMEIRA INSTÂNCIA

PROCESSO N.º 1715 RS 354 ANO-04

As informações aqui contidas não produzem efeitos legais. Somente a publicação no DJERJ oficializa despachos e decisões e estabelece prazos.

Processo Nº 2008.039.002523-3

TJ/RJ - 25/09/2008 09:27:39 - Primeira instância - Distribuído em 16/09/2008

Comarca de Paracambi Cartório da Vara Única

Endereço: Alberto Leal Cardoso 92

Bairro: Centro

Cidade: Paracambi

Ofício de Registro: Distribuidor, Contador e Partidor

Tipo de ação: Mandado de segurança

Rito: Especial

Impetrante SANTA EDWIRGES TURISMO LTDA

Impetrado PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO ARTHUR TREGNE

Advogado(s): RJ124045 - CAROLINA TUPINAMBA FARIA

Movimento: 3

Tipo do movimento: Conclusão ao Juiz

Atualizado em: 24/09/2008

Juiz: LUCIANA FIALA DE SIQUEIRA CARVALHO

Data de conclusão: 22/09/2008

Data de devolução: 24/09/2008

Data do ato: 23/09/2008

Publicar: não

Decisão: O artigo 5º, I da lei 1533/51 prescreve que não se dará mandado de

segurança quando se tratar de ato que caiba recurso administrativo "com efeito suspensivo", independente de caução. Assim, esclareça o impetrante se a ...

Ver íntegra do(a) Decisão

Processo(s) no Tribunal de Justiça: Não há.

Localização na serventia: Dev Cis

Os autos de processos findos terão como destinação final a guarda permanente ou a eliminação, depois de cumpridos os respectivos prazos de guarda definidos na Tabela de Temporalidade de Documentos do PJERJ

CONSULTA PROCESSUAL - NÚMERO - PRIMEIRA INSTÂNCIA



PROCESSO N.º 1415 FLS 355 ANO 04

Processo nº: 2008.039.002523-3

Movimento: 3

Tipo do

movimento: Conclusão ao Juiz

Decisão :

O artigo 5º, I da lei 1533/51 prescreve que não se dará mandado de segurança quando se tratar de ato que caiba recurso administrativo, com efeito suspensivo, independente de caução. Assim, esclareça o impetrante se a impugnação de fls. 73/78 foi atribuído efeito suspensivo ou mesmo se já foi decidido por quem de direito. Por ora, indefiro o pleito liminar, ante ausência dos requisitos autorizadores do artigo 7º, II da lei 1533/51, sendo certo ainda que a liminar perdeu o objeto, eis que o a licitação seria realizada em 22/09/08, sendo certo que a inicial encontrava-se apócrifa, o que fez com que fosse necessária a regulamentação da peça jurídica para análise por parte do MP e do Juízo, razão pela qual a decisão foi concedida posteriormente ao ato.

Fechar

CPA/PMF/RJ em 25 SET 2008

Jo
Gabinete

Exmo. Sr. Prefeito

URGENTE

Com base no parágrafo

4º do inciso III do Art. 109

da Lei 8.666/93, após

reanúes facias do Ilmo. Sr.

Procurador, submetemos o

processo a Vossa Excelência

para decisão.

Atenciosamente,

Pedro Arlur Regue
Presidente da Comissão
Permanente de Licitação

25 set. 2008
Mensagem - re
forma da Lei.
de 19 de Junho de 2008
João dos Santos
Prefeito

Contribuinte,

Confira os dados de identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à Receita Federal do Brasil a sua atualização cadastral.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CASTRADO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

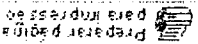
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 07.699.530/0001-19		COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 16/11/2005
NOME EMPRESARIAL SANTA EDWIRGES TURISMO LTDA				
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) SANTA EDWIRGES TURISMO				
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 60.25-8-02 - Locação de veículos rodoviários de passageiros com motorista, municipal				
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 208-2 - SOCIEDADE EMPRESARIAL LIMITADA				
LOGRADOURO RUA ELY DO AMPARO		NÚMERO S/N	COMPLEMENTO LOTE 7	UF RJ
CEP 26.600-000	BARRIO/BAIRRO LAGES	MUNICÍPIO PARACAMBI	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 16/11/2005	
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL 16/11/2005		

Aprovado pela Instrução Normativa SRF nº 568, de 8 de setembro de 2005.

Emitido no dia 25/11/2005 às 08:37:08 (data e hora de Brasília).

Voltar

Recetta Federal do Brasil agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, clique aqui. Atualize sua página



Preparar página para impressão



Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 07699530/0001-19
Razão Social: SANTA EDWIRGES TURISMO LTDA
Nome Fantasia: SANTA EDWIRGES TURISMO
Endereço: RUA ELY DO AMPARO S/N LOTE 7 / LAGES / PARACAMBI / RJ / 26600-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 15/09/2008 a 14/10/2008

Certificação Número: 2008091508541254127433

Informação obtida em 19/09/2008, às 13:01:08.

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei está condicionada à verificação de autenticidade no site da Caixa: www.caixa.gov.br

ps://webp.caixa.gov.br/Empresa/Crf/CrfFgeCFSImprimirPapel.asp?VARPessoaMatriz=13593874&... 19/09/2008

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Prefeitura Municipal de Belford Roxo

ATOS OFICIAIS

PORTARIA Nº 890/GP/2008, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2008.
de novembro 2008, com fundamento do disposto no inciso V, do art. 87, da Lei
ASTIÃO JOSÉ DUARTE, do cargo em comissão de Assistente Técnico I,
tenadoria das Subprefeituras, da Secretaria Municipal de Obras.

PORTARIA Nº 891/GP/2008, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2008.
de novembro 2008, com fundamento do disposto no inciso V, do art. 87, da Lei
DELINO FERREIRA DOS SANTOS, do cargo em comissão de Assistente
da Coordenadoria das Subprefeituras, da Secretaria Municipal de Obras.

PORTARIA Nº 892/GP/2008, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2008.
de novembro 2008, com fundamento do disposto no inciso V, do art. 87, da Lei
UNIONOR DO NASCIMENTO MIRANDA, do cargo em comissão de Assistente
da Coordenadoria das Subprefeituras, da Secretaria Municipal de Obras.

PORTARIA Nº 893/GP/2008, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2008.
de novembro 2008, com fundamento do disposto no inciso V, do art. 87, da Lei
SON ARISTEU DE SOUZA, do cargo em comissão de Assistente Técnico I,
tenadoria das Subprefeituras, da Secretaria Municipal de Obras.

PORTARIA Nº 894/GP/2008, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2008.
de novembro 2008, com fundamento do disposto no inciso V, do art. 87, da Lei
O BRUNO FERREIRA DA SILVA, do cargo em comissão de Assistente Técnico
ordenadoria das Subprefeituras, da Secretaria Municipal de Obras.

PORTARIA Nº 895/GP/2008, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2008.
de novembro 2008, com fundamento do disposto no inciso V, do art. 87, da Lei
RCIO DA SILVA OLIVEIRA, do cargo em comissão de Assistente Técnico I,
tenadoria das Subprefeituras, da Secretaria Municipal de Obras.

PORTARIA Nº 896/GP/2008, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2008.
de novembro 2008, com fundamento do disposto no inciso V, do art. 87, da Lei
URICIO JOSÉ DA MOTA, do cargo em comissão de Assistente Técnico I,
tenadoria das Subprefeituras, da Secretaria Municipal de Obras.

PORTARIA Nº 897/GP/2008, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2008.
de novembro 2008, com fundamento do disposto no inciso V, do art. 87, da Lei
LOS LUZ CORREA DE JESUS, do cargo em comissão de Assistente Técnico
ordenadoria das Subprefeituras, da Secretaria Municipal de Obras.

PORTARIA Nº 898/GP/2008, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2008.
de novembro 2008, com fundamento do disposto no inciso V, do art. 87, da Lei
SON DA CONCEIÇÃO RANGEL, do cargo em comissão de Assistente Técnico
ordenadoria das Subprefeituras, da Secretaria Municipal de Obras.

PORTARIA Nº 899/GP/2008, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2008.
de novembro 2008, com fundamento do disposto no inciso V, do art. 87, da Lei
LOS HENRIQUE VILAS BOAS GOMES PORPHIRO, do cargo em comissão
símbolo DAS-6, da Coordenadoria das Subprefeituras, da Secretaria Municipal

PORTARIA Nº 900/GP/2008, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2008.
de novembro 2008, com fundamento do disposto no inciso V, do art. 87, da Lei
CINEI DA SILVA, do cargo em comissão de Assistente Técnico I, símbolo DAS-
Subprefeituras, da Secretaria Municipal de Obras.

PORTARIA Nº 901/GP/2008, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2008.
de dezembro 2008, com fundamento do disposto no inciso V, do art. 87, da Lei
SON CAETANO DE OLIVEIRA, do cargo em comissão de Assistente Técnico I,
tenadoria das Subprefeituras, da Secretaria Municipal de Obras.

PORTARIA Nº 902/GP/2008, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2008.
de dezembro 2008, com fundamento do disposto no inciso V, do art. 87, da Lei
RA CRISTINA DE ALMEIDA, do cargo em comissão de Chefe de Divisão,
tenadoria de Auditoria, da Secretaria Municipal de Saúde.

PORTARIA Nº 903/GP/2008, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2008.
de dezembro 2008, com fundamento do disposto no inciso V, do art. 87, da Lei
IALDO ANTONIO MAIA, do cargo em comissão de Coordenador, símbolo
de Administração, Projetos e Controle de Pessoal, da Secretaria Municipal de

PORTARIA Nº 904/GP/2008, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2008.
de dezembro 2008, com fundamento do disposto no inciso V, do art. 87, da Lei
CIA CRISTINA TRIGO, do cargo em comissão de Chefe de Serviço, símbolo
do Fundo Municipal de Saúde, da Secretaria Municipal de Saúde.

to Real

antido, o prazo de 30
te apresentar o relató-

nta em vigor na data
ações em contrário.

ZEMBRO DE 2008

AL, NO USO DE SUAS
DA DECISÃO DO TCE/

OMADA DE CON-
os fatos apontados
CE/RJ, identificando
ecuniários causados

por a presente co-
ndo o primeiro indi-
to nas ausências e

Matr. 2096;

498;

897.

utorizada a praticar
e suas funções de-
e prestar toda cola-

prazo de 60 (ses-

or na data de sua
contrário.

OR



ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Prefeitura Municipal de Paracambi

ATOS OFICIAIS

DECRETO Nº 1.934 DE 04 DE DEZEMBRO DE 2008. - Concede isenção do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU incidente sobre imóvel que especifica e dá outras correlatas providências. O Prefeito Municipal de Paracambi no uso de suas atribuições legais e consoantes as disposições da Lei Municipal Ordinária nº. 297 de 07 de dezembro de 1993 combinadas com as da Lei Municipal nº. 505 de 11 de novembro de 1999 e, considerando o decidido no Processo Administrativo nº. 6438/2008, DECRETA: Art. 1º - Fica concedida isenção fiscal de recolhimento do Imposto Territorial Predial Urbano - IPTU, incidentes sobre o imóvel cadastrado em nome de IOLANDA PEREIRA WERNECK, CPF Nº. 070.114.797-08, sito a Rua Dr. Barcelos, nº. 128 - Centro - Paracambi, RJ., matrícula 4279-0. Parágrafo Primeiro - A isenção de que trata o "caput" do artigo será válida exclusivamente, para os Exercícios de 2009 e 2010.

Parágrafo Segundo - Para os exercícios subsequentes a 2010, o beneficiário deverá requerer a renovação da isenção e cumprir as formalidades especificadas no preâmbulo deste Decreto. Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data sua publicação, revogadas as disposições em contrário. - Gabinete do Prefeito, em 04 de dezembro de 2008. - JAIRO DOS SANTOS - PREFEITO

EXTRATO DE CONTRATO

INSTRUMENTO Termo de Concessão firmado entre o Município de Paracambi e a Empresa Viação Normandy do Triângulo Ltda, referente ao Processo Administrativo nº 1715/07, Concorrência Pública nº 001/07. **Objeto:** Concessão para a exploração/operação das linhas circulares de transporte Coletivo Convencional de Passageiros no Município de Paracambi na seguinte forma: I - **LINHA CIRCULAR N.C-01-PERCURSO DE 22 km CENTRO - GUARAJUBA** (Via Rua Dep. Romeu Natal). Horário de Circulação: das 4h às 23h. Intervalos de Saídas: de 30 em 30 minutos. Períodos de Operação: diariamente, inclusive sábados, domingos e feriados. Itinerário: saída do ponto rodoviário da Rua Délio Basílio Leal (centro), passando por parte da Rua Dominique Level e pela rua Cel. Othon, para alcançar a Estrada RJ 127 e por ela até a rua Prefeito Heli Ferreira (km 1) e daí até a Estação Ferroviária de Lages, tomando a rua Bezerra de Menezes passando pela Pça Expedicionário Nilo Gama Flores (Pça do Miro), Trav. Bom Jardim e rua Deputado Romeu Natal (antiga rua 10) até a Escola Estadual Boa Esperança, atravessando a Estrada RJ. 127, para entrar na Rua São Jorge (Guarajuba), passando pela Rua Sta. Terezinha e Estrada Eduardo Pereira Dias até alcançar novamente, a Estrada RJ 127 e, daí, até a Rua Dr. Soares Filho, atingindo, finalmente o ponto rodoviário da Rua Délio Basílio Leal (centro). II - **LINHA CIRCULAR N.C-02 PERCURSO 30 km CASCATA - LAGES.** Horário de Circulação: das 05:30 às 23:30h. Intervalos de Saída: de 01 em 01 hora. Período de Operação: diariamente inclusive, sábados, domingos e feriados. Itinerário: saída do ponto da Rua Tenente Bernardino Bastos (nas proximidades do Hospital) no bairro Cascata, seguindo pela Rua Vicente Citarino e pela Estrada Governador Roberto Silveira alcançando a Rua Américo Rodrigues Ferreira seguindo pela Avenida dos Operários passando por parte das Ruas Dominique Level e Cel. Othon daí à Rua Dr. Soares Filho atingindo o ponto Rodoviário da Rua Délio Basílio Leal retomando novamente por parte das Ruas Dominique Level e Cel. Othon alcançando a Estrada RJ/127 e daí até a Rua Pref. Hélio Ferreira e por esta até a Estação Ferroviária de Lages seguindo pelas Ruas Jaime Augusto Marques, Othon dos Santos, Maximiliano de Carvalho, Prefeito Bento Barbosa, Plínio Alves de Moura, Trav. Bom Jardim, Rua Dep. Romeu Natal até alcançar novamente a Estrada RJ/127 e por ela retomando até as Ruas Dr. Soares Filho, Délio Basílio Leal, Dominique Level, Av. dos Operários, Américo Rodrigues Ferreira, Estrada Governador Roberto Silveira, Vicente Citarino daí alcançando finalmente o ponto da Rua Tenente Bernardino Bastos. III - **LINHA CIRCULAR N.C- 03 PERCURSO 32 km SABUGO - LAGES** (Via Loteamento Novo). Horário de Circulação: das 06:00h às 23:00h. Intervalos de Saída: de 01 em 01 hora. Período de Operação: diariamente, inclusive sábados, domingos e feriados. Itinerário: saída do ponto da Estrada da Floresta (em frente a Escola Terra de Educar), seguindo pela mesma até as Ruas Av. Presidente João Goulart, Beraldo Sáechi, Dominique Level, Cel. Othon e Dr. Soares Filho,



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Câmara Municipal
de Nova Iguaçu
ATOS OFICIAIS

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA IGUAÇU - RJ, USANDO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI,

RESOLVE:

PORTARIA N.º 115/2008.

Exonerar **NORMA DOS SANTOS MOREIRA** do Cargo em Comissão, Símbolo FCS, de Assistente de Comissão Permanente, conforme Processo n.º 093/2008-RH, a contar de 30.11.2008.

PORTARIA N.º 116/2008.

Nomear **ROBSON SERGIO MARIANO** para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo FCS, de Assistente de Comissão Permanente, conforme Processo n.º 094/2008-RH, a contar de 01.12.2008.

Publique-se e cumpra-se
 Nova Iguaçu, 01 de dezembro de 2008.

Jorge Marotte
 Presidente

Contrato de Manutenção da rede de Informação (Intranet), computadores e impressoras desta Casa Legislativa

Contrato nº: 003/2008.

Processo nº: 761/2008 - CMNI.

Contratado: R & L GUEDES TECNOLOGIA EM INFORMÁTICA LTDA.

Prazo de Execução: 12 (doze) meses.

Início e Término: de 28/11/2008 à 27/11/2009.

Valor do contrato: R\$ 47.880,00 (quarenta e sete mil, oitocentos e oitenta reais).

Assinatura do contrato: 28/11/2008.

Nova Iguaçu, 28 de novembro de 2008.

JORGE MAROTTE
 Presidente



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal
de Belford Roxo
ATOS OFICIAIS

COMUNICADO

A PMBR comunica aos seus servidores que o **PAGAMENTO** dos vencimentos referente ao mês de **NOVEMBRO** de 2008 estará disponível em suas contas correntes conforme tabela abaixo:

FINAIS	DATA
0 a 9	05/12/2008

Antonio Carlos Sales Netto
 Secretário Municipal de Belford Roxo

Maria Lucia Netto dos Santos
 Prefeita



O Presidente d
 suas atribuições que são co

Faço saber, que
 Estado do Rio de Janeiro, por
 o seguinte,

Art.1º. - Fiv
ENGENHEIRO BELFORT R

Art.2º. - Este de
 Sala d

REPUBLICADO POR TER

**AN
 NO
 D
 PO
 TEL: 2**



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal
de Paracambi
ATOS OFICIAIS

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO

CONCORRÊNCIA 001/07

PROCESSO Nº 1715/07

Fica **HOMOLOGADO** o objeto desta licitação, conforme Lei 8.666/93 em favor de:

VIAÇÃO NORMANDY DO TRIANGULO LTDA
 CNPJ: 33.633.926/000-73

OBJETO: Concessão a exploração/operação das Linhas Circulares de Transporte Coletivo de Passageiros no Município de Paracambi.

HOMOLOGADO EM: 26/11/2008

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PARACAMBI

JAIR DOS SANTOS - PREFEITO MUNICIPAL

**PAGUE SEUS
 IMPOSTOS EM DIA**



**MANTENHA
 A CIDADE LIMPA
 NÃO JOGE
 LIXO NAS**

PROCESSO N.º 145 PLS 358 ANO 0º

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil

**CERTIDÃO NEGATIVA
DE DÉBITOS RELATIVOS ÀS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS E ÀS DE
TERCEIROS**

Nº 105242008-17026060

Nome: SANTA EDWIRGES TURISMO LTDA
CNPJ: 07.699.530/0001-19

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de
responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é
certificado que não constam pendências em seu nome relativas a contribuições
administradas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em
DIME Ativa do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

Esta certidão, emitida em nome da matriz e válida para todas as suas filiais, refere-
se exclusivamente às contribuições previdenciárias e às contribuições devidas, por
lei, a terceiros, inclusive às inscritas em Dívida Ativa do INSS, não abrangendo os
demais tributos administrados pela RFB e as inscrições em Dívida Ativa da União,
administrada pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), objeto de
Certidão Conjunta PGFN/RFB.

Esta certidão tem as finalidades previstas no art. 47 da Lei nº 8.212, de 24 de Julho
de 1991, e alterações, exceto para:
- averbação de obra de construção civil no Registro de Imóveis;
- redução de capital social, transferência de cotas de sociedade limitada
e cisão parcial ou transformação de entidade ou de sociedade empresária ou
simples;
- baixa de firma individual ou de empresário, conforme definido pelo art. 931 da Lei
nº 10.406, de 10 de Janeiro de 2002 - Código Civil, extinção de entidade ou
sociedade empresária ou simples, inclusive a decorrente de cisão total, fusão ou
incorporação.

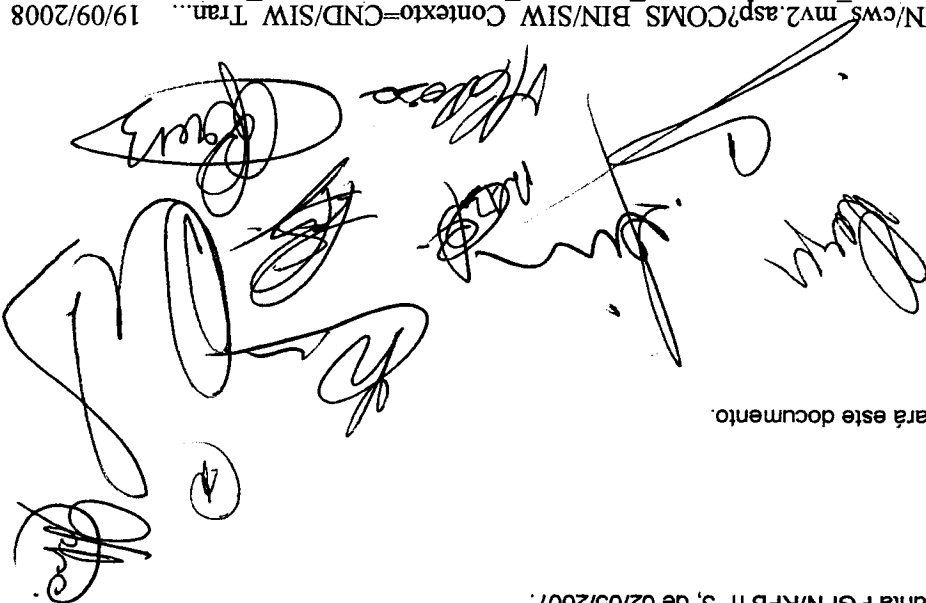
A ação desta certidão está condicionada à finalidade para a qual foi emitida e à
verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço
<<http://www.receita.fazenda.gov.br>>.

Esta certidão emitida com base na Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 3, de 02/05/2007.

Emitida em 15/09/2008
Válida até 14/03/2009.

Certidão emitida gratuitamente.

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.





"A qualidade é o nosso compromisso".
Jorge José de Freitas - CRC/RJ 042464/O-5
Rua Prefeito Délio Bazílio Leal, 200 - Salas 201-204
Centro - Paracambi - Tel/fax: (21) 2683-4203 e 2683-2006
E-mail: jfifcontabilidade@hotmail.com

ALTERAÇÃO CONTRATUAL Nº 01 DA SOCIEDADE LIMITADA SANTA EDWIRGES TURISMO LTDA - ME

1. JACINTO ALVES, brasileiro, natural do Rio de Janeiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, nascido no dia 01.08.1952, empresário, portador do CPF nº 562.036.837-87 e da Carteira de Identidade nº 1.173.736 IFFP/RJ, residente e domiciliado na Rua Custódio de Oliveira, 279 - apto 302 - Centro - Paracambi - RJ - CEP 26600-000, e,

2. CLAUDIA FONTES DE OLIVEIRA, brasileira, natural do Rio de Janeiro, solteira, nascida no dia 02.01.1972, empresária, portadora do CPF nº 016.053.707-03 e da Carteira de Identidade nº 09335796-0 IFFP-RJ, residente e domiciliada na Rua Custódio de Oliveira, 279 - apto 302 - Centro - Paracambi - RJ - CEP 26600-000, únicos sócios da SANTA EDWIRGES TURISMO LTDA - ME, registrada na JUCERJA sob o NIRE 33.2.0760952-4 e inscrita no CNPJ sob o nº 07.699.530/0001-19, resolvem, assim, alterar o contrato social:

1ª A sociedade passa para o novo endereço, ficando assim estabelecida na ESTRADA DA FLORESTA, 2530 - SABUGO - PARACAMBI/RJ - CEP: 26600-000.

2ª O capital social passa a ser de R\$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais), dividido em 1.000 quotas de valor nominal R\$ 50,00 (Cinquenta reais), integralizadas em moeda corrente do País, assim subscritas:

JACINTO ALVES 950 quotas R\$ 47.500,00
CLAUDIA FONTES DE OLIVEIRA 050 quotas R\$ 2.500,00

3ª A vista da modificação ora ajustada, consolida-se o contrato social, com a seguinte redação:

PRIMEIRA - A sociedade gira sob o nome empresarial SANTA EDWIRGES TURISMO LTDA - ME.

SEGUNDA - A sociedade tem a sua sede na ESTRADA DA FLORESTA, 2530 - SABUGO - PARACAMBI/RJ - CEP: 26600-000.

TERCEIRA - O objeto social é locação de veículos rodoviários de passageiros, com motorista, municipal, intermunicipal e interestadual.

QUARTA - O capital social é de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), dividido em 1.000 quotas de valor nominal R\$ 50,00 (cinquenta reais), integralizadas, neste ato em moeda corrente do País, pelos sócios:

JACINTO ALVES 950 quotas R\$ 47.500,00
CLAUDIA FONTES DE OLIVEIRA 050 quotas R\$ 2.500,00

QUINTA - A sociedade iniciou suas atividades em 16 de novembro de 2005 e seu prazo é indeterminado.

SEXTA – As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento do outro sócio, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço, direito de preferência para a sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente.

SETIMA – A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

OITAVA – A administração da sociedade caberá ao sócio **JACINTO ALVES**, com os poderes e atribuições de sócio-administrador, autorizado o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização do outro sócio.

NONA – Ao término do exercício social, em 31 de dezembro, o(s) administrador(es) prestará(ão) contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apurados.

DÉCIMA – Nos quatro primeiros meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administrador(es) quando for o caso.

DÉCIMA PRIMEIRA – A sociedade poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante alteração contratual assinada por todos os sócios.

DÉCIMA SEGUNDA – Os sócios poderão, de comum acordo, fixar uma retirada mensal, a título de "pro labore", observadas as disposições regulamentares pertinentes.

DÉCIMA TERCEIRA – Falecendo ou interdito qualquer sócio, a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou do(s) sócio(s) remanescente(s), o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

PARÁGRAFO ÚNICO – O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolve em relação a seu sócio.

DÉCIMA QUARTA – O(s) administrador(es) declarará(m), sob as penas da lei, que não está(ão) impedido(s) de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar(em) sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

DÉCIMA QUINTA – Fica eleito o foro da cidade de Paracambi – RJ para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

E por estarem assim justos e contratados assinam a presente alteração em 03 vias.

Paracambi-RJ, 09 de julho de 2008.

(aa)

JACINTO ALVES

1º OFÍCIO

CLAUDIA FONTES DE OLIVEIRA

(aa) *Cláudia Fontes de Oliveira*

TESTEMUNHAS:

JORGE JOSE DE FREITAS

042464/O-3 CRC/RJ

VIRGINIA MARIA FREITAS DOS SANTOS

085707/O-3 CRC/RJ

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Nome : SANTA EDMUNDES TURISMO LTDA ME
 Nire : 33.2.0760932-4
 Protocolo : 00-2008/06801-8 - 10/07/2008
 CERTIFICADO DE DEFERIMENTO EM 15/07/2008
 E DATA ABAIXO.

00001818894
 DATA : 15/07/2008

Valéria S.M. Serra
 SECRETARIA GERAL

Cartório do 1º Ofício de Registro de Imóveis

CLÁUDIA FONTES DE OLIVEIRA
 JACINTO ALVES
 Reconhecido a(s) firma(s) por SEMELHANÇA:
 370 - (Desp. 370 - Av. Cel. Otton, 370 -

Paracambi - RJ, 09/07/2008 Total R\$9.000 Recolhim. R\$2.000
 de verdade. Conf. por

Paracambi - RJ, 09/07/2008
 Escritório de OLIVEIRA LIMA - 031/RJ 94/11.072

11/07/2008
 11/07/2008
 11/07/2008

DA JUSTIÇA - RJ
 SELO DE RECONHECIMENTO
 11/07/2008

DA JUSTIÇA - RJ
 SELO DE RECONHECIMENTO
 11/07/2008

TABELA

PROCESSO N.º 115.115.361 ANO 02

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
Secretaria da Receita Federal do Brasil



**CERTIDÃO CONJUNTA NEGATIVA
DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DIVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: SANTA EDWIRGES TURISMO LTDA
CNPJ: 07.699.530/0001-19

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão, emitida em nome da matriz e válida para todas as suas filiais, refere-se exclusivamente à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN, não abrangendo as contribuições previdenciárias e as contribuições devidas, por lei, a terceiros, inclusive as inscritas em Dívida Ativa do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), objeto de certidão específica.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://www.receita.fazenda.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.fazenda.gov.br>>.

Certidão emitida com base na Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 3, de 02/05/2007.
Emitida às 10:31:05 do dia 11/09/2008 <hora e data de Brasília>.

Código de controle da certidão: D920.0C74.BF7E.5A32

Certidão emitida gratuitamente.

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

<http://www.receita.fazenda.gov.br/Aplicacoes/ATSP/Certidao/CNDConjuntaSegVia/ResultadoSegVia...> 19/09/2008

DECLASSIFICATION AUTHORITY DERIVED FROM:
FBI AUTOMATIC DECLASSIFICATION GUIDE

ALL INFORMATION CONTAINED HEREIN IS UNCLASSIFIED
DATE 01-10-2001 BY 60322 UCBAW/STP

EXCEPT WHERE SHOWN OTHERWISE, THIS DOCUMENT IS
UNCLASSIFIED

DATE 01-10-2001 BY 60322 UCBAW/STP

EXCEPT WHERE SHOWN OTHERWISE, THIS DOCUMENT IS
UNCLASSIFIED

DATE 01-10-2001 BY 60322 UCBAW/STP

EXCEPT WHERE SHOWN OTHERWISE, THIS DOCUMENT IS
UNCLASSIFIED

DATE 01-10-2001 BY 60322 UCBAW/STP

EXCEPT WHERE SHOWN OTHERWISE, THIS DOCUMENT IS
UNCLASSIFIED

DATE 01-10-2001 BY 60322 UCBAW/STP

EXCEPT WHERE SHOWN OTHERWISE, THIS DOCUMENT IS
UNCLASSIFIED

DATE 01-10-2001 BY 60322 UCBAW/STP